

Marcos Lobato Martins

# *Pandemia, capitalismo e mundo rural*

Anotações sobre doença e história em tempos de SARS-CoV-2



PPGER | UFVJM

## **Pandemia, capitalismo e mundo rural**

**Anotações sobre doença e história em tempos de SARS-CoV-2**

Marcos Lobato Martins

# **Pandemia, capitalismo e mundo rural**

**Anotações sobre doença e história em tempos de SARS-CoV-2**



PPGER | UFVJM  
Diamantina (MG), 2020

© Direitos autorais, 2020, de Marcos Lobato Martins

© Direitos de publicação reservados por ESTUDOS RURAIS – UFVJM  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais (Mestrado)  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Campus JK – Diamantina/MG  
Rodovia MGT 367 – km 583, n. 5000 – Alto da Jacuba  
39100/000  
Fone: (38) 3532-1284/ 3532-1242  
[ppger@ufvjm.edu.br](mailto:ppger@ufvjm.edu.br)

Comitê editorial

Anny Jackeline Torres Silveira (UFOP)  
Edneila Rodrigues Chaves (UFVJM)  
Tamara Rangel Vieira (FIOCRUZ)

Produção editorial

Edição e projeto gráfico: PPGER/UFVJM

Capa e logomarca: Sofia Lobato de Alcântara Martins

Imagem da capa: Pintura de François-René Moreau. Dom Pedro II visitando doentes de cólera em hospital no Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional, RJ.

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M386p

Martins, Marcos Lobato

Pandemia, capitalismo e mundo rural: anotações sobre doença e história em tempos de SARS-CoV-2 [recurso eletrônico] / Marcos Lobato Martins.– Diamantina: UFVJM, 2020.

213 p.: il.

ISBN: 978-65-87258-24-9

1. Pandemia de covid-19. 2. Doenças zoonóticas. 3. Relações sociedade-natureza. 4. Capitalismo. 5. Mundo rural. I. Martins, Marcos Lobato. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

**CDD 614.49**

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM  
Bibliotecária Viviane Pedrosa– CRB-6/2641

## Sumário

### 05 | **Prólogo**

### 10 | **A perturbadora irrupção da morte**

### 24 | **Doenças, epidemias, pandemias e história**

29 | A história humana é também história natural

42 | Interações ambientais e surgimento de doenças

57 | Pandemias e mudanças climáticas

### 63 | **Pandemia e capitalismo**

66 | Faces da civilização capitalista

73 | O capitalismo neoliberal fragiliza as defesas do corpo

83 | O capitalismo atíça demasiadamente os “bichos maus”

### 91 | **O mundo rural e a pandemia**

94 | O campo não é mais refúgio nas pandemias modernas

107 | O moderno sistema agroalimentar é fábrica de novas ameaças

117 | A prevenção de pandemias e a transformação do sistema agroalimentar

### 120 | **Pandemia e civilização: um novo regime do mal?**

123 | A possibilidade do contágio e o despertar de antigos medos

137 | Respostas egoístas e redes de solidariedade

147 | Pandemia e politização

154 | Os espaços rurais e os “municípios da esperança”

### 167 | **O mundo pós-pandemia será diferente?**

171 | Pandemia e mudança social

184 | Pandemia, vigilância e recuo das liberdades

190 | Pandemia e geopolítica mundial

199 | **Epílogo**

205 | **Referências bibliográficas**

213 | **Sobre o autor**

## Prólogo

Mal se aproximava o início do outono de 2020, incomumente frio, as notícias a respeito da pandemia de Covid-19 se agravaram no Brasil. A tevê falava disso o tempo todo, as cidades, uma após outra, decretaram bloqueios parciais ou totais de suas atividades. O “distanciamento social” passou a ser recomendado diuturnamente. A Universidade paralisou seu calendário de aulas, de modo que estudantes e professores se refugiaram em suas casas. Fechamo-nos há mais de 1.450 metros de altitude, no distrito de São João da Chapada, a 34 km de Diamantina, Minas Gerais. Vila outrora famosa pelo garimpo e pela coleta de sempre-vivas, incrustada no alto da Serra do Espinhaço, no divisor de águas das bacias do São Francisco e Jequitinhonha, onde os habitantes ingenuamente acreditavam que a doença não chegaria, pois o clima do lugar é miraculoso.

Teriam nossos vizinhos lido Jules Michelet (1798-1874) a respeito do ar do mar da Mancha? Pouco provável. Mas creem firmemente que o ar de São João da Chapada provê perfeita saúde e até mesmo “ressuscitaria os mortos”. O lugar bem que poderia se gabar de ser uma estância de paz campestre e de simplicidade à moda antiga. Contudo, temos de admitir: o médico de Proust jamais o convenceria a vir a São João da Chapada para tratar a sua asma, pois o lugar carece de corridas, regatas e de muitas jovens na flor da idade...

Ficamos mais de cem dias sem pôr os pés em Diamantina. Imersos numa expectativa nunca vivida antes, entre ansiosos e paralisados, temerosos e otimistas, bastante preocupados com os rumos do Brasil no enfrentamento das crises econômica, política e sanitária. É bom deixar claro: a crise do coronavírus veio depois das outras duas, agravando-as ao ponto de nos fazer crer que o país derreteria a olhos vistos.

Começamos a padecer de algo muito pior do que o estado de ânimo que nos assaltara – a mim e a minha esposa –, no fim da infância, quando atravessamos a epidemia de meningite dos anos 1971-1975, que se abateu violentamente sobre São Paulo e foi abafada

pelo regime civil-militar.<sup>1</sup> Na escola, tanto em Pedro Leopoldo como em Diamantina, umas poucas medidas chegaram a nos assustar: suspensão de aulas por uma ou duas semanas, cancelamento dos desfiles de Sete de Setembro de 1972, vacinação compulsória. Mas aquela crise sanitária foi bem mais localizada e limitada. Virou assunto só de médicos, pelo menos nas pequenas cidades interioranas, mais afeitas a discutir superficialmente política somente na época das eleições.

As horas encompridaram-se desmesuradamente. Davam nos nervos. Lembramo-nos, então, da carta de Mário Vargas Llosa ao seu amigo Abelardo Oquendo, datada de 12 de fevereiro de 1966, quando escrevia a obra *Conversa na Catedral*. Llosa se queixava do isolamento que se impusera:

Fiquei sozinho como um cogumelo e tornei a fazer a vida monástica (...). Só continuarei aqui até o fim de mês, felizmente, porque é como viver na Lua (...). Sinto-me menos que um homem, que um animal ou que uma planta, um pedacinho de lixo, umas gotinhas de xixi, às vezes nem sequer isso. Não há um café, nem um cinema, e a ideia de fazer essa longa expedição até os lugares habitados me deprime...

O nosso confinamento, ao contrário, não era voluntário. O fato é que correram trinta dias, depois mais trinta, e outros trinta... A pandemia, porém, não cessava. Foi difícil afastar a sensação de que ficamos iguais a espécies de lagartixas que têm necessidade de bocejar sobre as pedras durante dois ou três meses por ano. E os dias se alternaram ora em tons cinzentos, ora muito azuis e brilhantes, embora com vento de agosto, como que antecipado. Jamais praticáramos com tanto ardor e regularidade a “prece realista” recomendada por Hegel (1770-1831): “a leitura matutina do jornal”. Só que na tela do *notebook*, não em papel comprado numa banca de revistas, pois hoje é outro o “espírito do tempo”. Estamos no ciber mundo, na era “do desenvolvimento e da estatística”.

Quando o sol saía, levantava um pouco nosso ânimo. Aí, era preciso fazer alguma coisa com mais tempo livre. Havia tanto para ler. Havia tempo para contemplar as montanhas e os campos rupestres ao nosso redor. Havia muito em que pensar. Inclusive e principalmente na pandemia, que é problema pessoal, familiar, social e político.

---

<sup>1</sup> Sobre a epidemia de meningite em São Paulo e no ABC paulista, que, além de numerosas mortes, provocou a transferência dos Jogos Panamericanos de 1975 do Brasil para o México, ver o trabalho de Luiz Eduardo Simões de Souza (2020).

Portanto, assunto de história do tempo presente. Assunto também do que se chama de história pública.<sup>2</sup> Questão instigante de história, que nos convida a pensar historiograficamente. Mas o que tem a dizer sobre uma pandemia um profissional da história? Não seria esse tema próprio da seara dos biólogos e médicos? Em tempos de infodemia, isto é, quando há excesso de informações (verdadeiras e falsas) circulando na internet, é alta a chance de que este texto desperte atenção mínima.

Todavia, achamos que valia a pena escrevê-lo e publicá-lo, porque o seu objetivo principal é mostrar a perspectiva da história, o seu olhar específico a respeito das trajetórias das sociedades e de suas relações com outras sociedades e a natureza. Apresentar elementos de um “arcabouço teórico” capaz de auxiliar a compreensão mais geral do fenômeno da emergência de doenças zoonóticas, cada vez mais frequente nas últimas décadas. Como e por que isso ocorre? Arcabouço que nos permita, por um lado, situar a Covid-19 no conjunto de doenças humanas que infectam e matam multidões em partes diversas do planeta, desde a mais remota antiguidade. Observar o contexto do evento atual – que é, simultaneamente, fato natural e social –, compará-lo com outras ocorrências do passado e, dessa forma, tentar compreender o que está acontecendo agora.

Por outro lado, perguntar por que a reprodução do nosso modo de vida tanto gera como facilita a propagação de crises sanitárias a despeito de tecnologias médicas cada vez mais sofisticadas. E quais são as consequências em termos mais amplos? Isso prepara o terreno para pensarmos criticamente a questão da mudança social: nossa civilização poderá continuar trilhando o mesmo caminho ou precisará mudar radicalmente de rumo? Esse é, de fato, o fio condutor que interliga os capítulos deste livro.

A ideia-força é simples: não temos como separar história de natureza, sociedade/cultura de ambiente. A história exprime a unidade entre cultura e natureza, ambas em constante interação e transformação. As doenças contagiosas são produto das relações às vezes fortuitas entre biologia e sociedade. Certas doenças que tivemos, que temos hoje e que

---

<sup>2</sup> Conforme Gerald Zahavi (2011, p. 53), “a história pública explora e apresenta o conhecimento histórico – em uma variedade de formas – para além dos foros acadêmicos tradicionais. Trata-se de um campo ambicioso, que geralmente tenta construir uma ponte entre as análises detalhadas, nuançadas e profundamente investigadas dos historiadores acadêmicos e uma curiosidade histórica aparentemente insaciável, embora às vezes restrita e impaciente, do público em geral. (...) Ela é um veículo para ampliar nossa visão do passado através do uso sofisticado e criativo de exposições museológicas, performances teatrais, mídia audiovisual e muito mais. Ela é uma arena de disputas vigorosas, na qual adversários ideológicos lutam pelo legado, patrimônio e memória pública de acontecimentos ocorridos há muito ou há pouco tempo, e que ainda estão se desdobrando”.

poderão surgir no futuro dependeram, dependem ou dependerão de nossos deslocamentos geográficos, de nossos interesses de exploração de recursos naturais e de nossos meios técnicos de circulação. Isto antes mesmo do surgimento do capitalismo. E certas variáveis decisivas na propagação de epidemias não conseguimos controlar inteiramente ou resultam de maneira imprevista de nossas próprias ações. O que significa que as doenças fornecem a prova mais cabal, certamente mais dolorosa, de que jamais escapamos à natureza.

Cabe-nos registrar uma advertência: este livro não é uma história da Covid-19 dedicada a analisar os meandros da pandemia, as reações dos países diante do aumento dos contágios e das mortes, os esforços dos cientistas e dos médicos na busca de remédios e vacinas, a corrida dos laboratórios farmacêuticos para auferir lucros bilionários; nem se concentrará no exame dos efeitos sobre o comércio e a economia ou sobre os cotidianos dos milhões e milhões de pessoas afetadas mundo afora.<sup>3</sup> Isto exigiria analisar uma montanha de fontes, cujo crescimento ocorre diariamente, atulhando especialmente a internet. Para fazer algo nessa direção, tendo em vista o protagonismo das atividades *online* e das redes sociais, seria preciso aprender novas técnicas (“textometria”, por exemplo) e lidar com ferramentas para investigar e apresentar dados virtuais, na perspectiva de *big data*, o que está fora de nosso alcance. Fica para os mais jovens, não para quem se formou na era do trabalho “artesanal” do profissional de história lidando com arquivos analógicos. História digital nos soa como alma d’outro mundo. Já pensaram, até o Twitter merecer citação no trabalho?

A narrativa deste texto tem duas inspirações principais, que esperamos fiquem claras para os leitores já no decorrer dos primeiros capítulos. Uma é a tradição, que remonta seguramente aos anos trinta do século passado, do debate sobre as determinações sociais da saúde e da doença, alimentadora de inumeráveis pesquisas na história e na sociologia. A outra é mais recente, ganhando corpo somente a partir dos anos 1970: trata-se do campo de pesquisa da história ambiental. Ao compor um painel das interações recíprocas entre os grupos sociais e seus quadros ambientais, entre a cultura e a natureza, a sociedade e seu espaço físico, a história ambiental contribui potencialmente para, *em nós*, inscrever a *consciência ecológica* que Edgar Morin (2001, p. 76) definiu como “(...) a consciência de habitar, com todos os seres mortais, a mesma esfera viva”, reconhecendo nossa união consubstancial com a biosfera.

---

<sup>3</sup> Os dados sobre a pandemia apresentados neste texto referem-se ao primeiro semestre de 2020.

São os eixos e pontos de apoio a partir dos quais lançamos nosso olhar investigativo na direção da pandemia de Covid-19. Positivamente, são incompletos, mas inegavelmente auxiliam no entendimento crítico dos excessivos riscos sanitários que nossa civilização produz, e de como isso se relaciona aos problemas ambientais, econômicos e sociais que caracterizam o capitalismo contemporâneo. E, supomos, se mostram particularmente adequados para colocar em cena o lugar e o papel dos espaços rurais na pandemia e no pós-pandemia.

Ficou para trás o tempo em que o campo era tido como refúgio fora do alcance das grandes epidemias. Hoje, o campo é a origem delas. O desmatamento, a fragmentação florestal, a perturbação da vida selvagem pelo aumento desmedido e veloz do fluxo de humanos (garimpeiros, caçadores, madeireiros, agricultores, pecuaristas, turistas, etc.) entre áreas naturais e concentrações urbanas, a permanência de hábitos de consumo de carnes silvestres, o avanço das monoculturas, a criação industrial de animais e a exploração predatória dos recursos naturais das matas e pradarias do planeta: tudo isso cria condições de risco. Então, não é sensato fazer ouvidos moucos aos alertas dos especialistas: este é o século das zoonoses.

Mas por que estamos dando explicações, ao invés de convidar os leitores a percorrerem nossa narrativa? Por que estamos nos desculpando, fazendo tratos sobre forma, método e conteúdo? Por que tentar *a priori* dirigir ou cercear a leitura, se é que este texto terá leitores?

Uma boa resposta foi dada por Fiódor Dostoiévski (1821-1881), cujas palavras subscrevemos inteiramente: “(...) escrevendo, talvez eu sinta de fato alívio. (...) O ato de anotar é, de certo modo, um trabalho. Dizem que o homem se torna bom e honesto com o trabalho. Bom, pelo menos, eis aí uma chance”.<sup>4</sup>

Chance também de participar do debate urgente sobre os problemas estruturais da nossa sociedade e, assim, participar minimamente do desenho do futuro. Estamos sempre ansiosos por isso.

Vamos, pois, ao que interessa. Sem mais delongas.

---

<sup>4</sup> DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Notas do subsolo*, parte I, O subsolo. Trad. Maria Aparecida Botelho Pereira Soares. Porto Alegre: L&PM, 2018, p. 52.

## A perturbadora irrupção da morte

A vida e a morte são dados da realidade. Faces de uma mesma moeda. Uma e outra se sucedem. É o senso comum. Todos temos consciência delas. Vivemos e morreremos – é a regra do jogo. Pelo menos quando falamos em tese, é assim que enxergamos a coisa. A questão, para uns, é aproveitar a vida, dando-lhe sentido satisfatório conforme suas inclinações e princípios, porque a vida é uma só, breve e passageira. Para outros, a vida terrena é o campo de preparar e semear a vida eterna que virá depois da morte. Seja como for, vida e morte são naturais.

Da mesma forma, saúde e doença são estados da vida que todos nós experimentamos. Não nos são estranhos. Hora estamos saudáveis, hora estamos doentes. Cuidamos da doença e cuidamos da saúde, talvez mais da primeira que da segunda, no caso da maioria dos brasileiros. Todos sabemos o que é ficar doente. E todos desejamos gozar plena saúde.

É o óbvio ululante: a realidade biológica do *Homo sapiens* compreende, inapelavelmente, a saúde e a doença, momentos alternados de vigor e falta de forças, a integridade física e a lesão de órgãos ou de partes do corpo. Animais vivem, adoecem – muitas vezes se curam – e terminam morrendo. Morrem por causa de enfermidades, violências, acidentes.

Então, por que a morte inquieta a maioria de nós? Seres vivos têm instinto de sobrevivência e reprodução. Como o naufrago agarra a boia, a maioria das pessoas apega-se com unhas e dentes à vida, mesmo que ela não seja tão confortável ou promissora. O normal é ter medo da extinção. Por outro lado, homens e mulheres no Ocidente são apresentados desde crianças a histórias e imagens terríveis da morte. A “indesejada”, a “ceifadora” percorre nossos pesadelos como um esqueleto vestido com túnica negra com capuz, carregando uma gadanha. É assim desde o século XV.

A iconografia do Renascimento personificou dessa forma a morte, como se vê, por exemplo, na pintura *A Morte e o Avaro*, de Hieronymus Bosch (1450-1516), e na série de xilogravuras *A Dança da Morte*, de Hans Holbein, o Jovem (1497-1543). Entre o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna, a Europa assistiu ao nascimento das “danças da morte”, novo gênero artístico que, combinando texto literário e representação gráfica,

retratava a morte como um esqueleto que arrasta pessoas de todos os estratos sociais com sua dança macabra. O cinema do século XX também a representou muitas vezes assim. No catolicismo romano, a morte é espécie de primeiro juiz das almas: às “boas almas”, surgirá o arcanjo Miguel, o anjo bom, levando-as para o Céu; às almas pecadoras, ao contrário, surgirá Satanás, o anjo decaído, “o que tinha o império da morte” (Hebreus, 2:14), que as carregará para o Inferno. Ademais, a morte é um dos quatro cavaleiros do Apocalipse, texto repleto de caos e fúria.

A aflição que a morte individual e/ou coletiva nos causa precisa, pois, ser esconjurada, mantida sob controle, guardada em escaninho recôndito da alma. Na memória social, as ocasiões de enorme mortandade costumam sofrer processos simbólicos de mitigação, cujo objetivo é tornar suportáveis a dor e a perda das coletividades. Elas entram para os anais da história e são deixadas lá, em repouso e silenciadas. Parcimoniosos procedimentos ritualísticos possibilitam rememorá-las, porque o espetáculo da ação desimpedida do anjo da morte é atroz. Multidões massacradas ou abatidas por pragas nos causam náuseas. Deprimem. Angustiam.

Ao longo do século XX, especialmente nos países desenvolvidos do Ocidente no pós-Segunda Guerra Mundial, a ganância da morte perdeu gradualmente visibilidade. Os flagelos coletivos do passado refluíram: peste bubônica, lepra, cólera, erisipela gangrenosa, febre amarela, tifo, varíola. As doenças com as quais entramos em contato hoje são, o mais das vezes, individuais e não transmissíveis: doenças cardiovasculares, câncer, doenças crônicas (a hemofilia e o diabetes, por exemplo), autoimunes e degenerativas (como o Mal de Alzheimer). A propósito, escreveram Philippe Adam e Claudine Herzlich (2001, p. 24-25):

Se, durante as epidemias, reinavam o terror do contágio e a conseqüente rejeição generalizada ao doente, as doenças modernas não preocupam a todas as pessoas à sua volta indistintamente, mas talvez apenas as pessoas mais íntimas. Normalmente sem mesmo ter consciência, à diferença do que acontecia com várias doenças do passado, que deixavam marcas sobre o corpo (os bubões da peste ou as marcas permanentes deixadas pela varíola), as doenças crônicas não são acompanhadas de sintomas diretamente visíveis. Às vezes, apenas a própria pessoa sabe de sua condição de portadora da doença, e esta situação pode durar anos, ou a maior parte da vida do indivíduo, ou mesmo a vida inteira.

Nos tempos recentes, as epidemias tornaram-se mais raras e menos fatais. E as que surgiram geralmente causaram estragos em lugares distantes, desconhecidos e pobres do

planeta, e aparentaram possuir baixo potencial de ameaça às populações das nações mais afluentes. Caso das epidemias de Ebola na Libéria, na Guiné, em Serra Leoa e no Congo, na primeira metade da década de 2010, que tiveram tímida e lenta resposta por parte da comunidade internacional de saúde. Por isso, o diretor de operações da ONG *Médicos sem Fronteiras*, Brice de le Vingne, queixou-se:

Essa epidemia devastadora eclodiu cerca de 40 anos após a primeira descoberta do Ebola, em 1976. Mesmo assim, a falta de pesquisa e desenvolvimento voltados para a doença fez com que ainda hoje, após os ensaios médicos conduzidos no final da epidemia, não se tenha tratamento efetivo. Além disso, existe a necessidade de se obter o licenciamento de uma nova vacina que foi desenvolvida.<sup>5</sup>

Caso também da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) que apareceu em 2002, na China, matando oitocentas pessoas. Provocada por um coronavírus “irmão” do atual, ela foi rapidamente contida e mostrou, por conseguinte, baixo impacto global, embora tivesse alta letalidade. Olhada retrospectivamente, restou a impressão de que a SARS causara pânico exagerado nos mercados financeiros.

Nem mesmo a AIDS, surgida no princípio da década de 1980, apesar de ser doença viral contagiosa, despertou por maior tempo reações individuais e coletivas semelhantes àquelas geradas pelas epidemias do passado.<sup>6</sup> Em primeiro lugar, porque ela terminou acometendo e matando muito menos pessoas, graças à mobilização internacional, o maciço investimento médico e científico e as capacidades de reação (financeira, sanitária e social) das sociedades desenvolvidas. No mundo, estima-se a porcentagem de pessoas vivendo com o vírus HIV em 0,8%.<sup>7</sup> Os soropositivos, embora numerosos, não chegaram a alcançar porcentagens elevadas das populações nacionais, exceto em países africanos.<sup>8</sup> Em segundo lugar, o vírus da AIDS age lentamente: o tempo de latência entre a infecção e o desenvolvimento da doença pode chegar a dez anos. Tanto o soropositivo – que não é um

---

<sup>5</sup> Citação retirada da matéria “Fim da epidemia de Ebola na África Ocidental”, de 14 jan. 2016. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/fim-da-epidemia-de-ebola-na-africa-ocidental>.

<sup>6</sup> Sobre as reações iniciais à AIDS, ver o artigo de P. Bourdelais. Contagions d’hier et d’aujourd’hui. *Sciences sociales et santé*, fevereiro 1989, p. 7-12.

<sup>7</sup> Ver a matéria “Luta contra HIV na África Central e Ocidental”, da organização Médicos sem Fronteiras, de 26 abr. 2016. Disponível em <https://www.msf.org.br/noticias/luta-contr-hiv-na-africa-central-e-ocidental>.

<sup>8</sup> Conforme dados da OMS (Organização Mundial da Saúde), no Quênia, cuja população é de 30 milhões de habitantes, estima-se haver 3 milhões de infectados. Na África subsaariana, de cada 5 mortes 1 é decorrente da AIDS. Em Zâmbia e na África do Sul, cerca de 20% da população adulta e jovem encontram-se contaminados; em Botsuana, cerca de 39% da população entre 15 e 49 anos estão com a doença, e, no Lesoto e Zimbábue, o percentual é de 20%.

doente, mas uma pessoa “que pode ficar doente” – como o aidético (amparado pelo tratamento antirretroviral) foram ajudados a transformar sua condição em um estilo de vida, isto é, aprender a conviver com as limitações impostas pela sua condição e as exigências da vida familiar, profissional e social. Em terceiro lugar, a AIDS permaneceu erroneamente no imaginário coletivo como doença associada a certa cena *underground* das metrópoles, povoada por homossexuais e viciados em drogas injetáveis.

O fato principal é que a medicalização das sociedades industriais parecia ter domado a morte e, mais do que isso, exilado a morte no interior de hospitais públicos e privados cada vez mais monumentais, complexos e até luxuosos. O avanço da medicina científica e da indústria de fármacos e equipamentos médicos, a mobilização intensa de número crescente de médicos no sentido de conquistar plena autoridade sobre a doença e adquirir o monopólio de seu tratamento – que é o que a Sociologia chama de ascensão à condição de “profissão” –, o interesse crescente dos Estados e das burguesias nacionais pela saúde das populações e a evolução dos sistemas de proteção social como resposta às pressões políticas de trabalhadores e classes médias, tudo isso terminou inteiramente por deixar os doentes sob os cuidados dos médicos.<sup>9</sup> Os exames, os diagnósticos, as receitas e os tratamentos impostos aos pacientes pelos médicos passaram a estruturar suas percepções e experiências da doença. O saber e a prática médica tomaram definitivamente o papel que a religião tivera na definição dos termos do encontro do indivíduo com a doença e a morte. Uma e outra não têm nem a rua nem a casa como os lugares de seu combate, pois foram circunscritas aos hospitais – verdadeiras catedrais modernas, ícones do progresso científico e técnico, estruturas prototípicas da ordem higienista.

No decorrer do século XX, o “modelo médico”, além de se impor no campo da saúde/doença, transbordou para inúmeras outras áreas, reivindicando soberania normativa sobre setores variados da vida individual e coletiva. No início do século XX, mais precisamente em 1913, o senador francês Paul Strauss compreendeu que a higiene fazia parte da alta política:

É cada vez mais necessário compenetrar-se desta verdade que a higiene social é, na verdadeira acepção do termo, uma parte da arte de administrar e de governar e que

---

<sup>9</sup> Para discussão detalhada do processo de ascensão da “profissão” de médico, ver os trabalhos clássicos de Talcott Parsons (1948), da “escola estrutural-funcionalista”, e de Eliot Freidson (1970), do “interacionismo simbólico”.

doravante ela conquistou o direito de cidadania na política. O combate contra a superlotação das habitações, contra a tuberculose, faz parte desta higiene social, evocadora dos mais nobres sentimentos de solidariedade.<sup>10</sup>

Os médicos se impuseram na definição e no tratamento de problemas públicos: habitação, saneamento, circulação, desvios sociais (alcoolismo, drogas, abusos de crianças, homossexualidade, doenças mentais), educação (dificuldades de aprendizagem, atitudes e comportamentos), alimentação e hábitos de vida e até na relação familiar primordial, a filiação (com a reprodução medicamente assistida).<sup>11</sup> Sem recorrer a um clínico ou a um especialista, hoje não é possível arranjar emprego, tirar carteira de motorista, praticar esporte. Como bem assinalou Everett Hughes (1981), os profissionais médicos, “tomados coletivamente, pretendem dizer à sociedade o que é bom para o indivíduo e para a sociedade como um todo em determinados aspectos da existência”. A medicina se infiltrou nas estruturas sociais e, cada vez mais abstrata, adquiriu caráter administrativo, policial mesmo.

Pagamos de bom grado o preço cobrado por este poder médico insidioso e capilar, exatamente porque se apresentou como científico e benfazejo. A medicalização da sociedade prometia sociedade asséptica, hígida, estável e ordenada, capaz de vencer as dores físicas e psíquicas e de oferecer vida mais longa e ativa. Ante a onipotência reclamada pelos médicos, fizemos ouvidos moucos à tese de Ivan Illich, exposta em *Limites para a Medicina*: o fator médico é secundário na evolução do meio ambiente. Demos de ombro à tendência de custos crescentes da saúde a sobrecarregar os orçamentos nacionais. Tampouco nos importamos com a sensação que os pacientes têm de que os sistemas de saúde estão ficando cada vez mais fragmentados e incoerentes. E nos resignamos diante dos efeitos perversos (concentradores de renda e amplificadores das desigualdades sociais) dessa medicina organizada como negócio na maioria dos países.

Uma medicina de ponta e hospitais sofisticados para uma elite, para os que possuem bons planos de saúde. Apanágios de uma minoria abastada e ilustrada. A maioria do povo, no entanto, nas cidades e nos campos, na maioria dos países, pena com a falta de recursos, de atendimento médico e não raro acessa serviços de saúde sucateados e sobrecarregados,

---

<sup>10</sup> Paul Strauss, *Le logement populaire*, 1913. Apud. GUERRAND, Roger-Henri. Guerra à tuberculose! In: *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1991, p. 187-201. A citação está na página 192.

<sup>11</sup> A medicalização da sociedade tornou o que antes era ato condenável (*badness*) em doença (*sickness*). Ver a respeito Peter Conrad e Joseph W. Schneider (1985).

ineficientes e iníquos. Por toda parte, o que se observa hoje é o avanço do ímpeto de transformar a saúde em campo fervilhante de negócios privados: o mercado de saúde.

Até agora tudo ia razoavelmente bem. A última catástrofe sanitária mundial completara cem anos: a chamada Gripe Espanhola, causada pelo vírus *influenza*, que grassou entre janeiro de 1918 e dezembro de 1920, infectou 500 milhões de pessoas (um quarto da população mundial) e causou entre 20 e 50 milhões de mortes.<sup>12</sup> O *influenza* encontrou um nicho privilegiado nos acampamentos dos exércitos e nas trincheiras, onde ceifou a vida de dezenas de milhares de jovens soldados. É provável que tenha desequilibrado a batalha entre os impérios. Há quem atribua o colapso da grande ofensiva alemã na primavera de 1918, e, portanto, o resultado da guerra, ao fato de que os Aliados, em contraste com seu inimigo, tinham condições de reabastecer seus exércitos doentes com tropas estadunidenses recém-chegadas.

A doença chegou ao Brasil a bordo do navio inglês SS Demerara, que trouxe correspondências e tripulantes e passageiros contaminados. O navio aportou livremente em Recife, Salvador e Rio de Janeiro. De início, as autoridades do governo central não se preocuparam. O Diretor Geral da Saúde Pública, Carlos Seidl, julgou que a gripe tinha caráter benigno e não haveria, portanto, necessidade de adotar contra ela medidas preventivas. Manteve essa posição mesmo diante da vertiginosa subida no número de doentes e mortos. Em Curitiba, conforme a novela experimental de Valêncio Xavier, *O meç da grippe*, o cronista popular Jeca Rabecão ironizou o desprezo do Serviço Sanitário, dirigido pelo dr. Trajano Reis, pela epidemia iminente, em irônico portunhol: “La influenza española/ Esso todo, la gran grita,/ No tiene casi que nada/ No passa, cosa esquisita:/ De una... gran española”.<sup>13</sup>

O impacto da gripe na capital federal criou cenário terrível, descrito de forma dura por Pedro Nava no volume de memória *Chão de Ferro*:

Tráfego rareado, cidade vazia e meio morta, casas de diversão pouco cheias, conduções sempre fáceis, as regatas, as partidas de *water-polo* e futebol quase sem assistentes [...] O espantoso já não era a quantidade de doentes, mas o fato de estarem quase todos doentes e impossibilitados de ajudar, tratar, transportar comida,

<sup>12</sup> Para saber mais sobre a Gripe Espanhola, ver o livro de Gina Kolata (2002).

<sup>13</sup> Ver XAVIER, Valêncio. *O meç da grippe e outros livros*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. A referida novela, de 1976, foi tramada com recortes de notícias e anúncios dos jornais curitibanos *Commercio do Paraná* e *Diario da Tarde*, de outubro a dezembro de 1918, e depoimentos de “Dona Lúcia”, colhidos entre 1975 e 1976.

vender gêneros, aviar receitas, exercer, em suma, os misteres indispensáveis à vida coletiva.

Os jornais e partes da população começaram a clamar por quarentenas, mas Carlos Seidl não atendeu, justificando que as quarentenas não eram “nem possíveis, nem legais, nem científicas”. E pediu a censura aos jornais, porque o sensacionalismo da imprensa estaria espalhando o pânico nas cidades.

A piora da situação, principalmente no Rio de Janeiro, onde 66% dos habitantes foram infectados, forçou a mudança de atitude da União. Carlos Seidl foi substituído por Carlos Chagas e medidas mais enérgicas no combate à Gripe Espanhola foram adotadas pelo governo federal.<sup>14</sup> Carlos Chagas implantou cinco hospitais emergenciais e vinte e sete postos de atendimento à população em diferentes pontos do Rio de Janeiro. A capital federal contabilizou 14.348 mortes. Na capital paulista, as mortes somaram 2.000.

Todavia, vale lembrar que, na época, não faltaram notícias dizendo que a doença havia sido uma criação dos alemães. “Diziam que a sua mãe era a trincheira e seu pai, aquele filho da puta do kaiser”, escreveu Pedro Nava. Muita gente acreditava que a moléstia era engarrafada na Alemanha e depois distribuída por seus submarinos, que se encarregavam de espalhar as garrafas perto das costas dos países inimigos. Apanhadas nas praias por gente inocente, as garrafas espalhavam aquela terrível enfermidade. Também no caso da Gripe Espanhola, no Brasil inicialmente os mais idosos foram mais afetados (por isso, a doença foi apelidada de “limpa-velhos”); no entanto, com o passar dos meses, morreram principalmente homens adultos entre 20 e 40 anos, talvez porque, obrigados a trabalhar, se contagiaram mais facilmente. E, na tentativa de evitar a doença ou curar os doentes, depositou-se muita esperança no quinino (medicamento utilizado originalmente para o combate da malária), no limão e na canja de galinha. Houve uma corrida às farmácias em busca do quinino, seu preço aumentou assustadoramente e o produto acabou se esgotando. Ah, quinino, cloroquina... Como sentenciou o velho Marx, em 1852, “a história se repete, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”...

Ora, as cenas macabras da Gripe Espanhola e os relatos desesperados dos sobreviventes esmaeceram após tanto tempo. Viraram, por assim dizer, uma curiosidade de

---

<sup>14</sup> Para saber mais sobre a Gripe Espanhola no Brasil, podem ser consultados os trabalhos de Cláudio Bertolli Filho (2003) e Adriana da Costa Goulart (2005).

antiquário. Páginas empoeiradas guardadas em pastas velhas nos arquivos históricos. Poderia ter sido diferente? Não em uma sociedade que Eric Hobsbawm (1917-2012) caracterizou como desligada do passado, imersa profundamente em uma espécie de “presente contínuo”, que só tem olhos para as novidades, que fez do passado *tabula rasa*, que deposita tanta fé na tecnologia. Muito menos em uma sociedade que, cultivando imensa soberba, aderiu à ideia de que, com o progresso e a modernidade, tinha dominado a natureza.

A ironia da história é que podemos ter surpresas muito desagradáveis com essa confiança. Jamais deixará de ecoar a advertência do pensador David Runciman: quanto mais se confia na permanência, maior o risco de colocar tudo a perder. Economistas e historiadores têm obrigação de entender que todos os fenômenos são dinâmicos, que todas as variáveis e dimensões do mundo natural e do mundo social se alteram, mesmo que haja mudanças tão lentas que quase se tornam imperceptíveis. Afinal, a ideia de evolução entrou definitivamente no repertório das categorias científicas no já longínquo século XVIII.

Eis que chegou dezembro de 2019. E lá no Levante, na província chinesa de Hubei, um vírus soberano escapou de qualquer controle, ingovernável. Saltou de morcegos para humanos e se expandiu pelo planeta em velocidade impressionante.<sup>15</sup> Viajou clandestino nas rotas movimentadas dos negócios globalizados, em dois meses botando o mundo de joelhos, paralisado, amedrontado, ansioso, afogado na incerteza (sanitária, econômica, política). O súbito choque revelou-se cristalinamente no discurso do presidente francês, Emmanuel Macron: “É uma comoção antropológica profunda. Paramos meio planeta para salvar vidas: não há precedentes em nossa história”.

Governantes sérios e responsáveis – artigo que, diga-se de passagem, anda em falta nesta quadra – têm o dever de mobilizar seus povos e manter-lhes alto o moral durante as crises. No entanto, é saudável conservar um pé atrás diante de seus discursos, e dar algum crédito a Jorge Luís Borges: “*No nos une el amor sino el espanto*”...

Por que tanto espanto? A patologia inesperada, ameaçadora, ainda mal conhecida e sem tratamento específico ou vacina, ataca dois pilares de nossa vida cotidiana: a onipotência da ciência e a previsibilidade/precisão cronológica que rege a economia e as relações sociais.

---

<sup>15</sup> A bem do rigor, a origem evolucionária do SARS-CoV-2 é um coronavírus de morcego, como também nos casos dos seus parentes causadores da SARS, que surgiu em 2002 na China, e da MERS, identificada na Arábia Saudita, em 2012. O reservatório natural do vírus da SARS foi a civeta, pequeno mamífero comercializado em mercados na província de Cantão. O reservatório natural do vírus da MERS foi o dromedário. Não se sabe ainda qual foi o animal do qual o vírus da atual pandemia saltou para os humanos. Trata-se de distinguir “origem evolucionária” e “origem epidemiológica”.

Se “o remédio não existe”, entramos em pânico. Se as agendas pré-estabelecidas, os horários combinados e os projetos detalhados desabam, ficamos interditados, paralisados, à beira da aflição. O mundo fica de ponta a cabeça.

Façamos um breve relato dos cinco primeiros meses da presença do “vírus de Wuhan” no mundo. Em dezembro de 2019, a China identificou surto de doenças respiratórias na cidade de Wuhan. Em 31 de dezembro de 2019, alertou a OMS sobre 27 casos de pneumonia de origem desconhecida. No início de janeiro, os casos estavam concentrados na China, apenas alguns chegaram a outros países, por meio de pessoas infectadas que viajaram de avião ou navio. Em 20 de janeiro, o vírus foi identificado em Pequim e Shenzhen. No final desse mês, os casos alcançaram 10.000, espalhados na China e mais 129 países. Coreia do Sul, Japão, Hong Kong e Singapura viram crescer as infecções de maneira paulatina desde janeiro. Na Europa e no Irã, a partir de fevereiro surgiram surtos e os casos dispararam rapidamente na Itália, Espanha, Alemanha, França e Reino Unido. Os chineses anunciaram, em meados de fevereiro, que as infecções pararam de crescer de forma exponencial, em decorrência da quarentena e das medidas de distanciamento. Em contrapartida, os casos explodiram nos Estados Unidos em fins de fevereiro e início de março, na Califórnia e em Nova York. Em 11 de março, a OMS classificou o novo coronavírus como pandemia. Um a um, diversos países do centro e da periferia do capitalismo adotaram medidas mais ou menos rígidas de quarentena e isolamento social. Em abril, nos países europeus e nos Estados Unidos o vírus ainda estava em expansão. Em 28 de abril, a Covid-19 havia provocado mais mortes de norte-americanos em dois meses do que a Guerra do Vietnã, que durara mais de dez anos.

O Brasil se tornou o país latino-americano que registrou mais infecções. O primeiro caso no país foi noticiado em 26 de fevereiro, na cidade de São Paulo: um homem de 61 anos, que estivera na Itália semanas antes. Desde então, a infecção se alastrou por todos os Estados. Ao arrepio da vontade da Presidência da República, prefeitos e governadores impuseram o chamado “distanciamento social”, tentando ganhar tempo para preparar os sistemas de saúde e reduzir o contágio. Em 22 de abril, o Ministério da Saúde apontou oficialmente a existência de 45.757 casos e 2.906 mortes. A taxa de letalidade no país era, nessa data, de 6,4%, e cidades como Belém, Fortaleza, Manaus, Recife, Rio de Janeiro, São

Luís e São Paulo tinham seus hospitais públicos na iminência do colapso. Contudo, as autoridades da Saúde acreditavam que o pico da doença ainda não havia sido alcançado.

O quadro abaixo fornece números de casos confirmados registrados até os dias 22 de abril e 22 de julho de 2020, que devem ser tomados como estimativas, uma vez que há grandes taxas de subnotificação de infectados em razão da escassez de testes. Especialistas da Europa e dos Estados Unidos avaliaram que os casos podem, na realidade, ser entre dez e quinze vezes mais numerosos. Como se viu em epidemias do passado, o caos numérico continua sendo um dos traços marcantes das fases iniciais desses eventos, o que, obviamente, dificulta o enfrentamento dos patógenos transmissíveis.

**Quadro 1** – Dados sobre a Covid-19, em 22 de abril e 22 de julho de 2020

22 de abril de 2020			22 de julho de 2020		
Países	Casos	Mortes	Países	Casos	Mortes
EUA	851.789	47.684	EUA	3.957.220	142.993
Itália	187.327	24.648	Brasil	2.227.514	82.771
Espanha	208.389	21.717	Reino Unido	296.377	45.501
França	119.151	21.340	México	362.274	41.190
Reino Unido	133.495	18.100	Itália	245.032	35.082
Irã	85.996	5.391	França	178.336	30.172
Alemanha	150.648	5.315	Índia	1.238.798	29.861
China	84.287	4.642	Espanha	267.551	28.426
Brasil	45.757	2.906	Irã	281.413	14.853
Turquia	98.674	2.376	Peru	366.550	13.767
Rússia	57.999	513	Rússia	793.720	12.873
Mundo	2,5 milhões	+ 171 mil	Mundo	15.250.804	623.897

Fonte: BBC Brasil.

Se o vírus se comportar em toda parte como se comportou na China, onde, conforme estudo publicado na revista *The Lancet Infectious Diseases*, em 30 de março de 2020, desenvolvido com base em 70.117 casos clínicos diagnosticados naquele país, a taxa de letalidade ficará na faixa de 0,66% a 1,38%. Precisão macabra! Os responsáveis pelo estudo também fizeram estimativa de que entre 50% e 80% da população mundial poderão se infectar com o novo coronavírus.<sup>16</sup> Por conseguinte, um cálculo simples aponta que o número de pessoas mortas no mundo poderá alcançar, na melhor hipótese, a casa de 2,54 milhões. Isso sem levar em conta as pessoas acometidas por outras doenças cujo tratamento

<sup>16</sup> Ver <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/efe/2020/03/31/taxa-de-letalidade-da-covid-19-e-de-066-diz-estudo.htm>.

será recusado por falta de leitos nos hospitais colapsados. Oxalá, Deus ainda não tenha desistido da humanidade.

Mas que vírus é este que poderá causar tamanha mortandade, trazendo de volta cenas dantescas do “inferno sanitário”? O SARS-CoV-2 é um coronavírus, similar aos que causaram, em 1997, a chamada gripe aviária (vírus H5N1) e, em 2002, a epidemia de SARS (Síndrome Respiratória Aguda Grave), ambas surgidas em Guangzhou, polo fabricante chinês.<sup>17</sup> Todos esses vírus são “parentes” do H1N1 de 1918, causador da “Espanhola”. É um vírus constituído de RNA (como os do HIV, ebola, rubéola, dengue, raiva, sarampo e poliomielite). Existem mais epidemias de vírus de RNA porque eles mutam com mais facilidade do que os vírus de DNA (como os da varíola, herpes e catapora), o que gera uma vantagem para escapar do nosso sistema imunológico. O SARS-CoV-2 é transmitido por contato direto com os aerossóis de quem fala ou com superfícies recentemente contaminadas: alguém toca nelas e depois leva as mãos ao rosto. Tem muita capacidade de transmissão porque ela é assintomática e, na maioria dos infectados, não há doença. Assim, pessoas assintomáticas, levando vida normal, seguem transmitindo o vírus, espalhando-o amplamente. Isso indica que, pouco a pouco, o SARS-CoV-2 contaminará grande parte da população e, dessa forma, permanecerá entre nós. Cientistas apostam que ele será sazonal e coevoluirá com os humanos, de modo que, provavelmente, causará uma doença muito menos grave daqui a cinco ou dez anos.

Algo a comemorar? Não exatamente, se observarmos o caso da gripe. Mesmo tendo certa imunidade de rebanho, bons antigripais e uma vacina eficaz para a população de risco, a gripe continua matando quase meio milhão de pessoas, direta ou indiretamente, todos os anos.

O SARS-CoV-2 é certamente originário de um coronavírus de morcego; não um construto de laboratório. Edward Holmes, virologista australiano da Universidade de Sidney, esquadrinhou o genoma do vírus, publicando em 17 de março, na revista *Nature Medicine* os resultados do estudo. A conclusão foi taxativa: “Não há nenhuma evidência de que o SARS-CoV-2 tenha se originado em um laboratório de Wuhan; ele não é nem um constructo de laboratório nem um vírus manipulado propositadamente”. Os especialistas dizem que as técnicas de modificação genética dos vírus deixam vestígios. E Holmes e sua equipe não

---

<sup>17</sup> O Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus denominou o vírus de SARS-CoV-2. Covid-19 refere-se ao surto.

encontraram traços dessas pegadas de cientistas no novo coronavírus. Isto deitou por terra teorias conspiratórias que circularam nos Estados Unidos, na primeira quinzena de março, abraçadas com ardor panfletário pelo presidente Donald Trump. E, no Brasil, endossadas por altos membros do governo federal, como o chanceler Ernesto Araújo, que escreveu em abril no seu blog: o “vírus chinês” é peça-chave de um “plano comunista”.<sup>18</sup>

Pura estupidez. Explicação mirabolante. Delírio geopolítico. Risível distorção ideológica da realidade dos fatos. Ideia tão absurda quanto a lenda, fomentada pelo controverso cientista Shiva Ayyadurai, segundo a qual o coronavírus seria fruto de uma conspiração internacional para trazer vantagens às empresas farmacêuticas. Ou a hipótese, proposta em 2003 pelo astrofísico britânico Chandra Wickramasinghe, publicada na revista médica *The Lancet*, de que o vírus da SARS poderia ter vindo do espaço. Durante graves crises, quando mais se precisa de bom senso, abundam as tolices. Entre a máxima de René Descartes – “O bom senso é a coisa do mundo mais bem distribuída” – e a de Voltaire – “Preconceitos são o bom senso dos pouco inteligentes” –, é mais prudente ficar com a segunda...

Em outubro de 2015, o zoólogo estadunidense Peter Daszak, da EcoHealth Alliance (organização internacional dedicada a investigar doenças que emergem da vida selvagem), e a virologista chinesa Shi Zhengli, do Laboratório de Virologia de Wuhan, analisaram sangue colhido de 218 habitantes de quatro aldeias da província de Yunnan, moradores próximos de cavernas cheias de morcegos. Encontraram em 3% das amostras anticorpos contra coronavírus procedentes de morcegos, similares ao SARS. Conforme Daszak,

isso significa que todos os anos entre um e sete milhões de pessoas são expostas a coronavírus relacionados à SARS na região. (...) Entrar em cavernas de morcegos e caçá-los para comê-los, refugiar-se do clima do Sudeste Asiático em uma dessas cavernas ou morar perto de uma delas são coisas que acontecem todos os dias. E é assim que se propagam os vírus. (...) É completamente ilógico pensar que não foi isso que levou ao atual surto.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Convém assinalar que os chineses aventaram a hipótese de que o SARS-CoV-2 tivesse sido inoculado no território do país pelos Estados Unidos, e que o Irã anunciou que investigava se o vírus não seria uma arma biológica usada pelos estadunidenses contra o regime teocrático islâmico.

<sup>19</sup> Ver a matéria “O coronavírus saiu de um laboratório? A ciência responde às teorias da conspiração”, da edição de 17 abr. 2020 do jornal *El País Brasil*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-04-17/o-coronavirus-saiu-de-um-laboratorio-a-ciencia-responde-as-teorias-da-conspiracao.html>.

Ora, pensar no vírus da Covid-19 como arma biológica (americana ou chinesa) ou como conspiração da *Big Pharma* é também sintoma de imperdoável ignorância histórica. Como se verá no capítulo seguinte, na trajetória humana incontáveis vezes patógenos saltaram de animais para as pessoas. É grande o mundo das infecções de origem animal. Vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos foram protagonistas na história.

O que surpreende não é a Covid-19 ser causada por um coronavírus originário de morcego, mas o despreparo da maioria dos países, incluindo muitos integrantes do clube dos ricos, para combaterem a nova doença! Coisa absurda porque, como apontou Allison McGeer, “há só três coisas inevitáveis neste mundo. Morte, impostos e pandemia de gripe”.<sup>20</sup>

E por que a China é o lugar natal da nova pandemia? A resposta salta aos olhos. O sudeste da China é um centro de diversificação de coronavírus porque possui grande quantidade de espécies de morcegos (cada uma com seus vírus característicos), alta densidade populacional humana e de animais de criação e contato constante entre pessoas e animais (que inclui o costume de caçar e comer morcegos). Condições que favorecem a circulação de vírus e a ocorrência de mutações quando eles ultrapassam a barreira de espécie. Situação similar ocorre em Myanmar, Laos e Vietnã.

Esta discussão sobre as origens do SARS-CoV-2 e o modo como ele saltou para os humanos é boa ocasião para reafirmar um dos traços distintivos da ciência, relacionado tanto à elegância como a concisão e economia de meios na formulação de explicações e teorias. Trata-se do princípio que entrou para a história da ciência com o nome de “Navalha de Occam”: a explicação para qualquer fenômeno deve pressupor a menor quantidade de premissas possíveis. A enunciação em latim é esclarecedora: *entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem* (as entidades não devem ser multiplicadas além da necessidade). É a “Lei da Parcimônia” (*Lex Parsimoniae*), uma ferramenta lógica que permite escolher, entre várias hipóteses a serem verificadas, aquela que contém o menor número de afirmações não demonstradas. Deve-se eliminar o supérfluo.

---

<sup>20</sup> Ex-diretora do Hospital de Controle de Infecções de Mount Sinai, no Canadá, em entrevista para a série documental “Explicando”, de 2019.

Inexistem motivos que justifiquem historiadores e cientistas sociais desdenharem da “Navalha de Occam” no exercício de seu *métier*. Nem políticos e nem diplomatas deveriam violar esta lei com tanta desfaçatez.

É o caso, então, de dar crédito a Jane Goodall, primatologista e ativista ambiental, que, do alto dos seus 86 anos de idade, afirmou em entrevista recente: “Em cada conferência, e dou várias por dia, falo sobre o fato de que nós mesmos provocamos esta pandemia”.<sup>21</sup>

Mas como é que os humanos podem fabricar pandemias? E desde quando somos capazes dessa sinistra proeza? Trataremos dessas perguntas nos próximos capítulos.

---

<sup>21</sup> Entrevista de Jane Goodall a Ana Fernández Abad, publicada no jornal *El País Brasil* em 22 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/smoda/2020-06-22/jane-goodall-nao-deixarei-que-sujeitos-como-trump-e-bolsonaro-me-facam-calar-morrerei-lutando.html>.

## Doenças, epidemias, pandemias e história

O que Santo Agostinho (354-430) pensou a propósito do tempo, na obra *Confissões*, vale perfeitamente para a história. Então, vamos parafraseá-lo, trocando tempo por história: O que é história? Se ninguém me perguntar, eu sei. Se alguém me perguntar, eu não sei. Essa dificuldade é incontornável, porque a história – como o tempo –, por ser mudança, não pode ser aprisionada em medições ou categorias rígidas e estanques. Mas houve um momento em que se tentou enquadrar tanto a história-processo como a história-conhecimento em perspectivas estreitas, formalistas, deterministas e generalizantes.

No século XIX, as ciências sociais nascentes e a história – *vecchia Signora*, que há séculos revestira-se de solenidade como *magister vitae* – almejaram adotar o modelo de cientificidade da física e da química: jargão específico, métodos codificados e replicáveis e a formulação de leis gerais dos fenômenos investigados. Os esforços, apesar de incessantes e intensos, terminaram produzindo resultados pífios. Os processos históricos e sociais não se curvam facilmente a esse tipo de “envelopagem” cientificista, a matematizações e raciocínios lineares e deterministas.

Depois de inumeráveis controvérsias que se arrastaram pelos séculos XIX e XX, a história, no máximo, alinhavou alguns poucos pontos de base para as interpretações dos seus objetos – a vida dos homens no tempo. Chamaremos esses pontos praticamente consensuais de *constantes*. A primeira constante é quase um truísmo e tem a ver com a ideia de *historicidade*. A história é uma trama ininterrupta de permanências e mudanças, um jogo de durações, para tomar aqui a palavra de Fernand Braudel (1902-1985): um devir no qual se mesclam eventos, conjunturas e estruturas, o “tempo breve” se desdobrando sobre o pano de fundo da “longa duração” (BRAUDEL, 1986). Os eventos remetem diretamente à mudança, cuja velocidade pode variar bastante entre as épocas históricas; as estruturas, por sua vez, são nosso jeito inventado de pôr o tempo entre parêntesis, de organizar conceitualmente o fluxo histórico.

O historiador é aquele que, diante de um fenômeno, pergunta primordialmente por sua origem e sua transformação no decurso do tempo. Que aceita que há dimensões da vida social que se alteram rapidamente, outras que se transformam mais devagar, e algumas que

parecem quase imóveis, cambiando muito lentamente. Nesse sentido, o tempo histórico não é medido exclusivamente por calendários e relógios, tem ritmos sutis e variáveis. De modo que a *historicidade* é a pedra de toque da perspectiva histórica. Essa é a primeira constante da história: todo processo social é mutável, tem princípio, meio e fim, além de possuir ritmo próprio.

A segunda constante da história é, chamemo-la assim, a *potência expansiva* da humanidade. O *Homo sapiens*, espécie surgida nas savanas da face oriental do continente africano, espalhou-se pelo planeta em cerca de 100 mil anos – um piscar de olhos em termos de tempo geológico.<sup>22</sup> Movida inicialmente por imperativos derivados do modo de vida caçador-coletor. Mas logo impulsionada também, e principalmente, por forças mais sutis que a necessidade de encher o estômago: curiosidade, aventura, poder, prestígio, riqueza. Somente a Antártida escapou ao homem até o século XX. Ilhas, montanhas, vales, florestas, pradarias, pântanos, desertos: tudo foi pisado pelos assentamentos ou “correrias” humanas. Nenhum obstáculo natural, nem mesmo os oceanos, deteve a marcha da humanidade que a colocou em contato com os mais diversos ecossistemas planetários. O *habitat* humano é o planeta inteiro. É verdade que muitos povos se agarraram aos seus territórios originários, confinando-se neles. Outros, contudo, se moveram ou se movem como quem comeu canela de cachorro doido: sem trégua, em círculos cada vez mais extensos. Aceitaram correr riscos desconhecidos na expectativa de auferirem recompensas magníficas.

As palavras da historiadora portuguesa Cristina Brito (2020) expressam claramente esta “invariante” histórica:

Em termos históricos, os humanos foram-se estruturando em grupos culturais e em sociedades que tendencialmente se foram complexificando em termos de hierarquias e inter-relações. E se há culturas e sociedades mais fechadas, ditas isoladas, e que sobreviveram (ou ainda sobrevivem) em isolamento, a grande maioria dos grupos humanos, em algum momento da história, entrou em contacto com outros.

A *potência expansiva* da humanidade tem muitas manifestações diferentes: migrações, guerras de conquista, formação de reinos e impérios, alianças políticas, comércio, processos

---

<sup>22</sup> Por volta de 1,2 milhão de anos, o *Homo erectus* saiu da África, colonizou partes da Ásia, Europa e Oceania. Mas esse hominíneo acabou extinto. Os últimos da espécie viveram por volta de 27 mil anos atrás, na ilha de Java. A saída do *Homo sapiens* da África decorreu de secas intensas que afetaram negativamente a flora e a fauna do continente, forçando a emigração do homem moderno.

de difusão cultural, divisão internacional do trabalho. A história é também um processo de desencravamento de regiões e lugares. Uma chave interpretativa da história é a de pensar os espaços como palimpsestos, nos quais são gravadas as marcas de sucessivas ondas de povoamento e de intercâmbios civilizacionais. A história antiga da bacia do Mediterrâneo é lida há décadas nessa perspectiva. O mesmo ocorre com a história da China ou a história dos centros civilizacionais andinos e mexicas anteriores à conquista ibérica.<sup>23</sup> A primeira mundialização, sob o comando das monarquias europeias, só é satisfatoriamente compreendida nesse diapasão. E a época que vivemos hoje, de globalização sob a égide do capital financeiro, mais ainda.

Expansões, resistências, assimilações: a crônica histórica está repleta desses processos. E de seus agentes destacados: exploradores, soldados, mercadores, missionários. No futuro, quem sabe astronautas.

Examinada retrospectivamente, a história revela uma terceira constante. Talvez os físicos preferissem designar como “invariante”. Trata-se da *desigualdade*, ou melhor, das desigualdades (econômicas, sociais, políticas e culturais, como as raciais e de gênero). E muitas sociedades têm suficiente desigualdade a ponto de terem suas trajetórias em grande medida determinadas por elas, isto é, pelas tensões e conflitos gerados por elas. Exploração, violência e injustiça são frequentes onde impera maior desigualdade. Nas sociedades desiguais existem, em cada época, “vencedores” e “vencidos”. A formulação mais brilhante dessa “invariante” histórica devemos a Marx e Engels, no *Manifesto Comunista* de 1848: “a história da humanidade é a história das lutas de classe”.

A quarta constante histórica é de aceitação bem mais recente. Intuições a respeito dela remontam à Antiguidade, como na famosa sentença de Heródoto (485-425 a. C.): “O Egito é uma dádiva do Nilo”. Intuição certa que não recebeu, no entanto, desenvolvimento cabal: a natureza amiúde desempenha papel decisivo na história. Vinte e quatro séculos depois, a intuição se transformara em determinismo geográfico e, em seguida, determinismo biológico. Clima e raça explicariam os diferentes graus de progresso alcançados pelas

---

<sup>23</sup> No Peru, por exemplo, no século II a. C. havia povos indígenas organizados em reinos, vivendo em cidades cercadas por muros, praticando agricultura (milho, batata, feijão, mandioca) e criando lhamas, das quais aproveitavam a lã para confeccionar vestimentas. Comercializavam com o litoral e com a floresta das planícies orientais. Cidades como Tiahuanaco e Pucara (próximas ao lago Titicaca) e Pucara (mais ao norte) sediaram impérios, entre os séculos VIII e XII da nossa era. Guerras e comércio agitaram a região ao redor dos Andes, desde o deserto de Atacama, ao sul, até os limites de Cajamarca, ao norte. Ver Edward P. Lanning (1967).

sociedades. Contra esses determinismos se insurgiram Émile Durkheim (1858-1917), na sociologia, e Paul Vidal de La Blache (1845-1918), na geografia.

Hoje sabemos que a natureza não é somente cenário para a história, fixo e passivo. Não, natureza e sociedade influenciam-se mutuamente, coevoluem. Ou, dito de outra forma, variáveis ambientais têm lugar na história. O acaso e interações fortuitas de processos naturais e sociais têm importância.

É justamente essa quarta constante, essencial para o surgimento e desenvolvimento do campo da história ambiental, combinada com a segunda constante que nos possibilita examinar de modo mais sistêmico a pandemia que hoje nos atemoriza. A história – que é fraca e tateante em suas conclusões, o que é uma qualidade, não um defeito – nos conduz ao ponto de compreender que, se a emergência de novos patógenos é inevitável, as pandemias podem ser prevenidas ou substancialmente contidas. Não podemos tudo, mas podemos muita coisa.

### **A história humana é também história natural**

A pandemia de Covid-19 tende a ser encarada por muita gente como um “acidente” na história, coisa fortuita e externa à trajetória das sociedades, uma perturbação passageira que tem origem na natureza e afeta, pontualmente, a marcha da cultura. Natureza *versus* cultura, vírus *versus* humanidade. O mais comum é pensá-la como evento transitório, excepcional, embora dotado de grande força. Como uma rocha volumosa que, posta no meio do leito do rio, detém e desvia momentaneamente a corrente líquida. O rio, no entanto, a contornará, seguindo seu curso, indo adiante em busca do mar.

É assim que fomos acostumados a pensar a história, a formação e o desenvolvimento das culturas e civilizações. Normalmente, pensamos a experiência humana como algo que vai à frente sem esbarrar em restrições naturais. Essa é a premissa convencional: a história humana está separada da natureza, de modo que não importam as consequências ecológicas dos feitos humanos passados. Vemos a nós mesmos como “supernaturais”, isto é, seres fora e acima da natureza, que é apenas cenário passivo do desenrolar de nossa história. Nós não apenas teríamos dominado a natureza, mas nos tornado distintos dela, além dela.

Este engano, todavia, está cada vez mais nítido. O choque de realidade do século XX, com suas tragédias e riscos ambientais crescentes, forçou-nos rever e superar as divisões

rígidas e dualistas entre natureza e sociedade (DUARTE, 2005). A história ambiental contribui decisivamente para mudar nossa perspectiva de que somos “ímmunes” a variáveis ambientais, porque temos cultura (e ciência e tecnologia). A história ambiental vem repensando o lugar do ser humano no quadro mais amplo da história do planeta; vem chamando atenção para o fato de que a natureza é um *agente* e uma *presença* na história humana (WORSTER, 1991). A história ambiental trata de incorporar o biofísico de maneira forte na explicação dos processos históricos, ao lado das dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas que, de praxe, tomam parte na análise histórica.

A história ambiental não se limita a fazer inventários das alterações ou dos males infringidos pelos seres humanos ao planeta. Isso é insuficiente, e mesmo trivial, pois os humanos – por natureza – modificam os ambientes com os quais entram em contato. Ela postula que os humanos participam dos ecossistemas tanto como organismos biológicos aparentados com outros organismos, quanto como portadores de cultura. Estão, portanto, em toda parte e em cada época, inescapavelmente imersos na cultura e na linguagem e na esfera terrestre. O desafio, portanto, é construir leituras abertas e interativas das relações entre natureza e sociedade (MARTINS, 2007).

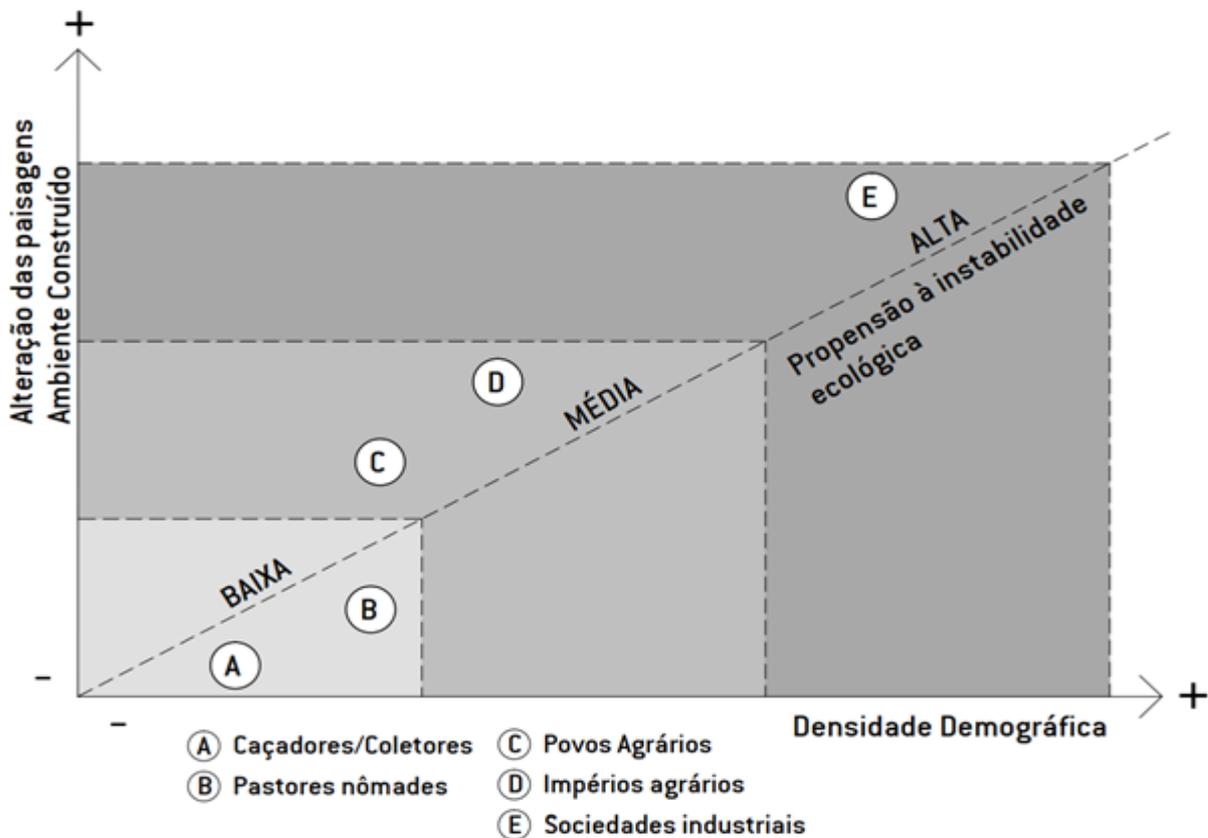
A história ambiental, conforme Elinor Melville e Guillermo Castro Herrera, “procura repensar as interações entre os sistemas sociais e os sistemas naturais, e as consequências dessas interações para ambas as partes, ao longo do tempo” (CASTRO, 2007). Ou, dito de outra forma, com as palavras de Regina Horta Duarte, a história ambiental “busca a compreensão de como os humanos foram afetados pelo meio ambiente ao longo do tempo e, simultaneamente, como os humanos afetaram o meio ambiente e os resultados disso”. Seu escopo gira em torno do debate sobre a constituição histórica e social da natureza pelo homem, o que significa que os historiadores devem atentar para: a) a diversidade de atitudes dos humanos diante do meio natural; b) a diversidade de significados e de representações da natureza; c) a diversidade de respostas sociais diferentes às condições da natureza e; d) a multiplicidade de formas de apropriação e modificação da natureza pelos grupos sociais (PÁDUA, 2010).

Quanto às determinações causais entre natureza e vida social, não se adota posição principista de qualquer espécie. O importante é manter atitude de observação diligente e abertura em cada situação de pesquisa. Em certas situações, os fatores biofísicos são

decisivos. Em outras, a tecnologia ou as visões de mundo podem ser preponderantes. Em todas as situações, no entanto, o biofísico, o social e o cultural estão presentes. Por outro lado, a história ambiental não pode ser antropocêntrica nem antropofóbica: as relações destrutivas e/ou construtivas entre homem e natureza devem aparecer no próprio andamento da pesquisa, sem leituras preconcebidas ou estereotipadas.

*Grosso modo*, historicamente as relações entre as sociedades e os ambientes naturais estiveram em nítida dependência de fatores como demografia, tecnologia, normas relativas à apropriação e distribuição de recursos naturais e repertório de crenças e valores referentes à natureza. Em modalidades e intensidades distintas, diferentes sociedades construíram paisagens culturais mais ou menos propensas a causar problemas ambientais no decorrer do tempo. A figura seguinte esboça esse aspecto, realçando que os humanos sempre promovem alterações nos seus ambientes:

**Figura 1** – Relação entre sociedades e alterações ambientais



Fonte: Elaboração do autor.

As grandes linhas de pesquisa da história ambiental podem ser sumariadas da seguinte maneira: 1) reconstituição de ambientes do passado, em que estão em jogo as transformações do mundo biofísico ao longo do tempo, incluindo o homem e suas relações com os lugares e tempos que estão sendo estudados; 2) inter-relações das sociedades com espaços geográficos, comportando investigações acerca da formação das paisagens no processo de constituição socioeconômica das sociedades, em conexão estreita com fatores ecológicos, a cultura material e os meios tecnológicos; 3) dimensões cognitivas do mundo natural em diferentes épocas e sociedades, que inclui estudos das cosmologias, ideologias, valores e comportamentos dos seres humanos em relação à natureza (WORSTER, 1991).

Estamos habituados a pensar sobre as interações que partem das sociedades para os ambientes. Discutimos muito a transformação do mundo pela ação humana: mudança climática, urbanização, intensificação da agricultura, expansão das atividades industriais e da extração de energia e materiais da terra e assim por diante. Notamos a contínua e acelerada conversão dos espaços naturais em espaços humanos, com cada vez menos recursos “restantes” para a vida de seres não humanos. Número crescente de pessoas sabe que, nos Estados Unidos, por exemplo, a população de borboletas-monarca diminuiu em 90% nos últimos vinte anos, enquanto a de abelhas *Bombus affinis*, antes encontradas em 28 estados do país, reduziu em 87% no mesmo período. Metade dos pássaros que viviam nas terras cultiváveis da Europa desapareceu em apenas três décadas. Quem não ouviu falar do estudo publicado em 2013 por “naturalistas amadores” da cidade de Krefeld (próxima a Düsseldorf, na Alemanha), que mostrou que o número total de insetos voadores capturados numa reserva natural local era, num mesmo ponto, 82% menor que em 1989, quando comparados os picos populacionais de meados do verão? Pessoas influentes tomaram conhecimento do estudo publicado em 2018, nos *Proceedings of the National Academy of Sciences*, no qual se estimou que, quando os mamíferos são considerados em termos de biomassa, 96% dela compõem-se de humanos e de animais de criação; e restam apenas 4% de animais selvagens.

Conversamos a respeito de extinção de espécies, de extirpação (extinção localizada) e de processos de defaunação (perda de indivíduos, de redução de abundância de toda vida animal de um lugar). Apaixonadamente debatemos as consequências negativas em cascata para o funcionamento dos ecossistemas e de serviços vitais à manutenção da civilização que

esses processos implicam.<sup>24</sup> Estamos convencidos de que, quanto maior o número de interações perdidas no ambiente, mais desordenados se tornam os ecossistemas, de maneira que lamentamos o que estamos fazendo com a natureza.

Todavia, nossa dificuldade de pensar as interações que partem da natureza em direção às sociedades é bem maior. Nesse aspecto, pisamos feio na bola. Simplesmente resistimos à ideia de que a natureza possa influenciar as sociedades. Como pode ser assim, se o Antropoceno – a era que vivemos – é a época do mundo moldado por humanos? É justamente em relação a esse gargalo que a história ambiental realiza serviço inestimável.

Alguns exemplos são suficientes para mostrar que tem sentido o principal *leitmotiv* da história ambiental, qual seja, afirmar a validade da ideia de que as sociedades não são imunes a fatores ambientais durante suas trajetórias. O primeiro caso envolve mudança climática: o peso de uma grande seca de 60 anos no colapso do Império Neoassírio, no século VII a. C.<sup>25</sup> Esse império, cujo centro era a mítica cidade de Nínive (atual Mossul), estendia-se no que hoje é o norte do Iraque e Síria, constituía uma civilização baseada na agricultura cerealista de sequeiro. Em torno de Nínive, diferentemente do que se via ao sul, entre os rios Tigre e Eufrates, não havia irrigação artificial. As colheitas, desse modo, eram estreitamente dependentes das condições climáticas. Uma das tarefas principais dos astrólogos-sacerdotes era justamente interpretar os sinais meteorológicos, oferecendo previsões aos reis. Numa tabuleta de argila de 2,7 mil anos, Akkulanu escreveu ao rei Assurbanipal: “Quanto às escassas chuvas deste ano e que não tenha havido colheita, é um bom presságio para a vida e bem-estar do rei meu senhor”. A expectativa do astrólogo certamente era a de que a seca seria curta, seguindo-se anos de chuvas generosas e colheitas fartas. Nesse caso, os armazéns dos palácios e templos poderiam socorrer o abastecimento da população, de modo que a vida do império assírio seguiria seu curso.

No entanto, em meados do século VII a. C., o núcleo do Império Neoassírio enfrentou situação atípica. Abateu-se sobre a região seca prolongada, de décadas. A falta contínua de colheitas deve ter exacerbado a instabilidade política na Assíria, lançando-a na direção do declínio. A seca e a falta de comida alimentaram tensões preexistentes no interior da

---

<sup>24</sup> Entre os serviços ambientais prestados gratuitamente por plantas e animais estão a fertilização do solo, a conversão de materiais, a captura de gases de efeito estufa, a produção de água e energia, a dispersão de sementes, a contenção de “pragas”, a polinização, etc.

<sup>25</sup> Ver a matéria de Miguel Ángel Criado, “A grande seca de 60 anos que derrotou todo um império”, publicada no *El País*, em 13 dez. 2019.

sociedade assíria, enfraquecendo-a, ao mesmo tempo em que provocava maior pressão dos assírios sobre os povos subjugados, como babilônios e medos. Foi uma aliança entre estes povos que arrasou Nínive. A grande seca foi fator central no destino do Império Neoassírio.

O caso neoassírio – ao qual podemos juntar o colapso da civilização maia, para o qual há evidências crescentes de que a seca também foi decisiva – conserva interesse às sociedades de hoje. Isso porque muitas regiões do planeta, graças ao chamado “aquecimento global”, estão se tornando mais áridas. Observa-se isso no sudoeste da América do Norte, Austrália, sul da África, região mediterrânea e Oriente Médio. Imaginar que a tecnologia moderna sozinha resolverá os problemas de secas mais longas nessas regiões é demasiadamente ingênuo e otimista.

Outra variação climática – nesse caso, o resfriamento – e uma doença teriam contribuído para o fim do Império Romano. Uma pequena “era do gelo”, entre os séculos V e VII, quando a temperatura média do planeta caiu quatro graus Celsius, impactou negativamente o poderoso império. O Sol teria ficado encoberto por longos períodos de tempo, em razão de numerosas erupções vulcânicas, geradoras de anomalias climáticas. Os aerossóis – minúsculas partículas sólidas que ficam em suspensão na atmosfera –, emitidos durante as erupções, reduziram a radiação solar que chegava ao solo, afetando a quantidade de chuvas e a produtividade na agricultura e pecuária, notadamente nos anos 536 e 541-544. A menor exposição à luz solar também diminuiu a produção de vitamina D nos habitantes do império. A combinação de menos comida e vitamina D enfraqueceu seus sistemas imunológicos. Ora, isso tudo agravou a virulência da Praga de Justiniano, a partir de 542, que devastou especialmente o Império Romano do Oriente, matando metade de sua população – cerca de 50 milhões de pessoas entre os séculos VI e VIII.<sup>26</sup>

O que ocorreu nesta época teria sido o oposto do que se passara no auge da expansão do Império, nos três primeiros séculos da Era Cristã, quando o clima era quente e chuvoso, favorecia a agricultura, a saúde das pessoas e uma economia pujante, capaz de colocar em níveis confortáveis as insatisfações internas. O clima contribuía para que, por volta do ano 100, o Mediterrâneo virasse um “lago romano” e o território do império alcançasse o norte da atual Inglaterra.

---

<sup>26</sup> A Praga de Justiniano foi a peste bubônica, causada pela bactéria *Yersinia pestis*, que voltaria a assolar a Europa, em ondas sucessivas, a partir do século XIV, com a designação de Peste Negra. A Praga de Justiniano se espalhou por toda a Europa, desde a costa mediterrânea até a Escandinávia.

Como salientou o historiador Kyle Harper (2017), fatores ambientais como erupções vulcânicas, redução da luz solar, frio e agente patogênico devem ser acrescidos aos fatores sociopolíticos (inflação, migrações de bárbaros, etc.) que levaram o Império Romano à exaustão.

É bem conhecido o papel decisivo dos micróbios na conquista espanhola de grande parte das Américas. As populações pré-colombianas alcançavam cerca de 100 milhões de indivíduos, dos quais 25 a 30 milhões viviam no México, e número similar abrigava-se no território das civilizações andinas. Gente demais para ser derrotada por algumas centenas de soldados sob o comando de Hérnan Cortez e Francisco Pizarro. Gente concentrada em espaços de alta densidade, mas basicamente saudável, sem experimentar surtos de mortandade causados por doenças contagiosas. Conforme William H. McNeill (1977, p. 177-178), “tudo indica que as comunidades ameríndias sofriam poucas doenças, apesar de tanto no México quanto no Peru, o tamanho e a densidade das populações já estarem muito além do limite de sustentação do contágio de epidemias pessoa-a-pessoa”.

Com Colombo, e os conquistadores que o seguiram, aportou nas Américas um arsenal de viroses – varíola, sarampo, catapora, coqueluche, caxumba, rubéola, gripe. Astecas e incas foram arrasados por elas, muito mais do que pelas espadas espanholas. Segundo McNeill (1977, p. 183):

O primeiro confronto ocorreu em 1518, quando a varíola atingiu Hispaniola, e atacou a população nativa com tal violência que Bartolomé de Las Casas acreditava que apenas mil pessoas sobreviveram. De Hispaniola, a varíola viajou para o México, onde chegou em 1520. (...) Claramente, se não tivesse ocorrido esse surto da doença, a conquista de Cortez teria sido muito mais difícil, talvez impossível. (...) O mesmo pode se afirmar a respeito das incursões de Pizarro no Peru, porque a epidemia de varíola não limitou seus estragos ao território asteca. Longe disso, ela se espalhou para a Guatemala, lá chegando em 1520, e continuou rumo ao sul, penetrando nos domínios dos incas em 1525 ou 1526. Suas consequências foram tão drásticas aí como entre os astecas.

A população do México desabou para três milhões em 1568, ou um décimo do que tinha sido antes de Cortez. Em 1620, caíra ainda mais, chegando ao mínimo de 1,6 milhão; a partir daí, teve recuperação irregular até o século XVIII. Tanto no México como no Peru, depois que a varíola passou, vieram os surtos violentos de sarampo (1530-1531), de tifo e de gripe.

Seres microscópicos e incompreensíveis botaram de joelhos os impérios ameríndios. Astecas e incas perceberam as doenças que os dizimaram como determinações divinas. Os conquistadores espanhóis também, com a diferença de que julgaram que eram sinais de que Deus estava do seu lado.

Outro caso de influência da natureza na história, tornado famoso pelo livro *Colapso*, de Jared Diamond (2005), é o desaparecimento do povo Rapa Nui, que teria sido um “ecocídio” na Ilha de Páscoa, no Pacífico Sul, hoje território chileno que abriga as figuras megalíticas conhecidas como *moais*.

A ilha fica ao sul da faixa tropical, possui flora e fauna limitadas e condições menos adequadas para a agricultura, assolada que é por ventos fortes e grandes oscilações pluviométricas. A cobertura vegetal original era composta por grandes palmeiras (gênero *Jubaca*), capins e samambaias. Conforme Diamond, os rapanuis foram uma grande e próspera sociedade que entrou em colapso por causa da degradação ambiental. A colonização da ilha se iniciara com polinésios chegados entre os séculos IX e X. A população teria aumentado aceleradamente, alcançando 15 mil habitantes no século XIII. O ponto fundamental teria sido o fato de os colonizadores polinésios terem encontrado um ambiente particularmente frágil e remoto. No final do século XVII, os rapanuis teriam desmatado a ilha inteira e extinguido a maior parte das plantas e dos animais. Disso teriam resultado fome, guerras e canibalismo. Nas palavras do biogeógrafo estadunidense:

Em apenas alguns séculos, os habitantes da Ilha de Páscoa liquidaram suas florestas, levaram suas plantas e animais à extinção, e viram sua complexa sociedade rumar para o caos e o canibalismo. (...) [Rapa Nui foi] o exemplo mais claro de uma sociedade que se autodestruíu ao explorar demais os próprios recursos.

O trágico “ecocídio” na Ilha de Páscoa contrastaria, por exemplo, com o sucesso de 3 mil anos dos habitantes da minúscula ilha de Tikópia, no sudoeste do Pacífico. Lá, em uma área de menos de 5 km<sup>2</sup>, graças a vários tabus e práticas que limitam o acesso a recursos e o tamanho populacional, a sociedade nativa e seu peculiar modo de vida prosseguem.

A versão do “ecocídio” dos rapanuis é contestada pelos estudos arqueológicos de Terry Hunt e Carl Lipo (2006), que propõe uma narrativa mais complexa para explicar a trajetória dos nativos de Páscoa. Segundo a dupla de pesquisadores, os primeiros colonizadores polinésios chegaram à ilha por volta do ano 1200, trazendo galinhas e ratos

(*Rattus exulans*). A população teria aumentado ao ritmo de 3% ao ano, de modo que, por volta de 1350, alcançara cerca de 3 mil habitantes. Desde então, permaneceu estável até a chegada dos europeus (1722), por causa das limitações ambientais de Rapa Nui.

Para Hunt e Lipo, o desmatamento da ilha ocorreu entre 1280 e 1650, intervalo de tempo bem maior que o assinalado por Jared Diamond. Simultaneamente, a população de ratos, espécie invasora sem predadores naturais, encontrou suprimento quase ilimitado de alimento de alta qualidade – as sementes de palmeiras. Os ratos se multiplicaram rapidamente, alcançando densidade próxima a 300 indivíduos por m<sup>2</sup>, excedendo o total de 3,1 milhões. A evidência arqueológica decisiva é o fato de que, virtualmente, todas as cascas de sementes de palmeira encontradas em cavernas ou escavações mostram sinais de terem sido roídas por ratos. Então, Hunt e Lipo apontam que o desmatamento da ilha foi obra de humanos cortando árvores, queimando lenha e samambaias, mas também de ratos comendo as sementes de palmeiras, diminuindo a sua reprodução. A situação em Páscoa estava, portanto, ruim na época da chegada dos europeus, com os nativos submetidos a pressões crescentes. Mas o contato com os europeus, significando conflitos, doenças e escravidão, provocou o colapso dos rapanuis. Houve forte queda populacional entre 1722 e 1888. Em fins dos anos 1870, restavam apenas 100 rapanuis na ilha.<sup>27</sup> O colapso teria sido muito mais genocídio que “ecocídio”.

As controvérsias sobre o colapso dos nativos da Ilha de Páscoa iluminam algumas lições que podemos aprender com a história ambiental. Uma é sobre os impactos potencialmente devastadores, e com frequência inesperados, que espécies invasoras podem gerar nos ecossistemas. Outra é sobre a multiplicidade de fatores que concorrem para a explicação de processos históricos. E também que erros e exageros nos argumentos para a proteção do ambiente prejudicam a causa do ambientalismo.

Último caso, referente aos embates entre potências coloniais no Novo Mundo. John R. McNeill (1999) estudou as relações entre as mudanças no ambiente e a geopolítica na América colonial, no período dos séculos XVII a XIX. Mostrou que o fracasso das expedições francesas e inglesas contra colônias espanholas no Caribe se deveu em grande medida à febre amarela e ao ambiente gerado pelos engenhos de cana. Nas regiões litorâneas

---

<sup>27</sup> A explicação proposta por Hunt e Lipo coaduna-se com a observação do antropólogo francês Alfred Métraux, que escreveu: “O fim de Rapa Nui foi uma das atrocidades mais medonhas cometidas por homens brancos nos Mares do Sul”.

do Mar do Caribe sob controle espanhol, a partir de 1640 houve forte expansão da lavoura canavieira, sendo que os hispânicos transformaram os principais portos de embarque da prata e do açúcar em fortificações de Vauban, capazes de resistirem a cercos prolongados. O avanço da cana e dos engenhos provocou devastação das matas, erosão dos solos geradora de pântanos, redução dos pássaros predadores de mosquitos e a proliferação, no interior dos engenhos, de milhares de vasilhas de barro (usadas para cristalização do açúcar) – ótimos abrigos para larvas de mosquitos.

O tráfico de escravos, por sua vez, introduziu no litoral caribenho o mosquito africano *Aedes aegypti*, passageiro clandestino dos tumbeiros. E também o vírus africano da febre amarela, presente nos corpos de escravos infectados, dotados de relativa imunidade contra a doença. A febre amarela se tornou endêmica na América Espanhola. A cana sacarina, erva trazida da Nova Guiné, gerou imensas mudanças ambientais na região. Demograficamente, favoreceu a formação de uma população crescente, constituída principalmente por negros e mestiços, capaz de fornecer estoque apropriado de sangue humano para as fêmeas do *Aedes aegypti*.

Ao contrário da população das colônias, as tropas francesas e inglesas que realizaram cercos aos portos hispânicos caribenhos eram constituídas por homens com sistemas imunológicos frágeis diante da febre amarela. Os hispânicos resistiam por alguns meses nas cidades-portos, à espera de que a febre amarela ceifasse as tropas invasoras, botando-as fora de combate e forçando sua retirada. Algo tão tipicamente humano, social e cultural – as disputas geopolíticas entre impérios coloniais – terminava decidido por uma erva, um mosquito e um vírus, elementos da natureza reunidos em determinado arranjo elaborado pela sociedade colonial.

Xeque-mate. História e natureza se influenciam mutuamente. Os feitos humanos do passado e do presente não são inteiramente autônomos ante a ecosfera. A natureza é agente e presença na trajetória das sociedades. E as consequências ecológicas das ações humanas no ambiente jamais podem ser desconsideradas. Isso ficou bem demonstrado em livro clássico da história ambiental, publicado pela primeira vez em 1972, por Alfred. W. Crosby (1931-2018). O historiador estadunidense mostrou que os intercâmbios entre o “Velho Mundo” (Eurásia e África) e o “Novo Mundo” (Américas) incluíram muito mais que pessoas e mercadorias. O “intercâmbio colombino” abrangeu plantas, animais e doenças, e significou

alterações substanciais em diversos ambientes. Crosby (2003) foi pioneiro ao apontar que, através do Atlântico, a partir do século XVI, circularam diferentes formas de vida, com destaque para os patógenos – micróbios, bactérias e vírus. E mais: que os impactos destes intercâmbios ecológicos, à época dos descobrimentos e da conquista, foram devastadores e irreversíveis. A “primeira globalização”, portanto, teve uma faceta ecológica e ambiental que precisa ser pesquisada e compreendida.

Resta bem assentado que vírus, bactérias, fungos, parasitas e outros organismos, elementos naturais do mundo, interagem conosco o tempo inteiro, no devir da história. Muitas dessas interações são benéficas, muitas são malignas, mas isso não os torna nossos inimigos. É pura arrogância humana tratar o SARS-CoV-2 como “inimigo invisível”, “vírus cruel”, “monstro terrível” ou “castigo divino” que irrompe como um “acidente trágico” na história humana.<sup>28</sup> A natureza não está em guerra contra nós; inversamente, nós é que a agredimos sem trégua nos últimos cinco séculos.

As doenças e os patógenos são elementos da história, simultaneamente naturais e sociais. Nunca é demais lembrar as palavras de Fernand Braudel: “Lucien Febvre costumava dizer: ‘a história é o homem’. Eu, por outro lado, digo: a história é o homem e tudo mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos”. E recordar Jacques Le Goff (1924-2014), que escreveu:

A doença pertence à história, em primeiro lugar, porque não é mais do que uma ideia, um certo abstrato numa “complexa realidade empírica” (M. D. Grmek), e porque as doenças são mortais. Onde estão as febres terças e quartãs dos nossos antepassados? A doença pertence não só à história superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à história profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações, às mentalidades (LE GOFF, 1991, p. 7-8).

Deixemos gente como Trump e Bolsonaro vilanizar os vírus. Isso não ajuda a compreender as interações desses seres com os humanos – e, por conseguinte, seus lugares na história – nem responder às epidemias que alguns deles causam. É hora de aprender com os biólogos que os vírus estão inscritos no nosso próprio DNA (UJVARI, 2009). Cerca de 8% do nosso material genético devemos a genes encontrados em retrovírus – são fósseis

---

<sup>28</sup> Não deixa de ser revelador de nossa arrogância pensar que Deus, quando quer nos castigar, lança contra nós a natureza, isto é, cataclismos – dilúvios, secas, terremotos, erupções vulcânicas, incêndios florestais, nuvens de gafanhotos, etc. – e pestes. Reitera-se, assim, o corte radical entre natureza e sociedade/cultura.

que, no passado, nos infectaram ou infectaram nossos ancestrais e impregnaram nosso DNA. As mitocôndrias dos animais de hoje, estruturas celulares que os capacitam a adquirir energia por meio do oxigênio, são vestígios fósseis de invasores virais do passado. O provável ancestral invasor de células responsável pela origem das mitocôndrias é o microrganismo causador do tifo.

Em teoria, a vida pluricelular pode ter sido uma adaptação de seres unicelulares decorrente da invasão de vírus, assim como os vírus teriam sido disparadores do vasto ramo evolucionário dos animais placentários. Nos humanos, a formação da placenta depende justamente da ação de genes pertencentes aos chamados retrovírus endógenos. Noventa e nove por cento dos vírus não nos prejudicam, ou nos ignoram, ou interagem conosco em sentido evolutivo. Apenas uma porcentagem muito pequena deles, embora muito incômoda, causa patologias significativas em nossa espécie ou em outros animais. Ou seja, vírus causaram doenças em nós, mas também nos ajudaram a ser o que somos. Então, são heróis ou vilões? A resposta é: são vírus, elementos da natureza. Ponto final. Não faz sentido transformá-los em bruxas ou demônios. Aliás, o diabo bem sabe, mas nos induz à ilusão. Como dizem os espanhóis: *“Más sabe el diablo por viejo que por diablo”*.

Daí porque é bastante inapropriado, embora compreensível do ponto de vista político, chamar de “guerra” a reação das sociedades às epidemias e pandemias. Humanos fazem guerras entre si, organizados em clãs, reinos, impérios, estados nacionais. As guerras produzem destruição material e ativam identidades emocionais fortes, que se sobrepõem a clivagens sociais, gerando coesão interna ainda que passageira. As epidemias e pandemias, mesmo quando têm efeitos econômicos de curto prazo, não causam destruição material e afetam os segmentos da população de formas diferentes, e em graus diferentes, frequentemente gerando reações defensivas de tipo “egoísta”: a fabricação de bodes expiatórios, de estigmatizações dos grupos sociais vulneráveis ou contagiados. Basta recordar o caso da Peste Negra na Europa Medieval. Os outros seres da natureza competem para perpetuar seus genes, o que muitas vezes provoca mortes e até extinção de espécies.

Mas ressaltamos que os patógenos bem-sucedidos são aqueles que, na longa duração, adaptam-se aos seus hospedeiros e produzem afecções mais brandas, crônicas ou sazonais. Um vírus de grande letalidade tem chance menor de se espalhar e sobreviver. Toda a evolução observada com os vírus é que, no final, eles se adaptaram, perderam virulência, e

vivem em harmonia com seu hospedeiro. No longo prazo, é claro. A questão é que, como disse Keynes, “no longo prazo estaremos todos mortos”...

Outra coisa que devemos evitar é o sentimento de surpresa diante da pandemia de Covid-19. Alegar que fomos pegos em calças curtas é pura hipocrisia, quando não negacionismo. Os germes e as grandes epidemias têm vida própria, surgem e ressurgem através da história há milhares de anos. Não sabemos prever sua emergência, pois esse fenômeno não obedece a regra ou a ciclo conhecido. O que não significa que estamos completamente no escuro. No mínimo, podemos lançar mão da história, atentando para o fato de que a expansão dos humanos pelos ecossistemas e a intensificação de suas relações de troca potencializam oportunidades de contágio. E podemos usar de cautela, examinando de modo mais holístico a situação e os riscos sanitários a cada momento.

Por outro lado, o conhecimento histórico – mas não só ele – também derruba nossa suposição de que controlar as enfermidades e as epidemias é, sobretudo, assunto tecnológico, tarefa cuja realização depende tão somente da ação de “especialistas” e de uma boa administração. Tanta gente pensa que, se a Covid-19 nos pegou, é porque fomos lerdos e incompetentes. Veja-se, por exemplo, a opinião do divulgador científico David Quammen:

A ciência e a tecnologia adequadas para enfrentar o vírus existem. Mas não havia vontade política e, portanto, dinheiro, nem coordenação entre Governos locais e nacionais, e entre Governos no mundo. Também não há vontade para combater a mudança climática. A diferença entre isto e a mudança climática é que isto está matando mais rápido.<sup>29</sup>

Conforme Quammen, os governos ignoraram as advertências dos cientistas, não se prepararam, não gastaram dinheiro com unidades de terapia intensiva, respiradores, máscaras e luvas. Então, por falta de preparo, tiveram que confinar os cidadãos. Parece o economista Robert Solow falando sobre o poder ilimitado da tecnologia humana: nós sempre seremos capazes de descobrir solução para qualquer problema, a preços razoáveis. Tudo se reduz a desenvolver mais exossomatismo, observando os estímulos emanados do nosso sistema de preços. O triunfalismo tecnológico, marca de nossa civilização, supõe que é suficiente a

---

<sup>29</sup> Entrevista concedida a Marc Bassets, publicada no jornal *El País Brasil*, em 19 abr. 2020. David Quammen é autor de *Spillover: Animal Infections and the Next Human Pandemic*. New York: W. W. Norton & Co., 2012.

construção de sistemas sanitários sólidos, compostos por agências capazes de atender as emergências com os recursos disponíveis. Eficiência é tudo!?

A saúde coletiva seria dádiva dos medicamentos, hospitais, fumigações, vacinações e normas de higiene. Entramos em parafuso quando essa crença falha: cadê a vacina contra o SARS-CoV-2? E quais remédios tratam a Covid-19? Talvez se explique assim a busca desesperada pela “bala mágica” (a cloroquina?).

A história, particularmente a história ambiental, mostra o quanto é incompleta e precária esta crença na “racionalidade técnica” produtora de uma miríade de máquinas, drogas e materiais. Políticas sanitárias que foquem de maneira restrita a saúde humana são de eficácia duvidosa e até contraproducentes, se não forem combinadas com melhorias drásticas do ambiente e estilos de vida das comunidades.

Doenças têm relação com o modo como interagimos com a natureza, alterando os ambientes nos quais vivemos, e seguem nossos movimentos sobre a superfície do planeta. Vejamos isso um pouco mais de perto, por meio da análise breve da origem de algumas doenças humanas.

### **Interações ambientais e surgimento de doenças**

Ao povoar a África e, em seguida, colonizar diversas regiões do Oriente Médio, Europa, Ásia e Oceania e, finalmente, alcançar as Américas, os hominíneos começaram a modificar paisagens naturais. Primeiro, como caçadores-coletores, de maneira bastante modesta. Depois, a partir da invenção da agricultura, a escala das alterações antrópicas cresceu gradualmente, em íntima relação com o aumento da população humana. Nessa trajetória de expansão pelo planeta, as interações com a natureza colocaram os hominíneos e o homem moderno em contato com diferentes vírus, bactérias, fungos, parasitas e microrganismos causadores de doenças. Esses seres acompanharam os *Australopithecus*, *Homo ergaster*, *Homo habilis*, *Homo erectus*, *Homo Neanderthalensis* e *Homo sapiens*, desempenhando papéis importantes na história.

Os leitores não se assustem com a fieira de patogenias – e seus respectivos patógenos e vetores – que se fará em seguida. Nem se indaguem como Ariel, o espírito sábio na peça *A tempestade*, de William Shakespeare: “O inferno está vazio e todos os demônios estão aqui”? Seres causadores de doença humana são elementos da natureza, e a natureza não deve ser

antropomorfizada. A natureza não é bela nem feia, boa ou má. Ela simplesmente é. A natureza opera por suas próprias regras, e não podemos mudar essas regras simplesmente não falando delas ou porque não gostamos delas. A natureza, como se discutiu anteriormente, influencia a história. Corriqueiramente, em decorrência de nossas relações com a natureza, epidemias emergem e nos colocam em dificuldades. Podem até selar os destinos de certos povos.

Os vírus da herpes labial e da herpes genital acometiam os hominíneos desde oito milhões de anos atrás, causando infecções dormentes, leves, que surgem esporadicamente no decorrer da vida dos indivíduos acometidos. Da mesma maneira, o vírus da catapora<sup>30</sup> remonta às raízes da árvore evolutiva humana. Outro companheiro nosso de longuíssima data é o vírus HPV, causador de alterações nas células do colo uterino que favorecem o surgimento do câncer. O vírus HPV, a partir de um ancestral comum com os papilomas vírus dos macacos, evoluiu adaptando-se a cada hominíneo emergente. Nossos ancestrais africanos apresentavam infecções genitais pelo HPV (UJVARI, 2009).

Outro caso interessante é o das tênias, parasitas de nossos intestinos. Nossas mães e avós raiavam conosco: não se come carne malcozida de boi ou porco. A *Tênia solium* é transmitida pela carne malpassada de porco; a *Tênia saginata*, pela carne malpassada de boi. As larvas das tênias ficam alojadas nas fibras da carne e, uma vez ingeridas por nós, se transformam em adultas no intestino. Viram as “solitárias” que podem alcançar até oito metros de comprimento. Os ovos das “solitárias” são expelidos com as fezes, alojam-se nas plantas do solo e terminam ingeridos pelo gado. Nesses hospedeiros, os ovos alcançam a musculatura e se transformam em larvas, que adormecem. Durante muito tempo, pensamos que os bois e os porcos seriam a fonte original das teníases.

Mas não é bem assim. As tênias são originárias de felinos, canídeos e hienas africanos. As fezes desses animais depositaram os ovos do parasita ancestral no solo. Herbívoros como os antílopes ingeriram esses ovos. Nossos ancestrais caçaram esses antílopes, comeram suas carnes e entraram em contato com as larvas das tênias ancestrais. Após séculos de evolução, as tênias se diferenciaram no organismo dos hominíneos, separando-se daquelas que infestam felinos e canídeos. Surgiram, a partir de 1,7 milhão de anos atrás, as *Tênia solium*, *saginata* e *asiática*, típicas dos humanos modernos. O *Homo erectus* iniciou o espalhamento

---

<sup>30</sup> Catapora é palavra tupi que significa “fogo que salta”.

desses parasitas pelo mundo. Os bovinos e os suínos, em contato com fezes humanas portadoras de ovos das tênia humanas, terminaram hospedeiros de suas larvas e, dessa forma, transmissores da doença. Os bois e porcos não originaram a “solitária”, apenas perpetuaram sua ocorrência, trazendo-a aos dias de hoje. As teníases humanas não são fruto indesejado da domesticação de animais; foram potencializadas pelo desenvolvimento da pecuária. No caso do Brasil, a *Tênia solium* foi introduzida pela colonização portuguesa, especialmente associada à criação de porcos.

Algo semelhante aconteceu com a tuberculose. Acreditava-se que essa doença antigíssima, causada por bactéria, saltara do gado bovino para os humanos modernos. A *Mycobacterium bovis*, causadora da tuberculose no gado (e que também é capaz de acometer o homem), teria originado a *Mycobacterium tuberculosis*, causadora da tuberculose humana. Os estudos de material genético recolhido em múmias egípcias, no entanto, mostraram que as vítimas antigas da tuberculose foram acometidas pela *M. tuberculosis*, não pela *M. bovis*. Resultado que não apoia a ideia de que esta última bactéria seria a primeira a infectar humanos. Mais ainda: os estudos comparativos do DNA das bactérias da tuberculose mostraram que um ancestral bacteriano originou primeiro a *M. tuberculosis*, surgindo depois a *M. bovis*. Essa bactéria ancestral teria surgido há três milhões de anos, e os *Homo habilis* e *Homo erectus* do leste africano portavam-na, transmitida por algum animal africano. Assim, humanos adoeceram de tuberculose antes do surgimento da *M. bovis* e da domesticação do gado (UJVARI, 2009, p. 40).

A tísica, nome que a doença teve durante séculos, acometeu milhões e milhões de pessoas, ricos e pobres, não dispondo até o século XX – época dos antibióticos – de tratamento. Havia, portanto, bastante temor de se ficar héctico, definhar, definhar e morrer. É o que se vê, por exemplo, com o menino Miguilim, no conto “Campo geral”, do livro *Manuelzão e Miguilim*, de João Guimarães Rosa. Desconfiado de sofrer de tísica, ele busca apoio na cozinheira Rosa:

Miguilim pergunta a Rosa: – “Rosa, que coisa é a gente ficar héctico?” – “Menino, fala nisso não. Héctico é tísico, essas doenças, derrói no bofe, pessoa vai minguando magra, não esbarra de tossir, chega cospe sangue...” Miguilim deserteia para a tulha, atontava.

No tempo em que Guimarães Rosa clinicou, a tuberculose recebia terapêutica consistente em repouso, alimentação reforçada, resguardo contra o vento pelas costas e ares de montanha. Por isso, Noel Rosa morou em Belo Horizonte em 1934-1935, para se curar da tísica apanhada na boemia carioca. Foi da nova capital mineira que ele escreveu para seu médico, Edgar Graça Mello, em 1935, contando a situação do tratamento num quase-samba:

Já apresento melhoras/ pois levanto muito cedo/ e deitar às nove horas/ para mim é um brinquedo./ A injeção me tortura/ e muito medo me mete/ mas minha temperatura/ não passa de trinta e sete.// (...) Creio que fiz muito mal/ em desprezar o cigarro/ pois não há material/ para o exame de escarro (...).<sup>31</sup>

Em diversos locais do planeta, o contato entre humanos e macacos foi responsável pelo aparecimento da hepatite viral. Vírus de primatas circularam entre gibões, orangotangos, chimpanzés e gorilas. Hominíneos e o homem moderno adquiriram esses vírus, em decorrência do contato com líquidos e secreções de macacos em momentos distintos de nossa história. No homem, os vírus evoluíram e deram origem aos tipos de vírus da hepatite B humana. Processo análogo ocorreu com a AIDS.

Chimpanzés do sul de Camarões e do norte do Gabão, na África, forneceram vírus aos homens por volta dos anos 1930 (GRMEK, 1995; DIAMOND, 1992). Os homens caçavam os chimpanzés, cuja carne era vendida nos mercados dos vilarejos próximos às matas. O sangue desses animais, em contato com escoriações e ferimentos dos caçadores e das pessoas que manipulavam a carne, transmitiu-lhes um vírus. Esse vírus adquiriu a capacidade de alcançar as secreções genitais humanas e, portanto, de saltar entre os humanos por meio das relações sexuais. Alastrou-se na África Central durante as guerras de independência e as guerras civis nos anos 1950 e 1970, até alcançar o Congo. A doença provocada por esse vírus foi escondida pelas diarreias, pneumonias e tuberculose amplamente disseminadas nas populações empobrecidas. Na mesma época, nas florestas da África Ocidental, mais precisamente na Guiné-Bissau, macacos mangabey capturados pelo homem transmitiram-lhe vírus semelhante àquele dos chimpanzés de Camarões e Gabão. Esse vírus espalhou-se por Cabo Verde, Gâmbia e Senegal. Chegou à Europa levado por soldados portugueses infectados. Em 1981, médicos americanos descreveram, de início em Los Angeles, depois

---

<sup>31</sup> Carta disponível em: <http://www.comunicacaoemsaude.carta-de-noel-rosa-edgar-graca-mello.html>.

em Nova Iorque, pessoas vitimadas por uma doença que destruía o sistema de defesa. O vírus foi identificado em 1983, recebendo o nome de HIV (vírus da imunodeficiência humana), comportando dois tipos: o tipo 1, nascido dos chimpanzés de Camarões e Gabão, e o tipo 2, derivado do macaco mangabey de Guiné-Bissau. Ambos originados do SIV (vírus da imunodeficiência do símio). Em 2003, após alastrar-se pelo mundo, o HIV infectara cerca de 40 milhões de pessoas.

No continente americano, doença antiga também resultou das interações entre os homens, animais e matas. Trata-se da doença de Chagas, cujo parasita, *Trypanosoma cruzi*, é típico do continente. Ele coevoluiu por milênios em gambás, tamanduás, ouriços, ratos, preguiças, morcegos e primatas, replicando-se nos tecidos desses animais. Insetos sugadores de sangue transferem o parasita entre os animais. Os principais transmissores são os triatomíneos, conhecidos como “barbeiros”. O *T. Cruzii* se multiplica no intestino dos barbeiros, inundando as suas fezes de parasitas. Quando o barbeiro pica o homem para chupar o sangue, evacua as fezes infectadas que atingem a corrente sanguínea. A doença de Chagas se inicia nas pessoas. Múmias com idades em torno de 4 mil anos encontradas no Peru e no Chile tinham restos de DNA do *T. Cruzii* em suas vísceras. Ao longo do rio Peruaçu, norte de Minas Gerais, a presença do *Trypanosoma* foi confirmada nos despojos de indivíduos que morreram entre 7 mil e 600 anos atrás.<sup>32</sup> Na década de 1970, novos casos de doença de Chagas surgiam à razão de quase cem mil anualmente. O avanço de pessoas sobre as matas e as casas de pau-a-pique forneceram alimento (sangue) e abrigo (fendas nas paredes) para os barbeiros, de modo que a doença se transferiu das matas para os domicílios de sítios, fazendas, povoados e periferias de cidades.<sup>33</sup>

Ainda na América, outra doença antiga sinaliza como as pressões humanas sobre as florestas podem originar efeitos negativos para a saúde coletiva. Desenhos em cerâmicas peruanas mostram ancestrais indígenas com desabamento nasal, marca típica da leishmaniose em sua forma cutânea e mucosa. A leishmaniose é doença crônica causada pela *Leishmania*, parasita que coevoluiu com mosquitos, que o transmitem pela saliva. Na sua forma leve, a doença provoca lesões de mucosas e pele, gerando úlceras e destruição do septo nasal; na sua forma grave, a leishmaniose compromete órgãos internos (fígado, baço, ossos), causando

---

<sup>32</sup> É provável, no entanto, que a doença no período pré-colonial jamais alcançara grande virulência ou importância epidemiológica. No Brasil, isso só ocorreu a partir do século XIX, com grandes migrações de colonos para o interior.

<sup>33</sup> Na África, um primo do *T. cruzii* causa a doença do sono. É o *Trypanosoma brucei*, que se reproduz na mosca tsé-tsé.

alterações sanguíneas, emagrecimento, debilidade e até a morte. Os povos dos antigos impérios pré-colombianos, ao ocuparem franjas das florestas tropicais da zona das fronteiras atuais de Peru, Bolívia e Brasil, adquiriram a *Leishmania*. As trocas e as guerras entre esses povos espalharam a doença para outras áreas.

A propósito da “doença dos narizes” na região oriental do Peru, Pedro Pizarro escreveu, em 1571:

(...) digo a quem vem aos Andes que aqui há um mal dos narizes semelhante ao Mal de Santo Antão, que não tem cura; existem alguns remédios para refreá-lo, mas no fim o mal volta e mata suas vítimas. Isso ocorre a todos os índios não nascidos e criados nestes Andes que aqui adentram, e em alguns naturais que, por causa do mal, são muito poucos.

Mais recentemente, a ocupação da Amazônia no “ciclo da borracha” e, décadas depois, a expansão de estradas e a exploração madeireira e mineral promovida pela ditadura civil-militar brasileira contribuíram para disseminar a doença pelo país.

Na década de 1990, a morte de um índio navajo em hospital do Novo México (EUA) revelou mais uma doença emergente, de origem viral, resultante da aproximação de aglomerados humanos de áreas selvagens antes isoladas. A doença pulmonar, agressiva, causa morte em 40% dos infectados. O patógeno é um hantavírus, que se multiplica em roedores. As suas fezes e urina carregam o vírus que permanece no solo. Ao ser mexido – varrido, por exemplo – a poeira do solo leva o hantavírus aos nossos pulmões. A redução das áreas selvagens nos Estados Unidos e a ampliação de moradias e depósitos de lixo trouxeram os roedores selvagens e o hantavírus para próximo das pessoas, para sótãos, porões, prédios abandonados. A partir de 1993, surtos de infecções causadas por diferentes hantavírus apareceram nos Estados Unidos, Argentina, Brasil, Paraguai, Chile, Bolívia e Peru (UJVARI, 2009, p. 81-83).<sup>34</sup> Esses patógenos ficaram por milênios refugiados nas matas, albergados em roedores, aguardando a hora certa de acometer os humanos.

Vale citar a dengue, que, no Brasil dos anos 2000, tornou-se problema de saúde pública. Doença incômoda, perigosa, que simboliza de certa forma nosso fracasso como

---

<sup>34</sup> O primeiro contato registrado com hantavírus ocorreu durante a Guerra da Coreia, nos anos 1950. Soldados americanos adoeceram na área do rio Hantan, com lesões nos rins e cerca de 10% de mortalidade. O tipo asiático de hantavírus é distinto do vírus americano. Os hantavírus americanos atacam os pulmões, os asiáticos, os rins, e ambos evoluíram de um ancestral comum originado na Ásia.

nação civilizada. A dengue também emergiu das entranhas das florestais tropicais do sudeste asiático. Os vírus ancestrais dos quatro tipos de vírus da dengue circulavam em macacos. O homem invadiu o *habitat* desses primatas, de modo que os mosquitos que atacavam os macacos contaminados começaram a picar humanos também. Os vírus precursores da dengue saltaram, assim, para humanos e abandonaram os primatas, dando origem à doença humana na Ásia. Os meios modernos de transporte e a Segunda Guerra Mundial se incumbiram de espalhar os vírus da dengue pelo mundo. Nas cidades, os patógenos se adaptaram facilmente ao mosquito *Aedes aegypti*, que se tornou o vetor da disseminação da doença.

No comprido rosário de doenças que nos afetam, surgidas em decorrência da intrusão da humanidade em ecossistemas florestais, cabe apresentar um último exemplo recentíssimo. É a curiosa emergência da doença de Lyme na região nordeste dos Estados Unidos, associada ao desmatamento. A *Borrelia burgdorferi*, bactéria causadora da doença, é transmitida por carrapatos que dependem do cervo e do camundongo-de-patas-brancas para se alimentarem de sangue e se reproduzirem. A população de cervos foi reduzida pelo desmatamento e caça, mas o mesmo não aconteceu com as populações dos camundongos: elas se aproximam dos assentamentos humanos nas bordas dos fragmentos florestais remanescentes, e se multiplicam. Os carrapatos jovens dos roedores terminam levando a bactéria para as pessoas. Descoberta em 1976, a doença de Lyme ocorre em 49 estados americanos e é hoje a infecção mais comum transmitida por carrapatos naquele país.<sup>35</sup> É, pois, uma doença endêmica, apresentando cerca de 20 mil casos anuais. Na Europa, é endêmica na Alemanha, Áustria, Suécia, Dinamarca, Noruega, Eslovênia e na Polônia, sendo frequentemente observada no Reino Unido, Espanha, Portugal, Suíça, Croácia, Itália e na República Tcheca (SANTOS *et al.*, 2010).

Desde a longínqua “Revolução Neolítica”, por volta de 12 mil anos antes do presente, a agricultura potencializou os perigos representados pelas doenças ao se expandir na superfície do planeta. As alterações antrópicas dos ambientais naturais adquiriram escala maior: remoção da cobertura vegetal para abertura de campos de cultura, construção de terraços, aldeias, fazendas, moinhos, paióis, fornos, canais de irrigação, reservatórios de água,

---

<sup>35</sup> Ver <https://www.msmanuals.com/pt/casa/infec%C3%A7%C3%B5es/infec%C3%A7%C3%B5es-bacterianas-espiroquetas/doen%C3%A7a-de-lyme>.

etc. Espécies vegetais úteis foram selecionadas, protegidas de seus “inimigos naturais” (ervas “daninhas”, insetos, pássaros, etc.) e reunidas em lavouras – processo que significa, simultaneamente, simplificação das paisagens e perda de biodiversidade. As populações humanas, mesmo que não de maneira linear, tenderam a ampliar-se e espalharam-se por todas as manchas de solo agricultável.

De que maneira a agricultura expôs a humanidade a microrganismos agressivos? Um exemplo elucidativo é fornecido pelas doenças causadas por plasmódios, como a malária, que ainda hoje mata mais de um milhão de pessoas no mundo anualmente. Bastante incômoda desde a Antiguidade, a malária é causada por quatro tipos de plasmódios: o *vivax*, o *falciparum* (o mais letal), o *malariae* e o *ovale* (ausente no Brasil, país onde meio milhão de indivíduos adquire a doença a cada ano). Todos eles estavam presentes entre os homens modernos, mas de modo tímido, transmitidos pela picada do mosquito *Anopheles*, cujas fêmeas se alimentam de sangue para manter suas funções reprodutivas.

As primeiras civilizações de agricultores alagaram terras, construíram açudes e canais de irrigação, acumularam águas nas zonas de lavoura, que se tornaram propícias à deposição de ovos dos mosquitos transmissores. Isso aumentou o número de vetores nessas áreas. Simultaneamente, a agricultura propiciou a aglomeração de pessoas nessas áreas, em contato com os mosquitos por causa do desmatamento. As fêmeas *Anopheles* passaram a encontrar muito mais sangue humano do que de animais do interior das matas em recuo. Como escreveu Guimarães Rosa, no conto “Sarapalha”, do livro *Sagarana*: “O mosquito fêmea não ferroa de-dia; está dormindo com a tromba repleta de maldades (...)”. Os mosquitos transmissores da malária seguiram a expansão das áreas agrícolas, de modo que as epidemias de malária se tornaram frequentes. A doença foi descrita por sumérios, chineses, povos indianos, acometeu gregos e romanos. Depois alcançou a Oceania, as ilhas do Pacífico e as Américas, trazida pelos conquistadores e colonizadores europeus.<sup>36</sup>

Ante a malária, não faz tanto tempo, muitos médicos nutriram sentimento derrotista: ela havia tomado conta de tudo, dominado toda a natureza, como escreveu Guimarães Rosa no fim do conto “Sarapalha”:

---

<sup>36</sup> Os estudos de DNA dos plasmódios *vivax* e *malariae* sugerem que eles chegaram à América na época da colonização europeia e atingiram os macacos do Novo Mundo, que não possuíam esses parasitas. As mutações originaram plasmódios de macacos americanos semelhantes ao plasmódio *vivax* humano (UJVARI, 2009, p. 106).

Estremecem, amarelas, as folhas de aroeira. Há um frêmito nos caules rosados da erva-de-sapo. A erva-de-anum crispa as folhas (...). Trepidam, sacudindo as suas estrelinhas alaranjadas, os ramos da vassourinha. Tiritam a mamona (...). É o mato, todo enfeitado, tremendo também com a seza.

Acostumados ao “encolhimento” do mundo nessa época de globalização, de comunicação em tempo real e transportes ultrarrápidos, pensamos as viagens como algo essencialmente bom e prazeroso, benignas oportunidades de intercâmbios. Elas têm esse aspecto, sintetizados no poema do romeno Lucian Blaga: “Em portos abertos para as maravilhas dos grandes mares/ Eu cantei com os pescadores, sombras altas na costa/ sonhando com navios que carregam/ o milagre estrangeiro”. A questão é que, desde a mais remota antiguidade, os barcos e os navios também carregam ameaças, como doenças agressivas e conquistadores cobiçosos.

A esquistossomose, nascida na África e na Ásia, é outra doença capaz de esclarecer mecanismos pelos quais a agricultura potencializou a morbidade de populações dispersas em diferentes continentes. Causada pelo parasita *Schistosoma mansoni*, afeta o fígado e recebeu no Brasil o apelido de “barriga d’água”. O parasita, na verdade o casal de *Schistosoma*, se aloja no conjunto de veias que formam a veia porta no abdome. Elimina grande quantidade de ovos, parte dos quais vai ao fígado, e outra porção chega ao intestino. Muitos são eliminados pelas fezes. Parte desses ovos amadurecem no interior de caramujos aquáticos do gênero *Bionfalária*, encontrados em represas, lagos e tanques. No interior dos caramujos, os ovos se transformam em cercárias e retornam à água. As cercárias invadem a pele das pessoas que entram em contato com a água contaminada.

Justamente esse ciclo de vida do *Schistosoma* foi favorecido pela agricultura. No antigo Egito, os camponeses banhavam pés e pernas nas áreas alagadas pela agricultura, em represas e canais de irrigação, locais onde caramujos proliferavam. Na Mesopotâmia, o mesmo ocorria. No Crescente Fértil da Antiguidade predominava, porém, o *Schistosoma haematobium* que ataca a bexiga urinária, cujos ovos foram encontrados em múmias egípcias de 3 mil anos antes de Cristo. O *Schistosoma mansoni* era bem menos frequente na população antiga do Egito e Mesopotâmia. Mas aumentou sua presença aos poucos, espalhando-se graças ao comércio de escravos, e terminou predominando nas zonas irrigadas da África, Oriente Médio e Ásia. Foi também pelo comércio de escravos, transportado clandestinamente nos terríveis tumbeiros, que ele alcançou o Brasil e o Caribe nos séculos XVI e XVII. Africanos

contaminados evacuaram seus ovos nas lagoas e rios americanos com presença dos caramujos, até então livres do parasita. Por conseguinte, tiveram início os focos de esquistossomose nas Américas.

No Velho Mundo e, em seguida no Novo Mundo, a agricultura forneceu grandes quantidades de água (para os caramujos e as cercárias) e corpos humanos em contato com essas águas, facilitando a transmissão da esquistossomose. Quando soube da erradicação da esquistossomose numa província chinesa, Mao Tsé Tong compôs um poema que se pode traduzir como “O Adeus ao Deus da Peste”, falando da alegria que sentiu ao saber da notícia.

Parafraseando trecho das *Cartas a um Amigo Alemão*, de Albert Camus, ocorre-nos pensar em todos esses lugares do mundo que conhecemos tão bem. É uma terra magnífica, feita de sofrimento e história. Que tem nos criadores de animais personagens destacados, embora muitas vezes rebaixados porque associados ao nomadismo. As cidades e os povos agricultores sempre nutriram indisfarçável temor das hordas nômades. Mas a pecuária ombreia a agricultura na tarefa de colocar o homem em contato com doenças. Talvez a supera nisso. Desde pelo menos 4 mil anos antes de Cristo, convivemos, principalmente no sudeste asiático, na Mesopotâmia e no nordeste africano, com animais domesticados: cachorros, cabras, porcos, gansos, galinhas, bois, cavalos e burros. Vivíamos amontoados com eles, que nos davam carne, leite e couros. E, de quebra, nos transmitiram vírus, como os do sarampo, da varíola e da gripe.

O vírus do sarampo é provavelmente asiático, nascido em algum lugar entre os rios chineses e indianos. Espalhou-se com facilidade, conquistando o Oriente Médio e o norte da África. As legiões romanas apanharam o sarampo nas suas campanhas orientais, e trouxeram-no para a Europa. Muitos séculos depois, os soldados, padres e colonos a serviço dos impérios modernos europeus levaram o sarampo para as Américas. Ainda hoje, mais de meio milhão de crianças morre anualmente da doença em países pobres. O sarampo originou-se de um vírus que acometia o gado nas estepes asiáticas, ancestral tanto do vírus da peste bovina como do vírus do sarampo. O vírus bovino saltou para os humanos em contato com as secreções e líquidos do gado. Sofreu mutações que o transformaram no vírus do sarampo. Ao novo vírus não faltaram humanos para reinfectar porque a população crescia, aglomerava-se em determinadas zonas agropecuárias e cidades. Crescimento que estimulou o

comércio, que multiplicou as guerras e promoveu a colonização de novas terras. Mercadores, soldados e viajantes levaram o vírus do sarampo para todos os cantos do mundo.

A história da varíola é semelhante à do sarampo. Sua origem também se deu em povoados antigos que domesticaram animais, no solo africano ou no oeste asiático. O vírus ancestral evoluiu nos camelos ou nos gerbos, roedores que habitam áreas desérticas na África e Ásia. Ramificou-se em muitos tipos diferentes, que acometem roedores, ruminantes, camelos, macacos e suínos. As terminações finais de sua evolução deram no vírus da varíola humana, do camelo e do gerbo. No vale do Nilo, na Mesopotâmia e nos rios da Índia, formaram-se aglomerados de humanos, camelos e roedores à época da agricultura. Do camelo – ou primeiro do gerbo para o camelo – o vírus passou ao homem. E a doença espalhou, tornando-se um flagelo para a humanidade até a segunda metade do século passado.

Nas Américas, ela foi introduzida pelos conquistadores espanhóis no Caribe, no México e nos Andes, enquanto os portugueses e os escravos africanos trouxeram-na ao Brasil. Os indígenas sul-americanos sucumbiam logo nos primeiros dias após o contágio, a mortalidade variando entre 30 a 50% dos infectados. A respeito dessa mortandade, Frei Toribio de Motolinia escreveu, em *História dos Índios da Nova Espanha*: “quando a varíola começou a atacar os índios, tornou-se uma pestilência tão grande entre eles, por toda a terra, que, na maioria das províncias, mais de metade da população pereceu... Morriam aos magotes como se fossem percevejos”.

No Brasil colonial, a varíola causou a maior mortalidade, tanto no campo quanto nas vilas e cidades. O estrago ocorreu em numerosas ondas epidêmicas, em geral chegadas de navio. As “bexigas” entraram provavelmente a partir de 1555, com os franceses calvinistas que tentaram fundar a França Antártica no Rio de Janeiro. Em 1560, novo surto varreu a região, dessa vez trazida por escravos africanos. Um grande surto ocorreu em 1563-1564, no qual morreram milhares de nativos ao longo de toda a costa brasileira. Pelo menos 30 mil em três meses. Esse surto iniciara-se em Portugal, em 1562, chegando a Itaparica e, em seguida, a Ilhéus. De lá, espalhou-se de norte a sul com extraordinária mortandade. Em 1565, um surto eclodiu no Espírito Santo. No século XVII, ocorreram surtos de varíola em 1616, 1621, 1631, 1642, 1662-1663, 1665-1666 e 1680-1684, geralmente iniciados nas capitânicas do norte (GURGEL, 2010, p. 120-127).

Durante a ocupação holandesa em Pernambuco, por exemplo, eclodiu a “grande peste das senzalas”, nos anos 1641-1642, que dizimou boa parte da escravaria regional. Em 1666-1667 ocorreu epidemia urbana bem documentada, que começou em Pernambuco, alcançou Salvador, Santos e São Paulo. As irrupções da varíola dizimaram brancos, negros e indígenas, deixaram em ruínas lavouras e engenhos, interromperam o comércio de tropas de burro e os navios evitaram temporariamente os portos. As câmaras tentaram sem sucesso conter o espraiamento da varíola com cordões sanitários, enquanto os médicos recomendaram tratamentos que incluíam grandes doses de excremento fresco de cavalo, tomadas diluídas em qualquer líquido. Os jesuítas acrescentaram à mistura papoulas vermelhas, bezoártico do Curvo (formulação com vários componentes) e bagas de sabugo (GURGEL, 2010, p. 154-160).

Na Europa do século XVIII, a varíola causava muito sofrimento, com surtos letais que surgiam em diversos pontos do continente. Nos locais afetados, de cada 100 pessoas, 95 adoeciam. Entre os doentes, 14,3% morriam. Na tentativa de salvar as populações dos flagelos, empregava-se a variolização.<sup>37</sup> No Brasil, a primeira variolização teria ocorrido por volta de 1740, ordenada pelo padre carmelita José da Magdalena, superior das Missões do Rio Negro (capitania do Grão-Pará), em território que abrangia 26 aldeamentos (GURGEL, 2010, p. 129-130).

Na primeira metade do século XX, o sertão das Minas Gerais ainda constituía campo de travessia da varíola, onde ela fazia colheita farta de vítimas e plantava cicatrizes nos que lhe escapavam. Cemitérios de bexigentos há em todo estado. Guimarães Rosa, no conto “Rebimba o bom”, do livro *Tutaméia (Terceiras estórias)*, falou da doença, descrevendo seus sintomas e sua fácil propagação:

Porque, eu era moço, restei sem pai e mãe, só entre os poucos mal perdoados estranhos, quando varejou minha terra a bexiga-preta, acabando com as pessoas e as palavras. De de-pressas lágrimas, me entendo. (...) Da bexiga-preta, tantos tão de repente amontoadamente mortos, as caras com apostemas e buracos. Disso, temi ficar louco. Dito que temia já o fétido de meu bafo.

---

<sup>37</sup> A variolização consistia em inocular material retirado de lesões variolosas em pessoas sadias, uma técnica milenar oriental. Ela acarretava altos índices de mortalidade, mesmo se o material das pústulas tivesse sido obtido de indivíduos com a forma mais branda da varíola. Os inoculados podiam desenvolver diferentes manifestações da doença.

A gripe, por sua vez, nos veio das aves e dos suínos. O vírus *influenza* tipo A circulava em aves aquáticas e migratórias na Ásia. Infestava patos, marrecos, gansos, flamingos, cisnes, gaivotas, garças e outras espécies de aves. Há cerca de dois mil anos a primeira forma de *influenza* estava na natureza. Na Ásia, as criações de galinhas e porcos facilitaram a passagem do vírus das aves selvagens para os animais domesticados. Surgiram as epidemias nas criações e numerosas variações genéticas do vírus trocadas entre galinhas e porcos. Diversos tipos de *influenza* saltaram para os homens. Em nós, o vírus prosseguiu mutando e adaptando-se, e, a cada inverno, ataca com mais força. A civilização industrial tornou corriqueiras as pandemias de gripe, sendo a mais famosa a da Gripe Espanhola de 1918-1919, causada pelo H1N1. Em 1957, ocorreu uma pandemia causada pelo H2N2, que matou mais de um milhão de pessoas. Em 1968, surgiu outra, deflagrada pelo vírus H3N2, vitimando 700 mil pessoas. Ambas originadas na Ásia.

Por que a Ásia costuma ser o nascedouro das pandemias recentes de gripe? A resposta é que, em nenhuma outra parte do planeta, há condições tão favoráveis para surgirem formas novas de *influenza*, resultantes da mistura de material genético de vírus das aves e dos humanos, realizadas nas células de porcos infectados. Na Ásia, existem as maiores aglomerações de pessoas, aves migratórias, aves domesticadas e porcos, o que significa grande quantidade de tipos de vírus circulando. Assim, em 1997, surgiu a epidemia de “gripe do frango”, na região de Guangdong, na China, causada pelo vírus H5N1 – uma mistura de RNA de vírus de codornas e de gansos. O H5N1 pulou de granja em granja, da China a Hong Kong, causando doença e mortes entre pessoas que lidavam com as criações. Entre 2002 e 2003, aves migratórias levaram o H5N1 para a Tailândia, Coreia, Vietnã, Camboja, Laos, Japão, Malásia e Indonésia, adoecendo e matando humanos e felinos. Em 2005, o vírus apareceu na Rússia, Turquia, Ucrânia, Romênia e Croácia, afetando aves selvagens e domésticas. No ano seguinte, ele deu as caras na Europa e no Oriente Médio. Matou gente na Indonésia, na Turquia, no Iraque, no Azerbaijão, no Egito e em Djibouti. Em 2008, quase 400 pessoas foram infectadas no mundo pelo H5N1, das quais 63% morreram (UJVARI, 2009, p. 139-150).

O H5N1 sinaliza que, a qualquer momento, a depender de mutações e adaptações de vírus das aves, podemos ter nova “pandemia de gripe asiática” tão ou mais letal como a “espanhola” de 1918. Mas a Ásia de hoje não é o Brasil do início do século XVI, terra

imensa, selvagem, de índios e degredados, sem riquezas fabulosas, que recebeu de Gil Vicente a frase ácida: “Ora assim me salve Deus e me livre do Brasil”. Quais empresas e países podem largar de mão a China, a Indochina e a Índia alegando que elas incubam gripes novas?

De passagem, já que estamos falando de gripe, vale recordar um aspecto da pandemia de 1918, que sublinha as relações entre determinantes sociais da saúde, condições ambientais e letalidade. 60% da mortalidade global que a “espanhola” provocou concentraram-se no Punjabi, Pompeia e outras regiões da Índia ocidental sob dominação inglesa. Áreas densas e pobres, fragilizadas pela combinação produção de grãos para exportação, brutais requisições governamentais de alimentos e ocorrência generalizada de seca. A escassez alimentar resultante atirou na subnutrição e na fome milhões de habitantes. Quando a gripe chegou, produziu-se sinistra sinergia: surtos descontrolados de *influenza* e pneumonias bacterianas aproveitaram a depressão da resposta imune das pessoas. No Irã, também durante a ocupação inglesa, aconteceu caso semelhante: anos de secas e de escassez alimentar, combinados com surtos de cólera e de malária, provocaram a morte de um quinto da população (DAVIS, 2002).<sup>38</sup> Essa história nos faz suspeitar o quão tola poderá ser a suposição de que, quando sobrevier o verão no hemisfério norte, ou quando o vírus SARS-CoV-2 aportar em terras tropicais quentes, a pandemia irá naturalmente arrefecer. Ou que, em regiões onde as populações são mais jovens (como a África), seu impacto será mais ameno. Não foi o que ocorreu no Brasil ou na Índia em 1918.

Nem mesmo as histórias de Drácula e de vampiros aterrorizando a Valáquia, nos Balcãs, escapam de manter relação com doenças transmitidas por animais ao homem. Os vampiros dos livros e filmes bem podem ter surgido da fantasiosa “idealização” de pessoas atingidas pela raiva, sofrendo contraturas na face, que expunham exageradamente seus dentes caninos, emitindo uivos por causa de espasmos musculares na garganta, e tendo salivações banhadas de sangue – como se tivessem mordido a jugular de alguém –, provocadas por dentadas e lesões na boca. Drácula e seu séquito de vampiros são a encarnação legendária de medos ancestrais e de cães raivosos, os quais teimavam aparecer nas cidadezinhas do sertão brasileiro todo mês de agosto, o mês do desgosto e dos sinistros.

---

<sup>38</sup> Na Gripe Espanhola, o total de vítimas como proporção da população total foi muito maior na Índia, Indonésia e África do Sul, alcançando até 5%. Em comparação, na Europa e nos Estados Unidos, essa mesma taxa girou entre 0,5% e 1%.

Os vírus ancestrais da raiva humana se transferiam de mosquitos a morcegos. Nestes animais evoluíram e originaram o vírus da raiva. Curiosamente, vampiros se transformam em morcegos, não é mesmo? Os morcegos hematófagos morderam animais carnívoros tanto domésticos como selvagens, por volta de dez séculos atrás, espalhando a doença. Cães com a saliva cheia de vírus morderam humanos, espalhando pânico nas cidades medievais, cujas populações se trancavam nas moradias. Grupos de homens armados rondavam as ruas para aniquilar os cães raivosos. Uma forma genérica do vírus da raiva encontrada em cães saltou para todos os continentes, faz três a cinco séculos, nos deslocamentos de colonizadores e imperialistas. Cães seguindo seus donos transportaram o patógeno, entraram nas matas para caçar. Tiveram raiva, perderam-se no mato, agrediram outros animais selvagens, morreram ao ar livre e foram devorados por carnívoros selvagens. Dessa forma, o vírus “cosmopolita” da raiva se alastrou. O fato é que, ainda hoje, a raiva ronda as cidades. Seus reservatórios naturais são raposas, guaxinins, martas e texugos. E os melhores amigos do homem, cães e gatos, precisam ser vacinados anualmente.

Em suma, o que devemos reter é que a transformação de terrenos selvagens em áreas de cultivo ou pastagem produz dois efeitos importantes no que se refere ao surgimento de doenças. De um lado, ao comprimir os *habitats* dos animais, a agropecuária coloca-os em maior proximidade e interação com os humanos e seus bichos domésticos, reduz a biodiversidade e perturba os ecossistemas, potencializando o surgimento e a difusão de patógenos. De outro lado, o avanço da humanidade (na forma de novas áreas agrícolas e cidades) favorece espécies mais acolhedoras para microrganismos que têm potencialidade de infectar humanos. Roedores, aves e espécies de morcegos são alguns desses melhores hospedeiros. Essas espécies animais beneficiadas pela irrupção humana em zonas selvagens – especialmente ratos e estorninhos com vidas rápidas e prolíficas –, conjecturam os cientistas, talvez possuam a característica de terem desenvolvido sistemas imunológicos mais tolerantes à presença de micróbios e, por conseguinte, favorecem a circulação notadamente de vírus. A proliferação desses animais mais adaptáveis às mudanças causadas pelas atividades humanas, concomitantemente com o desaparecimento de outros animais que os micróbios não infectam ou que resistem melhor à infecção, que são, portanto, uma barreira à progressão dos patógenos, torna as zonas de expansão agrícola bem mais arriscadas para doenças zoonóticas perigosas.

O quadro abaixo sintetiza dados sobre algumas das principais doenças que acometeram a humanidade, produziram surtos epidêmicos importantes e numerosas vítimas fatais.

**Quadro 2** – Algumas doenças contagiosas na história

Doença	Patógeno	Mortes
AIDS	Vírus	35 milhões desde a década de 1980
Cólera	Bactéria	Séc. 19: 1 milhão; Séc. 20: 800 mil
Ebola	Vírus	11 mil entre 2013 e 2016
Febre amarela	Vírus	Séc. 19: 100 mil nos EUA; 30 mil p/ano, princ. na África
Gripe Espanhola	Vírus	50 a 100 milhões
Malária	Protozoário	2000: 839 mil; 2015: 438 mil, 90% na África
Peste Negra	Bactéria	75 a 100 milhões na Idade Média
Raiva	Vírus	Dezenas de milhares p/ano, 95% na África e Ásia
Sarampo	Vírus	200 milhões entre 1855 e 2005
Tifo	Bactéria	Atenas antiga: 100 mil; Séc. 17: 10% da pop. alemã; Séc. 20: 3 milhões na Rússia
Tuberculose	Bactéria	25% das mortes na Europa nos sécs. 19 e 20
Variola	Vírus	Séc. 18: 400 mil na Europa; séc. 20: 300 a 500 milhões

Fonte: “Cinco epidemias que ajudaram a mudar o rumo da história”, BBC News/Brasil.

### **Pandemias e mudanças climáticas**

Faceta da pandemia de Covid-19 que surpreendeu as pessoas, alcançando destaque na imprensa internacional, foi a maneira como ela derrubou, de uma hora para outra, as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera. O tombo na atividade industrial e nos deslocamentos de pessoas e cargas entre os países e dentro dos países livrou os céus de milhões e milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> e outros gases associados ao aquecimento global.

As emissões diárias de CO<sub>2</sub> entre janeiro e abril de 2020 caíram 17% quando comparadas às do mesmo período de 2019. Caíram nos Estados Unidos e na China (menos 25%). Na Europa, a redução média foi de 27%, e no Brasil alcançou 25%, ligada principalmente aos setores de transporte e indústria. No âmbito mundial, os setores que mais reduziram as emissões diárias de CO<sub>2</sub> foram aviação (menos 75%) e transporte (menos 50%). No total, deixou de ser despejado na atmosfera 1,048 bilhão de toneladas de dióxido de carbono no período. Dessa forma, é provável que o ano de 2020 tenha as menores emissões em muitos anos.<sup>39</sup> Todavia, conforme dados da Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (NOAA) dos Estados Unidos, os níveis globais de CO<sub>2</sub> na atmosfera estão aumentando acentuadamente sem parar. Em abril de 2020, a concentração média desse gás

<sup>39</sup> Conforme notícias publicadas no *Correio Braziliense*, em 19 mai. 2020, e no portal *G1*, também em 19 mai. 2020.

de efeito estufa era de 416,21 partes por milhão, a mais alta desde o início das medições, em 1958, no Havai.

Esta redução de emissões parece ser temporária, tendendo a desaparecer assim que as atividades econômicas retornem aos níveis anteriores à pandemia.<sup>40</sup> Mas existe a chance de que se prolongue mais, dependendo de pessoas, empresas e governos utilizarem os choques causados pela Covid-19 como impulso para mudar padrões econômicos e sociais.

Seja qual for o impacto, temporário ou mais duradouro, a pandemia chamou atenção para a relação entre doenças contagiosas globais e mudanças climáticas. Relação que não é de agora, que a história aponta ser mais do que mera coincidência e ter duplo sentido. Mudanças climáticas podem favorecer a propagação e a virulência de epidemias, como no caso da Peste de Justiniano, de que se falou anteriormente. E, em sentido inverso, grandes pandemias podem gerar condições desencadeadoras de alterações climáticas regionais e/ou globais. Foi o que aconteceu entre os séculos XIV e XVII, no fim da Idade Média e início da Idade Moderna.

Na verdade, desde o século XIII ocorriam pequenos esfriamentos, notados especialmente na Europa. O gelo dos picos nos Alpes avançou até as cercanias de muitas vilas. Vilarejos foram abandonados no norte da Inglaterra, rios e lagos congelaram durante invernos mais rigorosos. Em toda parte, especialmente na França e na Alemanha, terras agrárias se perderam em razão do clima. Tudo isso afetou negativamente a produção de alimentos e enfraqueceu as populações. As epidemias, então, grassaram na Europa e na Ásia: varíola e Peste Negra.

A Peste Negra, chegada em terras europeias no ano de 1348, dizimou um terço da população. Na Ásia, também matou milhares e milhares de pessoas. A peste ainda retornaria em ondas sucessivas, com mortalidade semelhante, às cidades europeias até o século XVII.<sup>41</sup> A história reconhece-lhe papel decisivo no nascimento do sistema interestatal europeu moderno. O historiador inglês da Universidade de Oxford, Mark Harrison, sustenta inclusive a tese de que foi a Peste Negra que provocou a centralização do poder dos estados e sua delimitação territorial, como forma de controlar e limitar o contágio, difundindo novas

---

<sup>40</sup> Para ser duradoura, a redução de emissões de CO<sub>2</sub> na atmosfera dependerá, de um lado, de frear o desmatamento das florestas tropicais e, de outro lado, mudar a produção global de energia (hoje proveniente, majoritariamente, da queima de combustíveis fósseis, carvão: 38%, gás: 23% e petróleo: 3%).

<sup>41</sup> Apenas para dar ideia da letalidade das ondas de Peste Negra na Europa, assinalamos que, na epidemia do século XVII na Itália, a doença matou de 30% a 40% da população.

práticas higiênicas entre as populações que ainda viviam sob a servidão feudal. Aliás, por exagerada que se possa considerar a tese de Harrison, ela certamente nos auxilia no entendimento da reação “egoísta” dos Estados nacionais, através dos tempos, toda vez que tiveram que enfrentar epidemias contagiosas que se expandem por cima de suas fronteiras territoriais. Coisa que se viu agora, na pandemia da Covid-19 na corrida do tipo “salve-se quem puder” em busca de respiradores e máscaras.

Mais ou menos no mesmo período, entre os séculos XVI e XVII, verificou-se a enorme *débâcle* demográfica nas Américas, com a mortandade de indígenas durante a conquista colonial – por causa da fome, da espada, da cruz e dos germes trazidos pelos europeus (ROMANO, 2007). As estimativas giram em torno de 60 milhões de nativos mortos durante o avanço de espanhóis, portugueses, franceses, holandeses e ingleses nas Américas. Doenças como gripe, sarampo e varíola, sozinhas, mataram mais de metade dos indígenas.

A drástica queda populacional decorrente das epidemias na Europa, Ásia e nas Américas reduziu o uso agrícola de terras, o arroteamento de novas áreas (a machado e a fogo) e levou ao abandono de antigas zonas de lavoura e pastagem. Comunidades inteiras desmoronaram. Uma em cada dez aldeias na Inglaterra, na Toscana e em outras regiões foi perdida, e nunca refundada. As matas reconquistaram espaços antes tomados pela agricultura. A cobertura vegetal cresceu em diversas partes desses continentes. Essa invasão verde retirou gás carbônico do ar, de maneira que menos radiação solar ficou retida na superfície do planeta. Mais frio expandiu a superfície coberta por gelo. Queda demográfica, invasão verde, avanço do gelo: tudo isso formou um ciclo alimentador do frio, originador do período que ficou conhecido como “Pequena Era Glacial”. Mais do que coincidência trágica, as epidemias dos séculos XIV-XVII podem ter influenciado o clima. A teoria é plausível, e há estudos empíricos baseados na análise de amostras de gelo da Antártica que lhe conferem robustez.

Estudos recentes trazem mais água para o moinho das relações entre doenças e mudanças climáticas. O aquecimento global poderá favorecer a expansão das arboviroses. A elevação de alguns graus na temperatura média do planeta facilitará a expansão de mosquitos – que são vetores de muitas doenças – para áreas onde eles ainda não estão presentes. O Centro para Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos já apontou a

colonização do hemisfério norte pelo *Aedes aegypti*. Como consequência, o vírus da zika infectou mais de 42 mil pessoas nos Estados Unidos.

Também há cientistas que preveem que o aquecimento global, ao causar o degelo do *permafrost* – camadas de terras congeladas das altas latitudes setentrionais – e das grandes geleiras da cordilheira do Himalaia reativará vírus desconhecidos congelados, potencialmente perigosos aos humanos. Matéria do G1, de 24 de janeiro de 2020, alertou que “cientistas chineses e americanos descobriram 28 grupos de vírus desconhecidos, que estavam congelados há 15 mil anos. A pesquisa recolheu amostras do gelo glacial mais antigo da Terra, que fica na região de Guliya, no noroeste do Tibete”.<sup>42</sup>

A preocupação, no entanto, não deve restringir-se às doenças que podem afetar diretamente a humanidade. Há riscos enormes também para as florestas e as plantas, inclusive alimentícias. O aquecimento global tende a favorecer a proliferação de micróbios do solo prejudiciais às plantas, principalmente fungos, capazes de arruinar colheitas inteiras. O aumento de um ou dois graus na temperatura da Terra é suficiente para aumentar a proporção de patógenos no solo de vastas extensões da África, Ásia, Austrália e América, e a globalização certamente os espalhará pelo mundo afora.

São micróbios que se alimentam de plantas e frutas, como os dos gêneros *Alternaria* (atacam frutos e folhas), *Fusarium* (atacam plantações de banana e trigo), *Venturia* e *Phoma* (atacam raízes). A multiplicação e a propagação desses patógenos poderão afetar os sistemas agrícolas, reduzindo a produção de alimentos. Essas pragas microbiológicas fortalecidas pelo aquecimento global se mostram já particularmente ativas em terrenos do hemisfério norte, rumo ao Ártico, e da África do Sul. Algumas delas podem atacar florestas – o que se observou em determinadas regiões da bacia do Mediterrâneo –, limitando a regeneração da vegetação natural ao destruírem raízes finas e impedirem a absorção de água e nutrientes.<sup>43</sup>

Tudo isso deveria nos estimular a refletir sobre a Covid-19 numa perspectiva mais ampla, que considere o “destino” da espécie humana na Terra. Convenhamos que essa abordagem trará muita dor de cabeça. Mas é preferível viver pequeno incômodo agora que apressar nosso fim. E quem sabe descobramos que Walter Benjamin (1892-1940) estava certo: “Talvez as revoluções sejam da raça humana... viajando neste trem [o planeta],

<sup>42</sup> Ver o artigo de Sonia Shah, “Contra a pandemia, ecologia”, publicado na edição 152 do *Le Monde Diplomatique Brasil*.

<sup>43</sup> Ver a matéria de Raúl Limón, “Os patógenos que colonizarão o planeta”, publica no jornal *El País*, em 05 jun. 2020.

alcançando o freio de emergência”. Será mais útil que simplesmente discutir “imunidade de rebanho”, “quarentena horizontal” ou “quarentena vertical”, se os governos deverão emitir moeda ou contratar dívida...

Neste sentido, botemos na roda de conversa as considerações do anatomista holandês Ludwig Bolk (1866-1930), autor, em 1926, do livro *O Problema da Evolução Humana*. Conforme Bolk, o homem é um ser de potência, capaz de adaptar-se a todos os ambientes, a todos os alimentos e a todas as atividades, sem que nenhuma destas jamais possa esgotá-lo ou defini-lo. Na sua trajetória, porém, a espécie humana promove, em escala cada vez mais ampliada, uma inibição progressiva dos processos vitais naturais de adaptação ao ambiente. Nossa espécie substitui essa capacidade por obsessivo crescimento hipertrófico de dispositivos tecnológicos para moldar o ambiente às demandas do homem. Quando esse processo ultrapassa certo limite, chega a um ponto em que se torna contraproducente e se transforma em autodestruição da espécie. Atingimos esse ponto sem retorno? A Covid-19 mostra que esse ponto foi alcançado? E ainda haveria remédios para curar nossos males ou tudo o que tentarmos acabará produzindo mal ainda maior?

Pensemos sobre nossas responsabilidades no trato com a Terra e os recursos naturais, sobre os cuidados que devemos dispensar aos ecossistemas e, principalmente, sobre a nossa condição de animal que não escapou completamente da natureza. A propósito, a advertência de David Quammen vem a calhar:

Os humanos são mais numerosos do que qualquer outro grande animal na história da Terra. E isso representa uma forma de desequilíbrio ecológico que não pode continuar para sempre. Em algum momento haverá uma correção natural. Ocorre com muitas espécies: quando são muito numerosos para os ecossistemas, acontece algo com elas. Ficam sem comida, ou novos predadores evoluem para devorá-las, ou pandemias virais as derrubam. Pandemias virais interrompem, por exemplo, explosões de populações de insetos que parasitam árvores. Aí existe uma analogia com os humanos. (...) Devemos ser capazes de ver o que está para nos atingir e transformar o choque em um reajustamento de nossa maneira de viver neste planeta.<sup>44</sup>

Mesmo que persista um resquício malthusiano na opinião de Quammen, o sentido geral de suas palavras deve ser levado a sério. Estamos fazendo bastante mal ao planeta e a nós mesmos. O escritor alemão Arthur Schnitzler concordaria com Quammen, sublinhando

---

<sup>44</sup> Entrevista a Marc Bassets, publicada no jornal *El País Brasil*, em 19 abr. 2020.

ainda com mais força nosso impulso destrutivo. Para Schnitzler, a humanidade é comparável a uma doença. Nós nos comportamos em relação à Terra como bactérias ou vírus que se multiplicam impiedosamente e, eventualmente, destroem o próprio hospedeiro. Crescimento e destruição se unem.

Contudo, Schnitzler estava equivocado: nós não somos capazes de ameaçar o planeta em escala geológica. A Terra não precisa de nós, como argutamente observou Stephen Jay Gould (1993, p. 3-4):

Não há dúvida de que podemos nos destruir e levar conosco muitas outras espécies, mas mal temos como causar perda à diversidade bacteriana e, com certeza, não conseguiríamos acabar com muitos dos milhões de espécies de insetos e ácaros. Na escala geológica, nosso planeta tem como se cuidar e o tempo o livraria dos resultados de qualquer malfeito humano (...). Se a tratarmos [a Terra] decentemente, ela continuará a nos sustentar por algum tempo (na escala geológica). Se nós a ferirmos, ela vai sangrar um pouco, livrar-se de nós, curar-se e depois seguir cuidando da sua vida em sua própria escala.

Tiro e queda. Como se diz nos campos de várzea a quem canta vitória antes do jogo, é bom baixar a bola. Se, por um lado, devemos nos defender dos vírus (que são componentes naturais do mundo), por outro devemos fazer uma nova aliança com o ambiente, considerando-o suporte indispensável e insubstituível para a nossa própria sobrevivência.

Por que não rememorar o italiano Giacomo Leopardi (1798-1837) e seu poema *A giesta, ou a flor do deserto*, escrito em 1836? Nele, é dito que, com a mesma indiferença, a natureza soterra um formigueiro pela insignificante “queda de fruto de um galho”, e tira vidas de milhares de pessoas por “uma onda do mar agitado” ou “um desmoronamento subterrâneo”. A giesta é a “flor gentil” que nasce nos terrenos cobertos de lava em redor do Vesúvio, “o deserto”, onde outrora havia “jardim e palácios/ ao ócio dos poderosos/ ameno asilo; e houve egrégias cidades” (Pompeia e Herculano). *Sic transit gloria mundi*.

Nesta memória, Leopardi encontrou lição ao otimista do seu tempo, o que “de exaltar com laudas/ o nosso estado tem o hábito”. O poeta julgava-nos estúpidos e insensatos por causa de nossa “religião do progresso” e de nosso “fétido orgulho”. Queria que parássemos de elevar “a condição dos mortais sobre as estrelas”. Devíamos ver “a verdade/ da áspera sina e do lugar rebaixado/ que a natureza nos deu”. Que alcançássemos a consciência de que na terra, “onde o homem é nada”, a natureza nos é indiferente.

Puto soco no estômago! Mas o bardo da “Velha Bota” tem alguma razão: a existência humana é realmente uma faina contínua com a natureza de memória leopardiana.

Bem, o fato é que não moramos sozinhos na crosta terrestre. Somos animais cheios de contradições, incoerências, discrepâncias. E a humanidade é breve, como sinteticamente definiu Rubem Fonseca, no livro de contos *Carne Crua*, de 2018: “Conclusas dores invejas frustrações./ Preocupações?/ Nem mesmo com o / Imposto de Renda.// O ser é breve”.

Breve, contraditória, discrepante. Que nos seja concedida indulgência para insinuar uma hipótese psicológica no tocante à nossa dificuldade para aceitar papel mais relevante da natureza em tantas crises na trajetória da civilização ocidental. Além de arranhar bastante nossa autorrepresentação complacente como “senhores do mundo”, é preciso talvez reconhecer que lembrar o passado com exatidão não é o forte dos seres humanos. Frequentemente não conservamos na memória, com riqueza de detalhes, as mudanças no mundo social e, menos ainda, no mundo natural. Temos tendência para formar imagens exageradamente grandiosas e positivas de épocas anteriores. A “idade de ouro” está sempre no passado: “nós éramos felizes e não sabíamos”. Há quem chame essa nossa característica de “síndrome da mudança de referencial”, e diga a respeito: “o mundo jamais sente que decaiu (sic), pois nos acostumamos à queda”. Descontado o anacronismo de tal afirmação, podemos retê-la como parte da explicação de porque nos custa tanto relacionar doenças e mudanças ambientais.

Voltando à história, os aportes trazidos pela história ambiental podem auxiliar na construção de novas relações com a natureza. Não devemos insistir na crença comum de que as civilizações estão isoladas de variáveis ambientais. Ao contrário, devemos admitir, conforme as palavras de Cristina Brito (2020), que “a presença humana em certas regiões do planeta, em determinados momentos, e os seus movimentos, migrações e expansões têm algumas vezes causas ecológicas, mas, mais importante, têm sempre consequências ecológicas e biológicas”. Nossa saúde guarda estreita relação com a saúde do planeta. No que diz respeito a doenças contagiosas de impacto global, a história ambiental ensina que, “quando não há longe nem distância, há sempre a iminência de contágio”.

O que nos traz ao exame do capitalismo ultraliberal de nossos dias, da chamada globalização sob a égide do capital financeiro, que fere como nunca dantes o planeta e também o encolhe como quando se espreme uma laranja – conforme previra Marx, vemos

hoje o capitalismo “anular o espaço pelo tempo”, por meio de redes de transporte e comunicação velozes. Devemos entender por que a civilização capitalista hodierna está levando ao extremo o risco do surgimento de novas doenças zoonóticas, e por que, quando elas emergem, somos apanhados tão despreparados para combatê-las.

## Pandemia e capitalismo

Há bastante tempo, desde pelo menos os anos 1950, a sociologia e a antropologia da saúde mostram-nos que saúde e doença são mais que fenômenos biológicos. São também fenômenos sociais, uma vez que são estados (individuais e coletivos) dependentes de variáveis culturais, econômicas, políticas e sociais. A experiência da doença possui traços de universalidade, mas é significativamente condicionada pelos contextos culturais e sociais nos quais ela ocorre. O modo como doenças evoluem é influenciado por aspectos como demografia, organização da economia e do trabalho, níveis de renda e sua distribuição, tipos de sociabilidade (hábitos e práticas de convívio das pessoas), disponibilidade e qualidade de transportes, comunicações, habitações e saneamento, capacidade dos serviços de saúde e assistência social, etc.

Por outro lado, desde os anos 1960 a história ensina que as doenças variam conforme as épocas. As doenças têm história e cada época tem “suas” doenças. As epidemias do passado foram sucedidas pela hegemonia das cardiopatias, do câncer, da AIDS e das psicopatias nos países desenvolvidos. Ensina ainda que o cuidado dos doentes é objeto de disputa entre atores que possuem experiências, saberes e práticas distintos, disputa que é ao mesmo tempo política e epistemológica. Na modernidade, os médicos venceram seus concorrentes: feiticeiros, benzedores, curandeiros, barbeiros, simplistas, milagreiros, sacerdotes, parteiras, etc. O que não quer dizer que cessaram as oposições de práticas que se perdem no abismo do tempo, misturando magia, religião, ingenuidade e charlatanismo. A história também mostrou que o binômio saúde/doença expressa tanto a plasticidade como a qualidade das relações das sociedades com o ambiente, com o seu entorno natural no decurso do tempo. Sem embargo, as alterações nas relações dos seres humanos entre si e com a natureza conduzem a mudanças em suas condições de saúde. E a natureza nos reserva surpresas, pois germes e parasitas costumam subir ao palco da história frequentemente, sem pedir licença, promovendo conturbações sociais, influenciando a trajetória de diferentes sociedades.

Portanto, quando o assunto é saúde, doença ou epidemia, é preciso olhar para além do corpo e do patógeno, de estados orgânicos individuais. Isso porque “a doença e a saúde definem-se (...) em função das exigências e das expectativas ligadas ao nosso ambiente, às nossas relações, familiares e profissionais, por exemplo, e constituem, em sentido próprio, estados sociais” (ADAM e HERZLICH, 2001, p. 11-12).

Ora, as considerações acima nos trazem o imperativo de analisar as condições sociais do tempo presente, pois é nele que o SARS-CoV-2 ganhou na loteria – encontrou potenciais 7,7 bilhões de pessoas crescentemente interconectadas para infectar – e tornou-se bem-sucedido – viajou a centenas de países em três ou quatro meses, entrando como “penetra” decidido a ficar um bom tempo. A pandemia atual é uma pandemia do capitalismo, globalizado e financeirizado. Há, portanto, pelo menos duas questões a responder: a) quais responsabilidades o capitalismo possui na emergência e na evolução da pandemia de Covid-19, se é que se pode procurar culpados neste caso?; b) por que até mesmo sociedades capitalistas avançadas tiveram tantas dificuldades para lidar com a crise de saúde?

### **Faces da civilização capitalista**

O capitalismo é um modo de produção e uma civilização. Ambos levaram ao paroxismo a espiral de expansão e crescimento da humanidade, crescimento tido como essencialmente benéfico, infindável e incontornável. Especialmente entre os economistas, o crescimento da produção, da circulação e do consumo de mercadorias e serviços é a base sem a qual não existe solução para os problemas sociais. Trata-se de uma economia e uma sociedade de mercado: praticamente tudo, numa sociedade capitalista, é mercadoria existente para o mercado. Mercado que não configura simples mecanismo de troca, mas a esfera determinante e reguladora da vida social. Tudo e todos dependem crescentemente do mercado, com seus requisitos de acumulação, competição, eficiência, maximização do lucro e inovação.

Conforme Ellen Woods (2001, p.12), o capitalismo é

um sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos. Acima de tudo, é um sistema em que o grosso do trabalho da sociedade é feito por trabalhadores sem posses, obrigados a vender sua mão de obra por um salário, a fim de obter acesso aos meios de subsistência. No processo de atender às necessidades e desejos da

sociedade, os trabalhadores também geram lucros para os que compram sua força de trabalho. Na verdade, a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista. O objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a autoexpansão do capital.

A fisionomia inicial do capitalismo foi aquela da Revolução Industrial, que abarcou o período entre as décadas de 1780 e 1850. O rosto do capitalismo concorrencial, do estado liberal e da hegemonia do *laissez-faire*. O tempo das fábricas empregando máquinas-ferramentas movidas por energia inanimada (vapor e força hidráulica). O tempo primordial da grande indústria, na verdade, nem tão grande assim e dotada de tecnologia relativamente simples, que podia ser iniciada com capitais relativamente reduzidos, daí o predomínio de firmas familiares, voltadas originalmente para mercados regionais e/ou nacionais. O tempo da expansão prodigiosa da indústria têxtil, da siderurgia, da ferrovia e da navegação a vapor, símbolos da Primeira Revolução Industrial. Sobre ela, escreveu J. Mokyr (1993, p. 131):

De início provincial, localizada e mesmo estranha, ela estava destinada a mudar a vida de toda mulher e de todo homem no Ocidente e a afetar profundamente a vida de outros, embora o fenômeno permanecesse confinado primariamente à Europa e às suas extensões externas [costa nordeste dos Estados Unidos].

Esta primeira fase do capitalismo, ainda restrita a porções reduzidas do planeta – os únicos lugares fortemente industrializados eram a Inglaterra e a Escócia –, disparou os processos de especialização setorial de regiões, impulsionou ainda mais a formação de um mercado mundial hegemônico pela Grã-Bretanha, acelerou a urbanização (com a concentração das fábricas em cidades industriais, destacando-se Londres e Manchester) e viu agigantar-se o proletariado.

Mas, no geral, a população rural permaneceu maior que a urbana. E as grandes cidades industriais eram barulhentas, sujas, malcheirosas, precárias, com ruas atravancadas pela louca circulação dos homens a pé, a cavalo, de carruagem. Ainda se criavam dentro delas porcos e aves; os esgotos, quando existiam, eram frequentemente a céu aberto e o lixo acumulava-se em toda parte, como no East End londrino; nelas, o contraste entre riqueza e pobreza era cortante, opondo bairros nobres e pardieiros onde moravam os trabalhadores e as “classes perigosas” (desempregados, ambulantes, mendigos, prostitutas, bandidos, bêbados, etc.). A descrição repleta de horror e desolação e preconceitos dos bairros pobres de Londres, escrita

pelo francês Jules Vallès na década de 1870, caberia bem para tantas outras cidades industriais da Inglaterra, França e Estados Unidos:

E os pobres! Espetáculo cujo horror o nevoeiro e a lama de Londres, por mais espessos, não conseguem ocultar! O que diríamos, sob o sol da França, em Paris, se subitamente, em pleno bulevar, víssemos passar esses miseráveis: piolhos da sarjeta, aranhas dos muros, sapos dos pântanos! (...) [No corpo do pobre] a roupa parece uma pele que se descama, uma lepra que cai. É esfarrapada, como se os ratos devorassem o homem que a veste, como se este tivesse recebido golpes de forçado. E há nos rostos uma tal expressão de fadiga e terror! Em Londres, essa miséria passeia pelas ruas, sem que ninguém se detenha, com espanto ou piedade. (...) São centenas de milhares. Há ruas cheias desses montes de carne e de lixo. (...) É terrível dizer! Aqui, é o vício que consola a miséria; e o Wapping com suas prostitutas é menos lamentável de se ver do que os bairros onde ficam apenas os pobres e não os depravados; onde só estão famílias constituídas, esposos associados para o atroz sofrimento! (*Apud.* CHARLOT, 1993, p. 41-42).

O que Jules Vallès escondeu, ao contrapor os bulevares de Paris às ruas de Londres, foi a fúria remodeladora do Barão Hausmann, que jogou para longe da vista da burguesia da “Cidade Luz” a vida sórdida e atroz dos seus pobres urbanos. Em Paris ou Nova Iorque, como também na Corte do Rio de Janeiro (capital de país escravista e agroexportador), a maior parte do espaço urbano constituía “o país do mal-viver, do mal-morar, do mal-comer, do mal-sentar-se e do mal-dormir”.

O primeiro rosto da sociedade capitalista exibiu traços claramente elitistas. As camadas populares e os trabalhadores urbanos, cercados de desconfiança e temor, enfrentaram constrangimentos para se organizar, ficaram fora da política por causa das exigências do voto censitário, e o Estado cuidava mais de controlá-los e reprimi-los. O liberalismo econômico, amplamente em voga, praticamente vedava a formulação de legislação trabalhista e políticas sociais. Nada poderia atrapalhar a dinâmica dos mercados, subordinada à lei da oferta e da procura. A pobreza e a doença ficaram entregues, portanto, à caridade e a filantropia.

Mas elas esbarraram, amiúde, na desenvolta multiplicação nos negócios, nos salões e na política de personagem como Ebenezer Scrooge, empresário mal-humorado e avaro de *Um conto de Natal*, de Charles Dickens. Scrooge expulsa rispidamente dois cavalheiros que foram ao seu escritório pedir moedas para comprar comida para os pobres, dizendo: “Que morram (...). Ajudarão, ao menos, a evitar o excesso da população”.

Tempos de darwinismo social que nem epidemias de cólera e tifo abrandaram. Cada qual entregue à sua própria sorte e capacidades. Tempos de indiferença e condenação dos pobres da terra, de “difamação da raça humana”, como se referiu Marx às ideias de Malthus. Tempos nos quais, de fato, a Economia era uma “ciência lúgubre”.<sup>45</sup> O quanto terá mudado nos dias correntes?

A segunda face da civilização capitalista, entre as décadas de 1870 e 1970, abarcando a chamada Segunda Revolução Industrial, adquiriu novos traços de expressão, um pouco mais simpáticos e suaves a partir de 1945.<sup>46</sup> O “capitalismo selvagem” e a ortodoxia liberal refluíram, dando espaço a mercados mais regulados pelo Estado. A busca da eficiência, da inovação e do lucro foi matizada por preocupações com o bem-estar individual e coletivo, principalmente depois dos desastres da “era das catástrofes” (Primeira Guerra, Depressão de 1929 e Segunda Guerra).

Esta foi a fase do capitalismo monopolista, na qual se observa a hegemonia dos Estados Unidos e um mercado internacional organizado em redor do intercâmbio entre mercados nacionais, tutelados por seus respectivos Estados. Época de conquista de boa parte do mundo pelo capitalismo, incluindo a industrialização retardatária de países da periferia, a exemplo do Brasil e México. Do imperialismo, com as potências capitalistas dividindo sem escrúpulos continentes em áreas de influência e colônias, com a intenção de constituir mercados cativos para obtenção de matérias-primas, exportação de produtos manufaturados e capitais. Época de formação e expansão de oligopólios e monopólios, operados por grandes corporações industriais constituídas na forma de sociedades anônimas; tempo das plantas industriais enormes, intensivas em capital, que exigiam investimentos vultosos e tecnologias mais sofisticadas, dando origem aos departamentos de P&D (pesquisa e desenvolvimento). Tempo também da imbricação crescente entre capital industrial e capital financeiro.

Nos países industrializados ou em vias de industrialização, a força e a organização dos trabalhadores cresceram durante esta fase. Os salários na grande indústria também cresceram significativamente. Os partidos de bases operárias e os sindicatos tornaram-se atores

---

<sup>45</sup> A Economia de Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus recebeu esta alcunha do filósofo e historiador vitoriano Thomas Carlyle.

<sup>46</sup> A Segunda Revolução Industrial foi dominada pela eletricidade e os combustíveis fósseis (carvão e petróleo), pela produção em série e organização taylorista do trabalho, sendo puxada pelos setores petroquímico, químico, elétrico, metalúrgico, automotivo, farmacêutico, aeronáutico e construção.

políticos importantes, dobrando os governos no sentido de formular e implantar iniciativas de proteção trabalhista, previdenciária e social, de ampliar e melhorar os serviços de educação, saúde e transporte, garantindo-lhes financiamento total ou substancial. Por conseguinte, os orçamentos nacionais destinaram mais recursos para saneamento básico, escolas e hospitais públicos, assistência social e aposentadorias. Tudo isso passou a ser encarado como direito social, e ficou estampado na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, proclamada em dezembro de 1948 pela ONU. Seu artigo XXV, 1, estipulou:

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

A caridade e a filantropia perderam espaço para o Estado no campo da saúde-enfermidade-atenção, com o Poder Público assumindo a posição de maior gestor e financiador de redes mais ou menos extensas e capilares de serviços de saúde.

As cidades industriais (Chicago é o novo símbolo) e os polos financeiros (Nova Iorque é a nova estrela) agigantaram-se continuamente. Nas economias mais desenvolvidas, inverteu-se a relação entre população rural e urbana. Emergiram as sociedades de massa: urbanas, industriais, consumistas, repletas de automóveis, eletrodomésticos e publicidade. Cidades com arranha-céus, letreiros de neon e cinemas. O conforto material e a infraestrutura urbana melhoraram, mas o *apartheid* espacial permaneceu: bairros ricos (elegantes e ajardinados) se distanciaram gradualmente dos bairros pobres (apinhados de gente em edificações mais acanhadas e espaços públicos degradados) e dos centros onde concentraram-se o comércio e os serviços. Mesmo assim, os bairros populares – e os espaços urbanos em geral – sobrepujaram bastante a antiga condição de albergues de pestilência.

Especialmente no Norte afluyente, novas instituições surgiram e ajudaram a construir sociedades mais igualitárias e “justas”, nas quais o menos favorecido de seus membros encontrava o conforto e a segurança, e tinha condições de realizar-se dignamente com seu

próprio esforço. Não eram sociedades perfeitas, isentas de preconceitos, iniquidades e tensões, mas eram bem mais “amigáveis” do que o mundo vitoriano.<sup>47</sup>

Se for o caso de escolher poucos nomes para simbolizar essa civilização capitalista, candidatos fortíssimos são o industrial Henry Ford (1863-1947), o político Franklin Delano Roosevelt (1882-1945) e o economista John Maynard Keynes (1883-1946).

Como o capitalismo é histórico, continuou experimentando mudanças de monta a partir dos anos 1980. Os avanços científicos e tecnológicos da “Era Informacional” propiciaram o advento da Terceira Revolução Industrial.<sup>48</sup> Ingressamos, no último quartel do século XX, no desenvolvimento do mercado internacional tutelado pelo capital financeiro, por meio de grandes corporações transnacionais, com incrível ampliação dos fluxos de troca de capitais, mercadorias e pessoas, que está pulverizando os mecanismos de regulação criados pelos acordos de Bretton Woods.<sup>49</sup> É o *processo de globalização*, sob a égide do neoliberalismo.

No plano econômico, aceleraram-se a automatização da produção pela incorporação da informática e a circulação e o consumo mediante o recurso às tecnologias de informação e comunicação, enquanto são desenhadas novas regiões econômicas interdependentes. As cadeias produtivas estão se espalhando por diversos países, graças à internet e a logística mais eficiente. Na verdade, verifica-se a migração da manufatura para os países de baixo custo de mão de obra, com a desindustrialização nos países centrais. Isso e mais o *outsourcing* de peças, componentes e serviços e as mudanças organizacionais nas empresas, alteram profundamente a estrutura do emprego, enfraquecendo os sindicatos. Norte-americanos e europeus correm para a Ásia; os alemães saltam para os países vizinhos do Leste. Ocorre também a liberalização das contas de capital do balanço de pagamentos dos países, multiplicando exponencialmente os fluxos de capitais entre as praças financeiras.

O modelo cada vez mais se baseia em capital fictício, na vasta expansão da oferta de moeda e na criação de dívidas. Estudo do Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica mostrou que 147 grupos – três quartos dos quais eram bancos – controlavam 40% do capital

---

<sup>47</sup> A Rainha Vitória, da casa de Hanover, viveu entre 1819 e 1901, ostentando a coroa do Reino Unido durante 64 anos.

<sup>48</sup> A Terceira Revolução Industrial é marcada pela crescente automatização das linhas de produção e por formas de organização mais flexível da produção (toyotismo), despontando os setores da eletrônica, mecânica e química finas, telecomunicações, informática e o uso da energia nuclear.

<sup>49</sup> Em 1944, a conferência de Bretton Woods, nos Estados Unidos, forjou a arquitetura financeira do pós-guerra, com três pilares: taxas fixas, mas ajustáveis de câmbio, mobilidade limitada de capitais e cobertura de déficits em contas correntes atendidas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional).

corporativo mundial, ou seja, os intermediários financeiros dominavam os processos produtivos. E mesmo as empresas não financeiras cada vez mais se tornam dependentes de negócios com títulos, os lucros financeiros passando a superar os lucros operacionais. O jornalista James Saft observou, no *New York Times*: “As empresas parecem bem mais dispostas a empilhar notas, ou utilizá-las para recomprar ações, do que a criar novas capacidades produtivas”. Enquanto os avanços produtivos do planeta se situam entre 1,5% e 2,0% ao ano, as aplicações financeiras dos ricos aumentam acima de 5% ao ano. Sinais evidentes de que, nas últimas décadas, o rabo passou a abanar o cachorro.

Mas a demanda efetiva vai se tornando insuficiente para realizar a massa de valor que o capital é capaz de criar. E as políticas públicas insistem nas mesmas coisas: abertura comercial e financeira, austeridade fiscal, corte de impostos para os muito ricos, privatizações, flexibilização do mercado de trabalho, redução da provisão de bens e serviços públicos.

No plano das ideias, foram retomadas as crenças liberais no cálculo utilitário do *homo economicus*, na capacidade superior de mercados abertos e desregulados e, sobretudo, na possibilidade e necessidade de separar a economia capitalista do poder do Estado. Fundiram-se poderosamente a Escola Austríaca – de Ludwig von Mises (1881-1973) e Friedrich Hayek (1899-1992) – e o monetarismo de Milton Friedman (1912-2006). São novamente endeusadas a liberdade, a competição, a eficiência, o individualismo e a meritocracia. Como disse Margareth Thatcher (1925-2013), “não existe sociedade, existem indivíduos”. Ronald Reagan (1911-2004) completou: “O governo não é a solução para nosso problema, o governo é o problema”. A classe trabalhadora vem, há quarenta anos, sendo instigada a acreditar que, se algo não vai bem com as pessoas, a culpa não é do capitalismo, mas delas próprias, que não se esforçaram o bastante. Há os *losers* (perdedores) e os *winner*s (ganhadores), ponto final. O neoliberalismo converte cidadãos em meros empreendedores e consumidores. De maneira que não se deveria estranhar a exuberância que estão adquirindo, na última década, em toda parte do planeta, os “fascismos de mercado”, para ficarmos com a expressão do economista Paul Samuelson.

O rosto atual do capitalismo é o do “Estado mínimo”, da adesão irrestrita à desregulamentação e as políticas de austeridade, do protagonismo incontestado da riqueza financeira, da (re)concentração indecente do dinheiro e do poder. As políticas neoliberais

constroem e recompensam desigualdades. Um regresso civilizatório, sem dúvida. Uma época de precarização dos empregos, retração da renda do trabalho frente à renda do capital nas contas nacionais, atualização e reforço de processos de estigmatização e discriminação social.<sup>50</sup> Tempo, portanto, de piora das condições gerais de vida tanto para setores médios quanto para camadas trabalhadoras, principalmente nos países da periferia capitalista. E vêm se agravando os problemas da desigualdade (entre países e no interior deles), da degradação ambiental, da xenofobia e da incerteza/deterioração institucional (alimentando a crise de representação e ensejando a ascensão de governos de perfil autoritário).

Nesta quadra infeliz, os sistemas públicos de saúde estão sendo simplesmente desmontados, sob a alegação de que padeceriam de gigantismo, ineficiência e custo excessivo. A solução preconizada é a mercantilização da saúde, a orientação assistencialista individual e a gestão negocial e privatista, justo quando não há mais espaço sequer para a caridade e a filantropia, asfixiadas pelo individualismo que bate no teto.

A pandemia causada pelo SARS-CoV-2 é evento desta época, da globalização neoliberal. E deve ser discutida com isso em mente, sem o atalho de se recorrer a modelo abstrato e a-histórico do capitalismo. Até porque caberá perguntar: a Covid-19, na perspectiva de noção biomédica de enfermidade, seria impossível se vivêssemos no socialismo ou mesmo em passado pré-capitalista?

### **O capitalismo neoliberal fragiliza as defesas do corpo**

Na fase atual do capitalismo, a despeito do acúmulo de conhecimento científico e de pujança tecnológica, o contágio e a disseminação da Covid-19 encontram facilidades. Fatores diversos, porém entrelaçados e interdependentes, explicam a rapidez com que a doença saiu de Wuhan e se alastrou pelo planeta.

O primeiro deles: o aumento da globalização gera profunda interconexão dos países e regiões, e produz incremento vertiginoso no número de pessoas que viajam. As redes de intercâmbios de pessoas e mercadorias transformam-se em vias largas e pavimentadas para o vírus. Se, no passado, as epidemias nunca respeitaram fronteiras, hoje menos ainda, até

---

<sup>50</sup> A Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão da ONU, estima que, hoje, existem no mundo mais de 2 bilhões de trabalhadores informais, correspondentes a 62% da força de trabalho mundial. Nos países de baixa renda, essa porcentagem costuma alcançar 90% dos empregados totais. Nos países de renda média, ela chega a até 67% do total de trabalhadores.

porque as fronteiras ficaram bem mais porosas. Yossi Sheffi, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), no livro *The Power of Resilience*, expôs claramente a nova situação:

A crescente interconectividade da economia global a torna cada vez mais propensa ao contágio. Eventos contagiosos, incluindo problemas médicos e financeiros, podem se espalhar por redes humanas que geralmente se correlacionam fortemente com as redes da cadeia de suprimentos (SHEFFI, 2015).

Convém assinalar que Wuhan – o ponto zero da crise sanitária atual - é centro de produção relevante, atravessado por cadeias globais de valor.<sup>51</sup> A China, por sua vez, é simplesmente a segunda maior economia do mundo e a “fábrica do planeta”. O distante e isolado Oriente é coisa do passado. E o antigo “Império do Meio” é atualmente ponto nodal crucial dos fluxos econômicos e das atividades de corporações (como a Apple, as redes McDonald’s e Starbucks).

Outro dado impressionante: as visitas internacionais de turismo e de negócios saltaram de 800 milhões, em 2010, para 1,4 bilhão, em 2018. Uma massa sem precedentes de viajantes fica assim à disposição do vírus para transportá-lo de um canto para outro. A Peste Negra caminhou da Ásia para a Europa, mas não teve como passar da Europa para a América. O SARS-Cov-2, ao contrário, pôde alcançar todos os continentes.

Um segundo fator está relacionado com o adensamento das populações em megalópoles. A globalização não apenas aprofunda a tendência de urbanização característica das sociedades capitalistas; ela potencializa um determinado tipo de urbanização que é “amigável” às doenças contagiosas – a multiplicação e a hipertrofia dos aglomerados relativamente precários. O “planeta-favela” de que fala Mike Davis (2006), composto por 200 mil assentamentos que não podemos chamar de cidades, onde vive cerca de um bilhão de habitantes.<sup>52</sup> Resultado da urbanização da pobreza nas últimas décadas, que se acumulou nas megacidades do século XXI na América Latina, na África, na Ásia e no Leste Europeu. As *gecekkondus* de Istambul, as *desakotas* de Accra, os *barrios* de Caracas, as vielas de Sadr City, em Bagdá, as favelas do Rio de Janeiro e São Paulo, espaços marginalizados, dominados pela violência e criminalidade, pelo desemprego e pela informalidade, pela carência de

<sup>51</sup> Conforme estudo da empresa de consultoria Dun & Bradstreet, 51 mil empresas em todo o mundo tinham fornecedores diretos em Wuhan no ano de 2019.

<sup>52</sup> Segundo dados do *UN-Habitat*, citados por Mike Davis, a população das favelas no mundo cresce na base de 25 milhões de pessoas por ano, e as taxas mais altas de urbanização são verificadas justamente nos países mais pobres.

infraestrutura e a falta de documentação de posse dos terrenos pelos moradores, atemorizados por riscos ambientais e sanitários.<sup>53</sup> Campos férteis para as colheitas de fanatismos (políticos e religiosos), lugar de vida de uma “humanidade excedente”, um “proletariado informal”.

Nestes assentamentos precários, como também nos bairros pobres que estão dentro das megalópoles ou nas suas periferias, onde imperam a aglomeração de pessoas e a baixa qualidade ambiental, que chance as medidas de quarentena, de distanciamento social e de reforço da higiene têm de alcançarem eficácia razoável? Nabil Bonduki, urbanista e professor da USP, citando o Censo de 2010, adverte para o problema do chamado “sistema de coabitação”, das pessoas que moram, por exemplo, em um cômodo de cortiço:

Imagina uma família morar em um cômodo e ficar isolada nesse cômodo e, mesmo assim, tendo que frequentar um banheiro coletivo. 27% dos paulistanos dormem em cômodos com 3 ou mais pessoas. São quase 3 milhões de pessoas. Temos 250 mil pessoas que dormem em 5 ou mais pessoas em dormitório.

A favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, possuía, em 2010, 69 mil moradores em 95 hectares, o que resulta na densidade de 39 mil habitantes por km<sup>2</sup>. A favela de Heliópolis, no distrito paulistano de Sacomã, possuía 180 mil habitantes, segundo o Censo de 2010 do IBGE.<sup>54</sup> E no Brasil, este censo revelou que 11,4 milhões de pessoas residiam em “aglomerados subnormais”, que é a designação do IBGE para favelas. Em princípio, o SARS-CoV-2 poderá causar danos enormes e escapar completamente ao controle quando se espalhar pelos *slums*, seja em Bombaim, Lagos ou no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Nos aglomerados faltam torneiras de água e sabão. Famílias numerosas dividem cômodos exíguos. Pessoas se amontoam em becos estreitos, a ventilação é inadequada e as variações de temperatura bastante grandes.

As estatísticas brasileiras, já em abril, mostraram que a Covid-19 – que começara infectando pessoas residentes nos bairros nobres das capitais, integrantes do círculo restrito dos que viajam ao exterior frequentemente – se espalhara para as periferias: favelas e grandes

---

<sup>53</sup> No início do século XX, durante a epidemia de varíola no Rio de Janeiro, um jornal publicou caricatura em que o sanitarista Oswaldo Cruz limpava com um pente gigante uma favela num moro. Naquele tempo, as favelas foram focos das preocupações dos sanitaristas, que mesclavam ciência, preconceitos e política.

<sup>54</sup> Bérnago, a cidade mais afetada da Itália pela pandemia, possui densidade de 3 mil habitantes por km<sup>2</sup>. E as condições da cidade da Lombardia são muito melhores que as das favelas brasileiras.

conjuntos habitacionais populares. E nesses lugares, a velocidade da morte se tornara impressionante. Em Nova Iorque, a Prefeitura anunciou que o número de óbitos por Covid-19 nos bairros periféricos de densidade mais alta foi quatro vezes maior do que em Manhattan.<sup>55</sup>

Como no passado, as epidemias tendem a se abater com mais ímpeto sobre os pobres urbanos; os mais ricos podem fugir para refúgios no campo, nas montanhas ou no litoral. A alta burguesia e os setores médios mais abastados – “patriotas da riqueza, nacionalistas de um afluente e dourado lugar-nenhum”, como os classificou o urbanista Jeremy Seabrook – fecham-se nos Alphavilles e em segundas residências até que a ameaça seja abrandada ou terminada. A região dos Hamptons, no estado de Nova Iorque, recebeu êxodo de milionários em busca de confinamento de luxo. O mesmo fenômeno se repetiu em outros destinos de luxo próximos a Chicago e São Francisco.<sup>56</sup> O progresso da Covid-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe.

A terceira contribuição do neoliberalismo para o êxito do vírus é a de disponibilizar tanta gente mentalmente estressada e fisicamente fragilizada por causa da ampla e veloz degradação das relações e condições de trabalho, simbolizada pela “uberização”. Milhões e milhões de trabalhadores autônomos e precários. Em 2019, o IBGE estimou que, na força de trabalho brasileira de cerca de 105 milhões de pessoas, 41,4% estavam na informalidade.<sup>57</sup> A taxa de desemprego aberto, na União Europeia, girava acima de 10%, em 2014. Na França, desempregados, “precarizados” e trabalhadores em tempo parcial representavam 37,5% da população economicamente ativa nesse mesmo ano. O vasto exército de trabalhadores que vivem de bicos ou de ocupações temporárias experimenta insegurança econômica, marginalização ou invisibilidade social, remuneração ruim, angústia e falta de perspectiva.

Ora, isso tudo adocece ou, no mínimo, enfraquece os corpos individuais. Informalidade, rotatividade, sazonalidade e superexploração do trabalho fazem mal à saúde, prejudicando a resposta imunológica do corpo. Para os empregados formais, as exigências de

---

<sup>55</sup> Pesquisa realizada pela Associated Press nos Estados Unidos, com dados locais e estaduais, mostrou que, até abril de 2020, 33% das mortes pela Covid-19 foram de afro-americanos, os quais representavam somente 14% da população total dos lugares pesquisados.

<sup>56</sup> *El País Brasil*, edição de 01 abr. 2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-04-01/coronavirus-provoca-exodo-de-milionarios-para-para-confinamento-de-luxo-nos-eua.html>.

<sup>57</sup> Os informais incluíam trabalhadores sem vínculo empregatício, pequenos negócios sem cnpj, domésticos sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria ou em ajuda a um morador do domicílio ou parente sem receber pagamento.

“empregabilidade” ante o acirramento da competição no mercado de trabalho são crescentes, e exasperantes. Todos estão metidos na ciranda terrível de metas excessivas e draconianas nas avaliações de desempenho. Para piorar, não podem contar com o apoio dos sindicatos, porque as práticas dos governos e das empresas há anos almejam a contenção dos sindicatos. O neoliberalismo é, sobretudo, uma ofensiva de classe em favor dos ricos contra os trabalhadores.

A tradução dessa realidade em números é inequívoca. Relatório da ONG britânica Oxfam, datado de 2014, apontou que 0,7% da população mundial, 32 milhões de pessoas, se apropriavam de 41% da riqueza planetária, enquanto 68,7% da população, 3,2 bilhões de pessoas, abocanhavam apenas 3%.<sup>58</sup> O *The Next 4 Billion* do Banco Mundial mostrou que quase dois terços da população mundial estão excluídos dos benefícios da globalização. Dois bilhões de pessoas viviam com menos de dois dólares ao dia, em 2014. Um bilhão de pessoas passava fome. Quatro milhões de crianças morriam anualmente por não ter acesso a água limpa. Em toda parte, a chamada “armadilha da pobreza” (isto é, quem nasce pobre permanece pobre) voltava a atuar como há mais de cem anos atrás. Nos Estados Unidos, o salário médio há muito parou de crescer; pior, vem regredindo.<sup>59</sup> Em 1978, estava na casa de US\$ 48 mil/ano. Em 2014, em termos de poder de compra, não passava do equivalente a US\$ 34 mil.<sup>60</sup> Na Alemanha de hoje, metade dos cidadãos possui menos de 3% da riqueza total do país. Por isso, Thomas Piketty (2014, p. 273) escreveu: “A evolução geral não deixa nenhuma dúvida: para além das bolhas, estamos assistindo sim a um grande retorno do capital privado nos países ricos desde os anos 1970, ou melhor, à emergência de um novo capitalismo patrimonial”.

O mais dramático, observou David Harvey, é que justamente os trabalhadores que vivem na pele a degradação das relações laborais e a pauperização estão na linha de frente do combate à pandemia, tocando serviços essenciais em tempo de quarentenas e distanciamento social. Nas palavras do geógrafo inglês,

---

<sup>58</sup> Ver [http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2014/01/www.oxfam.org\\_sites/www.oxfam.org\\_files\\_bp-working-for-few-political-capture-economic-inequality-2014-en.pdf](http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2014/01/www.oxfam.org_sites/www.oxfam.org_files_bp-working-for-few-political-capture-economic-inequality-2014-en.pdf).

<sup>59</sup> O comportamento da variável renda nacional *per capita* nos EUA mostra a redução do crescimento econômico nos últimos trinta anos: No período 1870-1910, a renda *per capita* cresceu 2,1% ao ano; entre 1910 e 1950, manteve crescimento de 2,1% ao ano; de 1950 a 1990, a taxa foi de 2,2% ao ano; mas, no período 1990-2020, ela caiu pela metade, ficando em 1,1% ao ano.

<sup>60</sup> Dados do documentário de Robert Reich, ex-ministro do Trabalho de Bill Clinton, sobre o agravamento das desigualdades nos Estados Unidos, intitulado *Inequality for all*.

A classe trabalhadora contemporânea nos Estados Unidos (composta principalmente por afro-americanos, latinos e mulheres assalariadas) enfrenta a feia escolha da contaminação em nome de cuidar e manter os principais meios de provisão (como mercearias) abertos ou o desemprego sem benefícios (como atendimento médico adequado) Os funcionários assalariados (como eu) trabalham em casa e recebem o mesmo salário de antes, enquanto os CEOs voam em helicópteros e jatos particulares para se isolarem (HARVEY, 2020, p. 6).

No Brasil, na linha de frente do atendimento aos pacientes de Covid-19, seja em hospitais ou postos de saúde, predominam mulheres: enfermeiras, técnicas e auxiliares de enfermagem. Elas perfazem 84,7% do total dessas categorias, conforme relatório do Cofen (Conselho Federal de Enfermagem) e da Fundação Oswaldo Cruz.<sup>61</sup> As mulheres também são maioria entre os atendentes de farmácias, cuidadores de idosos, caixas de supermercados, balconistas de padarias e restaurantes de estradas. Nesse sentido, estão superexpostas. A pandemia adquire também inegável viés de gênero. Como também viés racial: em Chicago, embora os negros constituam 29% da população, eles responderam por 70% dos mortos por Covid-19. Em Milwaukee, no Wisconsin, os negros são 26% da população, mas representaram metade dos casos registrados na cidade e 81% das mortes. Em São Paulo, segundo o Boletim Epidemiológico da Prefeitura de São Paulo de 30 de abril, pessoas negras têm 62% a mais de chance de morrer pela Covid-19 do que as brancas.

As diferenças de renda e riqueza, que só aumentam, não fazem bem nem à economia nem à saúde. A desigualdade mata a economia, o crescimento, o emprego, a coesão social e o bem-estar das pessoas. E facilita a colheita abundante de vítimas pela pandemia.

Uma relação de causa e efeito mediatizada pelo fator que responde pelo nome de redução da capacidade de resposta dos governos. Há décadas, eles vêm perdendo recursos financeiros, humanos e materiais, bem como as competências necessárias para formular e executar políticas públicas. Apertam cintos e reduzem impostos para dar mais dinheiro aos ricos, na vã esperança de que estes farão mais investimentos e, conseqüentemente, abrirão mais empregos. Em consequência, escasseiam ano a ano os recursos para a saúde, para a prevenção e o tratamento de doenças.

---

<sup>61</sup> Dado tirado da reportagem de Gil Alesi, “A luta contra o coronavírus tem o rosto de mulheres”, da edição do *El País Brasil* de 02 mai. 2020.

Segundo estudo do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, órgão do governo federal), datado de junho de 2009, analisando o destino da carga tributária no Brasil, a União gastou (em 2008) 3,8% do PIB com o pagamento de juros da sua dívida pública; com o Programa Bolsa Família, que complementava a renda de 12 milhões de famílias, o gasto foi de apenas 0,4% do PIB: dez vezes menos! Enquanto os cofres públicos do país despejavam 5,6% do PIB para atender aos rentistas, a Educação recebeu 4,3% do PIB, e o SUS (Sistema Único de Saúde) apenas 3,6% do PIB.<sup>62</sup> Em 2017, os gastos com os serviços públicos de saúde representaram 15,77% da arrecadação da União; em 2019, todavia, os recursos destinados à área representaram 13,54%. O valor investido por pessoa, que chegou a R\$ 595 em 2014, caiu para R\$ 555 em 2020.<sup>63</sup> Ademais, observa-se a gradual perda de terreno dos gastos públicos em saúde diante dos gastos privados, que hoje já respondem por 57% dos gastos totais do setor. O documento da Fiocruz, intitulado *Monitoramento da assistência hospitalar no Brasil (2009-2017)*, apontou queda no número de hospitais gerais e especializados de 3,7% (a redução de hospitais vinculados ao SUS foi, no período, de 5,5%), bem como redução de leitos de 8,02%: de 1,87 por mil habitantes para 1,72 por mil habitantes. Perda, em números absolutos, de 34,5 mil leitos.<sup>64</sup>

Mike Davis denunciou a chocante escassez de leitos hospitalares nos Estados Unidos, fenômeno gerado nos últimos vinte anos por cortes contínuos na capacidade de internação decorrentes da gestão de inventário *just-in-time* e da maximização de lucros. Suas palavras a respeito foram as seguintes:

De acordo com Associação Hospitalar Estadunidense, o número de leitos hospitalares sofreu um espantoso declínio de 39% entre 1981 e 1999. O objetivo era elevar os lucros através de um aumento no “censo” (calculado a partir do número de leitos ocupados). Mas o objetivo da gerência de uma taxa de ocupação de 90% significava que os hospitais não tinham mais a capacidade de absorver um influxo de pacientes em situações de epidemia e de emergência médica (DAVIS, 2020, p. 3).

---

<sup>62</sup> Números tirados do artigo de Fátima Gondim e Marcelo Lettieri (2014). No Brasil, “a tributação é bastante concentrada no consumo (15,2% do PIB, em 2008), seguida pela renda (7,8%) e folha de pagamentos (6%), enquanto a tributação sobre operações financeiras (0,7%) e sobre o patrimônio (1,1%) é bastante reduzida” (p. 67).

<sup>63</sup> Ver <https://www.brasilefato.com.br/2020/02/21/orcamento-da-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-conta-da-emenda-do-teto-de-gastos>.

<sup>64</sup> Portaria do Ministério da Saúde, vigente até 2015, recomendava haver de 2,5 a 3,0 leitos para cada mil habitantes. Ver <https://portal.fiocruz.br/noticia/relatorio-aponta-reducao-no-numero-de-leitos-no-brasil>.

Ainda conforme Davis (2020, p.3), os serviços de saúde dos Estados Unidos estão praticamente desarmados para enfrentar a epidemia, porque estão depauperados:

(...) há apenas 45.000 leitos de UTI disponíveis para lidar com a avalanche projetada de casos graves e críticos de coronavírus. (Em comparação, os sul coreanos dispõem de três vezes mais leitos por milhar do que os estadunidenses.) De acordo com uma investigação feita pela *USA Today* “apenas oito estados teriam leitos hospitalares suficientes para tratar os 1 milhão de americanos de sessenta ou mais anos de idade que podem adoecer de COVID-19”. (...) Os departamentos municipais e estaduais de saúde – a primeira (e vital) linha de defesa – dispõem hoje de equipes 25% menores do que na crise financeira doze anos atrás. Além disso, ao longo da última década o orçamento dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças caiu 10% em termos reais. (...) O *New York Times* recentemente noticiou que “21% dos departamentos municipais de saúde registraram reduções nos seus orçamentos para o ano fiscal referente a 2017”. Trump também fechou o escritório de pandemia da Casa Branca, uma diretoria instituída pelo Obama depois do surto de Ebola em 2014 para garantir uma resposta nacional rápida e bem-coordenada para novas epidemias. (...) As reservas nacionais e regionais de mantimentos hospitalares vêm sendo armazenadas em condições muito inferiores às orientações epidemiológicas. Por isso, a *débauche* de kits para testes de diagnóstico coincidiu com uma escassez crítica de equipamentos protetivos básicos para trabalhadores de saúde.

Em muitos outros países do mundo, o desinvestimento público em prevenção e atenção à saúde também ocorre há vários anos. Na Europa, a partir da crise econômica de 2008-2009, as políticas de austeridade impuseram restrições orçamentárias e reformas nos sistemas de saúde. Houve restrição de serviços, aumento de copagamento, transferências de custos para os usuários e diminuição das responsabilidades do Estado. Os gastos *per capita* com saúde diminuíram a partir de 2010, na casa de 0,6% ao ano (FIGUEIREDO *et al.*, 2018). Na Itália, os últimos governos tinham cortado um quinto das unidades de tratamento intensivo e um terço dos clínicos gerais. Na Inglaterra, o governo conservador promoveu reforma do NHS, com cortes de 20 bilhões de libras em cinco anos, acentuando tendências anteriores de privatização de serviços. Na Espanha, em 2012, reforma drástica na saúde impôs medidas como: cortes de sete bilhões de euros ao SNS, definiu mudança legal na cobertura populacional, excluindo imigrantes ilegais, alterou a carteira comum de serviços, ampliou copagamentos, e incorporou mudanças na regulação da assistência farmacêutica (GIOVANELLA e STEGMÜLLER, 2014).

Ora, milagres existem. Mas médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e agentes de saúde não são milagreiros, ainda mais quando amargam anos ruins no que concerne ao suprimento

dos recursos necessários ao atendimento de saúde. Montaigne escreveu que “os êxitos dos médicos brilham ao sol, e seus erros a terra cobre”. Hoje, na pandemia da Covid-19, o pensador francês teria que botar a culpa pelos erros e fracassos muito mais nos Estados que nos médicos, principalmente em governos como os de Donald Trump e Jair Bolsonaro.

Acumpliada com o desinvestimento público em saúde, a desindustrialização (que significa transferência de empregos e redução da capacidade manufatureira) avançou em muitos países: Estados Unidos, Reino Unido, Brasil, etc. De uma hora para outra, na emergência do avanço do vírus, eles se viram de mãos amarradas para garantir à linha de frente do atendimento de saúde insumos e equipamentos médicos essenciais: álcool em gel, óculos, luvas, aventais impermeáveis, máscaras, reagentes dos testes RT-PCR, ventiladores, respiradores.

A marcha da desindustrialização no Brasil é esboçada no quadro abaixo:

**Quadro 3** – Participação da indústria no PIB brasileiro, em %

Ano	% da Indústria
1970	30
1985	36
2000	15
2019	11,3

Fonte: Contas Nacionais. Elaboração própria.

Na maior potência econômica mundial, a chocante escassez de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) é o resultado de décadas de terceirização da produção. Empresas como 3M, Honeywell e Kimberley-Clark transferiram a produção para a China e outros países de baixa renda em busca de lucros mais altos. O jornal *Washington Post* noticiou que até 95% das máscaras cirúrgicas são feitas fora dos Estados Unidos, na China e no México. O governo estadunidense foi acusado por europeus e brasileiros de sequestrar carregamentos de materiais médicos adquiridos por eles na China. Uma corrida mundial, com a correspondente escalada nos preços, se armou em torno da compra de respiradores. Os países que deixaram esgarçar a sua base industrial integrada e mais desenvolvida ficaram prostrados, na dependência das fábricas asiáticas, enquanto nas UTIs médicos se desesperavam ante a necessidade de fazer “escolhas de Sofia”, e pacientes graves morriam por falta de respiradores.

A Covid-19 escancarou o fato de que a desindustrialização também colapsou os sistemas de saúde. A aposta de tantos países na globalização produtiva se mostrou um desastre completo, expondo-os às frustrações causadas pela “pirataria moderna” na hora de comprar máscaras, respiradores e testes.

Uma última contribuição do “capitalismo patrimonial” para a pandemia está na autonomia que concedeu ao grande complexo farmacêutico. A *Big Pharma* corre livre e solta, ocupando-se tão somente com os insumos e remédios utilizados no tratamento das doenças modernas, as que acometem as populações abastadas e exigem intervenções terapêuticas complexas e custosas. As doenças de ricos, para os quais é lucrativo vender remédios. Por isso, as grandes empresas farmacêuticas deixam de lado as endemias que grassam nos países tropicais: as “doenças negligenciadas”, embora elas ainda sejam importantes causas de morbidade e mortalidade no mundo.<sup>65</sup> Sobre isso, veja-se a denúncia de Mikes Davis (2020, p. 5):

É desapontador, para dizer o mínimo, que nos debates das primárias do Partido Democrata nem Sanders nem Warren chamaram atenção para como as grandes corporações farmacêuticas [*Big Pharma*] abriram mão de investir em pesquisa e desenvolvimento de novos antibióticos e antivirais. Das dezoito maiores empresas farmacêuticas, quinze abandonaram totalmente o campo. Medicamentos cardíacos, tranquilizadores viciantes e tratamentos para impotência masculina são alguns dos produtos mais lucrativos do setor, e não a defesa contra infecções hospitalares, doenças emergentes e doenças letais tradicionais dos trópicos, como a malária. A vacina universal para a influenza – isto é, uma vacina voltada para as partes imutáveis das proteínas de superfície do vírus – já é uma possibilidade há décadas, mas não é lucrativa o suficiente para ser considerada prioridade.

Em geral, à *Big Pharma* não interessa realizar pesquisas não remuneradas sobre doenças infecciosas. Eis a razão de não dispormos ainda de antivirais específicos para a classe de coronavírus, mesmo sendo ela conhecida desde os anos 1960. Como salientou David Harvey (2020, p. 4), “a Big Pharma raramente investe em prevenção. Ela tem pouco interesse em

---

<sup>65</sup> As doenças negligenciadas causam entre 500 mil e 1 milhão de mortes por ano. Um estudo recente sobre o financiamento mundial de inovação para doenças negligenciadas revelou que menos de 5% deste financiamento foram investidos no grupo das doenças extremamente negligenciadas, ou seja, doença do sono, leishmaniose visceral e doença de Chagas. Embora as doenças tropicais e a tuberculose sejam responsáveis por 11,4% da carga global de doença, apenas 21 (1,3%) dos 1.556 novos medicamentos registrados entre 1975 e 2004, foram desenvolvidos especificamente para essas doenças. Portanto, 1.535 medicamentos foram registrados para outras doenças. Ver <https://agencia.fiocruz.br/doen%C3%A7as-negligenciadas>.

investir na prevenção de crises de saúde pública. Ela adora desenhar curas. Quanto mais doentes estamos, mais eles ganham. A prevenção não contribui para o valor do acionista”.

O episódio desolador da investida do governo Trump sobre uma farmacêutica alemã, acenando com a compra bilionária de uma vacina em desenvolvimento para uso primeiro dos estadunidenses, não pode parar apenas no arrepio moral que provocou. Crises de saúde pública frequentemente exigem a quebra dos monopólios farmacêuticos e o fornecimento à população de medicamentos vitais a preço baixo ou custo zero.<sup>66</sup> Por conseguinte, devemos endossar a posição de Mike Davis (2006), quando discutiu a ameaça global da Gripe Aviária causada pelo vírus H5N1:

O acesso a medicamentos vitais, incluindo vacinas, antibióticos e antivirais, deveria ser um direito humano, universalmente disponível a preço zero. Se os mercados não tiverem condições de fornecer incentivos para produzir tais drogas de maneira barata, então os governos e as organizações sem fins lucrativos deveriam assumir a responsabilidade por sua manufatura e distribuição. A sobrevivência dos pobres deve sempre ser prioridade sobre os lucros do grande complexo farmacêutico.

A pandemia que se acompanha nas telas de smartphones em tempo real repõe a pergunta: será que só a consumação da tragédia apontará a saída para os dilemas atuais, especialmente no campo da saúde?

### **O capitalismo atija demasiadamente os “bichos maus”**

Em diversas partes do interior das Minas Gerais, o povo das comunidades rurais habitualmente designa “bichos maus” aos agentes – grandes, pequenos ou invisíveis – capazes de envenenar ou adoecer as pessoas. Cobras e escorpiões são “bichos maus”. Barbeiros vetores do *Trypanosoma cruzi* causador da Doença de Chagas também. Mata-bicho é a cachaça tomada em jejum, logo de manhã, para eliminar os vermes intestinais. Vírus e bactérias patogênicos também são “bichos maus”, em cuja existência o caipira acredita com base no testemunho dos médicos e da televisão, nem tanto dos professores.

Pois bem, os tais “bichos maus” têm sido demasiadamente atijados pela dinâmica do capitalismo desde fins do século XVIII. Expansivo por natureza, porque o valor e o lucro

---

<sup>66</sup> Vale lembrar que, durante a Segunda Guerra Mundial, o exército dos EUA convocou Jonas Salk e outros pesquisadores para desenvolverem a primeira vacina de gripe. Ou, mais recentemente, a política pública brasileira iniciada nos anos 1990 para o tratamento da AIDS, que quebrou patentes de remédios e iniciou a produção nacional de genéricos, distribuídos gratuitamente na rede pública de saúde.

têm que ser extraídos em toda parte do planeta, o capitalismo não se detém diante de distâncias, montanhas, florestas, pântanos, desertos e mares. Onde houver recursos naturais ou mercados consumidores, as firmas capitalistas aportam. É uma questão de tempo, de cada vez menos tempo. Podemos dizer que essa é uma lei do capitalismo: os ambientes e os territórios, em qualquer quadrante, são fontes potenciais de valor. E é nisso, apenas nisso, que reside sua eventual importância para as empresas. É a tal célebre frase: *The business of the business is business* (o negócio do mundo dos negócios é o negócio). O neoliberalismo, como fase atual do sistema, não se distingue das demais épocas anteriores do capitalismo. A diferença é no máximo de grau: a intensidade de exploração da natureza não encontra paralelo em tempos passados. O capitalismo é viciado em exploração da natureza.

Os negócios capitalistas devassam e devastam o planeta inteiro, de modo que não há como negar a crise ambiental que vivemos. Seus sintomas são múltiplos, intensos e perigosos: erosão e perda de solo, contaminação química generalizada, mudança climática quase ao ponto da irreversibilidade, erosão da biodiversidade, desmatamento crescente, destruição da camada de ozônio e abuso industrial de animais. Avançamos nessa senda de destruição em marcha batida, oferecendo ouvidos moucos ao alerta de Rachel Carson (1907-1964), lançado com o livro *Primavera Silenciosa*, em 1962. Não é à toa que especialistas chamaram nosso tempo de “sexta crise de extinção”. A quinta crise, há 65 milhões de anos, viu o desaparecimento dos dinossauros.

Que fique bem entendido: explorar a natureza em proveito das necessidades humanas não é algo que começou com o capitalismo. Ao contrário, trata-se de processo de longuíssima duração. O homem modifica o ambiente ao interagir com ele e com outros homens, em qualquer lugar e em qualquer época. Mas a exploração incessante da Terra para “descobrir tantos novos objetos utilizáveis como novas propriedades de uso dos antigos, bem como novas propriedades dos mesmos como matérias primas” alcançou o paroxismo no capitalismo, o que é, na verdade, uma espiral de “descobrimento, criação e satisfação de novas necessidades provenientes da sociedade mesma”, resultando no desenvolvimento de “um sistema múltiplo, e em ampliação constante, de tipos de trabalho, tipos de produção, aos quais corresponde um sistema de necessidades cada vez mais amplo e copioso” (MARX, 2007, I, p. 361).

Por mais que seja decepcionante e doloroso, é preciso concordar com John Bellamy Foster, quando assevera:

Hoje em dia, não cabe dúvida no Antropoceno, o capitalismo está criando brechas antropogênicas nas espécies, nos ecossistemas e na atmosfera, gerando uma crise socioecológica que, em última instância, se deve às contradições próprias do sistema de acumulação. O sistema capitalista cria amplas disparidades de classe e imperiais, ocasionando que os perigos ambientais recaiam sobre os mais pobres e vulneráveis, enquanto que os ricos estão relativamente seguros: dando um novo significado à acusação de Engels de “assassinato social”.<sup>67</sup>

Há, sem embargo, uma colisão estrondosa entre o capitalismo e o planeta. Um choque grave, que Bellamy Foster (1999), em 1984, designou de “ecocídio iminente”, no livro *The Vulnerable Planet*. Há uma dialética negativa do capitalismo e do meio ambiente.

A responsabilidade pela degradação ambiental, no entanto, não é igual entre todas as sociedades nem entre todas as pessoas que habitam a Terra. Isso porque o consumo material, que exaure os recursos do planeta e erode seus ecossistemas, não é idêntico em toda parte. Estima-se que 20 a 30% da população mundial consumam de 70 a 80% dos recursos retirados anualmente da biosfera (KEMPF, 2007). Os 20 a 30% mais ricos, habitantes principalmente do Norte desenvolvido: povos da América do Norte, Europa e Japão. Conforme Hugo Penteadó (2003, p. 38):

Uma criança americana com expectativa de vida de 80 anos deverá consumir 800 mil quilowatts de energia elétrica, 2,5 milhões de litros de água, 21 mil toneladas de gasolina, 220 toneladas de aço, mil árvores e gerar 60 toneladas de lixo urbano, a maior parte deste consumo representando um enorme desperdício. A criança americana produz uma sobrecarga ambiental 30 vezes maior que a brasileira, 35 vezes maior que a indiana e 280 vezes maior que a haitiana.

Nas sociedades afluentes do Norte, os super-ricos e a classe média consomem demais e, por conseguinte, o atendimento de suas necessidades materiais produz impactos enormes

---

<sup>67</sup> Entrevista de John Bellamy Foster, professor de Sociologia da Universidade do Oregon (EUA), concedida a Observatorio de la crisis, em 03 abr. 2020. Disponível em <https://kaosenlared.net/entrevista-a-bellamy-foster-el-capitalismo-ha-fracasado-la-disyuntiva-es-la-ruina-o-la-revolucion/>. A expressão “assassinato social” Engels empregou no seu livro de 1845, *As condições da classe trabalhadora na Inglaterra*, ao analisar as péssimas condições epidemiológicas e as enfermidades prevalentes na Revolução Industrial.

sobre a biosfera. A chamada “pegada ambiental” dos ricos e remediados é muito maior que a dos pobres, a despeito desses últimos serem tão mais numerosos.

“Pegada ambiental” é a medida da quantidade de recursos naturais (grãos, vegetais, carne, peixes, madeira e fibras, energia renovável, etc.) que utilizamos, anualmente, para manter nosso estilo de vida. “Hectares globais” (gha) é a unidade empregada, traduzindo a superfície necessária, em média, para suprir as demandas de consumo (produtos, bens e serviços) por habitante/ano (de cidade, região ou país). Segundo a *Global Footprint Network* (GFN), em 2014, seria preciso 1,5 planeta para dar conta da pegada ecológica mundial. O que significa que consumimos mais do que a Terra é capaz de produzir em um ano. A lista dos países com as maiores pegadas ecológicas em 2014 está no quadro seguinte:

**Quadro 4** – Doze maiores pegadas ecológicas *per capita* do mundo, 2012

Posição	País	Pegada ecológica (em gha)
1	Luxemburgo	15,8
2	Aruba	11,9
3	Qatar	10,8
4	Austrália	9,3
5	Estados Unidos	8,2
6	Canadá	8,2
7	Kuwait	8,1
8	Cingapura	8,0
9	Trinidad e Tobago	7,9
10	Omã	7,5
11	Bahrain	7,5
12	Suécia	7,3

Fonte: Ecodebate. <https://www.ecodebate.com.br/2016/06/24/o-mapa-da-pegada-ecologica-artigo-jose-eustaquio-diniz-alves/>.

O Brasil possuía, em 2012, a “pegada ecológica” *per capita* estimada em 3,1 hectares globais, acima da média mundial calculada em 2,84 hectares globais. A Índia tinha “pegada ecológica” *per capita* de 1,2 gha, enquanto a da China era de 3,4 gha. O problema é que a “biocapacidade” disponível para cada pessoa foi estimada em apenas 1,73 hectares globais.<sup>68</sup> O déficit, portanto, era de 64%.

Por que tanto consumo e desperdício? Em tese, estes comportamentos não combinam com o *homo economicus* da teoria convencional. Thorstein Veblen (1857-1929), no livro *A*

<sup>68</sup> A “biocapacidade” de uma região corresponde à soma de todas as suas áreas produtivas, disponíveis para fornecer recursos e absorver os resíduos produzidos por sua população.

*teoria da classe ociosa*, disse algo relevante sobre o comportamento econômico real das pessoas, ele que foi um crítico feroz dos ricos e poderosos dos Estados Unidos, vaidosos e ostensivos. Para Veblen, as pessoas não tomam decisões econômicas – o que comprar, como gastar seu tempo – de olho em cálculo racional dos custos e benefícios, mas impulsionadas por desejos, instintos e hábitos. Compramos coisas para sermos aprovados pelos outros. Compramos para nos diferenciar dos outros, marcando concretamente nosso *status*. No capitalismo da virada do século XIX para o XX, os novos ricos viviam à custa dos rendimentos de ações e das fortunas herdadas, não tinham de fazer muita coisa ou trabalhar. E obtinham reconhecimento social demonstrando isso, por meio do lazer sofisticado e caro, da prática de esportes elegantes e da aquisição de bens luxuosos. Seu consumo servia, portanto, à ostentação – Veblen chamou de “consumo conspícuo”, e seus privilegiados praticantes de “classe ociosa”.

Pois bem, pouco a pouco, o “consumo conspícuo” se espraiava de cima a baixo na pirâmide social. As classes baixas anseiam ficar parecidas com os magnatas, especialmente os setores médios, mais diretamente envolvidos com os ricos. Nesse ponto, o “consumo conspícuo” torna-se desperdício – desvia energia econômica crescente para a produção de bens e serviços supérfluos. Pior: gera uma cadeia de insatisfações e frustrações: “as pessoas copiam os ricos consumindo mais, os ricos compram coisas ainda mais caras para se manter à frente, e todos têm que se esforçar mais ainda para acompanhar” (KISHTAINY, 2018, p. 118). Ótimo para os negócios e a produção; péssimo para o planeta.

Veblen considerava que este comportamento assentava-se no instinto de “predação”. A “classe ociosa” moderna competia o tempo inteiro, derrotando os rivais com artifícios financeiros. Trapaceava, burlava as leis se isso a fizesse ganhar mais dinheiro. Do topo à base da sociedade, do “barão ladrão” ao seu empregado mais modesto, todos se curvavam a esse instinto predatório. As pessoas restavam aprisionadas num carrossel de mais e mais compras para não ficar atrás do vizinho. Um horror: “vida comprida e vazia/ Dias e noites iguais./ Morte é paz”, na mordaz expressão do samba de Paulo Vanzolini.

Como escapar dessa cultura ostensiva e imoral? Veblen pensava que o “consumo conspícuo” somente seria derrotado quando outro instinto, o do “trabalho eficaz”

sobrepujasse o instinto de “predação”.<sup>69</sup> Então, o desperdício terminaria e, com ele, a sociedade gastadeira, exibicionista e frívola.

A busca do lucro e o “consumo conspícuo” – faces de uma mesma moeda – alimentam uma tremenda dinâmica de extração de recursos do planeta, cuja intensidade não cessa de crescer. Essa espiral carrega uma ameaça: os sistemas de produção agroalimentar e industrial, mas também a curiosidade insaciável de milhões de turistas que se comprazem em esquadrihar cada recanto da Terra, ampliam as possibilidades de que novos patógenos saltem para os humanos. As estruturas de produção e as cidades espalham-se sem parar na direção dos “refúgios naturais”, aproximando-se de todos ecossistemas, de modo que os flancos da civilização capitalista pressionam contínua e fortemente a natureza. Não é uma novidade histórica, a não ser pelo grau do “encolhimento” do planeta, pela velocidade da difusão dos humanos nos *habitats* da vida selvagem. Por conseguinte, nós nos tornamos ainda mais propensos a hospedar novos patógenos, a partir de outras espécies como macacos, morcegos e pangolins.

Eis porque tem razão quem bate na tecla de que existe relação entre a Covid-19 e a questão ambiental. Caso de David Harvey (2020, p. 4), por exemplo, que escreveu: “Se eu quisesse ser antropomórfico sobre isso, concluiria que a Covid-19 é a vingança da natureza por mais de quarenta anos de maus-tratos brutais e abusivos nas mãos do extrativismo neoliberal violento e não regulamentado”. Ou de Leonardo Boff, em perspectiva mais mística, para quem o “coronavírus é o ultimato para mudarmos a relação com a Terra” e realizar uma “conversão ecológica”, uma vez que “o capitalismo não poderá ser feroz, acumulador, como foi até agora, ele deve respeitar os limites da terra, incorporar a dimensão ecológica e ser muito mais cooperativo do que somente competitivo”.<sup>70</sup>

De fato, o problema de fundo do combate à Covid-19 reside em deter o agravamento da crise ambiental, para o quê a humanidade deverá reduzir seu impacto sobre a biosfera. Ora, isso requererá diminuir drasticamente nossas retiradas de minerais, madeira, água, carvão, petróleo; abaixar consideravelmente nossas emissões de gases de efeito estufa, poluentes, dejetos tóxicos e sintéticos (como embalagens de plástico), materiais radioativos;

---

<sup>69</sup> Para Veblen, instinto do “trabalho eficaz” é a vontade de fazer trabalho produtivo, atendendo às necessidades de toda a comunidade, e de buscar nisso alto e justo valor e reconhecimento social.

<sup>70</sup> Ver <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/28/coronavirus-e-ultimato-para-mudarmos-a-relacao-com-a-terra-afirma-leonardo-boff>.

reverter processos de desmatamento, perda de solos e salinização da água (como historicamente tem ocorrido nos grandes projetos modernos de agricultura irrigada).<sup>71</sup> Ou seja, reduzir o consumo material global de nossas sociedades.

Até porque, hoje, o aumento do consumo material global não se traduz em melhoria do bem-estar coletivo – ao contrário, produz sua degradação. Não há terceira alternativa: ou é a ruína ou é a reorientação profunda da economia e dos valores que a embasam. Nas palavras de Hervé Kempf (2007, p. 50),

trata-se de renovar a economia pela ideia da utilidade humana, em vez da obsessão pela produção material; de promover laços sociais, em vez da satisfação individual. Diante da crise ambiental, temos de consumir menos para distribuir melhor. Para podermos viver melhor juntos, em vez de consumir sozinhos.

Tal desiderato pode ser alcançado? E poderá ser atingido mesmo no âmbito de sociedades de mercado? Há quem diga que sim e há quem aposte que não. Os primeiros acreditam ser possível reformar o capitalismo, botar-lhe freios aos seus apetites de expansão e acumulação infindos. Os segundos se dividem entre os que creem que caminhamos para o desaparecimento como espécie sobre a superfície da Terra, e os que acreditam que só sobreviveremos se houver o advento do socialismo. De um socialismo ecológico!

Os leitores façam seus jogos. Pensamos que o pior que podemos fazer é recusar nossa condição, isto é, abrir mão inteiramente de realizar a transformação material do ambiente para tornar a vida menos confortável, enfiar a cabeça na areia e hibernar ou voltar ao tempo das cavernas. Esses caminhos são simplesmente impossíveis, além de profundamente injustos com a maioria dos habitantes do planeta.

Na nossa perspectiva, há três coisas a superar: a) a arrogância de que somos imunes a variáveis ambientais e, portanto, a postulação de que sociedade e natureza são completamente distintas e independentes uma da outra; b) a ideia de que a solução dos problemas vem do crescimento econômico e do avanço da tecnologia; c) o apego à crença de que os mercados devem ser inteiramente livres, especialmente das injunções da política – mercados fortes, Estado mínimo.

---

<sup>71</sup> A propósito dos efeitos ambientais negativos dos grandes sistemas de agricultura irrigada, ver o trabalho de Donald Worster (2008).

Já falamos bastante da ilusão de que estamos acima da natureza, graças à cultura, ilusão cuja idade é bem provecta e que mostra sinais contundentes de caquexia. Por sua vez, a crença de que o crescimento econômico é sempre a saída é, na verdade, um dogma dos economistas e dos políticos. Eles dizem, no Norte como no Sul globais: “Sem crescimento econômico, estamos fritos”. Para o *mainstream* econômico e político, não existem restrições físicas aos sistemas econômicos. A teoria econômica convencional, mecanicista, assenta-se no mito da reversibilidade ou de um processo econômico autossustentável e isolado de quaisquer outros sistemas ou leis naturais. Está sob o primado da ideia do *fluxo circular da produção e da renda*, bem como da ideia da natureza como fornecedora gratuita e inesgotável dos sistemas econômicos. O universo, no entanto, submete-se à termodinâmica e à sua lei da entropia: ambas, a energia e a matéria – que entram em qualquer processo econômico – estão sujeitas a uma irreversível dissipação.<sup>72</sup>

A teoria econômica convencional também se aferra ao axioma de que, sempre que necessário, a capacidade humana encontrará novas fontes de energia e matérias primas, e disporá da tecnologia necessária para lidar com elas quase imediatamente. Para completar, acredita piamente que o crescimento, desde que suficiente e contínuo, aumenta a riqueza dos ricos e, em seguida, “vaza” para os grupos sociais e países mais pobres, tornando-os gradualmente mais ricos. Na expressão jocosa de John Kenneth Galbraith (1908-2006), é a teoria do cavalo e do pardal: “se você der aveia o suficiente para alimentar o cavalo, um pouco irá cair para que os pardais na estrada comam”. Os ricos empresários podem se sentir bem com a comparação de serem cavalos puro-sangue, rijos e corredores, mas duvidamos que os pobres queiram ser comparados a pardais. O pior é que a história mostrou sobejamente que a *trickle-down economics* ou “teoria do gotejamento” não funciona. Nós, brasileiros, temos dolorosamente na pele a marca dessa experiência.<sup>73</sup>

Como já consumimos mais em um ano do que a natureza é capaz de repor, em algum momento a construção de uma economia mais justa e sustentável exigirá sacrifício. É impossível manter os atuais níveis de crescimento, na verdade é necessário que a economia

---

<sup>72</sup> Para uma discussão mais detida das restrições ambientais à economia e de como trazer a natureza para dentro da teoria econômica, ver o livro de Andrei Cechin (2010).

<sup>73</sup> Até o Fundo Monetário Internacional, em estudo de 2015, reconheceu que não há qualquer gotejamento quando os ricos se tornam mais ricos: “Se a porção da renda dos 20% do topo (mais ricos) aumenta, então o crescimento do PIB na verdade irá cair a médio prazo, sugerindo que os benefícios não gotejam. Em contraste, um aumento na porção de renda dos 20% da base (mais pobres) é associado com aumento do PIB”. DABLA-NORRIS, Era *et al.* Causes and Consequences of Incomes Inequality: A Global Perspective. IMF. Staff Discussion Notes, 15 (13), 2015.

deixe de crescer, e até mesmo de ficar em estado estacionário. Ela terá que, ainda que em momento distante, decrescer, isto é, retraindo o consumo global de energia e matéria, diminuir as atividades de produção e consumo. É a lição de Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994): “um crescimento infinito é incompatível com um mundo finito”. Devemos aprender a pensar desenvolvimento sem crescimento (JACKSON, 2013). A economia deve parar de crescer, mas tem que continuar a se desenvolver.<sup>74</sup> Estancar e até mesmo reverter o “consumo conspícuo” justamente criticado por Thorstein Veblen.

A questão é: para isso acontecer, um passo necessário – mas talvez não suficiente – será reduzir significativamente as desigualdades sociais, notadamente as desigualdades de renda. De outra forma, as classes sociais não aceitarão seguir a direção do menor consumo material. É uma batalha cultural: desvalorizar o hiperconsumo e o tipo de *status* a ele associado, recriar solidariedades.

Por último, a questão dos mercados *versus* Estado ou política. A ortodoxia de galinheiro, expressão de Paulo Nogueira Batista Jr., é taxativa: os mercados, deixados livres, a salvo das intervenções do Estado, alocam perfeitamente os recursos econômicos e proporcionam a felicidade de todos. Por corolário, deixemos aos mercados a tarefa de resolver os problemas ambientais, sociais e de saúde pública – diria o ortodoxo de carteirinha. Mas Albert Einstein (1879-1955) dizia: “Não se pode resolver um problema usando o mesmo raciocínio que causou esse problema”. Mais mercado não adiantará nada. Irá apenas complicar ainda mais a situação. Os mercados onipresentes e desregulados são o problema.

Em referência aos economistas e plutocratas que idolatram o mercado, temos a tentação de repetir Talleyrand sobre os Bourbons: “Não aprenderam nada nem esquecem nada”. Até onde a vista alcança, a tarefa que se impõe é a de botar freios e rédeas curtas nos mercados, religar economia e política com base na proposição de Jose Martí (1975, VI, p. 19): “o domínio da razão de todos nas coisas de todos”, traço fundamental do bom governo. Precisamos nos concentrar na necessidade de “domesticar” o capitalismo com democracia mais “quente”, mais participativa e direta, garantida pelo Estado de Direito com “face social”, e fazer a veemente defesa dos valores do acordo, do consenso e do mútuo

---

<sup>74</sup> Desenvolver-se significa trazer gradualmente a um estado mais completo ou melhor, tornar-se diferente. A biosfera se desenvolve (evolui), mas não cresce. No caso da economia, manter a base econômica física contida pela transformação de matéria-energia dentro das capacidades regenerativas e assimilativas dos ecossistemas (DALY, 2004).

entendimento. A política realmente democrática é o instrumento para conter a economia de mercado. A mobilização e o voto contra o dinheiro e o lucro. A história do capitalismo mostra que isso é possível. Aconteceu na virada do século XIX para o século XX, quando o operariado conquistou plenos direitos políticos; voltou a acontecer no pós-guerra, quando os direitos sociais avançaram e a regulação dos mercados também.

Não custa lembrar que capitalismo e democracia são duas coisas nada estáticas. São modelos de organização social que evoluem, que já se transformaram no decurso da história. Hoje, a democracia não anda bem em muitos cantos do mundo. Está ameaçada em países ricos e em países pobres. O capitalismo, por sua vez, enfrenta problemas sérios, sobretudo o aumento das desigualdades e a destruição dos vínculos sociais e do meio ambiente. Está claro que precisa mudar. A concorrência e a ambição pessoal precisam ser submetidas a interesses superiores. A economia deve ser um meio, não um fim.

Todavia, a história tem mostrado que a conjunção de capitalismo e democracia é o melhor dos meios para a construção da civilização, porque pode se adaptar a novas condições e permite a sua própria correção. Há muitos tipos de capitalismo e, sem dúvida, podemos erigir um que respeite o meio ambiente e elimine desigualdades intransponíveis entre as pessoas.

Ao fim e ao cabo, o que devemos reter são duas coisas. A primeira é que, na medida em que a economia mundial cresce continuamente, os processos econômicos tendem a rivalizar com os ciclos ecológicos do planeta, cada vez mais intensamente. E isso abre espaço como nunca para desastres ecológicos e crises sanitárias em escala mundial. A segunda é que o neoliberalismo, ao lançar insistentes anátemas contra o Estado e reduzir os orçamentos governamentais, afetando negativamente os direitos sociais e a provisão de bens e serviços públicos, enfraquece os corpos individuais e coletivos. As doenças, antigas e modernas, agradecem.

## O mundo rural e a pandemia

Entre 1349 e 1351 (ou 1353), logo após a primeira onda de Peste Negra que devastou a Europa, particularmente a cidade italiana de Florença, Giovanni Boccaccio escreveu o *Decameron* (as “dez jornadas”), livro que é tido como a “primeira prosa literária da Europa posterior à Antiguidade” (AUERBACH, 1998, p. 189). Após breve “Proêmio”, o *Decameron* começa com a descrição da peste em Florença: os primeiros sintomas, as casas de portas trancadas e marcadas por um sinal quando havia doentes, os cadáveres espalhados pelas ruas. Em seguida, Boccaccio apresenta os personagens – sete damas e três cavalheiros – reunidos na igreja de Santa Maria Novella em busca de proteção divina contra a epidemia. Uma das jovens propõe a fuga para as colinas, e o grupo, acompanhado de sete criados, desloca-se para uma *villa* senhorial afastada de Florença: o *locus amoenus* rural que possibilitará o esquecimento da morte por algum tempo.

No fim da introdução, os dez jovens estão instalados na *villa* e decidem as regras de convívio que seguirão durante o confinamento. Dentre elas, a principal: todos, após a sesta da tarde, se reunirão próximos a uma fonte, sob a sombra das árvores, para contar histórias até a hora da ceia. Essas histórias compõem o livro, uma “comédia humana do outono da Idade Média” ou uma “epopeia mercantil”, narrativas ora mais melancólicas, ora ingênuas, ora licenciosas, dominadas pelo apelo da natureza e do mundo fenomênico, que falam das virtudes e vícios humanos, do amor e do engenho, e seus embates com a fortuna, o imponderável do destino.

Na perspectiva realista de Boccaccio, o campo – a grande propriedade senhorial, as árvores que dão sombra, as fontes de água potável, o ar limpo e as paisagens serenas – é o refúgio para o caos que irrompe na cidade convulsionada por guerras, revoltas ou epidemias; espaço onde a ordem civilizacional pode ser de alguma forma restaurada quando os tempos são de “triunfo da morte”. Esse *tópos*, recriado pelos românticos nos séculos XVIII e XIX, e

por “conservacionistas” – gente da estirpe de John Muir (1838-1914) – na virada do século XIX para o século XX, ainda conserva ampla aceitação nos dias de hoje.<sup>75</sup>

Por outro lado, não há dúvida de que as mais recentes epidemias tiveram origens em zonas de climas subtropicais úmidos onde avança a fricção entre sistemas produtivos em expansão e espaços selvagens, em cujos “mercados de animais vivos, espécies que raramente se aproximariam em uma natureza não afetada pelos humanos, agora ficam amontoadas, em adensamentos mistos, possibilitando contaminações exponenciais que podem favorecer o surgimento desses vírus letais para nós” (EGAS, 2020, p. 1). Assim, o campo tomado por sistemas intensivos de produção de alimentos ou mesmo pela indústria turística representa, agora, fonte de novos patógenos e, por conseguinte, de potencial ameaça.

Afinal, atualmente, os espaços rurais são refúgio ou ameaça? E qual é precisamente a contribuição da agricultura, mormente o agronegócio, para fenômenos como a pandemia de Covid-19?

### **O campo não é mais refúgio nas pandemias modernas**

Por volta do ano 1000, diversas partes da Europa andaram atemorizadas pelo fogo do “mal dos ardentes”, a erisipela gangrenosa, causada por um fungo, o esporão do centeio, presente na farinha. O “fogo de Santo Antônio”, em 997, foi descrito por um cronista: “É um fogo dissimulado que ataca um membro, que o consome, que o separa do corpo. A maioria dos homens, no intervalo de uma noite, é completamente devorada por essa combustão medonha” (DUBY, 1998, p. 80). Doença carencial desconhecida, sem cura, apavorou os ricos e os pobres, as cidades e os campos. Tentou-se de tudo para esconjurá-la.

O mesmo cronista narrou o encontro dos bispos de Aquitânia com a finalidade de combater a doença. O alto clero escolheu uma pradaria nas proximidades de Limoges, armaram no campo acampamento para orar e pedir a graça dos céus. Levaram consigo as relíquias dos santos, como o corpo de São Marcial. E, asseverou o cronista, o mal cessou. Nessa história, além do recurso ao sobrenatural, é significativo o lugar do campo: espaço apropriado para a reunião em tempos de epidemia.

---

<sup>75</sup> Sobre o influente conservacionista escocês-americano John Muir, ver o artigo de Donald Worster (2005). Muir introduziu as preocupações conservacionistas na opinião pública e na política estadunidense, e, graças ao seu ativismo, o vale Yosemite tornou-se o primeiro parque natural nacional.

As cidades, por causa das maiores densidades, do acúmulo de lixo e sujeira, das dificuldades sanitárias terminavam mais afetadas pelos surtos de doenças contagiosas. A população rural, maior do que a urbana até passado recente, contava com a sorte da dispersão, que lhe garantia alguma proteção diante do contágio. As cidades, ao contrário, eram devastadas pela morte. Não tinham muito o quê fazer: até o século XIX, restava-lhes ficarem atentas às notícias de propagação das epidemias, fecharem-se intramuros, repelir os estrangeiros e acender fogueiras para destruir os miasmas infectantes. Queimar ervas aromáticas nas ruas e enterrar os mortos, mesmo que fosse jogando-os sem mesmo uma mortalha em valas cavadas às pressas. Assim ocorreu com a Peste Negra em Florença e Avignon, no ano de 1348, e em Marselha, onde as pessoas morreram como moscas. Conforme Georges Duby (1919-1996):

Fechavam-se, então, as portas das cidades. (...) As pessoas se protegiam, enclausurando-se. É isso que fazem os jovens que Boccaccio imagina no Decameron. (...) Até o século XIX, as pessoas se protegiam encarcerando-se. Leia Giono, que se informou muito com a epidemia de cólera de 1832, no *Le bussard sur le toit*. É a mesma coisa. As cidades isolavam-se, evitava-se o estrangeiro, suspeito de trazer com ele a corrupção (DUBY, 1998, p. 90).

Concentração. Densidade. Esses fatores, ou melhor, a ausência deles teria poupado o Brasil nos primeiros séculos. É o que se depreende da afirmação de Afonso E. Taunay (1876-1958), escrita no início do século XX: “Não fora a fraquíssima densidade da população e teriam as epidemias, em nossas cidades coloniais, assumido a extensão e violência das grandes pestes europeias”.

No início do século XIX, durante as guerras napoleônicas, terríveis acessos de tifo alcançaram diversas cidades tanto no sul como no norte da Europa. Em 1799 e 1800, a cidade de Gênova, assediada, primeiro pelas tropas francesas que se retiravam de Nápoles, depois pelo cerco dos austríacos, contou mais de 20 mil doentes, dos quais 8,5 mil morreram. O horror nos hospitais foi tanto que os soldados preferiam morrer fora deles, deitados pelos caminhos. As campanhas da Prússia (1806), Polônia (1807) e Áustria (1809) produziram surtos epidêmicos graves. Mas nada se comparou ao flagelo durante a campanha da Rússia, no ano de 1812, quando o tifo ceifou quase um terço do grande exército francês de 600 mil homens. Em Vilna, na Lituânia, quando da retomada russa da cidade em

dezembro, o imperador Alexandre I limpou o hospital de São Basílio de 7,5 mil cadáveres, enterrando-os em fossas fora dos muros, e acendeu grandes fogueiras nas ruas. E, à medida que o exército de Napoleão se retirava, no decorrer de 1813, cidades polonesas (Varsóvia, Dantzig) e alemãs (Koenigsberg, Dresden) no percurso encheram-se de doentes e moribundos. O tifo atingiu a população civil, a mortalidade explodiu. O médico holandês Kerckhoffs, que trabalhou em um hospital de Mogúncia, escreveu:

As destruições que a febre nervosa provocou entre os habitantes acrescentaram um outro grau à miséria pública. Contava-se entre 200 a 300 mortos por semana, dentre os quais um terço era devido ao flagelo que a tristeza e a fome tornavam todos os dias mais mortífero. Famílias inteiras haviam sido suas vítimas. Via-se nas ruas afastadas, ou sobre montes de estrume acumulado em toda parte, soldados a morrer sem socorro (BERCÉ, 1991, p. 169).

Em 1665, Londres tornou-se cenário da última grande aparição europeia da peste bubônica. Em dezoito meses, morreram 100 mil pessoas, cerca de um quarto da população londrina da época. Causada pela bactéria *Yersinia pestis*, transmitida por pulgas de ratos, a progressão da doença forçou a ordem de confinamento das famílias em suas casas, a proibição de bailes, bebidas e diversões públicas.<sup>76</sup> Nas habitações onde havia contaminados, era pintada uma cruz vermelha na porta e escrito “Senhor tenha piedade de nós”. Os “procuradores da morte” – funcionários pagos pelo governo – percorriam as casas, averiguavam a causa das mortes e as registravam. O rei Charles II fugiu para o interior, logo sendo seguido pelos ricos rumo a suas casas de campo. Daniel Defoe (1660-1731) escreveu que, em Londres, “não se via nada além de carroças com bens, mulheres, serviçais, crianças, carruagens cheias de pessoas do melhor tipo, e cavaleiros cuidando deles e todos fugindo”.<sup>77</sup> Até mesmo alguns pobres se refugiaram nos matos, construindo toscas cabanas e sobrevivendo ao acaso.

Vale lembrar que, durante a quarentena da “Grande Peste”, Isaac Newton (1643-1727) teve seu *annus mirabilis* refugiado no campo, na mansão Woolsthorpe, a 96 km de Cambridge. A universidade havia liberado os estudantes e professores para voltarem a suas casas, de

<sup>76</sup> Como dominava a teoria dos miasmas, além de acender fogueiras, muitas pessoas acreditaram obter proteção fumando cigarros ou usando máscaras com ervas dentro. O vinagre foi empregado como desinfetante de objetos, como as moedas. Houve proibições de ter gatos e cachorros. Em Londres, promoveu-se o extermínio de 4 mil animais, o que apenas diminuiu o número de predadores de ratos, o hospedeiro do patógeno causador da doença.

<sup>77</sup> Daniel Defoe (2002) escreveu *Um diário do ano da peste* em 1722, reportagem extensa sobre a epidemia usando relatos e documentos de época e tratamento ficcional.

maneira a se protegerem da peste bubônica. Newton retornou a Cambridge em 1667, munido da Lei da Gravitação Universal e estudos de cálculo e óptica.

Na epidemia de cólera de 1832, Paris convulsionou-se completamente, não apenas por causa da mortandade, mas também em decorrência de distúrbios e revoltas de grupos sociais. A orgulhosa capital do regime da Restauração, sob o reinado de Luís Filipe, viveu os horrores e a violência da doença, de que deram notícia aos alemães leitores do *Augsburger Allgemeine Zeitung* os artigos de Henrich Heine (1797-1856), então exilado em Paris.

Ante a cólera, vinda da Ásia, a grande burguesia francesa ficou chocada: a “cidade luz”, centro da civilização, fora tomada pela “barbárie asiática” simbolizada por uma “calamidade anacrônica”, o cólera-morbo. A doença colheu vítimas em todas as classes, embora atingisse com maior intensidade a população desvalida e desassistida. O governo, emperrado pelo conservadorismo, reagiu lentamente, duvidando das recomendações apresentadas por suas próprias comissões médicas oficiais. Não foi além de medidas tradicionais e paliativas: quarentenas e cordões sanitários. Coisas ineficazes no caso de doença transmitida por água e alimentos contaminados! Essas “práticas reais”, conforme Delaporte (1986), aos olhos do povo, sugeriam e evidenciavam ação e decisão por parte das autoridades. Mas, ao não funcionarem, ataçaram a desconfiança dos moradores e alimentaram conflitos durante a epidemia, inclusive manifestações insufladas por pequenos burgueses criticando o bloqueio das atividades comerciais e da circulação das pessoas.

Nas tribunas e nos jornais, o debate sobre a epidemia trouxe três vozes principais: a dos que acreditavam na expiação pelo processo de desintegração social, moral e econômica aprofundada pelos anos de Restauração; a dos higienistas, ganhando força com a defesa da eugenia malthusiana; e a dos arquitetos e urbanistas, preconizando obras de saneamento básico e remodelação da cidade, de olho nos lucros que aufeririam as empresas de construção.

Enquanto “o silêncio sinistro que a morte espalha em toda parte, no horror destes enterros tão pranteados” obscurecia Paris, numerosas famílias abastadas deixaram a cidade, refugiando-se no interior. Resposta egoísta, privada – e tão tradicional – ao desafio público posto pela cólera, expresso nos versos de Alexander S. Púschkin (1799-1837), do poema *Festim em Tempo de Peste*: “Rainha bem severa, a Peste/ Se assanha contra nós, investe,/

Alegre co'a colheita farta,/ E no postigo, noite e dia/ Bate a pá tumular: que parta!/ O que fazer nesta agonia?"<sup>78</sup>

No Brasil, a primeira epidemia de cólera desencadeou-se em 1855. A doença grassou principalmente nas capitais e portos litorâneos, penetrando pouco o interior, exceção feita ao Vale do Paraíba cafeeiro. Aturdidos e atrapalhados, os governos provinciais e imperial reproduziram medidas adotadas na Inglaterra e França, com pouco sucesso. A cólera deixou quase 200 mil mortos em 1855-1856. No Rio de Janeiro, entre julho de 1855 e maio de 1856, morreram 4.828 pessoas, sendo 2.513 escravas (KODAMA, 2011, p. 2). Nessa época, a população total da Corte era de 266 mil habitantes. No país como um todo, estima-se que quase dois terços das vítimas foram de pessoas negras (SANTOS, 1994).

Na corte imperial brasileira, o “distanciamento social” indicado nos surtos epidêmicos significou duas coisas: o afastamento dos pobres do centro da cidade e a fuga da aristocracia para a serra de Petrópolis. A epidemia de febre amarela de 1849-1850 tornou norma e costume a saída da elite carioca para a cidade serrana nos verões, até porque a febre amarela voltava anualmente.<sup>79</sup> Petrópolis cresceu por conta disso. Os aristocratas todos fugiam para a serra, onde o mosquito transmissor não sobrevivia em decorrência da altitude de Petrópolis, conhecimento, aliás, que não havia na época. Os campos da serra, portanto, tornaram-se refúgio para as classes superiores da corte imperial: enquanto as pragas dizimavam os pobres no Rio de Janeiro, elas se divertiam nas mansões, jardins, igrejas e palácios da “cidade de Pedro”.

As ondas epidêmicas de cólera nos Estados Unidos oitocentistas iluminam uma diferença crucial em relação ao Brasil. O flagelo nas terras do Tio Sam foi muito mais considerável, abrangendo todo o território, entre os anos de 1832-1834, 1849-1854 e em 1866. As maiores cidades portuárias, como Chicago e Nova Iorque, foram duramente atingidas. Mas o interior do país não escapou: a cólera vitimou pequenos fazendeiros,

---

<sup>78</sup> O poema *Festim em Tempo de Peste* é a tradução/recriação para o russo de trechos da peça de John Wilson, *A Cidade da Peste*, inspirada na peste de Londres de 1665. A peça de Wilson foi publicada em 1816. O poema foi escrito sob o impacto da epidemia de cólera na Rússia, no ano de 1830.

<sup>79</sup> A febre amarela aportou no Brasil com os navios que levavam norte-americanos embarcados no litoral sul daquele país para a Califórnia, durante o *rush* do ouro na costa oeste. No Sul dos Estados Unidos e no Caribe, a febre amarela há muito se tornara endêmica. A epidemia de 1849-1850 foi a primeira de grande impacto no Brasil. Matou muita gente da elite imperial, inclusive um filho do imperador. Atingiu muitos imigrantes, o que tornou mais custoso o sonho de encher o país de trabalhadores europeus. Afetou fortemente as exportações e importações, porque os navios fugiam dos portos brasileiros. E, como havia médicos que acreditavam que a doença era transmitida pelo tráfico negreiro, essa epidemia contribuiu para que houvesse a decisão de proibir o “nefando comércio”, com a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850.

escravos, mineiros de carvão, sem poupar as classes mais abastadas. O que explica essa ampla disseminação é o estágio muito superior de integração nacional, graças ao *boom* ferroviário e as volumosas migrações em direção ao oeste, que possibilitaram intensos intercâmbios entre as regiões do país. Algo que prenuncia a situação que temos hoje em praticamente todo o planeta.

Mencione-se brevemente que, nos Estados Unidos – como no Brasil e outros lugares onde vigorava a escravidão – ocorreu uma estigmatização da cólera. Lá, notadamente no Sul escravagista, conforme Kaori Kodama (2011, p. 8),

a morte de caucasianos mais abastados era atribuída à diarreia, disenteria ou febre biliosa e não ao cólera, na Virgínia em 1832. De fato, a carência de condições sanitárias apropriadas tornava os escravos e a população mais pobre (...) nas vítimas mais vulneráveis, ajudando a criar sobre o mal um rótulo social.

Especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, durante as recorrentes ondas de cólera e febre amarela no século XIX, os agentes de saúde e a polícia trataram como suspeitos todos os cortiços onde viviam famílias pobres, amontoadas em condições insalubres. Em nome da saúde pública, os cortiços – “verdadeiras pocilgas”, “habitações que mais pareciam ranchos para guardar animais”, na expressão do 2º. Barão do Lavradio – se tornaram objetos de demolições e operações policiais frequentes.<sup>80</sup> E assim, seus habitantes foram dispersos pelas periferias, afastados dos centros das cidades (CHALHOUB, 1996). A Junta Central de Higiene Pública, órgão do governo imperial sediado na Corte e destinado a centralizar as ações de contenção de epidemias, cujas origens estiveram associadas à epidemia de febre amarela de 1849-1850, se destacou na articulação da política de repressão aos cortiços e sua expansão pela capital.<sup>81</sup>

Interessante lembrar a epidemia de febre amarela que assolou Campinas no primeiro semestre do ano de 1889, espalhando-se a partir do centro da cidade para pontos mais periféricos da cidade, fazendo 1.200 vítimas. O pânico tomou conta da população estimada entre 15 e 20 mil habitantes no perímetro urbano. Quem pôde fugiu para o campo ou para

<sup>80</sup> REGO, José Pereira. *Esboço histórico das epidemias que tem grassado na cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872, p. 201. Médico e político

<sup>81</sup> A Junta seguiu o modelo do Conselho Geral de Saúde da Grã-Bretanha, de 1848, criado por ocasião da epidemia de cólera. O Barão do Lavradio, que integrara a Comissão Central de saúde Pública criada em 1850 para combater a febre amarela, foi presidente da Junta no período 1864-1881.

outras cidades (como São Paulo e Jundiaí). Empresas fabricantes de maquinário agrícola – Companhia McHardy e Companhia Lidgerwood – encerram suas atividades na cidade, transferindo-as para a capital. Dos 21 médicos atuantes em Campinas, apenas três permaneceram cuidando dos enfermos. O êxodo temporário provocado pela febre amarela deixou a cidade com 3 a 5 mil habitantes, fato que contribuiu para o arrefecimento da epidemia após maio de 1889 (RIBEIRO, 1993).

Mesmo em meados do século XX, a ideia de que o campo representava refúgio contra as epidemias continuava presente na literatura europeia. É o caso de *A Peste*, de Albert Camus, publicada originalmente em 1947, escrita quando uma epidemia de peste bubônica assolou a Argélia. No livro, a falta de reação dos governantes das cidades sitiadas pelas doenças contagiosas transparece no diálogo dos médicos com o prefeito de Oran. “Sinceramente, diga-me o que o senhor pensa, tem certeza de que se trata da peste?”, pergunta um dos médicos. “O problema está mal colocado”, responde outro. “Não é uma questão de vocabulário, mas de tempo”. Na trama, a mulher do médico que, por acaso, escapa da cidade antes da peste termina vitimada pela tuberculose.

Os refúgios campesinos praticamente já não existem. Perderam gradualmente essa condição ao longo dos últimos cem, cento e vinte anos. Os espaços rurais – e, dentro deles, as zonas montanhosas ou florestais mais distantes – estão crescentemente integrados aos fluxos da economia global. A configuração espacial do “Antigo Regime”, na qual grande parte da superfície terrestre era coberta por células dispersas relativamente fechadas e autônomas, em boa medida isoladas de estradas, portos e cidades, desmanchou-se. As regiões como “pequenas pátrias” são fenômeno do passado. O aldeão que nascia, vivia e morria em um círculo limitado, de mais ou menos 30 km de raio, centrado em um pequeno vilarejo ou povoado, desapareceu inteiramente nos países desenvolvidos e está em rápida extinção nos países em desenvolvimento (MARTINS, 2009). A trajetória do capitalismo vem tornando toda localidade em uma candidata a repetir a trágica história do vilarejo de Eyam, no norte da Inglaterra, nos anos 1665-1666.<sup>82</sup>

Eyam, a 56 km de Manchester, estava, no início de 1665, livre da peste bubônica, doença que grassava no sul do país. No verão, porém, um comerciante de Londres enviou

---

<sup>82</sup> “O vilarejo que conseguiu derrotar a peste”, reportagem de Eleanor Ross, BBC Travel, 20 nov. 2015. Disponível em [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151120\\_vert\\_tra\\_pestes\\_negra\\_lab](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151120_vert_tra_pestes_negra_lab).

amostras de tecidos para o alfaiate local, infestadas por pulgas. A peste entrou no vilarejo, a comunidade adotou rígida quarentena, sob a liderança de um padre anglicano. Construiu barreiras de pedra ao seu redor, para impedir a entrada e a saída de pessoas. A progressão da peste levou o vilarejo ao colapso: em agosto de 1866, dos 344 habitantes do lugar 267 tinham morrido. Após quatorze meses, a doença se autoconsumiu. Eyam reviveu, graças à valiosa mineração de chumbo em seu território. Hoje, a localidade com cerca de 900 habitantes é cidade-dormitório de Manchester e Sheffield. Diante da Covid-19, faz real diferença ficar em Manchester ou em Eyam se não houver estrita observância das medidas de distanciamento físico?

Os espaços rurais vêm se transformando bastante nas últimas décadas, sob o tipo de modernização gerado pela chamada “Revolução Verde”, a partir dos anos 1950.<sup>83</sup> Ainda conservam menores densidades populacionais, cotidianos um pouco mais lentos, proximidade maior da natureza (modificada, ou melhor, “ajardinada”); porém, não são espaços exclusivos de atividades agropecuárias, carentes de infraestruturas e comodidades tipicamente urbanas, nem permanecem desarticulados dos circuitos globais de troca e valor. O mundo rural, em termos da dimensão espacial, refaz suas relações com as cidades e suas próprias relações de vida local. Nos campos e nas pequenas cidades, o rural deixou de ser sinônimo de agrícola, porque há neles toda uma gama de atividades que avançam, ocupando – parcial ou inteiramente – a força de trabalho (WANDERLEY, 2011). A agricultura já não explica plenamente o rural.

Os “lugares rurais” de hoje não compreendem apenas agricultores e suas roças e criações, pois abrigam outras atividades econômicas: unidades fabris, oficinas artesanais, estabelecimentos comerciais, hotéis, pousadas, bares, restaurantes, pesque-e-pagues, *campings*, clubes, balneários, segundas residências, centros terapêuticos, ecovilas, etc. Os “lugares rurais”, em países desenvolvidos e mesmo em muitos países em desenvolvimento, vêm recebendo maior provimento de equipamentos e serviços. No Brasil, por exemplo, restam poucas áreas rurais nas quais ainda não chegaram estradas, eletricidade e telefonia. E cada

---

<sup>83</sup> A “Revolução Verde”, apoiada no enorme avanço da pesquisa e inovação agrícolas em estações experimentais, gerou “pacotes” de sementes híbridas, fertilizantes, pesticidas e mecanização, que passaram a ser preconizados amplamente para as culturas de maior valor comercial e difundidos por programas de extensão rural centrados no princípio da “transferência de tecnologia” dos “especialistas de fora” para a “gente da aldeia”. A “Revolução Verde” privilegiou a alta produtividade, os interesses da agricultura empresarial e foi implantada de “cima para baixo” pelos governos nacionais. Foi exitosa no que se refere ao aumento da produção de alimentos e matérias-primas agrícolas, mas teve efeitos negativos na concentração das terras e da renda no campo e no plano ambiental.

vez mais a internet tende a conectar as localidades do campo entre si e a pontos do país e do mundo. Desse modo, o campo vai se tornando espaço de vida, de trabalho e de lazer de agricultores e de não agricultores, de gente da “roça” e de “urbanoides”. As famílias que residem nos espaços rurais são cada vez mais marcadas pela pluriatividade e, portanto, mantêm relações renovadas com seus vizinhos e as cidades próximas.<sup>84</sup>

Hoje, não tem sentido pensar as áreas rurais pura e simplesmente como espaços do atraso, do isolamento, da carência de serviços, da agricultura e da falta de cidadania. Constitui anacronismo vê-las como espaços-tempos distintos, enclaves de história lenta, fracamente articulados à dinâmica capitalista. Ao contrário, há em tantas zonas rurais forte dinamismo econômico e social. Nelas, o campo, as pequenas cidades e o grande centro urbano são complementares, movendo-se em relações de profunda interdependência. O campo não cabe mais na camisa de força do “paradigma camponês”, que gira em torno da “economia camponesa” e da “estrutura do grupo doméstico camponês” (ALMEIDA, 2007).

Mesmo as famílias rurais mais envolvidas com a produção agropecuária estão integradas crescentemente ao mercado, como mostrou o estudo internacional sobre agricultura familiar coordenado por Hugues Lamarche (1993 e 1998). A agricultura familiar exibiu capacidade de adaptação a diferentes contextos nacionais e locais, bem como integração mais profunda com instâncias mercantis, adquirindo, dessa forma, caráter mais empresarial sem, contudo, perder traços da sua condição típica (apego a terra vista como patrimônio e modo de vida, caráter familiar da tomada de decisão, predomínio do trabalho familiar, etc.).

Na verdade, nos modernos sistemas agroalimentares, camponeses e agricultores familiares dificilmente escapam a vinculações profundas com o grande capital atuante no agronegócio, especialmente nos complexos agroindustriais. Eles são elos nas cadeias produtivas do agronegócio planetário, fornecedores e consumidores de produtos e serviços disponibilizados por 87 corporações com sede em 30 países que dominam esse setor econômico.<sup>85</sup> Grandes empresas do agronegócio, ao ampliarem sobre os territórios rurais

---

<sup>84</sup> A pluriatividade se refere ao fenômeno da emergência de múltiplas ocupações e rendas não agrícolas nos espaços rurais, as quais passam a absorver parte significativa da força de trabalho no campo e a responder por porção expressiva da renda dos seus moradores. Sobre esse conceito, ver Sérgio Schneider (2003).

<sup>85</sup> Ver <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/04/so-87-empresas-controlam-a-cadeia-produtiva-do-agronegocio>. Quatro grandes *traders* controlam 70% das importações e exportações de *commodities* agrícolas: Archer Daniels Midland, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Co. A produção de pesticidas e sementes é dominada por quatro grupos: Bayer, Basf, Dow Dupont e Syngenta. O processamento mundial de carnes está concentrado em quatro empresas: JBS, Tyson

seus sistemas de integração, subordinam cada vez mais famílias agricultoras, definindo preços a serem pagos aos integrados, metas de produção e qualidade, de maneira a garantir seus suprimentos de matérias-primas. Conforme Eliane Tomiasi Paulino (2006, p. 25):

(...) são as empresas integradoras que definem os métodos e as regras da atividade desenvolvida pela família. Em outras palavras, os parâmetros para a condução da atividade são impostos pelas integradoras, gerando assim um foco permanente de conflito, pois essas estão sempre a pressionar os camponeses [e agricultores familiares] para se adequarem às suas metas de produtividade dentro de seus padrões de qualidade.

Por conseguinte, uma diversidade enorme de sujeitos move-se nos espaços rurais de hoje: camponeses, fazendeiros, trabalhadores assalariados, boias-frias, técnicos (de empresas privadas e órgãos governamentais), funcionários públicos, agentes de vendas (insumos e equipamentos agrícolas) e de crédito, artesãos, comerciantes, aposentados, neorrurais, empresários (da moderna agroindústria e da indústria do turismo), indígenas, quilombolas, extrativistas, etc.<sup>86</sup> Toda essa gente deslocando-se frequentemente entre o campo e a cidade, em viagens rápidas ou em estadas mais ou menos prolongadas. Na época do hipercapitalismo, o isolamento virou um luxo raro, se é que não se tornou impossibilidade prática. O que nos resta, então? O contágio.

Ora, estas alterações no campo nas últimas cinco ou seis décadas, muitas vezes tratadas como “industrialização da agricultura” e “urbanização do campo”, implicam que, com tantos veículos, pessoas e mercadorias transitando capilarmente nas áreas rurais, elas estão tão expostas a novas doenças como as cidades. O *gap* entre a chegada de uma epidemia à grande cidade e ao espaço rural encurta-se velozmente, assim como aumenta bastante a chance de que maior quantidade de pessoas residentes no campo seja contaminada.

Uma indicação disso é fornecida pelo Boletim Epidemiológico da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, publicado em 29 de abril de 2020. O documento identificou surtos de Covid-19 em nove frigoríficos gaúchos, contabilizando a morte de um

---

Foods, Cargill e Brazil Foods (BRF). A produção de medicamentos usados na cadeia de valor da carne tem 60% de concentração na mão de apenas quatro empresas. Nos Estados Unidos, o maior produtor mundial de carne bovina, 80% do setor ficam com Tyson Foods, Cargill, JBS e National Beef. Ver Diana Aguiar e Letícia Tura (2016).

<sup>86</sup> Por neorrurais designa-se aqui o variado conjunto de pessoas que se caracteriza pelo movimento de retorno ao campo, por terem ressignificado esse espaço como um lugar bom, onde elementos como tranquilidade, calma, contato com a natureza, podem ser desfrutados neste estágio da modernidade, na maioria possuidoras de alto poder aquisitivo e bom nível de educação formal. A respeito, ver Marco Antônio Verardi Fialho (2005).

trabalhador e seis mortes de familiares de trabalhadores infectados nas unidades industriais. Nesses frigoríficos, o total de funcionários alcançava 16.345, dos quais 1.570 estavam sintomáticos para síndrome gripal e 124 haviam testado positivo para o SARS-CoV-2. As plantas (a maioria de abate de aves) situavam-se em Passo Fundo, Marauí, Garibaldi, Lajeado, Carlos Barbosa, Encantado e Tapejara. Na mesma época, havia casos confirmados também em Santa Catarina (Ipumirim) e no Paraná (Paranavaí). Para se colocarem a salvo da Covid-19, os jovens de Boccaccio teriam hoje que fugir bem apetrechados para algum canto da Antártida ou para a Lua.

Mas esta não é a única má notícia. A assustadora concentração e integração no sistema agroalimentar moderno potencializa a chance de ocorrência de rápidas e amplas paralisações da produção e distribuição de alimentos em momentos de crise como a que atravessamos atualmente. No passado, a produção rural, seu processamento e sua distribuição eram mais descentralizados, de base local e regional, o que lhe conferia maior resistência a colapsos abruptos. Hoje, não é assim. Basta ver o exemplo estadunidense. Em 28 de abril de 2020, o presidente Trump emitiu ordem executiva determinando que as gigantescas plantas de processamento de carne do país seguissem abertas, a despeito de haver, segundo associações de trabalhadores do setor, mais de 5 mil infectados, 13 mortes registradas e faltar meios de proteção adequada contra o vírus nessas unidades. Cerca de 20 frigoríficos e plantas de processamento tinham reduzido pela metade as operações à medida que os trabalhadores adoeceram. O Presidente, temendo a escassez e interrupções na cadeia de carne, lançou mão do “Ato de Defesa da Produção”, criado para garantir o abastecimento do país durante a Guerra da Coreia, nos anos 1950.<sup>87</sup>

Na América Latina, como também em outras regiões do planeta, ainda existem zonas rurais mais frouxamente ligadas aos centros urbanos, áreas relativamente isoladas, dotadas de traços peculiares que influenciam (ou influenciarão) a probabilidade e a velocidade do contágio. Zonas agrícolas que possuem traços comuns: a) a escassez de infraestrutura sanitária; b) a impossibilidade prática das pessoas ficarem em casa, pois precisam ir às plantações e criar os animais; c) a maior dificuldade dos habitantes para acessar os programas

---

<sup>87</sup> Portal G1 Agro de 29 abr. 2020, <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/04/29/trump-define-que-industrias-de-processamento-de-carne-nos-eua-devem-seguir-abertas-na-pandemia-do-coronavirus.ghtml>. Outro objetivo da ordem executiva foi dar proteção às empresas contra ações de responsabilização caso empregados peguem o vírus por terem que trabalhar. Em tempos de neoliberalismo, o capital mais uma vez levou a melhor sobre o trabalho.

emergenciais dos governos. Uma vez alcançadas pela pandemia, poderão se desenhar nesses cenários tétricos, dada a fragilidade do aparato de saúde pública e a vulnerabilidade de suas populações.

No Peru, por exemplo, a “interiorização” da Covid-19 tem um aliado na própria natureza da força de trabalho do campo. Parcela importante dos trabalhadores rurais do país é constituída por homens e mulheres com empregos temporários, que se deslocam parte do ano para Lima e outras cidades intermediárias. Esses trabalhadores foram pegos pela quarentena e pela paralisação da economia. Perderam seus empregos e tiveram que voltar às suas comunidades, retorno que a grande maioria fez caminhando, tanto para povoados andinos como para aldeias amazônicas. É bem possível que esses deslocamentos amplifiquem a propagação do vírus no “interior profundo”. Por outro lado, comunidades das províncias altas (Cusco, Apurímac, Puno) e da Amazônia (território do Governo Autônomo de Wampís) tradicionalmente possuem mecanismos de controle de seus territórios, e os fecharam para se protegerem, fato que contribuiu positivamente na contenção do contágio. Parafraseando Tom Jobim a respeito do Brasil, o mundo rural não é para principiantes.

Ironicamente, na França do primeiro semestre de 2020, o problema é quase o inverso: ausência de trabalhadores para fazer as colheitas. Lá, no maravilhoso jardim que são os campos franceses, avidamente percorridos por turistas, é temporada de colher frutas e legumes da primavera. Geralmente milhares de trabalhadores sazonais vêm da Espanha e de outros países para fazer o trabalho. Mas como as fronteiras agora estão fechadas, quem o fará? A França já está procurando voluntários para substituir trabalhadores estrangeiros, mas e se não houver número suficiente? Faltarão comida?

Na cidade italiana de Mondragone (28,5 mil habitantes), próxima a Nápoles, um surto de Covid-19 foi detectado em junho de 2020 entre imigrantes búlgaros, trabalhadores temporários na colheita de tomate, quase todos ilegais. Postos em confinamento, eles se rebelaram: se não trabalham, não comem. A Camorra é quem os agencia e explora. Esses imigrantes ocupavam cinco edifícios construídos em 1957 pela empresa de conservas Cirio,

pagando 100 euros ao clã dos Casaleses por cada quarto ocupado e recebiam, pela jornada diária de 13 horas, apenas 25 euros.<sup>88</sup>

Tão logo as autoridades da Campânia isolaram parte de Mondragone, moradores italianos foram para lá protestar contra os imigrantes: gritaram ofensas racistas, atacaram veículos com paus e pedras, incendiaram furgões de búlgaros. No dia seguinte, o Exército italiano cercou o local. E não demorou a aparecer na cidade Matteo Salvini, líder da ultradireitista Liga Norte, partido anti-imigração. Em pleno século XXI, a pandemia trouxe à cena a antiga e recorrente história dos bodes expiatórios, além de revelar as mazelas que se abatem sobre áreas rurais nas quais o Estado insiste em se manter ausente.

No Brasil e na Colômbia, comunidades indígenas optaram por se isolar em suas reservas, ante o temor do contágio. No México, especialmente nos estados de Chiapas, Yucatán, Chihuahua e Guerrero, muitas comunidades rurais com populações predominantemente indígenas bloquearam a entrada de forasteiros, aproveitando estruturas de vigilância e segurança comunitárias desenvolvidas nos últimos anos devido ao aumento da violência no país. Em algum momento, contudo, essa barreira do relativo isolamento ou do controle territorial local poderá cair. E, nesse caso, poderá ocorrer o que se observa em Letícia e no departamento de Amazonas, no sul da Colômbia, na zona da Tríplice Fronteira com Bolívia e Brasil. Ali, a população majoritariamente indígena, dispersa e pobre, apresentava em maio de 2020 a maior quantidade de positivos para Covid-19 por milhão de habitantes na Colômbia.

Diversos países da América Latina devem se preocupar com as feiras, os mercados e as centrais de abastecimento, que são uma ponte entre as pequenas comunidades rurais e as cidades. Nos contatos entre os produtores rurais, os comerciantes e os consumidores urbanos, o vírus se propaga em direção ao interior. Exemplifica essa situação o entreposto de Corabastos, a maior central de abastecimento da Colômbia, localizada na parte ocidental da capital Bogotá. Corabastos recebe cerca de mil caminhões diariamente, provenientes de diversas partes do país, que transportam dez mil toneladas de alimentos. O lugar fervilha de agricultores, transportadores, carregadores, comerciantes e consumidores da capital e de municípios de Cundinamarca, o departamento que rodeia Bogotá. Em pelo menos vinte

---

<sup>88</sup> Reportagem de Daniel Verdú, “Novo surto em terras da Camorra desata uma rebelião”, publicada no jornal *El País Brasil*, 26 jun. 2020.

municípios desse departamento, surgiram casos de Covid-19 originados em Corabastos, o que mostra que o fornecimento de alimentos para as grandes cidades contagia o campo.<sup>89</sup>

E ainda há mais uma má notícia. O campo, sob a hegemonia do capital que fomenta o moderno sistema agroalimentar – intensivo, tecnificado e pouco diverso –, é antes o nascedouro que o desagudouro dos novos patógenos. Vamos a este ponto.

### **O moderno sistema agroalimentar é fábrica de novas ameaças**

É antigo o conhecimento de que o contato dos humanos com os ambientes e os animais guarda riscos diversos, destacando-se o contágio de doenças graves. Esses riscos aumentaram quando passamos a domesticar plantas e animais, há mais ou menos doze mil anos, na chamada “Revolução Neolítica”. A agricultura e a pecuária, ao permitirem o surgimento de civilizações, também tornaram comuns os saltos de patógenos da vida selvagem para as sociedades. A criação de vacas, por exemplo, expôs a humanidade ao sarampo e à tuberculose; a criação de porcos trouxe a coqueluche, e a de patos, a gripe.

Mas, nas últimas cinco ou seis décadas o avanço da agropecuária – organizada conforme o paradigma da “Revolução Verde” – e do sistema agroalimentar industrial incrementou este risco. As últimas pandemias surgiram em relação com esse avanço, notadamente com os sistemas industriais de produção de carne (bovina, suína e de frangos). E também guardam forte correlação com as alterações ambientais – dentre as quais os deslocamentos, as extinções de espécies e as defaunações – que as monoculturas vêm gerando.<sup>90</sup> Elas também permitem que certas pragas atinjam níveis populacionais que jamais conseguiriam na natureza. É nesse sentido que o moderno sistema agroalimentar se transformou numa fábrica de novos patógenos, na estrutura de fundo responsável pelas novas doenças zoonóticas.

---

<sup>89</sup> Matéria escrita por Santiago Torrado e outros, intitulada “Comunidades rurais da América Latina enfrentam o avanço do coronavírus”, publicada no jornal *El País*, em 08 jun. 2020.

<sup>90</sup> Uma consequência das defaunações é a “cascata trófica”: o tecido de um ecossistema se desfaz à medida que populações de presas explodem e colapsam, os vários níveis da cadeia alimentar já não regulam um ao outro. Exemplo famoso é o das lontras-marinhas. Quando elas foram quase varridas do Pacífico Norte, suas presas, os ouriços-do-mar, proliferaram e dizimaram as florestas de algas pardas, redução essa que contribuía para extinções de outras espécies animais, notadamente da vaca-marinha-de-steller. Estressados pelos herbicidas e pesticidas, pela mudança climática e pela expansão incansável dos humanos que lhes toma espaços naturais, insetos estão desaparecendo, o que coloca em dificuldades os pássaros que comem insetos. Ornitólogos observaram nas fazendas francesas o declínio de 80% das perdizes, de 50% dos rouxinóis e 80% das rolas. Conforme reportagem de Brooke Jarvis, “O Apocalipse dos insetos”, publicada na edição 151 da *Revista Piauí*, em abril de 2019.

O alerta sobre os efeitos nocivos à saúde coletiva da expansão desmedida do moderno sistema alimentar souou já no século XIX. Lembremos Karl Marx. Baseando-se nos trabalhos do químico alemão Justus von Liebig (1803-1873), Marx escreveu sobre o problema da ruptura do “metabolismo do solo”. Denunciou a perda de nutrientes essenciais ao solo tanto no processo de cultivo das lavouras como no transporte de alimentos a distâncias enormes do campo para as cidades. Nessas etapas, perdiam-se nitrogênio, fósforo e potássio, elementos que não eram devolvidos ao solo e terminavam contaminando as cidades. Marx concluiu que esse processo, investigado por Liebig, só faria se aprofundar com a produção e acumulação capitalista. As “fendas metabólicas” se multiplicariam. Por conseguinte, as rupturas no intercâmbio entre seres humanos e natureza tenderiam a crescer, alterando negativamente o que chamou de “metabolismo universal da natureza”. Marx elogiou Liebig por ele ter, “do ponto de vista da ciência natural, abordado o lado negativo, isto é, destrutivo, da agricultura moderna”.

Em 1862, Liebig, em um livro de química orgânica, criticou os fazendeiros britânicos por realizarem uma “agricultura de roubo”, que esgotava os nutrientes do solo e exigia a importação de ossos dos campos de batalha napoleônicos, de catacumbas europeias e de guano do Peru. O químico alemão apontou que a extração do guano causava danos à natureza e que os salários pagos aos trabalhadores envolvidos nesse extrativismo eram irrisórios. Ademais, levantou a hipótese de que a maior produtividade da agricultura poderia estimular o crescimento populacional, o que aumentaria a demanda por alimentos e, por conseguinte, fomentaria a expansão da “agricultura racional”, gerando círculo vicioso excedendo o que a natureza pode fornecer. Mais pessoas, lavouras e animais gerariam mais esterco, mais lixo e mais empobrecimento de solos.

Como bem assinalou o geógrafo italiano Massimo Quaini (1979), Marx foi além: denunciou a espoliação do conjunto da natureza, e não apenas dos solos, antes do nascimento de uma moderna consciência ecológica burguesa. Há no pensador alemão a “ênfase na necessidade de manter a terra em benefício da ‘cadeia de gerações humanas’ (uma ideia que ele havia encontrado no começo da década de 1840 em *O que é a propriedade?* de Proudhon)”, conforme as palavras de John Bellamy Foster (2005, p. 230-231), que sugeriu (equivocadamente) que Marx teria sido o precursor da definição de “desenvolvimento sustentável” surgida na Conferência de Estocolmo de 1972.

Algumas décadas depois, o zoólogo Edwin Ray Lankester (1847-1929) – amigo íntimo de Marx e protegido de Charles Darwin e Thomas Huxley – escreveu, em 1907, o livro *O Reino do Homem*, no qual voltou ao alerta marxiano, discutindo os riscos embutidos na agricultura produtivista comandada pela lógica do capital. No capítulo chamado “As revanches da natureza”, Lankester foi enfático: “Em um esforço ambicioso para produzir uma grande quantidade de animais e plantas (...) o homem acumulou grandiosas espécies, de maneira antinatural, em campos e fazendas e também concentrou multidões em cidades-fortalezas”. Lankester previa, portanto, a emergência de novas doenças e o fácil espalhamento delas em populações crescentemente concentradas em “cidades-fortalezas”.<sup>91</sup> Ele não apenas assinalou que as epidemias modernas podiam ser atribuídas as modificações humanas das condições ecológicas, como apontou que o problema estava em “mercados” e “negociantes cosmopolitas em finanças”.

Por sua vez, o botânico Arthur George Tansley (1871-1955), que fora aluno de Lankester, introduziu o conceito de ecossistema em 1935 e considerou a humanidade como um “fator biótico excepcionalmente poderoso” que perturbou e transformou os ambientes naturais.<sup>92</sup> O resultado dos *insights* de Lankester e Tansley está à vista.

O século XX desvelou completamente como agricultura e recursos naturais estão inseparavelmente relacionados. O avanço da agricultura empresarial e da aplicação do pacote tecnológico da “Revolução Verde”, a partir dos anos 1950, produziu enormes efeitos cumulativos de degradação ambiental causada pela agricultura. Como indicou Gordon Conway (2003, p. 57-58), a ladainha das perdas é longa e familiar:

Solos sofrem erosão e perdem fertilidade, suprimentos preciosos de água são desperdiçados, pastagens são raspadas, florestas destruídas e pesqueiros superexplorados. E (...) algumas práticas agrícolas se tornaram contribuintes significativas dos poluentes globais que afetam a camada de ozônio e contribuem para o aquecimento global. (...) Existem também evidências claras de exemplos em que pesticidas, longe de resolverem problemas de pragas, os agravam. E, como há muito sabemos, pesticidas e fertilizantes à base de nitrato causam problemas sérios à saúde.

---

<sup>91</sup> LANKESTER, Edwin Ray. *Science from an Easy Chair*. New York: Henry Holt & Co., 1913.

<sup>92</sup> TANSLEY, Arthur G. The Use and Abuse of Vegetational Concepts and Terms. *Ecology*, v. 16, n. 3, p. 284-307, July 1935.

O crescimento das monoculturas e da criação industrial de animais é a face mais visível do problema. Tanto as lavouras como os rebanhos ocuparam superfícies cada vez mais amplas, engolindo campos naturais e florestas. Estimativas conservadoras diziam que, na virada do século XX para o século XXI, de 8 a 15 milhões de hectares de florestas e savanas viravam anualmente terras de cultura e pastagens, além de lugar de povoamento e estradas. A pecuária, sozinha, respondia por metade do desmatamento global, e por até 90% da derrubada da floresta amazônica (CONWAY, 2003, p. 128). Políticas governamentais na África, América Latina e Ásia estimulam a agropecuária intensiva, a grande propriedade e a conversão das bordas de florestas em pastos brutos e espaços agrícolas, além de estimular (ou, no mínimo, tolerar) a excessiva atividade madeireira e produção de carvão.

A expansão das monoculturas tem papel importante na geração de ameaças à saúde pública. Porque, nas superfícies por onde avançam e se implantam, elas bloqueiam o chamado “efeito de diluição”. Esse efeito significa que, quanto mais tipos de espécies houver em um determinado ambiente ou ecossistema, mais resistente será o ecossistema geral à propagação de doenças. Ora, as monoculturas expulsam, reduzem ou extinguem numerosas espécies de plantas, insetos, anfíbios, répteis, aves, mamíferos, etc. Somadas à mudança climática e ao desmatamento, as monoculturas tendem a gerar novas doenças, principalmente causadas por patógenos zoonóticos levados para as cidades diretamente por animais que saem de seus habitats naturais, como morcegos e pássaros, inclusive muitos tipos de mosquitos que se tornam resistentes por causa do uso de agrotóxicos.<sup>93</sup>

Vejamos alguns exemplos dos efeitos da expansão de monoculturas (e do desmatamento) na proliferação de doenças, a começar pela cólera, na primeira metade do século XIX. Em Bangladesch, durante o domínio colonial, os ingleses devastaram imensa zona úmida dos Sundarbans para ampliar a rizicultura. Os habitantes locais foram expostos às bactérias presentes nas águas salobras, entre elas o vibrião colérico. Foi assim que a doença infestou humanos e se espalhou pelo mundo, provocando sete pandemias até hoje. Na virada do século XIX para o século XX, os belgas abriram ferrovias e plantações e

---

<sup>93</sup> Vale lembrar que a drástica simplificação dos ambientes que as monoculturas provocam implica em custos crescentes para a própria atividade agrícola, pois ano após ano são requeridos mais fertilizantes, herbicidas e pesticidas. Citamos aqui apenas um exemplo: no vale de Maoxian, na China, a intensiva cultura de maçãs gerou escassez de insetos polinizadores, acarretando a contratação de trabalhadores para substituir as abelhas (cada pessoa polinizava manualmente de 5 a 10 macieiras por dia), a um custo diário de até 19 dólares por trabalhador. Conforme Brooke Jarvis, “O Apocalipse dos insetos”, edição 151, *Revista Piauí*, abril de 2019.

fundaram cidades no Congo, provocando considerável desmatamento. Isso permitiu que um lentivírus abrigado em macacos da região realizasse a “ultrapassagem da barreira de espécie”, adaptando-se ao corpo humano. Esse lentivírus de macaco se tornou o HIV, responsável pela pandemia da AIDS a partir dos anos 1980, que já matou 35 milhões de pessoas. O Ebola – cuja fonte são diversas espécies de morcegos – emergiu em zonas recentemente desmatadas da África Central.<sup>94</sup>

Um caso curioso, que envolve pássaros migratórios e muitas décadas de alteração de *habitats* com perda de biodiversidade, é o da emergência do vírus do Nilo nos Estados Unidos. Na América do Norte, estima-se que 25% das espécies de pássaros desapareceram nos últimos cinquenta anos, sendo que aquelas “especialistas” em determinados nichos ecológicos (como picanços e frangos-d’água) foram mais afetadas que as espécies “generalistas” (como pintarroxos e corvos). Os pintarroxos são péssimos hospedeiros para o vírus do Nilo. Os corvos, ao contrário, são excelentes, e como se espalharam pelo território inteiro, levaram o vírus a vários cantos dos Estados Unidos. Dos corvos, o vírus do Nilo saltou para aves domésticas; por conseguinte, aumentou a chance do vírus saltar para as pessoas.<sup>95</sup> Em 1999, a cidade de Nova Iorque teve 21 pessoas e várias aves de vida livre e de zoológico mortas. Em 2010, o país registrou 1.021 casos em pessoas, das quais 629 apresentaram doença neurológica invasiva e 57 morreram. Em 2014, em um trabalhador rural, confirmou-se o primeiro caso de febre do Nilo no Brasil.

No fim dos anos 1990, a partir da Malásia verificou-se a irrupção do vírus *Nipah*, causador de grave infecção cerebral em humanos. Em 1997, ano de seca no país, foi queimada área de floresta tropical equivalente à superfície do estado da Pensilvânia, com vistas à expansão de monocultura de óleo de palma (extraído do dendezeiro). As nuvens de fumaça, o calor e a deflorestação diminuíram os estoques de frutas na selva, o que provocou o deslocamento de morcegos frugíveros para os pomares cultivados por malaios. Os porcos foram infestados pelo vírus *Nipah* depois de comerem frutos mordiscados pelos morcegos. Muitos animais adoeceram e morreram, e os seus criadores terminaram infectados. O vírus saltou dos porcos para os homens. Entre 1997 e 1999, 265 pessoas tiveram a infecção

---

<sup>94</sup> O alastramento de doenças infecciosas para os humanos é mais provável nos trópicos porque a diversidade geral da fauna e dos patógenos é maior.

<sup>95</sup> Ver BirdLife International. Diversity of birds buffer against West Nile Virus. *Science Daily*, 6, mar. 2009. Disponível em [www.sciencedaily.com](http://www.sciencedaily.com).

cerebral, sendo que 105 morreram. As autoridades da Malásia e de Singapura, com o intuito de conter o vírus, ordenaram a matança de mais de um milhão de porcos (WEIBLEN, 2009). Desde então, surtos recorrentes do *Nipah* assombram o sudeste asiático.

Mais ou menos na mesma época, a expansão da produção do óleo de palma na Libéria causou efeito similar. Hordas de camundongos florestais foram atraídas para os arredores das plantações e assentamentos humanos por causa da abundância dos frutos das palmeiras. Contaminaram com saliva e urina objetos e alimentos dos humanos, transmitindo-lhes o vírus de Lassa, causador de febre hemorrágica semelhante à provocada pelo Ebola. A doença matou 36% dos infectados na Libéria. Já foi registrada a presença de roedores contaminados pelo vírus de Lassa no Brasil, na Bolívia e no Panamá.

A destruição de florestas na Amazônia brasileira para expansão das pastagens e das lavouras de soja também propicia a expansão de doenças. No caso, de uma doença bem conhecida: a malária, que mata mais de um milhão de pessoas por ano no mundo, causada pelo *Plasmodium* e transmitida por mosquitos. No Brasil, a transmissão da malária caiu de 6 milhões de casos/ano, na década de 1940, para 50 mil casos, na década de 1960. Mas os números de infecções voltaram a subir recentemente, alcançando 600 mil casos/ano no início dos anos 2000. Um dos fatores explicativos é o desmatamento, que cria um habitat ideal para o mosquito vetor *Anopheles darlingi* nas bordas da floresta, ao multiplicar as poças d'água morna parcialmente protegidas do sol na beira de clareiras e estradas, e também a água acumulada nos montes de detritos que não é consumida pelas árvores. O aumento da população do mosquito vetor provoca aumento de casos de malária entre os amazônidas.<sup>96</sup>

A pecuária e a indústria da carne têm responsabilidades inegáveis e elevadas nas epidemias recentes. Em todo o mundo, as áreas de pastagens, cuja variedade de condições naturais é impressionante, estão em grande parte degradadas. E, por outro lado, estão crescentemente tomadas por sistemas de produção controlada de carne, baseados na propriedade individual da terra, regimes de confinamento ou semiconfinamento e emprego

---

<sup>96</sup> Empregando imagens de satélite e dados sanitários, Andy MacDonald (Universidade da Califórnia, Santa Bárbara) e Erin Mordecai (Universidade Stanford) estimaram que, em média, um aumento na perda florestal de 10% ao ano tenha causado um aumento de 3% nos casos de malária. Por exemplo, em um ano do estudo, o desmatamento de uma área florestal de 1,6 mil km<sup>2</sup> — o equivalente a quase 300 mil campos de futebol — teve relação com um aumento de 10 mil casos de malária. Esse efeito foi ainda mais acentuado no interior da floresta, onde ainda restam trechos florestais intactos, proporcionando o *habitat* úmido na borda da mata que os mosquitos apreciam. Conforme matéria da página “Saúde Amanhã”. Ver <https://saudeamanha.fiocruz.br/desmatamento-pode-levar-ao-aumento-de-doencas-infecciosas-em-humanos/#.XsFNRhJPnMw>.

de forragens melhoradas. A construção de cercas restringe cada vez mais a pastagem em campo aberto, bem como a possibilidade de mover rebanhos em função da variação sazonal de chuvas e da cobertura vegetal. Dessa forma, os sistemas tradicionais de pastoreio, tão característicos na África, Ásia e em porções da América Latina, veem-se feridos de morte. Com isso, grande número de pessoas envolvidas na criação secular de animais é prejudicado. Os deslocamentos de populações pastoris aumentam, na direção das cidades ou rumo a zonas florestadas.

Mas estes seriam os preços a pagar pela “modernização da pecuária”, conforme as políticas governamentais. Em estudo sobre o manejo de pastagens na África, Roy Behnke e Ian Scoones (1993, p. 27) comentaram:

Agências de desenvolvimento internacional e governos africanos dedicaram um esforço considerável à supressão de técnicas pastoris de manejo da terra e de animais. Esses programas foram empreendidos na presunção de que o pastoreio era inerentemente improdutivo e ecologicamente destrutivo e, portanto, requeria uma reforma radical. Pesquisas empíricas correntes não sustentam nenhum desses pressupostos.

Na verdade, trata-se de justificativa inconvincente, uma vez que a maioria dos estudos mostra a produtividade pastoril por unidade de área de terra igualando ou excedendo a da pecuária comercial em ecossistemas comparáveis. Nada mais enganoso do que a modernidade de imensos campos do cerrado cobertos de capim colônio ou braquiária, onde pastam centenas de nelores em mangas demarcadas por arame farpado...

O que é ruim, no entanto, pode piorar. E fica bem pior quando olhamos a situação nas grandes fazendas industriais, especialmente no Norte global. Nelas, número exorbitante de animais amontoados e estressados faz a festa dos patógenos: os microrganismos podem saltar diretamente de animal para animal e, por meio de moscas, roedores, adubos e trabalhadores passam de um celeiro, granja ou pocilga para outro, e para além, para as cidades e as metrópoles.

Os vírus da gripe aviária, por exemplo, originários de aves aquáticas, provocam devastações nas granjas e, a partir delas, saltaram para as pessoas. Na França, no inverno de 2015-2016, a gripe aviária prejudicou bastante as criações. O governo enviou alerta de risco para os aviários poloneses, referente aos anos 2019 e 2020. Nos Estados Unidos, em 2014,

foram abatidas dezenas de milhões de aves para conter o espalhamento da doença. Uma variedade do vírus, o H5N1, é muito perigosa: sua letalidade é de mais da metade dos humanos infectados. Ainda nos Estados Unidos, a criação de bovinos, geradora de montanhas de dejetos estocados em fossos permeáveis, tem transformado a *Escherichia coli* (causadora de diarreias hemorrágicas, febre e insuficiências renais agudas, podendo levar à morte) em problema recorrente de saúde pública: 90 mil estadunidenses são contaminados anualmente ao ingerirem água e alimentos (principalmente produtos lácteos) contendo a bactéria.

E como não lembrar o Mal da Vaca Louca? Surgida na década de 1980 no Reino Unido, a Encefalopatia Espongiforme Bovina se espalhou rapidamente por meio da fabricação de rações que continham farinha de carne e ossos de animais contaminados com príons (proteínas anormais que se instalam no cérebro e provocam lesões definitivas).<sup>97</sup> Os primeiros relatos foram feitos por veterinários em abril de 1985. Quando a doença foi descrita, em 1986, ocorriam oito casos de animais contaminados por mês. No fim de 1987, a incidência passara a 70 casos por mês. No auge da epidemia, entre dezembro de 1992 e janeiro de 1993, mais de 3.500 casos ocorriam por mês no Reino Unido. Para conter a doença, mais de 4,4 milhões de reses foram sacrificadas.

Como o Reino Unido era exportador de bovinos para reprodução e farinha de carne e ossos, o Mal da Vaca Louca atingiu outros países. Em 1993, a incidência de bovinos contaminados foi de 12 por milhão acima de 24 meses de idade. Na Alemanha, a incidência foi de 8,7 por milhão, enquanto no Reino Unido, no auge da epidemia, a taxa foi de 7.596 por milhão. Neste país, a doença também contaminou gatos domésticos, felinos e ruminantes de zoológicos que se alimentavam com a farinha de carne e ossos.

Ao ingerirem carne contendo tecidos nervosos doentes, humanos se contaminaram. A forma humana da doença é conhecida como variante da doença de Creutzfeldt-Jakob. No Reino Unido, desde 1995, ela matou 178 pessoas. Acredita-se que lá, uma de cada 2 mil pessoas seja portadora da doença, mas apenas uma fração reduzida delas desenvolverá os sintomas. Estima-se que essa variante da doença de Creutzfeldt-Jakob produziu gastos de

---

<sup>97</sup> Essa farinha, conhecida nos países de língua inglesa como MBM (de *Meat and Bone Meal*), resulta da "transformação" industrial dos corpos de animais, alguns dos quais, por alguma razão, não podem ser destinados ao consumo humano. Era empregada sobretudo em rebanhos criados em sistema fechado.

um bilhão de libras para o serviço público de saúde, além do dano imenso à reputação da pecuária britânica e suas exportações.

Num texto curto, instigante e perturbador, o antropólogo Claude Lévi-Strauss (1908-2009) refletiu sobre os efeitos do Mal da Vaca Louca no futuro da humanidade:

Suspeita-se que, contrariamente às ideias aceitas, a doença poderia transpor as fronteiras biológicas entre as espécies. Atingindo todos os animais dos quais nos alimentamos, ela se instalaria de forma duradoura e passaria a fazer parte dos males nascidos da civilização industrial, que comprometem cada vez mais gravemente a satisfação das necessidades de todos os seres vivos.

Já respiramos um ar poluído. A água, igualmente poluída, não é mais aquele bem que podíamos acreditar disponível sem limite: sabemos que há restrições tanto para a agricultura quanto para o uso doméstico. Desde o aparecimento da Aids, as relações sexuais comportam um risco fatal. Todos esses fenômenos perturbam e perturbarão de forma profunda as condições de vida da humanidade, anunciando uma nova era na qual se instalaria, em continuidade, esse outro perigo mortal que seria agora a alimentação carnívora (LÉVI-STRAUSS, 2009, p. 215).

A criação industrial de animais é, na verdade, uma fábrica de replicação e mutação de vírus. Variantes diferentes de vírus e bactérias circulam entre os animais confinados, que recebem aplicações regulares de pesticidas para eliminar parasitas dentro do próprio criadouro (fungos, insetos, etc.). Na sua alimentação, crescentemente baseada em forragens transgênicas, há também doses de venenos. Recebem ainda grandes quantidades de antibióticos e antivirais, para prevenir doenças e engordarem mais rápido.<sup>98</sup> Então, variantes de microrganismos que infestam esses animais imunologicamente deprimidos vão criando resistências cada vez maiores.

Compreende-se, portanto, a razão do biólogo e epidemiologista Rob Wallace afirmar que toda a estrutura da “agroindústria imperialista” deverá ser transformada se se quiser deter a proliferação de novas pandemias.<sup>99</sup> Para Wallace, a origem do SARS-CoV-2 e de outros vírus recentes está ligada à penetração da agroindústria moderna nos sistemas naturais, causando fissuras nos ecossistemas e entre as espécies. Ele sustenta, então, que a solução estrutural para conter a ameaça de novas pandemias é “um ecossocialismo que

---

<sup>98</sup> A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 70 a 80% dos antibióticos no mundo são usados na criação industrial de animais.

<sup>99</sup> WALLACE, Rob. COVID-19 and Circuits of Capital. *Monthly Review* on line, 27 mar. 2020.

mitigue a fenda metabólica entre a ecologia e a economia, entre o urbano, o rural e o selvagem” (WALLACE, 2016).

Por outro lado, é preciso não perder de vista que a proliferação das linhas de abate rápido nas unidades processadoras da indústria da carne aglomera milhares de trabalhadores e dificulta as inspeções de segurança completas das carcaças dos animais. A esse respeito, Noam Chomsky manifestou-se em recente entrevista:

Trump ordena manter os frigoríficos abertos. A América precisa de contrafilés. As empacotadoras têm condições de trabalho terríveis. Não são vistas pelas organizações governamentais de Saúde e Segurança do trabalho e consumo (...). As pessoas perdem dedos e morrem. E quem são os obrigados a aceitar esses empregos? Negros, porto-riquenhos, latinos. De modo que muitos são infectados pelo coronavírus, muitos são mortos (*El País Brasil*, 17 de maio de 2020).

A partir dos Estados Unidos, tende a se espalhar pelos outros países líderes dessa indústria a política de deixar na mão das próprias empresas do setor boa parte das tarefas e estruturas de controle/segurança e avaliação de qualidade da produção. Como se diz no interior mineiro, deixar a raposa cuidando do galinheiro. É uma política que se mostra pouco sensata. Revertê-la, ampliando e fortalecendo a supervisão pública adequada de toda a cadeia da indústria da carne, será passo necessário para prevenir novas pandemias. Também será importante pelo menos tornar a indústria da carne menor e mais lenta.

Há ainda que tomar em conta, quando se analisa o papel do sistema agroalimentar industrial na crise da Covid-19, aquilo que o sociólogo Raymond Boudon (1934-2013) chamou de “efeito perverso”, que os economistas, por sua vez, eufemisticamente designam geralmente como “externalidade”. É o fato de que o sistema agroalimentar industrial impõe a tanta gente, mundo afora, vulnerabilidades que aumentam os riscos do vírus. São as comorbidades que ampliam a letalidade do SARS-CoV-2, enfermidades em boa medida causadas e/ou agravadas pelo próprio sistema agroalimentar industrial: diabetes, obesidade, hipertensão, doenças cardiovasculares, cânceres do sistema digestivo. Todas elas estão relacionadas com o mesmo sistema que produz o vírus.

## **A prevenção de pandemias e a transformação do sistema agroalimentar**

Está bem assentado que existe no mundo inteiro competição acirrada entre agricultura e recursos naturais, incluindo, especialmente nos países em desenvolvimento, uma expansão desenfreada das áreas de cultivo e de pastagem. Nelas, ocorre frequentemente exploração excessiva da terra e conflitos sobre o uso dos recursos. Por outro lado, a relação dessas variáveis com a proliferação recente de novas pandemias também resta suficientemente estabelecida.

Mas, então, o que devemos fazer desde hoje e no futuro? A resposta – simples de enunciar, difícil de realizar – é manejar os espaços e os recursos naturais com mais sabedoria e cautela, compreendendo o seu funcionamento e fazendo adaptações contínuas diante das mudanças das circunstâncias (LUDWIG, HILBORN e WALTERS, 1993). Precisamos de respostas flexíveis, de diálogo com as comunidades locais, de conceder-lhes mais direitos formais e responsabilidade pela administração de florestas, savanas, vales, rios, lagos, pesqueiros, etc., em parceria com agências governamentais. Prestar mais atenção a muitos sistemas tradicionais de agricultura e pastoreio que evoluíram para controles sociais altamente organizados do uso da terra comum, com sanções das comunidades contra a superexploração individual.

Existem alternativas à racionalidade produtivista e mercantil da agricultura convencional? A agricultura orgânica orientada para nichos de mercado nas metrópoles, com preços mais altos e produtos selecionados para camadas abastadas da sociedade certamente não é opção. Porque o fundamental é ter o alvo nos mais pobres e na justiça social. Nesse sentido, as estratégias agroecológicas são promissoras, na medida em que se preocupam com a intensificação da produção de alimentos em sistemas diversificados, adaptados aos distintos agroecossistemas, com o desenvolvimento de circuitos curtos de comercialização e privilegiam os agricultores familiares, pois o manejo ecológico das lavouras e criações depende de haver uma agropecuária com agricultores(as).

O enfoque agroecológico – que, conforme Stephen Gliessman (2000), é a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia no manejo de agrossistemas sustentáveis – tem condições de promover a descentralização da produção, a ênfase na qualidade dos alimentos e matérias-primas agrícolas, a proteção dos ambientes e recursos naturais, a valorização das culturas das comunidades rurais e, por último, mas não menos importante, a reprodução

econômica dos agricultores (ALTIERI, 2000). Mas a questão não é meramente de conhecimento ou de tecnologia. A questão é eminentemente política: que tipo de desenvolvimento almejamos?

Por isso, a agroecologia (ou qualquer outra modalidade de “agricultura alternativa”) terá efeitos em escala se, e somente se, houver decisão de Nação, isto é, de Estado. O avanço da agroecologia requer mudanças substantivas nas políticas públicas: fortalecimento de compras institucionais e mercados locais; investimentos em pesquisas de base ecológica; mudanças na formação de “especialistas” e extensionistas agrícolas; “esverdeamento” das políticas de crédito, apoio técnico, subsídios, etc., no sentido de favorecer as iniciativas cujos efeitos ambientais são significativamente menores; reforma agrária eliminadora dos latifúndios improdutivos e dos minifúndios inviáveis; dotação de infraestrutura econômica e social nos pequenos municípios; oferta de programas de educação alimentar e ambiental... Com o perdão da redundância, é o que aponta o documento da IAASTED, de 2008:

As opções normativas compreendem a eliminação dos subsídios que fomentam práticas insustentáveis e a utilização de mecanismos de mercado, ou de outro tipo, para regular e gerar estímulos financeiros para os serviços ambientais, para uma gestão mais correta dos recursos naturais e para uma maior qualidade ambiental.<sup>100</sup>

Que ninguém se iluda: realizar a transição para agricultura mais sustentável exigirá tanto dinheiro e esforço como os empregados na consolidação e difusão da “Revolução Verde”. É uma batalha científica, cultural e política: pensar soluções desde baixo, descentralizadas, coletivas, participativas, sistêmicas e de solidariedade.

Contra as vastas e danosas monoculturas e a ênfase no “pacote da Revolução Verde”, será preciso caminhar na direção de adotar modelos agrários menos dependentes de agroquímicos e tóxicos, que associem tecnologias orgânicas e minerais no aumento da produtividade de todos os cultivares. Contra a criação industrial de animais, reduzir o consumo de carne e rever os procedimentos na cadeia produtiva das grandes empresas do setor, apertando as regulamentações e os controles de qualidade e de segurança.

---

<sup>100</sup> IAASTED. *Evaluación Internacional del Papel del Conocimiento, la Ciencia y la Tecnología en el Desarrollo Agrícola – Resumen del Informe de síntese*, 2008. Mimeo. A IAASTED (International Assessment of Agricultural Science and Technology for Development) é organização sediada em Washington, DC.

Devemos valorizar adequadamente os esforços no sentido de conservar e, sempre que possível, melhorar a diversidade nos sistemas agrícolas. Agroecossistemas quanto mais diversificados forem mais serão capazes de responder a choques e estresses naturais e sociais, além de, muitas vezes, serem mais produtivos do que sistemas simplificados (como as monoculturas).<sup>101</sup> Devemos reconhecer o papel decisivo das famílias agrícolas para uma agricultura bem-sucedida, que depende tanto das habilidades e conhecimentos dos agricultores quanto do melhoramento de plantas e animais e dos processos ecológicos que os interligam. Precisamos entender e melhorar os sistemas agrícolas complexos que os agricultores desenvolveram em diversas partes do mundo, no decurso da história.

O que significa olhar para a agricultura combinando múltiplas perspectivas, sem hierarquizá-las. Pensar a agricultura, como faz o ambientalista, como provedora de alimentos suficientes sem degradar os ambientes; como faz o economista, como atividade que promove uso eficiente e duradouro de recursos naturais e humanos; e, como fazem o antropólogo e o sociólogo, como modo de vida e trabalho, que expressa e preserva valores e instituições tradicionais.

Mas este olhar mais sofisticado não comporta nem a rejeição preconceituosa dos saberes e das práticas das comunidades tradicionais no mundo rural – como é comum entre técnicos formados no espírito da “Revolução Verde” – nem a sua idealização romântica, tão ao gosto de certos ativistas ambientais e sociais, que as fazem *in limine* campeãs mundiais do “bem-viver” e de “relações harmoniosas” com a natureza. A arrogância dos cientistas e dos técnicos ante o conhecimento popular é, há muito tempo, suficientemente criticada. Por outro lado, como ressaltou Richard White (2013, p. 472-473), “há uma longa história que contradiz os argumentos segundo os quais o trabalho físico no campo estabelece um vínculo que protege a terra”, ou, mais enfaticamente, o escrutínio histórico mostra que “o trabalho arcaico e o trabalho campesino (...) não foram necessariamente gentis para com a terra” (WHITE, 2013, p. 485-486).

Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. A nossa posição é em favor dos diálogos produtivos entre “especialistas” e agricultores(as), com base no pressuposto de que a ciência é relevante, e também que o conhecimento das comunidades rurais e sua capacidade de

---

<sup>101</sup> Aqui, por “agroecossistema” entendemos, conforme Conway (2003, p. 197), “um sistema ecológico e socioeconômico que compreende plantas e/ou animais domesticados e as pessoas que os manejam com o propósito de produzir alimentos, fibras ou outros produtos agrícolas”.

experimental são relevantes. A solução para os problemas de hoje repousa tanto na exploração da ciência e tecnologia modernas como na exploração respeitosa dos saberes e práticas dos “nativos” e dos pobres rurais. Eles devem ser mais do que informantes em nossas pesquisas. Devem participar ativamente no desenho e realização das investigações, bem como nas análises que fazemos e na avaliação dos resultados obtidos.

No plano mais restrito da pesquisa e extensão agrícolas, temos que criar novas parcerias entre cientistas e agricultores que atendam, prioritariamente, as necessidades dos pobres rurais. É hora de superar a atitude cômoda dos cientistas que acham que sua responsabilidade se encerra nos portões da estação agrícola experimental. Deve-se levantar e tratar com seriedade as demandas socioeconômicas das famílias pobres, inclusive na definição das agendas de pesquisa apropriadas. As pesquisas agrícolas, notadamente as financiadas com dinheiro público, devem beneficiar mais diretamente os pobres rurais, e serem aplicáveis em condições ambientais, agrárias e sociais diversas – muitas vezes adversas! – que caracterizam os territórios camponeses e da pequena agricultura familiar. E, portanto, apontar para uso maior dos recursos locais, sem desconsiderar o uso judicioso de aportes externos, priorizando, é claro, tecnologias apropriadas do ponto de vista ambiental.

Enfim, para reduzir a chance de emergência de novas doenças, temos que mudar nossa visão das savanas e das florestas, parar de enxergá-las tão somente como estoque de terras agricultáveis ou de áreas de pastagens. Devemos vê-las primordialmente como prestadoras de serviços ambientais aos humanos, fornecedoras de benefícios que recebemos de graça, dentre os quais a contenção de doenças, além de outros reconhecidos há mais tempo, como o armazenamento de carbono, a regulação local/regional do clima e a polinização. Se conseguirmos conservar os ambientes, poderemos, de quebra, proteger melhor a saúde coletiva.

Pode-se objetar que todas essas mudanças são incompatíveis com as estruturas do capitalismo, de maneira que seriam viabilizadas somente com a transformação revolucionária das sociedades. Talvez. Mas a política importa, a mobilização social e a ação coletiva podem gerar alterações de monta, mesmo que não sejam revolucionárias. As tradições estruturais pesam, porém elas não encerram a história completamente. Nada na história acontece naturalmente, e boa parte do que nela acontece depende da intervenção humana. Como

disse o poeta Antonio Machado, “caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar”.

*Acrescentaríamos: o caminho se faz democraticamente, com sorte, engenho e arte.*

## **Pandemia e civilização: um novo regime do mal?**

Tucídides (460-395 a. C.) relatou uma peste em Atenas durante o ano de 430 a. C., que provocava febre alta repentina, falta de fôlego e outros sintomas, causando muitas mortes. Impressionou-lhe principalmente o desespero das pessoas diante do medo, e o horror de se ver seres humanos morrendo como carneiros. O historiador grego deparou-se com fenômeno recorrente na história: a emergência de dois irmãos siameses, a doença e o medo. O medo coletivo, cuja intensidade pode gerar ondas violentas de pânico, acompanha as grandes crises, as guerras, as revoluções, as fomes e as pestes. Esses quatro cavaleiros do Apocalipse infundem medo, e se alimentam dele.

Na antiguidade ou na modernidade, as grandes epidemias conservaram dupla face: o medo da doença (que pode levar à morte) e o medo do contágio, o medo do “outro”, capaz de desencadear gestos atrozes. Com a Covid-19 não é diferente, o que mais uma vez comprova que as doenças, especialmente as contagiosas, são frutos da biologia e da sociedade, da natureza e da cultura. Nós elaboramos imagens diferentes para doenças distintas, imagens que variam também no espaço e no tempo. Vivemos em sociedade e a percepção social é definidora da maneira como experimentamos os eventos e as relações sociais. As epidemias têm o poder de, mesmo que temporariamente, revelar elementos que repousam nas profundidades das mentalidades coletivas. De fazê-los vir à luz, o que costuma produzir feios espetáculos. Ideias, sentimentos e valores que exibem o melhor e o pior dos humanos.

O fato fora de questão é que as epidemias e pandemias nos desafiam, nos inquietam avassaladoramente, tiram as sociedades do prumo, lançando-as muitas vezes no precipício. Lidamos mal com as pestes, e sempre da mesma maneira. Será que aprendemos pouco com as nossas pestes? Será que este é traço denunciador de uma natureza humana imutável e irremediavelmente imperfeita? Juremir Machado tem razão ao escrever que, no nosso imaginário:

A peste sempre vem de fora. Nunca é caseira. O grego Tucídides falava em mal vindo da Etiópia ou do Egito. Dostoievski, em “mal egípcio”. O contágio sempre se propagou junto com boatos, rumores, falsas informações e maldades gratuitas. A cada vez se buscou um bode expiatório, um culpado. No imaginário milenar as pestes nascem no oriente profundo. Em todos os casos relatados há insatisfação com os governos, que inevitavelmente perdem tempo, minimizam o perigo, manipulam números e perdem o jogo. Na história e na literatura uma parte da população ataca os governantes por falta de providência enquanto outra parte resiste a quarentenas.<sup>102</sup>

Convém espiar nossas reações à Covid-19 contra o pano de fundo da história ocidental. É uma maneira de compreender melhor a doença, como também de lidar com as dificuldades e os impasses que ela nos impôs. Não é exame fácil de fazer nas horas sombrias que atravessamos. Porque os grandes flagelos da humanidade nos inundam com uma mistura de resignação, indignação e esperança. Um tumulto de alma duro de suportar.

Começemos pelo medo. Falemos dos medos irmãos siameses das pestes.

### **A possibilidade do contágio e o despertar de antigos medos**

Qual instinto pode ser mais forte que a vontade de viver? A irrupção de uma doença letal, que não tem cura ou vacina, perturba não apenas o cotidiano social; semeia medo nas sociedades afetadas, paralisa ou enlouquece as criaturas humanas. Os medos que as epidemias despertam são tão intensos quanto variados: medo do contágio, medo do doente, medo da reação dos outros, medo do colapso do grupo social, da nação ou do estado. O medo das grandes mortandades devidas às pragas e pestes é ainda mais sinistro que o da morte individual, ou da morte que as guerras trazem. As pestes e as pragas constituem *par excellence* castigos dos céus, punições divinas, de modo que devem ser temidas mais que outros perigos.

O vínculo entre doenças e deuses vem da aurora das civilizações. Os sumérios temiam Namtar, o deus responsável pelas pestilências, lugar ocupado por Chalchiutotolin entre os astecas. Os yorubas da Nigéria contam como uma partida do orixá Exu, que acabou por deixar Obatala encurralado na prisão de Shango, teve como consequência o irromper de uma peste na região. Os japoneses temiam os Oni, demônios a quem atribuíam a causa de muitas doenças; na antiga China, Xi Wang Mu era a deusa feroz que enviava doenças infecciosas aos mortais, isto antes de começar a ser reverenciada como portadora de boa fortuna. No

---

<sup>102</sup> Juremir Machado, “Pamuk e as noites da peste”, jornal *Correio do Povo*, 06 mai. 2020.

mundo árabe são conhecidas as *Hadith* que versam a peste, e já se tem questionado a possibilidade da sura 105 do Alcorão, conhecida como “O Elefante”, ser uma descrição de como o “povo do Elefante” foi dizimado por uma doença contagiosa (descrita metaforicamente como pássaros a atirarem ininterruptamente pedras que ferem mortalmente).<sup>103</sup>

As Escrituras judaico-cristãs estão repletas de tribos, cidades e nações quebradas pela ira de Deus, manifestada na forma de pestes e pragas. No Levítico 26:25, lê-se: “Depois lançarei a peste no meio de vós, e ficareis à mercê do inimigo”. O primeiro livro de Samuel, capítulo 5, narra que os que se apoderaram impropriamente da arca de Deus foram recompensados com tumores terríveis. Nos Salmos (106:29), adverte-se: “Provocaram-No com os seus crimes, por isso a peste irrompeu entre eles”. Um deus inflexível lança sua vingança contra os povos carregados de pecado, com o fito de puni-los exemplarmente.

Em tantas civilizações, a peste é, simultaneamente, sofrimento físico e corrupção moral. A doença infecciosa é *pathos*. E pode ser também caos, pois interrompe toda uma vida de hábitos e costumes. O que antes era errado, interdito, pode na presença da peste ser visto como certo, desde que permita salvar a própria vida. As epidemias são temidas também porque podem significar o fim das regras estabelecidas. Pelos tempos afora, as narrativas das grandes epidemias realçam uma desordem social na qual o irracional (o *Mythos*) triunfa sobre o racional (o *Logos*). No Ocidente, haverá outra situação mais indesejável?

Talvez o maior símbolo do medo do contágio seja a figura medieval sinistra do *médico da peste*, curiosamente hoje uma das fantasias mais populares no afamado Carnaval de Veneza. O médico da peste foi a última imagem que milhares e milhares de doentes viram antes de morrer: chapéu de aba larga, cara de pássaro, óculos redondos, bico comprido e disforme, corpo selado, envolto em túnica fechada, mãos enluvadas que seguravam uma vara longa com a qual examinava o paciente, em geral para certificar-se de seu falecimento, guardando distância segura. O bico da máscara cheio de perfume e vinagre, pois vigia a teoria dos miasmas, que supunha que os ares pestilentos eram responsáveis pela transmissão das doenças – o vinagre e o perfume desinfetariam o ar e protegeriam, dessa forma, o homem debaixo desses paramentos horríveis.

---

<sup>103</sup> As *Hadith* são um conjunto de narrativas relativas ao profeta ou seus discípulos que, não surgindo no Alcorão, são igualmente consideradas uma fonte de autoridade no Islã.

Surgido nas ondas de Peste Negra na Europa Medieval, o médico da peste, trajando seus improvisados equipamentos de proteção sanitária, passou ao imaginário ocidental como personagem típico dos tempos de pragas biológicas. Mas ele, no fundo, não é tão diferente do que vemos hoje nas ambulâncias que carregam e nos hospitais que recebem os doentes da Covid-19. Sete séculos depois da Peste Negra, enfermeiros e médicos guardam semelhanças com o pássaro escuro, de olhos redondos e bico grande que tomara conta dos burgos medievais empesteados. O médico Mark Earnest, da Universidade do Colorado (EUA), escreveu a respeito na prestigiosa revista *New England Journal of Medicine*. Recordou o dia em que examinou seu primeiro paciente com Covid-19, entrando no quarto de hospital coberto por duas camadas de luvas, avental, máscara e óculos protetores: “Senti uma onda de culpa. Usava um traje de proteção contra catástrofes que me deixava irreconhecível e que não era para proteger o meu paciente, e sim a mim”. Earnest se sentiu como um médico da peste.

Os primeiros sinais da atual pandemia causaram o rápido desaparecimento de aventais, luvas e máscaras nas cidades. Os moradores correram para comprá-las, a ponto de haver falta para os profissionais da saúde. Os preços dispararam, bem como a produção, especialmente nas fábricas chinesas. As máscaras invadiram a internet: numerosos *sites* mostraram como confeccioná-las e até como torná-las adereço *fashion*. Nas tevês, médicos ensinaram à exaustão como usá-las, descartá-las ou higienizá-las corretamente. O que sumiu foi a longa vara do médico da peste, substituída por marcas adesivas ou pinturas indicativas das posições que as pessoas deveriam tomar nos veículos do transporte público, nas filas de atendimento nos estabelecimentos comerciais e de serviços ou nos assentos de espaços coletivos. Era e continua sendo necessário guardar distância segura.

No passado, o medo do contágio afligiu especialmente os médicos. Tucídides notou isso na “Peste de Atenas”, escrevendo no livro segundo da *História da Guerra do Peloponeso*:

em parte alguma se tinha lembrança de nada comparável como calamidade ou em termos de destruição de vidas. Nem os médicos eram capazes de enfrentar a doença, já que de início tinham de tratá-la sem lhe conhecer a natureza e que a mortalidade

entre eles era maior, por estarem mais expostos a ela, nem qualquer outro recurso humano era da menor valia.<sup>104</sup>

Na primeira onda europeia da Peste Negra, os médicos e cirurgiões foram vítimas frequentes da doença. Na Veneza de 1348, de 18 médicos da peste registrados, cinco morreram e outros 12 abandonaram sua profissão por medo do contágio. Mais de duzentos anos depois, o medo e a morte ainda perseguiram os médicos europeus que lidavam com a peste. Mas isso não impediu Juan Tomás Porcell, na Zaragoza de 1564, de realizar feitos extraordinários (MOYA, 2009). Todos os seus antecessores como médicos da peste tinham adoecido ou morrido. Ele não se deteve: cuidou de dois mil infectados no hospital improvisado que fora erigido nos arredores da cidade espanhola. Recolheu diariamente novos doentes nas ruas.

Tentando salvar uma criança, Porcell fez história na medicina. Praticou uma autópsia numa grávida que morreu de peste. Conseguiu tirar o bebê ainda vivo do ventre, mas este faleceu pouco tempo depois. O médico fez pelo menos cinco autópsias sistemáticas para analisar os danos aos órgãos, a composição dos bubos e os gânglios inflamados, sobretudo onde a pulga picou, que costumava ser nas axilas ou virilha, pela presença de pelos. Algo inédito para a época, pois não se sabe de outro médico com coragem de se arriscar a fazer autópsias em empesteados. Porcell sobreviveu à peste e descreveu seus achados em um tratado médico escrito em castelhano que circulou por toda a Europa.

Hoje, os jornais impressos e televisivos estão repletos de depoimentos de profissionais da saúde narrando seus desafios, medos e rotinas diante da pandemia. A Covid-19 é a primeira a receber cobertura em tempo real, por meio da internet e das redes sociais. Para não cansar os leitores, vamos citar aqui apenas um depoimento, dado ao jornal *Estado de Minas* (publicado em 18/05/2020), pela médica Thaísa Belligoli Senra, de 34 anos, natural de Belo Horizonte, que trabalha em São Paulo como anestesiológica:

Fiquei muito temerosa, não só pela possibilidade da minha própria contaminação, mas, principalmente, pelo aumento do risco que levaria para meu lar, onde tenho esposo, uma filha de 2 anos e um filho de sete meses. (...) [Chamada a atuar em UTI para tratar de pacientes com Covid-19] Confesso que inicialmente pensei em desistir.

---

<sup>104</sup> A citação está na página 115 de Tucídides. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

Senti medo, angústia e me perguntei várias vezes se minha decisão foi coerente, aumentando os meus riscos e, conseqüentemente, os riscos para minha família. Perguntava-me: “E se eu morrer? E se eu os contaminar e eles morrerem?” (...) Presenciei jovens sem comorbidades (outras doenças) serem entubados e evoluírem a óbito, como também idosos evoluírem bem e voltarem para suas casas. Tivemos um colega de trabalho entubado com toda a equipe comovida e chorosa. Assisti um funcionário de idade recebendo alta após beirar a morte. (...) Continuo temerosa, mas sinto mais medo fora do hospital. [No hospital] Sei com quem estou convivendo e o tempo todo estou concentrada nos cuidados para não ser contaminada. Já na rua, no supermercado, na padaria, não tenho a mesma segurança, considerando que a chance de me infectar pode ser maior.<sup>105</sup>

O depoimento da jovem médica mineira – que poderia ser multiplicado *ad infinitum* – é esclarecedor das apreensões que cercam, em momentos de epidemia, os profissionais de saúde nos hospitais, nas suas casas e nas ruas das cidades. Há nele uma hesitação entre o dever profissional e a busca de proteção pessoal e familiar, que se supera pelo sentido de “missão”. Os médicos da peste de antigamente certamente experimentaram a mesma situação, e, ontem como hoje, houve muitos que sucumbiram ante o desafio de atender aos “empesteados”.

Na atual pandemia, de acordo com o Ministério da Saúde, até 21 de maio de 2020, o Brasil tinha 31.790 casos confirmados de Covid-19 entre profissionais da saúde. Outros 114 mil casos estavam sob investigação. O Brasil era o país onde mais morreram enfermeiros no mundo por conta da epidemia: 143 vítimas e havia 16.064 casos confirmados.<sup>106</sup> Passados pouco mais de dois meses do início da pandemia, 113 médicos morreram por Covid-19. É uma média de quase dois profissionais por dia desde que o primeiro óbito foi registrado, em 16 de março. Na Itália, até meados de abril, os médicos mortos foram 121; nos Estados Unidos, 12; no Reino Unido, 11.<sup>107</sup>

Como afirma o senso-comum, de hoje e de antanho, o facho da peste não poupa ninguém. Sófocles (497 ou 496-406 ou 405 a. C.), na peça Édipo Rei, lamentou o domínio

<sup>105</sup> Ver [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/05/18/interna\\_gerais,1148224/covid-19-medica-mineira-que-trabalha-em-sao-paulo-fala-sobre-medos.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/05/18/interna_gerais,1148224/covid-19-medica-mineira-que-trabalha-em-sao-paulo-fala-sobre-medos.shtml).

<sup>106</sup> Conforme dados do Conselho Federal de Enfermagem, recolhidos até 08 de maio de 2020, os Estados Unidos tinham perdido 91 profissionais de enfermagem para a Covid-19, e a Espanha, 50. Em todo o mundo, as mortes desses profissionais somavam 260, e o total de infectados pela Covid-19 alcançava 90 mil Ver [http://www.cofen.gov.br/brasil-ultrapassa-eua-em-mortes-de-profissionais-de-enfermagem-por-covid-19\\_79624.html](http://www.cofen.gov.br/brasil-ultrapassa-eua-em-mortes-de-profissionais-de-enfermagem-por-covid-19_79624.html).

<sup>107</sup> Ver <https://www.anamt.org.br/portal/2020/05/21/brasil-ultrapassa-a-marca-de-cem-medicos-mortos-por-covid-19-dois-por-dia>.

implacável, embora temporário, da doença epidêmica sobre o império das coisas e das pessoas: “Morrem os frutos da terra ainda encerrados nos rebentos, adoecem as manadas de bois, e não vêm à luz os germes concebidos no ventre das mulheres. A Peste, a mais odiosa de todas as deusas, brandiu o seu facho”. Na narrativa do dramaturgo grego, as pragas contagiosas e letais arruinam o cotidiano, abatem a economia e ameaçam as relações humanas mais básicas. Vinte séculos depois, a peste nos deixa à mercê de forças que não controlamos.

Mas haveria como medir o medo dos profissionais de saúde e o dos cidadãos em geral? Um seria menor do que o outro? No decorrer da história, homens e mulheres comuns temeram as grandes epidemias. A respeito disso, o testemunho das artes é eloquente. As fugas à procura de refúgios e as revoltas contra governos de cidades e reinos também. No passado ocidental, rezas, procissões e romarias tentaram esconjurar a ameaça da peste. O mito, a magia e o exorcismo ofereceram explicações e remédios para aplacar as epidemias, desgraças jogadas sobre o mundo pelos “demônios”, seres sobrenaturais inferiores aos deuses criadores e soberanos do universo, mas superiores aos homens.<sup>108</sup> Para detê-los, forjaram-se palavras e técnicas de manipulação. Rituais (orais e manuais) com rezas, invocações, oferendas, prescrições, purificações. Com o tempo, os clérigos usurparam essas funções: esconjurar os males e purificar as máculas responsáveis pelo aparecimento desses males.

Assim nasceu uma *medicina exorcista* na Suméria, na Babilônia, no Egito, na Grécia, em Roma e na Cristandade, diferente da medicina empírica, porque universal, porque seu objeto era a expulsão do “mal do sofrimento”, como tal. Nela, apenas os deuses agem, o exorcista limita-se a implorar, aplicando ritual tradicional e considerado capaz de influenciar os deuses de modo mais seguro. Ao paciente e ao povo cabe sujeitar-se e seguir com fé a “terapêutica mística”. No decurso da história, viram-se exorcistas e médicos trabalharem lado a lado, e muitas vezes à cabeceira dos mesmos pacientes. Entretanto, somente a medicina exorcista podia dar a última explicação do mal: apenas ela tranquilizava completamente o espírito, ao responder à pergunta “por que eu?”, que atormenta os doentes e os infelizes. Nos dias de

---

<sup>108</sup> Na história das religiões, os “demônios” primeiro foram entidades independentes dos deuses criadores e soberanos, que agiam com liberdade de movimentos, conforme a sua fantasia. Depois, o mais tardar desde o terceiro milênio a.C., eles se tornaram servos dos deuses, isto é, executores de sanções exaradas pelos deuses. Dessa forma, a magia, integrada ao sistema religioso, transmutou-se em exorcismo.

hoje, devido à persistência do sentimento religioso e da crença num mundo sobrenatural, as coisas não mudaram tanto em relação à antiga Babilônia.

Ainda há tantos de nós que partilham sentimento de impotência para dominar a natureza, que acreditam na cólera divina pesando sobre o mundo, manifestando-se por este ou aquele flagelo. Quanta gente invoca com fé genuína a intervenção dos santos contra as enfermidades! No interior das Minas Gerais e do Brasil, nas zonas mais afastadas de centros urbanos, servindo-se de fórmulas tradicionais, a exemplo da seguinte:

Responsório de Santo Antônio. Se milagres desejas, contra os males e o demônio, recorrei a Santo Antônio, e não falhareis jamais. Pela sua intercessão, foge a peste, o erro e a morte, quem é fraco fica forte, mesmo o enfermo fica são. Rompem-se as mais vis prisões, recupera-se o perdido, cede o mar embravecido, no maior dos furacões. Penas mil e humanos ais, se moderam, se retiram; isto digam os que viram, os paduanos e outros mais.

Durante a Covid-19, porém, a medicina exorcista teve que se realizar pela internet e televisão, por causa do “distanciamento social” imposto pelas autoridades públicas. Na Peste Negra de 1348-1350, vivida como uma punição do pecado, o forte abalo moral da Cristandade reclamou profilaxias e remédios espirituais, levados a cabo coletivamente, nas ruas e nas igrejas. Sobre o comportamento de nossos ancestrais do século XVI, André Corvisier (1983, p. 18) escreveu:

A par de admiráveis devotamentos, a peste suscita abandonos de posto. Mais do que qualquer outro flagelo, ela age sobre os espíritos, exasperando não somente os egoísmos das pessoas, mas também os dos grupos e das classes da sociedade. Suscita verdadeiras loucuras coletivas. Os pobres, em geral, permanecem encerrados nas cidades infectadas. Aí saqueiam e aí morrem. Por onde passa, a peste inspira, igualmente, uma arte mórbida (danças macabras). Desarmado assim diante da morte, o homem pode oscilar do fatalismo à raiva de viver, da prostração à ação.

Ainda no início dos tempos modernos, os reis da França e da Inglaterra tocavam as escrófulas dos doentes, que se aglomeravam em multidões esperançosas, mas inquietas. Desde o século XII até o XVIII, conforme Marc Bloch (1886-1944), sobretudo no tempo de Luís XIV – isto é, no século do racionalismo – o povo acreditava no “milagre do rei”, e que, portanto, a realeza frequentava o sagrado, crenças que foram determinantes na concepção das monarquias e seu sucesso no plano da obediência dos súditos (BLOCH, 2018).

Em Paris, durante a epidemia de cólera de 1832, o Palais-Royal, um grande mercado da cidade coberto por magnífico teto de vidro, foi transformado em “hospital de campanha”, com centenas de leitos e doentes amontoados lado a lado, disposição que favoreceu novos contágios; mas tanto os médicos como os doentes mantiveram a convicção de que a luz do sol, projetada sobre eles pelo teto de vidro, tinha poderes desinfetantes: era a antiga crença na luz curativa de Deus (PORTER, 1995).<sup>109</sup>

Hoje como ontem, aparecem reflexos de autodefesa, de recuo, de medo do doente, o desejo perverso de afastá-lo. Dissimulada ou abertamente. As redes sociais foram inundadas de exortações agressivas, postadas por moradores de cidades menores, contra a aproximação dos habitantes das metrópoles durante as fases iniciais da pandemia. Muitas prefeituras montaram barreiras sanitárias, impedindo a entrada de forasteiros. Na Argentina, o rigor isolacionista criou situações dramáticas, como a morte de um homem de 42 anos que tentou atravessar de carro uma barreira entre as cidades de San Luis e Córdoba. Levava alimentos para seus filhos quando o seu carro atolou no monte de terra da barreira. Ao tentar empurrar o veículo, acabou atropelado por ele. Os moradores dos dois lados enfureceram-se, destruíram a barreira e confrontaram a polícia. As autoridades de San Luis tiveram que se comprometer com a realização de censo das famílias com pessoas dos dois lados e o fornecimento de salvo-condutos.<sup>110</sup>

Mas há uma diferença de monta entre os tempos da Peste Negra e da lepra e os da Covid-19. Antes, no mundo ocidental, as populações tinham uma representação demasiado concreta da morte e viviam-na intensamente. Os chamamentos do além suscitavam, em todos os degraus da escala social, desejos mais ou menos constantes de sacrificar-se. As pessoas do século XXI não mais possuem essa disposição: estão muito mais apegadas a vida, que é duas ou três vezes mais longa que a dos nossos ascendentes medievais. Exigimos da ciência, da técnica e, sobretudo, da medicina que prolonguem e tornem mais confortável nossa vida. Será talvez por causa disso que a Covid-19 tornou imperiosa a defesa do conhecimento científico?

---

<sup>109</sup> O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, defendeu que as pessoas injetassem desinfetantes em seus corpos para se proteger da Covid-19. A semelhança com a crença oitocentista é superficial, já que o conhecimento médico é completamente diferente hoje, bem como os recursos hospitalares. Ademais, a sugestão de Trump não decorre de mentalidade genuinamente religiosa. É antes ignorância e má-fé.

<sup>110</sup> Matéria de Santiago Torrado e outros, “Comunidades rurais da América Latina enfrentam o avanço do coronavírus”, publicada no El País Brasil, em 08 jun. 2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-06-08/comunidades-rurais-da-america-latina-enfrentam-o-avanco-do-coronavirus.html>.

A pandemia hodierna, justamente por causa das medidas de rígido isolamento dos doentes adotadas nos protocolos sanitários, desperta o medo perturbador de uma morte solitária, longe da presença dos familiares e dos amigos, e de um enterro em caixão lacrado, também sem a devida cerimônia e acompanhamento. Possibilidade tão assombrosa como a descrita por Nelson Rodrigues, referindo-se à Gripe Espanhola no Rio de Janeiro:

O sujeito morria nos lugares mais impróprios, insuspeitados: na varanda, na janela, na calçada, na esquina, no botequim (...). Muitos caíam, rente ao meio-fio, com a cara enfiada no ralo. E ficavam lá, estendidos, não como mortos, mas como bêbados. Ninguém os chorava, ninguém. Nem um vira-latas vinha lambê-los. Era como se o cadáver não tivesse nem mãe, nem pai, nem amigo, nem vizinho, nem ao menos inimigo.

Medo de morrer como um bicho, no fundo de uma UTI, apartado do mundo e do carinho dos seus, o oposto de ter uma “boa morte” cristã. Ser embrulhado em saco plástico e armazenado em algum contêiner frigorífico que desafoga necrotérios lotados; depois, ser jogado em vala comum sem ninguém a chorar. “Mortos atirados nas valas, um por cima dos outros (...), humilhados e ofendidos, numa promiscuidade abjeta”, como ocorreu em Bérghamo e Manaus. Ou, pior ainda, o que se viu em Guayaquil, no Equador, com as ruas cheias de cadáveres abandonados à espera de que a assistência pública os viesse recolher, os corpos a inchar e apodrecer. Cenário mefistofélico. Morte que nenhuma pessoa merece.

O medo do contágio e da morte cresce paralelo ao medo da exclusão e da possível estigmatização, alimentado pelas medidas de quarentena e bloqueio (*lockdown*) das cidades. Quantas coisas que vemos na pandemia de Covid-19, a pior do começo do século XXI, foram inventadas na mortífera pandemia do século XIV! Equipamentos de proteção, quarentenas, cordões sanitários, fumigações desinfetantes, redes de informação.

Em Veneza, poderosa “cidade aquática” comercial, durante a primeira onda de Peste Negra, foram designadas ilhas para abrigar os convalescentes e outras para onde os estrangeiros chegados em embarcações recolhiam-se em quarentena. Permaneciam isolados por quarenta dias, daí a expressão quarentena, do italiano *quaranta*. Os navios livres da doença hasteavam uma bandeira amarela, que ainda hoje, na linguagem das insígnias navais, designa a letra “Q”, de quarentena. Mas por que quarenta dias? Trata-se de um legado da

Igreja Católica. Este foi o tempo que Jesus passou no deserto, isolado em orações e resistindo às tentações do diabo.

A cidade criou comissão de saúde pública composta por superintendentes que controlavam os mercados de alimentos (a carne, o peixe, os crustáceos, os grãos, as frutas, o vinho), a água, os remédios, a atuação dos médicos, a construção e o funcionamento de hospitais, lazaretos e cemitérios. Suas atribuições incluíam também funções de polícia relativamente aos movimentos dos pobres, viajantes e prostitutas. O exemplo de Veneza foi seguido por numerosas cidades e por reinos europeus. Na epidemia de Londres, em 1665, as casas dos empesteados foram completamente fechadas, cinturão sanitário estabelecido à roda da cidade, os navios submetidos à quarentena obrigatória e determinado o isolamento hospitalar.

Os bloqueios de cidades e caminhos em época de grandes epidemias tornaram-se corriqueiros. Confinadas, as cidades logo sofriam com a carestia e o desabastecimento, o acúmulo de sujeira e detritos, os enterros apressados em valas comuns, o cheiro da morte que dominava as casas e as ruas. Assistiam à quebra das estruturas sociais e familiares. Os pobres aprenderam a temê-los, pois terminavam aprisionados em condições terríveis dentro dos focos de pestilência, a morrerem como insetos.

Quanto aos estigmas associados a doenças contagiosas, a lepra por muitos séculos constituiu o caso mais emblemático.<sup>111</sup> O leproso foi feito um ser à parte, rejeitado, expulso de casa e separado do convívio das pessoas sãs, conforme uma tradição judaica, retomada pelo cristianismo (BÉNIAC, 1991). Isso porque a lepra era considerada o sinal distintivo do desvio sexual, do pecado. Nos corpos dos leprosos exibia-se a podridão de suas almas infelizes, que mereciam rejeição radical, enclausuramento pela vida toda. Na Baixa Idade Média, os leprosários, distantes das cidades, existiram às centenas, principalmente na França.

As interdições estabelecidas pela diocese de Coutances, por volta do século XII, resumem bastante bem a situação dos leprosos:

Nós ordenamos-lhes que usassem um fato fechado para que os distinguíssemos das pessoas saudáveis (...) e, para que a ocasião de permanecer muito tempo entre eles

---

<sup>111</sup> A lepra, hoje designada como hanseníase, é doença causada pelo *Mycobacterium leprae* ou bacilo de Hansen, acometendo a pele e os nervos, podendo deixar sequelas. A palavra grega lepra significava “algo que descama”. É transmitida de pessoa a pessoa por secreções, como a saliva, em contatos sucessivos prolongados, geralmente em ambiente domiciliar. O bacilo tem alta infectividade, porém tem baixa patogenicidade (poucas pessoas adoecem).

lhes seja vedada, que cada padre ordene aos seus paroquianos que lhes forneçam o que eles precisam (...) para que não tenham necessidade de comprar comida, que não entrem nos mercados e locais muito povoados (...), que não se atrevam a vender os seus porcos às pessoas saudáveis (BÉNIAC, 1991, p. 136-137).

Nos leprosários, as interdições também eram duras, a começar pela proibição do sexo entre os internos. Fornicadores leprosos podiam ser expulsos e presos, postos a pão e água. As prescrições de higiene eram rigorosas. Os desordeiros eram castigados severamente. Todos eram obrigados a fazer os trabalhos de casa, segundo as suas possibilidades. O essencial era a proibição de contatar a população saudável. Assim, emergiu a figura tradicional do leproso, que se podia ver no interior das Minas Gerais, nos espaços circundantes da Colônia Santa Izabel (que ficava no município de Betim, a 40 km de Belo Horizonte), até os anos 1960: uma pessoa vestida com fato comprido e luvas, com um grande chapéu, para dissimular a maior parte das deformidades, anunciando-se por meio de uma matraca e usando um saco para mendigar.

Um poema escrito por Guimarães Rosa nos anos 1930, integrante do livro *Magma*, publicado postumamente, intitulado “Reportagem”, contém referência à Colônia Santa Izabel e ao estigma que acompanhava os leprosos:

O trem estancou, na manhã fria,/ num lugar deserto, sem casa de estação:/ a parada do Leprosário...// Um homem saltou, sem despedidas,/ deixou o baú à beira da linha,/ e foi andando. Ninguém lhe acenou...// Todos os passageiros olharam ao redor,/ com medo de que o homem que saltara/ tivesse viajado ao lado deles...// Gravado no dorso do bauzinho humilde,/ não havia nome ou etiqueta de hotel:/ só uma estampa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro...// O trem se pôs em marcha apressada,/ e no apito rouco da locomotiva/ gritava o impudor de uma nota de alívio...// Eu quis chamar o homem, para lhe dar um sorriso,/ mas ele ia já longe, sem se voltar nunca,/ como quem não tem frente, como quem só tem costas...

“Como quem não tem frente, como quem só tem costas...” Vale lembrar que, na França do século XIII, regiões como Normandia e Beauvaisis declaravam os leprosos “mortos para o mundo”: a morte civil. Não chegamos a tanto no Brasil: o leproso, por força de lei, era compulsoriamente internado em lazaretos, dispositivo que foi revogado somente em 1962. De todo modo, uma vez descoberta a lepra, a pessoa pobre perdia, em termos sociais, qualquer perspectiva de futuro.

O Rio de Janeiro, sede da corte imperial brasileira, ouviu muitos discursos que responsabilizaram os escravos trazidos da África pelas epidemias que grassaram na cidade entre os anos 1830 e 1870. Os escravizados foram tidos como os principais vetores que traziam as doenças e as transmitiam às famílias cariocas, embora fossem também suas principais vítimas. No livro *Esboço Histórico das Epidemias que tem grassado na Cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870*, o médico do imperador José Pereira Rego (Barão do Lavradio), responsabilizou o comércio de escravos pelas recorrentes crises sanitárias na capital brasileira. Pereira Rego (1872, p. 181) escreveu:

Quantas vezes não chegavam aqui [os africanos] com escorbuto, disenterias e diarreias pútridas, acompanhadas de relaxação do esfíncter do anus e dilatação do orifício (maculo) bexigas, oftalmias purulentas, boubas e outros flagelos semelhantes, os africanos importados, vindo propagar estas moléstias no seio das famílias para cujo serviço eram comprados, e a outras pessoas da população? O comércio de escravos, pois, era uma causa poderosa naqueles tempos, para a preponderância e permanência das moléstias cutâneas, da bexiga, da disenteria, do escorbuto, da sífilis, oftalmias purulentas e algumas outras doenças.<sup>112</sup>

O influente médico lamentou faltar eficiente polícia sanitária para impedir a entrada no Brasil de “elementos patogênicos” importados da Costa da África. A partir da epidemia de febre amarela de 1849-1853, os discursos que associavam o tráfico negreiro a epidemias aumentaram de intensidade, sobretudo entre deputados e senadores. Dessa forma, tanto o fim do tráfico com a Lei Eusébio de Queirós (votada em 4 de setembro de 1850) como a epidemia de febre amarela tiveram o efeito perverso de recrudescer preconceitos contra os negros no país.

Na década de 1980, algumas atitudes em relação à AIDS evocaram os medos e estigmas associados à lepra. A doença não era bem conhecida, as comunidades homossexuais e os toxicômanos foram inculcados. Como aos leprosos no passado, aos aidéticos atribuiu-se a fama de ser devorados pelo ardor sexual. O líder da extrema-direita francesa nos anos 1980-1990, Jean-Marie Le Pen defendeu publicamente enclausurar os aidéticos tal como se fizera antes com os leprosos.

---

<sup>112</sup> REGO, José Pereira. *Esboço Histórico das Epidemias que tem grassado na Cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

As características da Covid-19 não favorecem processos de estigmatização de suas vítimas. No entanto, pode-se observar uma ponta de estigma em muitas falas sobre grupos mais vulneráveis à pandemia, como os idosos e mesmo os moradores de favelas e periferias urbanas. No caso dos idosos, reverbera eco da designação maldosa e preconceituosa atribuída, no distante ano de 1918, à epidemia de gripe no Brasil: “limpa-velhos”. Quando só se fala de eficiência econômica e de austeridade fiscal, os idosos convertem-se num peso, a despeito da experiência e sabedoria que carregam e das contribuições que já ofereceram a suas nações.

No caso dos pobres urbanos, o preconceito salta aos olhos em atitudes como a de Guilherme Benchimol, da XP Investimentos (uma das maiores empresas financeiras brasileiras), ao comemorar, em plena expansão da pandemia nas áreas periféricas das metrópoles, a redução das mortes na classe A e dizer que “o Brasil vai bem”. A frase do fundador e presidente apareceu em *live* da XP para seus clientes, em maio de 2020. E dizia: “O pico da Covid-19 nas classes altas já passou; o desafio é que o Brasil tem muita favela”.<sup>113</sup>

Para os pessimistas, estes “deslizes” – mais correto seria chamá-los de “atos falhos” – conferem razão ao vaticínio velho dos anos 1930 exarado por Claude Lévi-Strauss: o Brasil passará da barbárie para a decadência sem conhecer a civilização. Tristes trópicos!

Ora, isto nos traz a outra dimensão do medo frequente nas pandemias – na verdade, nas catástrofes de grande amplitude –, relacionada com o comportamento social. Diante de desastres, temos tendência a acreditar que as comunidades e seus cidadãos normalmente reagem mal, isto é, que se generalizam o pânico, os saques, a violência e o desespero. Que a desordem social se instala. Isso ocorreria durante terremotos, furacões ou epidemias.

Observando grandes desastres (como os terremotos de Anchorage, Alasca, em 1964, o do México, em 1985, e a passagem do furacão Katrina sobre Nova Orleans, em 2005), sociólogos perceberam algo bem diferente. Mesmo com fissuras nas hierarquias políticas locais e nos sistemas de resposta a desastres, o fenômeno de auto-organização e os episódios de altruísmo foram comuns nos diversos casos de abalo da ordem tradicional, acidentes e desastres. Os sociólogos concluíram: a prática de saques era rara, ainda que a paranoia de

---

<sup>113</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/brasil-esta-indo-bem-no-controle-do-coronavirus-e-pico-nas-classes-altas-ja-passou-diz-presidente-da-xp.shtml>.

que saques pudessem ocorrer fosse sempre irracionalmente alta. Chamaram esses temores de *pânico de elite*.

A propósito, a estadunidense Rebecca Solnit (2009), autora de *A Paradise Built in Hell*, escreveu:

No rastro de um terremoto, de uma bomba que explode ou uma grande tempestade, a maioria das pessoas é altruísta, empenhada com um sentimento de urgência no cuidado delas mesmas e dos que estão à sua volta, sejam eles desconhecidos, vizinhos, amigos ou pessoas queridas. A imagem de um ser humano egoísta, em pânico ou regressivamente selvagem em momentos de desastre é pouco verdadeira. Décadas de meticulosa pesquisa sociológica sobre o comportamento humano em desastres [...] demonstram isso. Mas essa crença permanece, e frequentemente o pior comportamento na sequência de uma calamidade é da parte daqueles que acreditam que os outros se comportarão de forma selvagem e que eles próprios estão tomando medidas defensivas contra a barbárie.

No Brasil, Gilberto Hochman, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, não encontrou registros de revolta social ou de saques no período mais agudo da gripe espanhola. Christiane de Souza, que estudou a epidemia na Bahia, tampouco achou notícias de roubos de alimentos ou desordem nos jornais soteropolitanos da época. No entanto, o texto memorialístico *Chão de ferro*, de Pedro Nava, cuja crueza é cortante como lâmina, sugere o oposto:

Espalharam-se então horrores. Descrevia-se a fome. Os ataques às padarias, armazéns e bodegas por aglomerados de esfaimados e convalescentes esqueléticos, roubando e tossindo. Descreviam-se os criminosos cortando dedos aos cadáveres, rasgando-lhes as orelhas para roubar os brincos, os anéis, as medalhas e os cordões que tinham sido esquecidos. Às moças mortas, arrancavam as capelas e levantavam as mortalhas para ver as partes. Que curravam as mais frescas antes de enterrá-las. Melhores as que estavam ficando moles: eram tiradas dos caixões e comidas de beira de cova.

Eis mais um contundente exemplo do chamado *pânico das elites* nas catástrofes.

Que fique bem entendido: não significa que tudo corre bem durante os grandes desastres, mas o mais comum é que os problemas decorram do pânico de elite, ou melhor, dos impulsos que ele incita. Como lembra Rebecca Solnit, referindo-se aos efeitos do Katrina em Nova Orleans,

centenas de pessoas morreram [...] porque outras, incluindo a polícia, civis armados, altos funcionários do governo e a mídia, decidiram que a população de Nova Orleans era muito perigosa para que lhes fosse permitido deixar uma cidade alagada e contaminada, ou para que fossem resgatados, mesmo de hospitais. Alguns que tentaram fugir foram trazidos de volta sob a mira de armas ou baleados. Proliferaram rumores sobre estupros, assassinatos em massa e caos, que se revelaram falsos, embora a mídia nacional e o chefe de polícia da cidade seguissem acreditando e replicando esses rumores, enquanto pessoas morriam nos telhados, viadutos, abrigos e hospitais lotados no calor insuportável, sem água, comida, remédios e assistência médica. Esses rumores levaram soldados e integrantes das equipes de resgate a considerar as vítimas do furacão como inimigas.

Tão logo os Estados Unidos foram assolados pela pandemia da Covid-19, algo chocante chamou atenção: as lojas de armas venderam todo seu estoque mais rápido que as farmácias vendiam seus medicamentos. Parcela expressiva da numerosa classe média estadunidense comportou-se como nos filmes de zumbi hollywoodianos: abarrotou-se de armas e correu para se isolar em casas bem abastecidas, como se estivessem na iminência de se defenderem, com suas armas, de multidões infectadas e famintas. Eis uma forma do pânico de elite.

Outra, visível nos discursos de jornalistas, empresários e políticos brasileiros, se manifestou por meio de discursos que reconheciam a necessidade de vultosas ajudas emergenciais para os pobres, especialmente das favelas e periferias metropolitanas, não porque são cidadãos afetados pela crise, mas porque seria necessário prevenir explosões de violências, roubos e saques, evitar a derrocada da ordem pública ainda que à custa do Tesouro Nacional. As elites brasileiras continuam vendo as multidões urbanas como “classes perigosas”.

### **Respostas egoístas e redes de solidariedade**

A história das epidemias e pandemias exhibe pessoas e grupos sociais oferecendo respostas egoístas e altruístas ao contágio e ao adoecimento. É lugar-comum dizer que acontecimentos desse tipo mostram sem rodeios o melhor e o pior dos seres humanos.

A resposta egoísta mais comum sempre foi a excludente proteção do indivíduo, da família e do grupo social: o encastelamento, a fuga e o fechamento do território aos forasteiros e estrangeiros. Desde a antiguidade, a salvaguarda contra as pestes é o distanciamento dos outros, o exílio temporário da comunidade/sociedade envolvente. Todos

os que podiam abandonavam as cidades infectadas e se retiravam para as habitações rurais, onde se enclausuravam com parentes e serviçais, repelindo com o uso da força qualquer aproximação.

As cidades fechavam-se intramuros, impediam a entrada de forasteiros e, principalmente, de estrangeiros. Na aurora dos tempos modernos, mormente as guerras e secundariamente as sucessivas ondas de Peste Negra aceleraram a concentração de poder nos estados nacionais nascentes. Na Inglaterra, por exemplo, a Monarquia impôs limitações aos salários e impostos adicionais à população. Para enfrentar a peste, estabeleceu toques de recolher, proibições de viagens e quarentenas, o que exigiu ampliação e fortalecimento do funcionalismo estatal e dos recursos de repressão. O Estado também se aproximou da grande burguesia: atraiu muitos comerciantes para seus quadros administrativos, de modo que os mercadores ganharam poder político e representação no Parlamento; e a concentração do comércio e das finanças, por sua vez, evoluiu para um quase monopólio de bancos e das transações de exportação/importação por parte de poucas companhias, tornando o governo dependente de grandes empresas.

De modo mais geral, conforme Charles Tilly (1929-2008), em partes importantes da Europa, mais ou menos de 1400 a 1700, desdobra-se:

Uma era em que a atividade militar foi realizada predominantemente pelas forças mercenárias recrutadas por contratantes, e os governantes estavam sujeitos, em ampla medida, aos capitalistas formalmente independentes na consecução de empréstimos, na administração dos empreendimentos produtores de renda e no estabelecimento e arrecadação dos impostos (TILLY, 1996, p. 79).

Centralização do poder, controle de territórios e fronteiras e crescimento da tributação foram tendências que se consolidaram. Assim fortalecidos, durante as epidemias, os Estados trancavam suas fronteiras terrestres e marítimas, mobilizavam seus recursos internos exclusivamente em seu próprio proveito e retraíam os negócios e as relações internacionais, como fazem as ostras ameaçadas. Ademais, acusavam os vizinhos de serem os causadores da crise. A sífilis, por exemplo, que se espalhou pela Europa a partir do final do século XV, foi chamada pelos napolitanos de “doença francesa”; os franceses a chamaram de “doença espanhola”; os espanhóis, por sua vez, chamaram-na de “doença napolitana”. A atitude

reinante era de competição, não de cooperação, no âmbito de um sistema interestatal em rápido e beligerante processo de formação.

Neste aspecto, a situação não mudaria até o advento das organizações internacionais de governança mundial em meados do século XX, nascidas dos escombros de duas guerras mundiais. Somente com a ONU, por meio da OMS (Organização Mundial da Saúde), ações e programas concertados entre nações para enfrentar problemas de saúde pública tornaram-se comuns.<sup>114</sup> Trata-se inegavelmente de avanço notável em relação ao passado, mas devemos reconhecer que mesmo entidades como a OMS esbarram em sérias limitações: financiamento cronicamente insuficiente, disputas políticas entre países membros que influenciam o escopo e a realização de suas ações, conflitos de interesses dos especialistas, dificuldades de comunicação, problemas de governança interna, etc. (VENTURA e PEREZ, 2014).<sup>115</sup>

No entanto, mesmo no contexto de presença e atuação de organismos multilaterais de governança global há décadas, a Covid-19 mostrou que ainda existe espaço para a desbragada e criminosa competição entre países por suprimentos médicos. Estados Unidos, Alemanha e França desviaram e confiscaram cargas de equipamentos médicos saídas da China rumo a países como Itália, República Tcheca e Brasil. Interceptaram a entrega dos pedidos ou desviaram suprimentos cruciais dispondo-se a pagar aos fornecedores chineses três ou quatro vezes mais que os preços acordados com os países prejudicados. Fizeram justamente aquilo que o ditado popular condena: “se o pirão é pouco, o meu primeiro”. Indício de que não foi superada completamente a lógica que presidiu a formação do sistema interestatal europeu.

A Covid-19 suscitou manifestações em diversas cidades do mundo que evidenciaram a adesão de grupos sociais a respostas à pandemia nada altruístas. Fiquemos com apenas um exemplo: reportagem da emissora estadunidense WKRN focou ato *anti-lockdown* em Nashville, no dia 21 de março de 2020. As câmeras filmaram uma mulher, que cobriu a metade inferior do rosto com cachecol e usava óculos de sol, portanto *banner* com os dizeres

---

<sup>114</sup> No plano regional, surgiram organismos multilaterais como a OEA (Organização dos Estados Americanos) e OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde) que articulam, apoiam e sustentam diversas iniciativas no campo da saúde pública e do combate a doenças nos territórios de seus países membros.

<sup>115</sup> Boa ilustração de como disputas ideológicas e geopolíticas prejudicam a OMS foi oferecida pela saída e a suspensão financeira dos Estados Unidos, que resultou na perda em torno de 15% do seu financiamento total. Uma das justificativas do presidente americano para a medida foi que a OMS beneficiava a China na resposta à pandemia, e não lhe cobrava a responsabilidade pela origem e disseminação da pandemia.

“Sacrifiquem os fracos, reabram o TN (Tennessee)”. Essa mensagem ecoava em outras faixas do comício-protesto. Uma mulher segurava cartaz onde se lia: “Confie em Deus para a segurança, não no homem”. Outra exibia uma placa em que se escrevera: “Imunidade natural ao veneno produzido pelo homem”, atacando os esforços pela busca de uma vacina.

O que é isso senão a ressurgência da proposta do darwinismo social para moldar a resposta dos governos e das sociedades à pandemia? Pode haver solução mais retrógrada do que essa? É como se voltássemos a meados do século XIX, quando pululavam pessoas imbuídas de leituras simplistas do liberalismo e das teorias evolucionistas. No Senado brasileiro, políticos travaram ácido debate em torno da destinação de verbas extras aos hospitais pelo Governo Imperial quando a febre amarela atingiu o país, em 1849-1850. O senador Visconde de Olinda (representante de Pernambuco) criticou o senador Costa Ferreira (representante do Maranhão) por ter alegado que os pobres infectados precisavam ser tratados à custa do dinheiro público. O parlamentar pernambucano argumentou:

Como particular, concorrerei para que se façam dessas obras de caridade. Mas, como homem público, rejeito essa doutrina do nobre senador, que aproxima-se um pouco do socialismo. É um dos pontos do socialismo sustentar os pobres, e o nobre senador, sem querer, vai cair nesse erro.<sup>116</sup>

O senador Costa Ferreira respondeu ironicamente, gargalhando:

A discussão foi tão longe que até se me deu a patente de socialista. Não me falta mais nada. Já posso morrer. No fim da minha vida, sou socialista e sem eu o saber. E por quê? Porque advogo a causa dos pobres moribundos. Se eu advogasse a causa de vadios, se pedisse socorro para homens sãos, então, sim, poderia ser tachado de socialista. Mas advogar a causa de desgraçados que se acham no leito da morte e expostos a morrer por falta de meios de tratamento será tudo quanto se quiser, menos socialismo.<sup>117</sup>

Uma troca de farpas deste tipo não causaria estranheza nos parlamentos atuais de muitos países mundo afora, incluindo as impropriedades óbvias a respeito da doutrina socialista.

---

<sup>116</sup> Conforme matéria de Ricardo Westin (Agência Senado), “No Brasil Império, chegada de vírus mortal provocou negacionismo e crítica a quarentenas”, publicada no *El País Brasil*, em 07 jun. 2020.

<sup>117</sup> Ver a nota anterior.

Na mesma direção de insensibilidade aponta a defesa da “imunidade de rebanho” como conceito norteador das políticas governamentais, que seduziu mandatários como Donald Trump, Boris Johnson e Jair Bolsonaro. A estratégia descarta medidas estritas de “distanciamento social” e quarentenas porque considera mais eficiente deixar que boa porcentagem das pessoas (de 60% a 70%) seja infectada, desenvolva defesas imunológicas e, assim, a circulação do vírus se reduza.<sup>118</sup> Dessa forma, as atividades econômicas e a circulação de mercadorias e pessoas não seriam prejudicadas. Haveria mortes acima da normalidade, mas a doença iria embora mais rapidamente. Despreza-se o fato de que os mais velhos, mais fracos e mais pobres terão maior chance de morrer – uma crueldade intrínseca a essa alternativa. Na verdade, a estratégia da “imunidade de rebanho” privilegia o interesse econômico aos cuidados sanitários.<sup>119</sup>

No entanto, não estamos diante de uma novidade histórica. No século XIX, enquanto os cientistas e os médicos se dividiam entre adeptos da teoria dos miasmas e defensores da teoria do contágio, os liberais – sobretudo na Inglaterra – tomaram o partido dos “anticontagionistas”: pressionaram os governos a adotarem medidas de saneamento das cidades (drenagem de pântanos, limpeza pública, demolição de habitações insalubres, construção de redes de esgoto) ao invés de impor quarentenas, estabelecer cordões sanitários e isolamento compulsório de doentes. O argumento era o de que o comércio, tanto interno quanto externo, sofreria demasiadamente.

Voltando a primeira grande irrupção da febre amarela no Brasil, os debates no Senado refletiram esta divisão. O senador Dantas, de Alagoas, criticou acerbamente as quarentenas, discursando da seguinte forma:

O que sofre o comércio com as quarentenas? Senhores, sofre muito. Os portos da Espanha no Mediterrâneo ficaram vazios quando passaram a impor a estúpida quarentena. As companhias de vapores suspenderam essas viagens e tomaram outra

---

<sup>118</sup> A “imunidade de rebanho ou de grupo” é um conceito da epidemiologia, segundo o qual as pessoas que correm risco de infecção são protegidas por aquelas resistentes à doença. Costuma ser utilizado no caso de vacinas: os que as recebem, por evitarem a doença, protegem indiretamente a população que não as tomou. No caso da Covid-19, porém, a vacina ainda não foi descoberta. Por outro lado, a aposta na “imunidade de rebanho” é muito perigosa, pois as pessoas e as comunidades podem não suportar o agravamento da situação durante o tempo necessário para o vírus infectar 60% ou 70% da população.

<sup>119</sup> Empresários brasileiros pressionaram o Governo Federal e os governadores estaduais no sentido de relaxar as medidas de “distanciamento social”, argumentando que os “CNPJs estavam na UTP”. Em abril, Junior Durski (Madero) afirmou em vídeo que morreriam de “5 a 7 mil pessoas, mas que nada se equipararia ao colapso econômico”. Roberto Justos (Nest Asset) alegou que somente os idosos seriam afetados pela doença.

direção. Certa vez, quando saí de Lisboa, fomos obrigados a oito dias de quarentena em Cádiz. Sabem os nobres senadores o quanto isso custou ao vapor francês em que eu me achava? As quarentenas são vexatórias e absurdas, só inventadas para manter o aparato de repartições, empregados e dependências.<sup>120</sup>

Dantas recebeu réplica imediata proferida pelo senador e médico Cruz Jobim, representante do Espírito Santo e fundador da Academia Imperial de Medicina, argumentando:

Em Nova York o estabelecimento de quarentenas tem sido origem de benefícios incalculáveis, repelindo a moléstia dessa importante cidade comercial. Em outros portos da América do Norte, há quarentenas e assaz severas. E nos portos da França, da Espanha e de Portugal? Também estão em execução as quarentenas. “O que há de ser do comércio?” São exclamações que muitas vezes se fazem. Não se devem pôr os interesses do comércio à frente dos interesses da humanidade. De qualquer forma, quando uma epidemia aparece, o comércio não é o primeiro a sofrer? Como disse George Washington quando presidia os Estados Unidos: *health is wealth* [saúde é riqueza]. A conservação da vida dos cidadãos deve ser a primeira obrigação de um Governo.<sup>121</sup>

Em Portugal, cerca de cinquenta anos depois, o debate sobre medidas para conter a epidemia de peste bubônica que se iniciara na cidade do Porto, em agosto de 1899, adquiriu notoriedade, ganhando os jornais e os salões de reunião. As controvérsias atingiram o Brasil, colocando de lados opostos duas autoridades sanitárias do Rio de Janeiro, nas páginas do *Jornal do Commercio* entre agosto e setembro daquele ano. O governo brasileiro, para tentar evitar a chegada da peste ao país, determinou quarentena de vinte dias dos navios vindos de Portugal e de alguns portos espanhóis, bem como a proibição da entrada de mercadorias como couros, peles, mobílias, roupas, retalhos e trapos. Foi em torno dessas medidas que se desenvolveu a contenda entre Nuno Ferreira de Andrade, diretor-geral de Saúde Pública, e Jorge Alberto Leite Pinto, diretor de Higiene e Assistência Pública do Estado do Rio de Janeiro (NASCIMENTO e SILVA, 2013).

Em cartas enviadas ao *Jornal do Commercio*, Jorge Pinto criticava as medidas propostas por Nuno de Andrade, endossadas pelo ministro da Justiça, Epitácio Pessoa. Nuno de Andrade se defendeu, a discussão centrada no tempo de incubação da doença e, por conseguinte, no prazo razoável para a quarentena. Para Jorge Pinto, a peste bubônica era já

---

<sup>120</sup> Ver nota 102.

<sup>121</sup> Ver nota 102.

doença facilmente dominável e tratável e, ademais, as medidas adotadas pelo Governo Federal causariam prejuízo econômico: impediriam o desembarque de produtos e aumentariam os preços dos importados. Conforme Jorge Pinto, a “higiene moderna” deveria “aliar as suas prescrições, as suas medidas, aos interesses das outras forças vivas nacionais – o comércio, a indústria, o proletariado”. Nuno de Andrade argumentou que havia incerteza sobre o tempo de incubação da peste, de modo que se devia empregar cautela na fixação do tempo de quarentena; o mesmo princípio de cautela justificaria a suspeição de todos os portos portugueses e espanhóis; e, quanto aos prejuízos econômicos, nada se poderia fazer, pois as medidas eram necessárias para evitar o aparecimento da peste no Brasil.<sup>122</sup>

Aliás, ela terminou aportando no país no verão de 1900. Só na capital federal, em 1900 e 1901, morreram cerca de quinhentas pessoas. Entre 1900 e 1903, a doença atingiu cidades de São Paulo (notadamente Santos), São Luís do Maranhão, Porto Alegre e Recife.

A controvérsia entre Nuno de Andrade e Jorge Pinto, a propósito de como evitar a entrada da peste bubônica no Brasil, é reveladora de que as epidemias e pandemias são mais do que fato biológico. São fato social e político, pois mobilizam posicionamentos biológicos, representações sociais das doenças e interesses econômicos. Por conseguinte, tais controvérsias, quando as vemos nas mídias contemporâneas, têm significado maior do que o “cascatear intermínimo de palavras, palavras e palavras a atormentar-nos as ouças”.

Hoje, como ontem, há quem propugne a supremacia dos interesses do comércio sobre as medidas de saúde pública...

Existe, no entanto, o outro lado da moeda. Epidemias e pandemias também despertam frequentemente respostas altruístas e ações solidárias. Começamos pela Peste Negra: a despeito de sua letalidade, não faltaram pessoas nas cidades afetadas que se apresentaram “como voluntárias para enterrar os mortos, tratar dos doentes. Sabiam muito bem que arriscavam sua vida, mas o faziam. Os laços de solidariedade estreitaram-se diante da calamidade” (DUBY, 1998, p. 89).

---

<sup>122</sup> Ao reafirmar sua posição, o Dr. Jorge Pinto insistiu na questão dos prejuízos econômicos que causariam as medidas defendidas pelo Dr. Nuno de Andrade, escrevendo: “Os interesses do comércio desrespeitados por toda a parte, a bolsa do contribuinte fortemente onerada pela carestia de gêneros de primeira necessidade, tudo isso de pouco ou nada vale ante a glória (?) de evitar o contágio da peste, a custa de meios defensivos exageradíssimos, repudiados por todas as nações cultas”. Ao que respondeu Nuno de Andrade brandindo as seguintes palavras: “Ninguém ignora a índole das medidas: são ‘restritivas, prejudicam os interesses, ferem capitais, coarcam a liberdade. Todos se submetem a tais vexames’ e obedecem a semelhantes imposições, para que a incolumidade pública não seja destruída, o princípio do *salus Populi* avassala os clamores e faz emudecer a queixa; e quem vai ficando pobre encontra o conforto em ir ficando vivo”.

Recorramos agora à lepra, ainda nos tempos medievais. A aparição de uma densa rede de leprosários retrata bem as solidariedades desenvolvidas em torno dessa doença, também geradora de exclusões e estigmas. Os leprosários constituíram agrupamentos espontâneos dos doentes, institucionalizados gradualmente, devido à concessão de uma capela e à posse coletiva de imóveis. Entre os séculos XII e XIV, os leprosários eram, em geral, pequenos, abrigando uma ou duas dezenas de pessoas. Situados distantes das cidades, a maior parte deles organizava-se com base na disciplina de vida conventual. Possuíam refeitório, dormitório ou casas dando para um pátio, e todos os “internos” sujeitavam-se à castidade. O leprosário dispunha de poço, de forno e de jardim, e os doentes partilhavam as esmolas que os que podiam mendigavam. Recebia ainda a caridade paroquial. Os leprosos mais válidos faziam pequenos trabalhos no exterior, guardando para si a remuneração obtida.

A maior parte das vezes, os leprosários contavam com a assistência de uma pequena comunidade de irmãos e irmãs saudáveis – os *haitiés*. Estes cristãos ajudavam os leprosos nas tarefas cotidianas da “sociedade leprosa”. A respeito, Georges Duby (1998, p. 91) afirmou: “Francisco de Assis encontrou Cristo num leproso que cruzou o seu caminho e que ele tomou em seus braços. Sabemos que mulheres piedosas, no norte da França, consagravam sua vida a banhar os leprosos, a ocupar-se deles. Em torno de cada leprosário vivia um grupo de cristãos exaltados pela compaixão”.

A Revolução Industrial, com suas fábricas insalubres reunindo centenas de operários, e o crescimento urbano dos centros manufatureiros, com seus cortiços e bairros proletários miseráveis, transformou a tuberculose em problema formidável de saúde pública. Os ricos europeus acometidos pelo bacilo de Koch corriam para as estâncias balneárias do Mediterrâneo ou para os sanatórios suíços em plena expansão. Na França, em 1880-1889, surgiu a primeira cidade-sanatório, Arcachon, paraíso de pinheiros, onde os doentes ficavam sob vigilância e cuidados de equipes médicas, em casas com desinfecção sistemática, projetadas especialmente como lugar clínico onde o bacilo dificilmente poderia se esconder.

O romance de Thomas Mann, *A Montanha Mágica*, descreve a vida dos pacientes da alta sociedade recebendo cuidados num luxuoso sanatório suíço. Emerge um estilo de vida cheio de satisfação e refinamento, no meio de “bons ares” e superalimentação. As visitas eram permitidas, o sanatório era uma microssociedade com seus próprios costumes e práticas de

sociabilidade. Alguns sanatórios alemães e franceses firmaram acordos com universidades para que os internos pudessem continuar seus estudos.

Mas os sanatórios não estavam ao alcance dos habitantes comuns, principalmente do proletariado, muito assolado pela tuberculose. Visto como um perigo público, o trabalhador “doente do peito” encontrava-se desamparado, sem socorro público. O doutor Albert Calmette iniciou, em Lille, no ano de 1891, o trabalho de ir aos domicílios dos tuberculosos, com pessoas do povo treinadas, para administrar-lhes socorro. Em Paris, Léonie Chaptal consagrou-se a tal tarefa e reuniu outras mulheres às quais ensinou enfermagem, engajando-as na luta antituberculosa, segundo o método de Calmette. Surgiu, então, a “Associação das Enfermeiras Visitantes da França”, as damas de azul que perseguiram o bacilo em cada centro popular (GUERRAND, 1991). As voluntárias de Léonie Chaptal terminaram incorporadas aos serviços públicos sanitários franceses durante os anos 1910 e 1920.

O mais fundamental, todavia, é que, a partir de 1930, na Europa e nos Estados Unidos criaram-se as associações de doentes tuberculosos, que passaram a apoiar os pacientes e seus familiares. Fenômeno semelhante ocorreu com a AIDS, a partir dos anos 1980. Os grupos de apoio aos doentes vocalizaram os pontos de vista dos aidéticos perante médicos, cientistas e políticos, influenciando tratamentos e políticas públicas (ADAM e HERZLICH, 2001).

No Brasil de vésperas da Proclamação da República, durante a epidemia de febre amarela em Campinas, cujo auge se estendeu de março a maio de 1889, ações de solidariedade à população afetada se fizeram presentes, em diversas formas. Uma das mais expressivas foi a campanha de donativos para os pobres e doentes liderada por jornais fluminenses. Além da arrecadação de recursos, formou-se também a Comissão da Imprensa Fluminense, reunindo estudantes e professores de medicina – chefiada pelo médico Clemente Ferreira –, com o objetivo de cuidar dos doentes. Esta comissão atuou no atendimento de enfermos na Santa Casa de Misericórdia de Campinas, no *Circolo Italiani Uniti*, na Sociedade Portuguesa de Beneficência, no Lazareto Guanabara e na improvisada enfermaria na Escola Municipal Correia de Melo (RIBEIRO, 1993).

Por ocasião da Gripe Espanhola, na cidade de São Paulo o Serviço Sanitário organizou uma rede de atendimento aos gripados, contando com a colaboração da Cruz Vermelha, do arcebispo de São Paulo, de médicos e de entidades civis e filantrópicas. Os jornais se uniram

nessa campanha, divulgando informações de prevenção, entre elas evitar aglomerações e adotar medidas de higiene. A população ajudou fazendo doações de dinheiro e alimentos (BERTUCCI, 2004).

A Covid-19 oportunizou mundo afora inúmeras iniciativas solidárias. Em cidades italianas, espanholas, francesas e estadunidenses, nos primeiros meses da pandemia, moradores aplaudiam de suas janelas e sacadas os profissionais na linha de frente do enfrentamento da doença. Na França, às 20 horas, os aplausos começavam. Os que trabalhavam durante o confinamento responderam: “não precisamos de aplausos, e sim de mais recursos, de mais pessoal, para que o sistema de saúde não seja cada vez pior”.

Na cidade de Porto Alegre, no sul do Brasil, coalizões de trabalhadores, jovens e organizações do movimento de mulheres negras como “Meninas Crespas”, “Alicerce” e “Akanni” distribuíram cestas básicas em bairros pobres, compradas com dinheiro de doações e com a arrecadação de alimentos não perecíveis. O “Coletivo Quilombelas”, um grupo de ativistas fundado por professoras negras da Restinga, um dos bairros mais pobres de Porto Alegre, expressou em sua campanha de financiamento coletivo preocupações com o risco desigual que ameaça os “de baixo”: “Eles planejam nos matar, nós planejamos não morrer.” O slogan, cunhado pela romancista negra Conceição Evaristo, teve origem em resposta aos comentários racistas de Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018.<sup>123</sup>

Em Belo Horizonte, surgiu o movimento “Favela contra o vírus”. As lideranças das comunidades faziam o mapeamento das famílias vulneráveis, repassavam as dicas de higienização e buscavam alimento para que as pessoas conseguissem atravessar o período de isolamento social sem passar fome. Foi criada também até uma forma de dar assistência afetiva e psicológica, a “Rede de Afeto”. Uma das ações em Minas foi coordenada pela Cufa-Minas (Central Única das Favelas). A meta era levar alimentos e artigos de higiene para cerca de três mil famílias em 150 favelas. Outro projeto foi o “Solidariedade Salva Vidas”, desenvolvido em parceria por “A Rebeldia”, “Raízes”, MST e Casa dos Jornalistas, arrecadando cestas básicas e produtos de limpeza e higiene para distribuir para duas mil famílias. Essa iniciativa inclui também mil livros na composição das cestas básicas, doados pela Livraria Quixote+DO.<sup>124</sup>

---

<sup>123</sup> Ver o artigo “Covid-19: o custo social do negacionismo de Bolsonaro e os desafios políticos do Brasil”, escrito por Jeffrey W. Rubin e Gana Ndiaye, publicado no *site Sul21*, em 12 mai. 2020.

<sup>124</sup> Ver reportagem de Márcia Maria Cruz, “Favela contra o vírus”, *Estado de Minas*, 10 abr. 2020.

Em nível mais prosaico, o sociólogo Richard Sennett, referindo-se a Londres, observou que, “em meu edifício, criamos novas formas de comunicação entre os moradores porque não temos outra maneira de fazer isso através de nenhum órgão público. Nós tivemos de criar as conexões”.<sup>125</sup> E se disse impressionado com os vizinhos, que se organizaram e trouxeram alimentos para ele e sua esposa, bem como para outros moradores. Uma gentileza que deu a Sennett esperança. A imprensa noticiou ações semelhantes em diversas grandes cidades mundo afora.

O melhor e o pior de nós. Altruísmo e egoísmo. Solidariedade e indiferença. As grandes epidemias sempre combinaram estas distintas e opostas reações humanas. Será indicação de que há, de fato, uma natureza humana fixa, imutável, que só boas instituições podem aplacar e corrigir, como pensava Machiavel?

### **Pandemia e politização**

Na primeira onda da Peste Negra na Europa, surgiram as primeiras tentativas de criar redes de informantes para conseguir informações sobre o avanço da doença. Correspondências trocadas entre clérigos e entre mercadores serviram aos governos locais nesse propósito. Também mensageiros e observadores foram utilizados, municinando as cidades com dados sobre a epidemia. Por outro lado, simultaneamente cresceu o obscurantismo e a manipulação das informações, bem como tentativas de evitar que notícias sobre lugares afetados se espalhassem, por razões políticas ou mercantis.

Dessa época datam teorias errôneas – melhor chamá-las de conspiratórias – que guardam assombrosa semelhança com a atualidade, cujas consequências foram nefastas. Uma delas é a de que a peste teria sido fabricada de forma deliberada por inimigos da Cristandade. Isso alimentou o ódio contra os possíveis culpados, acusados de envenenar os poços d’água. Os alvos preferidos foram judeus e leprosos, perseguidos e assassinados em muitas cidades europeias, de Barcelona a Estrasburgo. Se a epidemia era castigo divino, a busca pelo perdão dos pecados intensificou a perseguição das minorias pelos cristãos.

Nos séculos XII e XIII, frades mendicantes, como franciscanos e dominicanos, difundiram o antijudaísmo na Europa. Com base nos livros sagrados dos hebreus e dos cristãos, defenderam que o judaísmo era doutrina herética e que os judeus eram

---

<sup>125</sup> Entrevista de Richard Sennett a Carmen Pérez-Lanzac, publicada no *El País*, em 13 jun. 2020.

pecaminosos, detestáveis e perigosos (COHEN, 1982). Os judeus faziam assassinatos rituais de cristãos, profanação de hóstias e de objetos sagrados, bem como complôs para destruir os cristãos. Seriam, portanto, “ícones do mal”. Reunidos com leprosos e muçulmanos, os judeus desejariam eliminar os cristãos, por meio de venenos e feitiçarias. No imaginário cristão medieval, os judeus eram agentes demoníacos e personificação do mal.

Segundo Jean Delumeau (1923-2020), o discurso eclesiástico incentivava os cristãos a “desmascarar Satã e seus agentes e lutar contra o pecado” (1989, p. 32), que eram as causas dos infortúnios terrenos. Assim, a partir de 1349, multiplicaram-se as notícias de que o ar estava empestado porque os judeus envenenaram fontes d’água. Logo, eles – pecadores e envenenadores de poços – tinham que ser atacados. Em maio de 1348, o ataque à judiaria de Barcelona incendiou casas, destruiu documentos relativos aos empréstimos e matou vinte pessoas. Na cidade francesa de Estrasburgo, as crônicas lançam a cifra de dois mil judeus queimados em 1349. Na Alemanha, as cidades de Mogúncia, Worms e Colônia presenciaram a morte de milhares de judeus. Perseguidos indiscriminadamente – incluindo mulheres, idosos e crianças –, judeus foram mortos a fio de espada, queimados ou convertidos à força. À medida que a pestilência fazia mais vítimas, mais judeus foram penalizados.

Em maio de 2020, o clérigo paquistanês Maulana Tariq Jameel apregoou que a pandemia seria a prova da ira de Deus contra as “filhas da nação”, contra “a nudez e a obscenidade”, um castigo para os comportamentos das mulheres impudicas, especialmente as jovens que dançam com saias curtas. Misoginia inacreditável. Nefasta, mas reveladora de que ideologias de gênero produzem efeito na forma como as sociedades experimentam epidemias. Outro sinal disso pôde ser visto nos Estados Unidos, onde um homem disse à jornalista Brie Anna Frank que jamais usaria máscara porque “é colocar uma mordança, mostrar fraqueza, especialmente para os homens”. Fala indicadora de que, para muitos homens republicanos *red necks*, as máscaras recomendadas pelos epidemiologistas parecem trazer à tona o medo da castração.<sup>126</sup>

A religião operou muitas vezes a produção de “bodes expiatórios” frente às epidemias. Mas também as rivalidades geopolíticas geraram frequentemente visões distorcidas das

---

<sup>126</sup> Há tempos sabemos que representações e ideologias de gênero podem afetar a saúde, bem como interferir nas campanhas oficiais de saúde pública. Enquanto as mulheres se mostram mais propensas a realizar periódicos acompanhamentos de saúde, os homens mostram-se mais resistentes, frequentemente resistindo a irem às unidades de saúde e fazer exames e *check-ups*.

doenças infectocontagiosas. A peste teria favorecido os portugueses em detrimento dos espanhóis, na narrativa de Fernão Lopes, *A Crônica de D. João I*, na qual é relatado o cerco de Lisboa. A peste grassara entre as tropas castelhanas, mas nem um único português contraíra a doença, sinal de que as forças divinas estavam do lado dos compatriotas de Fernão Lopes. O cronista escreveu:

Começou de se atear a pestelença tão bravamente em eles, assim per mar como per terra, que dia havia hi que morriam cento, e cento e cinquenta, e duzentos [...]. E era gram maravilha, per juízo a nós não conhecido, que em fervor de tamanha pestelença nenhum dos fidalgos portugueses que hi andavam, ou prisioneiros ou de outra qualquer guisa, que nenhum não morrese de trama nem era tocado de tal dor.

A politização da peste, em decorrência da religião ou da política, não é coisa que ficou contida no passado remoto. Ao contrário, atualmente se vê, com a Covid-19, grupos religiosos diversos negando a própria ameaça da pandemia ou resistindo às medidas sanitárias adotadas pelos governos. Na Coreia do Sul, por exemplo, o pastor Lee Man-hee, líder da igreja Shincheonji, acredita ser imortal e o Messias reencarnado, o único capaz de interpretar o livro do Apocalipse. Afirma que, no Dia do Juízo Final, levará consigo 114 mil pessoas ao céu. Lee está sendo investigado pelas autoridades sul-coreanas, pois dados do governo apontaram que cerca de 73% dos casos de Covid-19 no país estão relacionados com a sua igreja, que realizou cultos com milhares de pessoas mesmo com o início da epidemia.<sup>127</sup> Na região de Nova Deli (Índia), as autoridades moveram ação judicial contra o movimento missionário islâmico sunita Tablighi Jamaat, que realiza encontros e peregrinações gigantescos ao redor da mesquita de Markaz. Segundo as autoridades, no começo de abril, um terço dos casos de Covid-19 no país estava relacionado aos eventos da Jamaat.<sup>128</sup>

Por sua vez, em Israel, o governo determinou o bloqueio de Bnei Brak porque se trata da cidade de mais alta taxa de contaminação pelo SARS-CoV-2, cerca de 40% da população de 200 mil pessoas. Tida como a “Capital do Coronavírus” de Israel, Bnei Brak fica próxima de Tel Aviv. É uma cidade de judeus ultraortodoxos. As famílias têm numerosos filhos e vivem em bairros lotados. É a décima cidade mais densamente povoada do mundo, o que é

---

<sup>127</sup> Ver “O fundamentalismo cristão frente à pandemia de covid-19”, 19 mai. 2020, por Afonso Rangel Luz e Pedro Henrique Garcia Ayrolla Molina Simon, <https://www.justificando.com/2020/05/19/o-fundamentalismo-cristao-frente-a-pandemia-de-covid-19/>.

<sup>128</sup> Ver reportagem de Mónica Montero, “Quando o vírus é uma questão de fé”, *El País Brasil*, 10 jun. 2020. [https://brasil.elpais.com/brasil/2020/05/29/eps/1590753016\\_340384.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2020/05/29/eps/1590753016_340384.html).

um fator de expansão do vírus. Os seguidores dessa vertente do judaísmo vivem em uma bolha. Recebem poucas informações do “mundo exterior” porque, por motivos religiosos, estão “desligados” da internet, jornais, TV e rádio. Os rabinos se recusaram a cumprir as determinações de “distanciamento social” emanadas do governo.<sup>129</sup> Na Eslováquia, a proibição pelo governo de eventos de massa causou atritos entre o primeiro-ministro e o metropolitano de Presov, Rastislav – chefe de uma igreja ortodoxa de poucos milhares de fiéis. O sacerdote anunciou que desobedeceria às normas impostas pelo governo de Bratislava, dizendo: “Estou decepcionado com suas regulamentações. A Igreja existe para ajudar as pessoas”. O primeiro-ministro respondeu: se o bispo violar as ordens, será punido.<sup>130</sup>

Edir Macedo, fundador e líder da Igreja Universal do Reino de Deus, minimizou a pandemia, dizendo que o coronavírus era uma “tática” do diabo: “Porque essa é a tática, ou mais uma tática, de Satanás. Satanás trabalha com o medo, o pavor. Trabalha com a dúvida. E quando as pessoas ficam apavoradas, com medo, em dúvida, as pessoas ficam fracas, débeis e suscetíveis. Qualquer ventinho que tiver é uma pneumonia para elas”.<sup>131</sup> No Instagram, ele pediu aos seus fiéis que não lessem notícias sobre o assunto, escrevendo: “Coronafé x Coronadúvida. Não atentando nós nas coisas que se veem, mas nas que se não veem; porque as que se veem são temporais, e as que se não veem são eternas. 2Coríntios4.18”. No Rio de Janeiro, o pastor Silas Malafaia, em vídeo publicado em seu canal do YouTube, no dia 23 de março de 2020, publicou vídeo intitulado “Coronavírus! Querem fechar as igrejas que sou pastor? Recorram à justiça!”. Nesse vídeo, o pastor afirmou que não fecharia suas igrejas, justificando-se: “a igreja nessa hora é uma agência de saúde emocional tão importante quanto os hospitais”. A justiça, no entanto, obrigou o pastor a retroceder. Mais curioso, resvalando ao anedótico, foi o vídeo que circulou na internet no qual o pastor Valdemiro Santiago, líder da Igreja Mundial do Poder de Deus, oferecia sementes de feijões pelo valor de R\$ 1.000,00 (mil reais): as “sementes abençoadas” seriam uma forma de cura para a Covid-19. O Ministério Público determinou investigação policial e a retirada do vídeo da internet.

---

<sup>129</sup> Ver <https://bemblogado.com.br/site/religiao-torna-cidade-ultraortodoxa-centro-da-covid-19-em-israel-com-40-da-populacao-infectada/>.

<sup>130</sup> Ver nota 113.

<sup>131</sup> Ver matéria de Mônica Bergamo, *Folha de São Paulo*, 15 mar. 2020.

É bom lembrar que o charlatanismo durante as epidemias e pandemias não é novidade. Na epidemia de febre amarela no Brasil dos anos 1849-50, o assunto apareceu em sessão do Senado, realizada no Palácio dos Arcos. Em pronunciamento de abril de 1850, o senador e ex-ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos (representante de Minas Gerais) defendeu que o Governo imperial parasse de gastar tanto dinheiro com médicos e enfermarias e deixasse os doentes livres para buscar os tratamentos que bem entendessem. Suas palavras foram:

Penso que, em um país livre como o nosso, não é até airoso ao legislador dar médico aos doentes. Quero ter a liberdade em minhas enfermidades de chamar a pessoa que julgar habilitada para curar-me, seja ela filha das escolas de medicina do Brasil, seja de nenhuma escola. (...) Entendo, pois, que, se o Governo for um tanto frouxo em coibir a liberdade do cidadão a esse respeito, fará um serviço à saúde. Ao menos por mim, peço que me deixem curar com charlatães quando entender que me podem servir melhor do que os senhores doutores.<sup>132</sup>

O liberalismo cabotino do senador mineiro recebeu resposta do senador Cruz Jobim (representante do Espírito Santo), pedindo ao Governo rigor contra as pessoas que se aproveitavam da epidemia para lucrar desonestamente. As palavras do capixaba foram:

O povo se lança nas mãos do charlatanismo e recorre a jeropigas [bebidas à base de aguardente] perigosas que nos vêm do estrangeiro em quantidade enorme. Velhacos estrangeiros e médicos que parecem ignorar completamente a matéria médica abusam da credulidade, da ignorância do nosso povo, com promessas pomposas e enganadoras, ocasionado a desgraça das famílias e muitas vezes a morte. O Governo parece que gosta disso, porque aumenta muito as rendas da alfândega, e os que vendem tais drogas nos armazéns pedem por elas um despropósito. A arte farmacêutica é uma arte muito importante, muito útil. Matá-la desse modo é um crime.

Não apenas pessoas religiosas, principalmente muitos adeptos de denominações pentecostais e neopentecostais, negaram, minimizaram ou espalharam notícias falsas sobre a Covid-19. Gente conservadora, políticos e seus seguidores ligados a grupos de direita e extrema-direita, em várias partes do mundo, fizeram o mesmo. Em 31 de janeiro de 2020, Elon Musk – CEO e fundador da SpaceX – comparou a Covid-19 ao resfriado comum e chamou de “burro” o pânico da pandemia, conforme matéria publicada pelo jornal *The*

---

<sup>132</sup> Ver nota 102. Bernardo Pereira de Vasconcellos, no mesmo pronunciamento, negara que a febre amarela chegara ao Brasil e criticara “tanto escarcéu que o governo havia feito” na criação dos lazaretos. Apenas duas semanas depois, ele morreu por causa da febre amarela.

*Guardian*, em 19 de maio de 2020. Além disso, Musk promoveu artigos que sugeriam que as empresas de saúde estavam inflando números de casos por razões financeiras e retweetou um vídeo pedindo o fim imediato das restrições de distanciamento social. Em 22 de março de 2020, o autointitulado filósofo e guru do Governo Bolsonaro, Olavo de Carvalho, afirmou que a pandemia seria “uma invenção, (...) a mais vasta manipulação de opinião pública que já aconteceu na história humana”. Em 12 de maio, voltou à carga: a pandemia seria uma “historinha de terror” criada para “acovardar a população”, desdenhando as medidas restritivas tomadas no Brasil.<sup>133</sup>

A IFCN (Rede Internacional de Verificação de Fatos), que reúne 88 organizações de checagem de notícias de 47 países, teve dor de cabeça com a quantidade de notícias falsas, erradas, manipuladas ou incompletas que foram divulgadas no Facebook, Google, Twitter, YouTube, WhatsApp e Instagram.

A primeira *fake news* capturada por checadores belgas, no mês de janeiro, dizia que o novo coronavírus difundia-se por meio das redes 5G de telefonia móvel. Em 30 de janeiro, a mentira circulava na Alemanha, e na Croácia no dia seguinte. Duas semanas depois, circulava na Lituânia. Em meados de abril, a mentira correu o Reino Unido. Lá, conforme a reportagem de Consuelo Dieguez,

apavorados, ingleses de várias localidades incendiaram torres de sinal de telefone para evitar a propagação do vírus. As companhias telefônicas tiveram que fazer um apelo à população para que não destruísse as torres e cabos de fibra óptica, pois o país ficaria sem conexão – justamente em um momento em que a comunicação online é vital, dado o isolamento social.<sup>134</sup>

Na internet circularam notícias de que aviões chineses aspergiram os vírus na atmosfera dos países ocidentais ou que, propositalmente, os chineses contaminaram com os espirros de trabalhadores infectados produtos vendidos ao exterior, notícias muito compartilhadas nos Estados Unidos. Circularam vídeos falsos mostrando chineses, disfarçados de turistas, contaminando botões de elevadores em prédios de cidades ocidentais. Apareceram notícias segundo as quais cientistas haviam sugerido que os chineses infectados, bem como seus bichos de estimação, fossem mortos para controlar a pandemia.

<sup>133</sup> Conforme nota divulgada por Vera Magalhães e Maecelo Morais na coluna BR Político, jornal *Estado de São Paulo*, em 12 mai. 2020.

<sup>134</sup> Consuelo Dieguez, “Caçadores de mentiras”, *Revista Piauí*, edição 165, junho de 2020.

Na intelectualizada cidade inglesa de Oxford, passageiros de um ônibus deixaram o veículo às pressas depois do embarque de um grupo de asiáticos. Em São Paulo, vários prédios na avenida Luís Carlos Berrini segregaram chineses em elevadores separados. Se dependesse das *fake news*, os chineses seriam os bodes expiatórios da pandemia corrente, como os judeus e os leprosos foram na Peste Negra de 1348-1350.

A campanha difamatória contra os chineses, endossada por autoridades de países como Brasil e Estados Unidos, poupou os muçulmanos e os negros. Conforme Dieguez, sem que se conheça a origem das mensagens e sua intenção,

As redes em vários países propagaram informações de que os muçulmanos estavam imunes ao vírus. De uma hora para outra, vídeos de pessoas se convertendo ao Islã começaram a ser compartilhados aos milhares. Eram todos antigos e fora de contexto, como constatou a aliança da IFCN. Outras teorias supremacistas asseguravam que os negros estavam protegidos contra a Covid-19, pois tinham um sangue “mais forte”.<sup>135</sup>

Também há uma miríade de receitas para prevenção e cura da Covid-19 rodando a internet. Em Taiwan, inalação de óleo de gergelim e ingestão de chá quente, que mataria o vírus inalado até três dias antes. Na Índia, a receita é beber urina de vaca. Na Turquia, espalhou-se a notícia de que o licor de *raki*, bebida nacional dos turcos, era o remédio certo, tanto que se sugeria aumentar a sua produção, por indicação da OMS. Na República Tcheca, a crença no poder curativo do alho viralizou. Nas infovias mundo afora, vinho, água quente com limão e gargarejo com água e sal também adquiriram elevado *status* na lista de armas certas contra a doença. Entre os iranianos, circulou a notícia de que beber álcool puro matava o vírus. Resultado: 44 pessoas morreram por causa disso, e o país não escapou de ser muito afetado pela pandemia. Na Espanha, uma série de graves intoxicações ocorreu porque pessoas tomaram alvejante à base de dióxido de cloro como antídoto para o SARS-CoV-2.

Nos Estados Unidos, informações falsas e enganosas do presidente Trump foram ampliadas por uma rede de comentaristas nas mídias sociais e na Fox News, atrasando a resposta pública no país, informou a *Columbia Journalism Review*, uma das mais respeitadas revistas de jornalismo do mundo, publicada desde 1961.<sup>136</sup> No Brasil, o presidente Jair

---

<sup>135</sup> Ver nota anterior. No caso dos negros, a mentira fica evidente quando se verificam as estatísticas de mortos pela Covid-19 em países como Estados Unidos e Brasil.

<sup>136</sup> Ver <https://www.cjr.org/analysis/coronavirus-press-freedom-crackdown.php>.

Bolsonaro, em pronunciamento em rede nacional de televisão no dia 19 de março, tratou a pandemia como “uma gripezinha”. Em outras ocasiões, classificou como ardil esquerdista a atenção dada pela imprensa à doença, pois estaria capturada pelo “marxismo cultural”. Esses marechais da ignorância e ignomínia encontraram, no novo ambiente comunicacional (com as redes sociais e as bolhas impenetráveis que elas geram), mecanismos para ampliar o alcance de suas opiniões.

Justamente nisto reside a principal diferença entre a desinformação do passado e de hoje. Os que espalharam teorias e informações falsas sobre as epidemias antigas fizeram-no em contato direto com as pessoas, nas pregações, nas tribunas, nos ajuntamentos de multidões. Hoje, o ambiente para difundir as notícias falsas e mobilizar seguidores é o mundo virtual, a blogosfera, as redes sociais, prescindindo-se do contato físico ou da proximidade entre emissor e receptor das *fake news*. E a eficiência na difusão das mensagens é infinitamente maior.

A politização da pandemia conta ainda a seu favor com outra permanência histórica: em toda parte, inclusive nos países desenvolvidos e nos maiores centros urbanos, segue existindo uma multidão imensa de pessoas que tem que se matar de trabalhar, raramente pode abrir um jornal, uma revista ou um livro, deixou a escola ainda adolescente e, inevitavelmente, precisa de respostas. A internet está repleta de respostas “simples e diretas”, apresentadas com a necessária força de convicção. Não reina mais o analfabetismo que grassava nos povos do passado; porém, as multidões de hoje não têm a formação que gostaríamos que tivessem. O senso comum continua sendo, em tantos aspectos, pouco esclarecido e refinado.

### **Os espaços rurais e os “municípios da esperança”**

O governo do México, que subestimou a ameaça da Covid-19 e reagiu lerdo e atabalhado ao avanço da pandemia no país, publicou uma lista de lugares onde não havia registros da doença. Comemoração apressada, uma vez que não demorou o vírus se espalhar no interior mexicano, exatamente como aconteceu no Brasil. A publicação governamental falava em “municípios da esperança”, despertando a atenção da opinião pública para estes oásis bucólicos e seguros. Referindo-se à França, o cientista social El Yamine Soum afirmou:

“Há um movimento de pessoas indo morar em cidades menores, mas não sabemos se é um fenômeno ligado ao fim do confinamento ou se isso vai durar”.<sup>137</sup>

Em várias partes do Ocidente, durante a pandemia verificou-se crescimento na venda de casas, de chácaras e de sítios em espaços rurais, enquanto notava-se, em direção oposta, queda na procura por apartamentos.<sup>138</sup> A respeito, o presidente Mickael Malka da inGaia – uma plataforma que atende cerca de 7.200 imobiliárias brasileiras – disse: “As pessoas perceberam que podem trabalhar longos períodos em *home office* e, talvez, passem a procurar lugares não só para morar, mas para viver”. E assinalou que essa busca não é só entre brasileiros, pois algo parecido tem sido notado nos Estados Unidos e na França, dois dos mercados analisados por Malka. “Em Paris, onde há poucos terraços, notamos um aumento de até 30% nos valores desses locais”.

Nas redes sociais, no decorrer do choque sanitário, podia-se encontrar quantidade imensa de manifestações exaltando as vantagens do campo e das pequenas cidades, o desejo de viver de modo mais simples e em contato mais direto com a natureza. Havia uma espécie de rousseunismo *high tech*, otimista, intimista, espontâneo. Tanta gente apostando que, depois do confinamento, nossa subjetividade mudará na direção de maior cordialidade, cooperação, empatia e sensibilidade. Tanta gente desejosa de falar espontaneamente com estranhos nas ruas ou nos botequins. De andar lentamente e comer devagar, de não se sentir tragada no “mecanismo social-tecnológico” da metrópole, conforme a expressão de George Simmel (1858-1918) no ensaio de 1903, *A metrópole e a vida do espírito*. Tanta gente motivada pelo repúdio à existência urbana marcada pelo “transitório, passageiro, contingente”, como dissera Baudelaire em *O pintor da vida moderna*. Talvez demasiadamente iludida pelo contraste simplificado entre virtude da aldeia e vício da cidade.

É uma espécie de *revival* de Ferdinand Tönnies (1855-1936) e de sua distinção entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, entre “comunidade” e “sociedade”. Na formulação clássica de Tönnies, a “comunidade” é o espaço social dos encontros pessoalizados de face a face, das relações de vizinhança, no qual as pessoas vivem emocionalmente, animadas por um impulso sociável de “concordia”. Já a “sociedade” é o lugar mais amplo dos acertos impessoais e

<sup>137</sup> Ver entrevista de El Yamine Soum a Pedro Chadarevian, publicada em 09 jun. 2020 em *Carta Maior*. <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/-O-mundo-pos-coronavirus-este-e-o-momento-de-produzirmos-mais-solidariedade-e-nao-mais-armas-/52/4773>.

<sup>138</sup> Ver matéria de Afonso Benites, “Busca por ‘ar livre e uma graminha’ provoca fuga rural durante a pandemia”, publicada na edição de 25 jul. 2020, em *El País Brasil*.

instrumentais, do vínculo político contratual. A “comunidade” é espaço feminino, que o sociólogo alemão associou à trinca *Kinder, Küche e Kirche* (crianças, cozinha e igreja). A “sociedade” é espaço masculino e do mundo do trabalho capitalista. A “comunidade” seria uma ilha tropical cercada pelo mar gelado da “sociedade”.

É comprida a tradição da fuga da metrópole (selva de pedra? floresta de cimento?). Remonta a Virgílio (70-19 a. C.), cuja visão pastoral pintava a paz que o mundo natural pode proporcionar às pessoas cansadas da atribulada vida urbana. Passa por Thomas Hobbes (1588-1679), que celebrava o desejo de “concordia” que notara nas crianças da aristocrática família Cavendish, a “união” que exibiam na vasta propriedade rural onde passavam parte do ano, sentindo prazer na companhia uns dos outros a despeito de ocasionais brigas e discussões. É alimentada, claro, por Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), para quem, conforme o clichê, o homem é naturalmente bom, a sociedade que o corrompe. Chega ao pensador Henry Thoreau (1817-1862), que se isolou nos bosques da região de Walden Pond, em Massachusetts, e ao poeta Rainer Marie Rilke (1875-1926). E alcança, na sombria Alemanha dos anos 1930, o atormentado Heidegger (1889-1976), que fugiu da cidade de Freiburg em busca da solidão na Floresta Negra para filosofar e preservar-se daqueles que reprimira ou demitira da universidade ao aderir aos nazistas.

Raymond Williams (1921-1988), focando estudo de ideologia na Inglaterra, traçou as linhas gerais e a evolução das representações campestres entre escritores e poetas. Encontrou o campo e o passado representados como espaços edênicos, mas uma espécie deslizante de “jardim das delícias”, fugidio, *locus amoenus* que se afastava cada vez mais do presente. Uma idealização que caminhava para trás, em busca talvez do bucolismo helenista ou até antes. No Renascimento, a vida campestre foi concebida pelos escritores e poetas como refúgio (das guerras e das pestes) e como abundância (proporcionada pelos senhores feudais), principalmente como alternativa à ambição que dominava os ambientes urbano-mercantis. Nos séculos seguintes, Williams (1989) observou que a tendência dominante nas representações da velha Inglaterra campestre foi a de exaltar o caráter empreendedor do homem sobre o campo, capaz de transformá-lo em espaço de produção de riqueza. O agricultor, de forte compleição física e costumes simples, é um digno agente civilizador.

Entre o fim do século XVIII e início do século XX, as representações do campo sofreram nova inflexão, em contraste com a homogeneidade mórbida dos habitantes das

grandes cidades industriais. Os romances colocam em cena o “amante camponês e rude” e as “paixões profundas da vida telúrica”. A terra é vista como seio materno e a lida do campo como metáfora rural-sexual. A vida campestre estaria assentada numa base emocional mais inteira e saudável, vinculada à peculiar distribuição temporal do dia, da semana, do ano e da existência. Williams também percebeu e analisou as representações do antibucolismo, denunciadoras das transformações do espaço rural e da pauperização do camponês, mas não foram elas que alcançaram maior sucesso de público.

No Brasil, as popularíssimas músicas sertanejas “de raiz” e “universitária” têm inúmeras canções que exaltam as virtudes do campo, a simplicidade feliz do viver na roça. Vejamos apenas um exemplo, transcrevendo a letra da música “Vivendo Aqui no Mato” (2017), composta por Irineu Vaccari e José Netto para o Trio Parada Dura:

Não troco o seu despertador/ Pelo cantar do galo/ Não troco seu carro bonito/  
Pelo meu cavalo/ Não troco seu ar poluído/ Pelo pó da estrada/ Aqui não tem  
trânsito/ Só tem boiada/ Nosso céu é limpo/ E a noite, enluarada// Aqui, o nosso  
alimento/ É a gente que faz/ Plantamos de tudo pro gasto/ E um pouco mais// E  
se vier fazer visita/ Aí que a gente gosta/ Moda de viola, uma boa prosa/ Em volta  
da fogueira/ Então, a gente mostra/ O meu amanhecer tem o cantar do galo/ O  
cheiro do mato com gota de orvalho/ E é tão gostoso beber um café/ Olhando o sol  
nascer// pego meu cavalo e saio pelo pasto/ Toco meu berrante apartando o gado/  
Sei que sou caipira, mas vivo melhor/ Morando aqui no mato.

Ora, a pandemia de hoje parece reagir com esta tradição, transmitindo-lhe renovado vigor, abrindo-lhe nova oportunidade de ganhar corações e mentes. Portanto, de orientar a resposta de muitos cidadãos ao gigantismo dos problemas e disfuncionalidades de metrópoles e megalópoles. O aforismo de Nietzsche (1844-1900), em *O Crepúsculo dos Ídolos*, talvez valha mais para certos urbanitas do que para os historiadores: “Caranguejo se torna quem busca as origens. O historiador olha para trás; acaba por crer também para trás”.

A Covid-19 está a impulsionar fenômeno que se observa há décadas, intensificado a partir dos anos 1990. Em nossa época enfatiada, pessoas acorrem em número crescente para áreas rurais com vontade de construir seu recanto – sua casa, seu quintal, seu jardim, sua vizinhança – de acordo com a maneira como quer viver. Fazem isso na expectativa de usufruir de experiências harmoniosas em ritmo mais lento, longe dos estresses das metrópoles. Na esperança quem sabe de desmentir Immanuel Kant (1724-1804) que

observou, na obra *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784): “do madeiro torto da humanidade nunca se fez coisa reta”.

Não é de agora que a procura de urbanitas por espaços rurais cresce em todo mundo, expressando-se na expansão do chamado turismo rural e também na multiplicação de residências no campo. Estas demandas originam mudanças significativas nas paisagens rurais decorrentes do atendimento das necessidades específicas destas pessoas. Espalha-se pelos espaços rurais a lógica urbanística de produtos e serviços diferenciados a serem ofertados aos novos frequentadores do campo, que se traduz, sobretudo, no âmbito do comércio, dos serviços e da infraestrutura. Aprofunda-se a transformação das paisagens da “roça” porque o tecido urbano prolifera no interior e nas vizinhanças dos povoados e vilas rurais, estendendo-se e corroendo os resíduos de vida agrária tradicional. Não se trata simplesmente da reprodução em outro lugar da forma urbana, mas do gradual predomínio de muitas dimensões da vida na cidade sobre o campo. Como assinalou Henri Lefebvre (1901-1991), uma segunda residência, uma rodovia e um supermercado em pleno campo carregam para lá o tecido urbano (LEFEBVRE, 1999, p. 17).

Aos poucos, o que vai restando é apenas a idealização quase romântica de camponeses vivendo arcaicamente nos espaços rurais. Permanecem, mas como um totem esvaziado do seu significado original, as contiguidades – no sentido de proximidade física e afetiva entre vizinhos, entre local de residência e local de trabalho –, o baixo nível de densidade populacional e características mais naturais nos assentamentos em relação ao urbano típico, isto é, metropolitano. A própria terra como um fator primordial da vida local, sujeita a múltiplos usos que lhe conferem condições diversas (terra de família, terra coletiva, terra de santo, etc.), adquire feição cada vez mais abstrata e mercantil – passa a ser medida em metros quadrados e precificada em moeda nacional. Por outro lado, como notou L. Silva (2012), cresce o consumo de bens e serviços, enquanto a produção agrária propriamente local se retrai ou é direcionada a nichos determinados (alimentos e artesanato típicos).

Quais os efeitos deste fenômeno sobre a “criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa” (MARQUES, 2002, p. 109)? Algo que já está bem visível é o fato de que, nos espaços que rodeiam as cidades grandes e as metrópoles, conforme José Graziano da Silva (2001, p. 44),

as novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda no meio rural brasileiro têm origem urbana, ou seja, são impulsionadas por demandas não agrícolas das populações urbanas, como é o caso das dinâmicas imobiliárias por residências no campo e dos serviços ligados ao lazer (turismo rural, preservação ambiental, etc.).

Vale para o Brasil e para tantos outros países do mundo, o que se observa em Portugal e Espanha, cujo interior tem sido invadido por pessoas que lá se fixam parte do ano, mantendo movimentos pendulares entre as metrópoles mundiais e a “pacata” aldeia. Nas palavras de Cristóvão e Pereiro (2012, p. 3):

Os tradicionalmente denominados espaços rurais estão-se a redefinir em todo o mundo [...] e de forma particular na Península Ibérica [...]. Os denominados novos camponeses, neorrurais e rurbanos adquiriram bastante protagonismo na redefinição dos velhos espaços rurais.

Os neorrurais migram temporária ou definitivamente das cidades para o campo em busca de “um pacote emocional que proporciona ‘tradição’, ‘autenticidade’, ‘naturalidade’ e ‘alterotropia’. Todos eles (...) valores considerados perdidos nos meios urbanos” (PEREIRO, 2018, p. 61). A respeito das motivações das novas migrações cidade-campo, Cristóvão e Pereiro (2012, p. 3) afirmam:

Entre os processos ideológicos [...], destacamos o pastoralismo [...], o naturalismo, a patrimonialização, o ambientalismo (reservas naturais, parques, etc.), o ecologismo e outros movimentos sociais alternativos (por exemplo, o decrescimento, o turismo responsável, a soberania alimentar, a permacultura, as redes alimentares cívicas). Estes processos ideológicos não estão isentos de uma certa idealização e romantismo, que mitificam um passado rural, imaginado sem a dureza e dificuldade das suas culturas de trabalho.

Quem são estes neorrurais? A resposta, convém reiterar, é: são pessoas e famílias que emigram dos espaços urbanos para o espaço rural para fazer do campo suas moradas e estação de trabalho. Para João Paulo Castro Pinto (2015), “os novos rurais apresentam inúmeras valências e competências, uma vez que transportam experiências, mais instrução formal e uma maior sensibilidade para as questões sociais e ambientais” (PINTO, 2015, p. 46). Duarte Leal (2014, p. 1) acrescenta: os neorrurais são profundamente “associados a novos estilos de vida e a anseios simbólicos por comunidade, contato com a natureza e

práticas de consumo mais responsáveis – configurando um espectro de propostas diversas, mais ou menos arrojadas, para o aprofundamento da sustentabilidade”.

Segundo a antropóloga Maria José Carneiro (2012), os neorrurais podem ser classificados em três categorias: “extrativistas”, “comerciantes” e “ambientalistas”. Os “extrativistas” são sujeitos atraídos pelos atributos do lugar e da natureza, com alto poder econômico que constroem grandes casas de veraneio, nas quais até podem vir a residir fixamente, mas que não têm interesse em desenvolver atividades no local (seja na agricultura ou no entretenimento), e não costumam ter relações próximas com a comunidade. Em geral, são pessoas que passam poucos dias no campo, que já chegam ao local com mantimentos suficientes para o período de veraneio e não fomentam a economia local diretamente. Portanto, são pessoas somente interessadas na recreação e na paisagem bucólica e pitoresca. Os “comerciantes”, por sua vez, são pessoas com visão empreendedora que se tornam importantes na movimentação da economia local: por conhecerem o lugar muito bem, sabem antever as necessidades futuras e realizam investimentos, desde padarias, mercados até pousadas de luxo com estética rústica. Esses investimentos na economia local exploram oportunidades produtivas normalmente relacionadas aos valores e práticas tradicionais, porém com o foco no retorno financeiro.

Os “ambientalistas” estão mais preocupados em não danificar a paisagem cultural local, muitas vezes possuem vocação para o trato com a terra e a produção agrícola, introduzem novos hábitos e formas de habitar e demonstram interesse pelas tradições do lugar, pela sobrevivência das práticas e dos valores que caracterizam as gentes “nativas”. Participam ativamente da comunidade e buscam relação estreita com o ambiente. No entanto, frequentemente possuem objetivos de extração local, em interesse e proveito próprio, com base, por exemplo, na pequena produção agrícola orgânica ou no artesanato.

Os tipos neorrurais, nos casos concretos, são mais complicados um pouco, combinam de formas diversas os elementos presentes na classificação de Maria José Carneiro. No entanto, não há dúvida de que todos compartilham determinadas atitudes e disposições adquiridas na vida urbana pregressa. Não se vive impunemente nas metrópoles, imerso em tantos estímulos, movimentos, mudanças e significados subjetivos. As gigantescas babéis urbanas e suas multidões produzem reações de defesa nos indivíduos, que Simmel tomou como o lado sombrio das calçadas, antissocial. O urbanita desenvolve uma máscara que lhe

permite suportar as sensações de compressão, frieza, indiferença e mesmo de opressão que lhe impingem as multidões. É o comportamento *blasé*: “ficar na sua, manter distância, não reagir visivelmente a estímulos dolorosos” (SENNETT, 2018, p. 70). A impessoalidade pode proteger o *self*, escreveu Simmel em *A Metrópole e a Vida Mental*.

Simmel temia a intensidade da vida metropolitana e seus efeitos sobre as atitudes dos urbanitas. Conforme suas palavras, “o tipo de homem metropolitano (...) desenvolve um órgão que o protege das ameaçadoras correntes e das discrepâncias do ambiente externo (...). Ele reage com a cabeça, e não com o coração”. E acrescentou: “os problemas mais profundos da vida moderna decorrem do desejo do indivíduo de preservar a autonomia e a individualidade da sua vida diante (...) da cultura externa e da vida técnica”. Esta máscara protetora que recobre o urbanita é sólida e bem aderente: não se descarta facilmente. De modo que ela acompanha a maior parte dos neorrurais, não se coadunando com a sociabilidade típica dos lugarejos rurais. Torna-os, por conseguinte, forasteiros perenes nas comunidades rurais onde se fixam, sujeitos muitas vezes mal adaptados ao novo ambiente, reservados e casmurros.

Alguém consegue vislumbrar disposição real de se integrar na comunidade receptora no depoimento da escritora Carol Bensimon, que se mudou em 2018 para uma cabana no meio da floresta, em Mendocino, norte da Califórnia, um lugar com mil habitantes? Suas razões foram expostas nos seguintes termos:

Quando decidi “fugir para as montanhas”, (...) o medo de uma pandemia não estava em minha lista de motivos. Escolhi esse lugar porque queria desacelerar a vida e ficar mais próxima da natureza. Agora me sinto grata por ter tomado essa decisão. A região de Mendocino é um lugar onde o distanciamento social sempre foi, em certo sentido, parte do cotidiano: a maioria das pessoas vive em propriedades rurais onde sequer se pode enxergar as casas dos vizinhos, o lazer não depende necessariamente de restaurantes, bares ou equipamentos culturais, e a densidade populacional é baixíssima, o que faz com que seja possível caminhar na costa ou na floresta sem que se veja um único ser humano. Nenhuma daquelas fotos de grandes cidades vazias devido à quarentena faria sentido aqui: o antes e o depois não apresentariam uma diferença tão dramática.<sup>139</sup>

Na América Latina, na África e em boa parte da Ásia, a vida rural tem no seu cerne forte tradição de alegria, convívio coletivo, barulho, danças, vínculos pessoais amplos e

---

<sup>139</sup> Ver texto de Carol Bensimon, intitulado “Uma cabana na floresta”, publicado na edição n. 163 da *Revista Piauí*, em abril de 2020.

transversais, tipicamente expressos nas festas de santos e nos mutirões - daí, a dificuldade de confinamento em tempos de pandemia nesses lugares ser ainda maior. Nas “roças”, a distinção entre “esfera pública” e “esfera privada” – se é que existe – é bem mais frouxa do que nas metrópoles. A vida subjetiva do homem e da mulher do campo no Sul Global não é ameaçada por “forças esmagadoras externas”; ao contrário, se nutre delas. “Vida interior” e “vida social” se mesclam o tempo inteiro; são, na verdade, praticamente a mesma coisa. Isto, definitivamente, não tem nada a ver com a Mendocino de Carol Bensimon.

Assombrados pelas “ameaças metropolitanas”, ciosos de sua individualidade, inadaptados aos ritmos e à sociabilidade das “roças”, apegados a muitos *gadgets* e hábitos urbanos, os neorrurais introduzem nas comunidades receptoras tensões sensíveis. A mentalidade urbana se choca com o *ethos* rural, o que é inevitável, mas pode ser tremendamente deletério para as comunidades rurais. Dependerá da velocidade, da quantidade e do modo como os neorrurais se apossam do campo.

O estudo de caso realizado por Yuri Gonçalves Pinto (2019) sobre o distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, pertencente ao município mineiro do Serro, situado no Espinhaço meridional, discutiu justamente os efeitos da presença de neorrurais naquela comunidade, analisando as transformações espaciais e nas formas de vida e cultura decorrentes das interações entre estes e os “nativos”. O pesquisador observou complexo jogo de assimilações, indiferenças e resistências entre esses agentes, enquanto modificações de monta ocorrem nas paisagens e mesmo nos usos do território.

Os neorrurais em São Gonçalo do Rio das Pedras, cujo número aumentou muito a partir de 2015, introduziram novas práticas econômicas, arquitetônicas e sociais, afetando a gestão do espaço local. No plano do abastecimento, o comércio abriu-se a leque diferenciado de produtos consumidos pelos adventícios, bem como alterou suas instalações e padrões de funcionamento. São Gonçalo se encheu de bares, restaurantes, mercados que replicam em escala menor o *layout* e o *modus operandi* dos cafés, bistrôs e supermercados das capitais. Surgiram muitas pousadas, tudo se amoldando às expectativas dos neorrurais e dos seus parentes e amigos, além, é claro, dos turistas que visitam o lugar. Negócios novos abertos por eles – fabricação de cosméticos, remédios fitoterápicos, conservas e doces, etc. – lançaram mão de antigas reputações locais: São Gonçalo possuía fama de ter bons raizeiros, benzedores e doceiros. Esses negócios chamaram a atenção de alguns “nativos”, que se

associaram de muitas maneiras aos novos moradores – como parceiros, sócios ou funcionários.

Na arquitetura, os neorrurais iniciaram a revalorização das técnicas vernaculares (adobe, uso de terra, argila, madeira e bambu como materiais construtivos) e das fachadas antigas. No plano agrícola, alguns “nativos” adotaram práticas alternativas propostas pelos neorrurais: compostagem de matéria orgânica substituindo a queima do lixo, criação de banco de sementes orgânicas, uso do “suco” de mandioca para controle de pragas, maior diversificação/consorciamento de plantios. No plano dos cuidados ambientais, a chegada dos neorrurais tornou mais visíveis a reutilização de água para rega (de jardins, hortas e pomares), as fossas ecológicas (fossas de bananeira e biodigestores caseiros) e os fogões foguetes (que necessitam de quantidade menor de lenha).

No plano cultural, os neorrurais ofertaram em São Gonçalo do Rio das Pedras grande quantidade de cursos, oficinas, palestras e eventos sobre temas diversos (astrologia, agroecologia, permacultura, terapias alternativas, etc.), os quais contaram com participação maior de turistas e pessoas de cidades vizinhas do que propriamente de moradores do distrito. São tantas as iniciativas no campo do esoterismo e da medicina alternativa que o distrito ganhou recentemente fama como “centro de cura”. Antigos moradores, que insistem em pensar o lugar como terra de garimpeiros, tropeiros e roceiros, rejeitam essa alcunha, embora reconheçam que ela atrai maior número de visitantes. Os neorrurais recuperaram a Folia de Reis, que praticamente desaparecera no lugar fazia anos. Inseriram-se na festa tocando instrumentos e engrossando o cortejo, enquanto introduziram adaptações (retirada dos aparatos e vestuários oficiais católicos, redução dos personagens típicos da folia). Por isso, número significativo de “nativos” não reconhece a festa e fecha suas casas à comitiva da folia. Muitos “nativos” também dão de ombros ao “Tambor de Crioula”, dança introduzida por neorrurais, que não pertencia ao repertório de tradições locais. No entanto, os jovens do distrito se sentem atraídos pela “tradição inventada”, em função de suas óbvias relações com o movimento mais amplo de valorização da história e da cultura afro-brasileira. Por outro lado, no plano das organizações comunitárias, os neorrurais assumem protagonismo cada vez mais evidente, deslocando os “nativos” para posição secundária e ancilar. Talvez este seja o aspecto mais saliente do que alguns veem como efeito “neocolonizador” dos “rurbanos” nos territórios onde aportam.

Infelizmente, também neste processo de mudança dos espaços rurais, mais uma vez se nota quão enganosa é a frase famosa de Napoleão Bonaparte: “Todo soldado carrega na mochila o bastão de um marechal da França”.

Em muitas partes do Brasil (como áreas de montanhas, zonas litorâneas e cercanias de parques naturais), frequentemente este “retorno” ao campo se dá por meio do estabelecimento voraz de chacreamentos, condomínios e ecovilas que se constituem como comunidades isoladas, empreendimentos residenciais que reúnem vizinhos que se veem como iguais. Basta ver no que se transformou Lapinha da Serra (distrito de Santana do Riacho, na Serra do Cipó), São Bento do Sapucaí (na Mantiqueira paulista), Capitólio (no lago de Furnas), a região dos Lagos (no Rio de Janeiro) ou o litoral norte paulista, especialmente Ilha Bela (sonho de noivos em lua de mel, famosa por ter praias paradisíacas, hotéis e pousadas de luxo, mansões de artistas e ricos paulistanos). Os neorrurais costumam viver em “bolhas” bonitas e bem cuidadas, mas segregadas. Isso tornará as comunidades receptoras mais igualitárias, complexas e democráticas? Elas ficarão mais integradas ou mais fragmentadas? Os pequenos fazendeiros, os produtores rurais pobres e os habitantes dos bairros rurais serão fortalecidos e adquirirão mais liberdade? Os aldeões poderão usar chapéus diferentes? Ou terminarão subordinados a novos senhores de origem urbana?

No Brasil, e certamente em outros países do Sul Global, os assentamentos neorrurais frequentemente se mostram problemáticos: acabam com uma vida rural concreta e integrada – de cultivo da terra originando povoados, igrejas e cemitérios – em nome de um “estilo de vida” descolado, *cool*, ecológico, tão artificial como o Central Park novaiorquino, repleto de mobiliário e confortos tipicamente citadinos e caminhos sinuosos de pedra britada. E isso não é o resultado simplesmente da iniciativa de interesses privados e negócios imobiliários, pois, como bem observou Alan Faber do Nascimento (2016, p. 13-15), o Estado tem papel estruturante ao propor ordenamento territorial – justamente nas áreas mais florestadas ou *hotspots* de biodiversidade protegidas por leis, nas quais são implantadas unidades de conservação ambiental – que culmina por garantir e ampliar os espaços de circulação e consumo das elites metropolitanas, sob a aparência de veraneio e turismo em terras tradicionalmente ocupadas por populações tradicionais: indígenas, caiçaras, ribeirinhas, quilombolas, camponesas.

Neste particular, tanto o Estado como as frações da burguesia contam com o auxílio da pobreza – que não é a “boa pobreza” decantada em discursos bem-intencionados que erigem estranho mundo dual, a exemplo da noção de “comunidade tradicional” – para alavancar mercados imobiliários de alta renda e o consumo turístico elitizado. Sim, a facilitação gerada pela pobreza, com o seu séquito de vulnerabilidades e *déficits*. Porque há numerosíssimas áreas rurais empobrecidas, coalhadas de pequenas unidades agrárias em contato desequilibrado com a sociedade ocidental globalizada. Como os pobres rurais podem resistir às investidas de correntes engrossadas de neorrurais “extrativistas” e “comerciantes” acordados do sonho de que as epidemias evaporam no calor do verão?

Os números brasileiros relativos às áreas rurais onde há grande quantidade de pequenos agricultores familiares e camponeses são escandalosos. É impossível edulcorá-los, a despeito de que os pequenos e médios estabelecimentos rurais respondem pela porcentagem mais elevada da população ocupada na agricultura e possuem participação destacada na produção das principais culturas brasileiras. O Censo Agrícola de 2006 contou 3,9 milhões de agricultores familiares, os quais perfaziam 84% do total de produtores rurais, exploravam 25% do total de terras cultivadas e garantiam um terço do valor total da produção. A média brasileira do tamanho dos estabelecimentos de agricultores familiares era de 18 ha (na região Sudeste, 18 ha; no Nordeste, 13 ha e, no Sul, 15 ha). Nas propriedades familiares, a média nacional de trabalhadores ocupados por estabelecimento era de 3,6, o que significa que a agricultura familiar ocupava três quartos (12,3 milhões) dos empregados em áreas rurais do país. No Nordeste, a média de empregados por estabelecimento familiar era de 4,1; no Sudeste, 3,0 e, no Sul, 3,1.<sup>140</sup>

Estas propriedades da agricultura familiar enfrentavam e continuam enfrentando muitos problemas. Elas praticamente não recebem orientações técnicas (segundo o Censo de 2006, apenas 5% dos estabelecimentos com menos de 10 ha de área receberam visitas de técnicos). O apoio governamental dirigido a elas é limitado, especialmente no que se refere ao crédito (apenas 20% dos agricultores familiares receberam alguma forma de empréstimo). O nível de instrução dos agricultores com unidades de até 10 ha é muito baixo: 86% eram analfabetos ou tinham apenas o ensino fundamental incompleto. O que significa que os

---

<sup>140</sup> Conforme o Censo de 2006, em cerca de 30% dos estabelecimentos de agricultura familiar havia membros ocupados em atividades fora do domicílio.

agricultores familiares brasileiros têm limitação na capacidade de absorção de tecnologia moderna. Por outro lado, as propriedades rurais familiares geravam baixo valor de produção: estabelecimentos de até 10 ha, que correspondem a cerca de metade das unidades, eram responsáveis por apenas 12% do valor da produção agrícola nacional.<sup>141</sup>

Quando se olha para a variável renda, os números são assustadores. E não se diga que a renda monetária tem pouca importância, uma vez que as comunidades rurais do interior são organizadas por lógicas sociais distintas, com predominância de relações não mercantis, de cooperação, reciprocidade e solidariedade. A questão é que elas estão envolvidas por relações capitalistas mais abrangentes, de modo que dinheiro pode não ser tudo, mas importa. Já é hora de desacreditar o mito sedutor da “boa pobreza” vinculada à produção mercantil simples, marca idealizadora das chamadas “populações tradicionais”. Como salientou P. S. Noffs (2007, p. 26):

Esse Brasil das comunidades tradicionais parece não ter história nem economia (...). Dessa forma, por não se subordinarem a uma formação econômica e social de caráter mais geral que lhes deem materialidade, as comunidades vivem num tempo indefinido e o que produzem e como produzem é apartado da história e da formação do Estado brasileiro. É como se as populações tradicionais fizessem parte da natureza e não da sociedade.

Neste ponto, como dizem os garotos de São João da Chapada, o bicho pega. No Nordeste brasileiro, nada menos que 88% dos estabelecimentos agrícolas tiveram renda bruta inferior a dois salários-mínimos mensais. No Sudeste, a cifra é um pouco melhor: dois terços tiveram renda bruta inferior a dois salários-mínimos mensais. No Sul, menos de 50%. Enfim, o quadro da agricultura familiar que emergiu do Censo de 2006 não é nada animador: grande número de estabelecimentos com baixa produtividade, baixo valor da produção e renda inferior ao mínimo necessário para a sobrevivência da família, além de uma população com poucos conhecimentos técnicos (KLEIN e LUNA, 2020, p. 359-395). Daí porque não é absurdo falar-se em declínio da pequena e média propriedade rural no Brasil, sobretudo quando se pensa na numerosa camada de agricultores pobres.<sup>142</sup>

---

<sup>141</sup> A agricultura familiar tem participação significativa na produção das principais culturas brasileiras, especialmente de mantimentos. Nas propriedades de até 10 ha, destacam-se as lavouras de tabaco, feijão, mandioca e banana.

<sup>142</sup> Estudo da OCDE prevê que, nas próximas duas décadas, a maior parte dos moradores de aldeias rurais terá se transferido para cidades de mais de 2 milhões de habitantes para encontrar trabalho. Ver Saskia Sassen (2014).

A questão é controversa, sem sombra de dúvida, além de despertar acaloradas paixões. Para autores como Zander Navarro e Silvia Kanadani Campos (2013), os pequenos estabelecimentos com baixa capacidade de geração de renda só poderiam sobreviver com transferências de renda feitas pelo governo e combinações de trabalho em tempo parcial ou alternativo em centros urbanos. Para outros estudiosos, como Carlos Guanzioli (2001, p. 40), “com um mínimo de apoio creditício e assistência técnica, o mais importante para o sucesso é a organização dos produtores, pois isso reduz custos de transação e gera um ambiente de confiança que permite novos modos de inserção social”.

Como, então, particularmente nas franjas rurais das zonas de fronteira das regiões metropolitanas, as comunidades rurais compostas por tantas famílias de agricultores vulneráveis resistirão ao assédio de avalanche de neorrurais ávidos por terras, obcecados pela concepção dos bairros rurais como “teatro da natureza” e espaço de amenidades que não haveria mais nas grandes cidades? Resistirão às insistentes ofertas em dinheiro por suas terras? Ou às promessas de vida melhor como caseiros de segundas residências ou trabalhadores de pousadas, restaurantes, novos negócios nos povoados e distritos próximos?

No Brasil, em tantos lugares, a história mostra que grande parte dos pequenos proprietários rurais venderam suas terras, rumaram para as periferias urbanas em busca de novas colocações ou viraram empregados assalariados dos novos senhores de terra. Apenas uma pequena parcela, aqueles com maior potencial produtivo, souberam inserir-se nos novos arranjos produtivos que remodelaram (e seguem remodelando) o interior do país.

O ímpeto e a velocidade deste processo dissolveram quase completamente a sociabilidade tradicional nos bairros rurais afetados. O modo de vida rural, louvado em prosa e verso, virou pálida sombra do passado. Boa parte dos lugares de “roça” onde aportam as hordas de neorrurais como que foi posta abaixo e construída de novo; seus antigos usuários foram varridos pela gentrificação.<sup>143</sup> Esses pequenos lugares apenas evocam um modo de vida que era sociável e compartilhado, mas que está nos seus estertores. Os compradores das terras nessas comunidades rurais – gente jovem e bem-sucedida e pessoas maduras bem

---

<sup>143</sup> Por gentrificação se entende a colonização de lugares interessantes nas cidades ou no campo por artistas, intelectuais, celebridades, gente das mídias e milionários que, com seu dinheiro, expulsam os moradores originais e modificam as formas físicas e a sociabilidade dos lugares. Na expressão saborosa de Richard Sennett, “a gentrificação é, mais essencialmente, um processo pelo qual os 70-75% da base da pirâmide na população urbana se tornam vulneráveis à expulsão por parte do quarto que ocupa o topo numa cidade, seja pelo aumento dos aluguéis ou pela indução dos proprietários pobres a venderem seus imóveis” (SENNETT, 2018, p. 160).

situadas na sociedade – querem viver na aura simbólica da “roça”, mas não no convívio dos seus antigos moradores, “gente da roça de verdade”. E vastas áreas do interior se tornaram espaços cativos de proletarização geral, de consumo turístico, das rendas de monopólio e da segregação socioespacial. A terra progressivamente perde sua condição de instrumento de trabalho para a produção agrícola e se transforma em mercadoria, em “jardim de delícias” para a fruição da burguesia e das classes médias.

Muitos “municípios da esperança”, portanto, no caso da Covid-19 potencializar ainda mais as migrações urbano-rurais, tendem a ser repaginados inteiramente, livrando-se de suas “populações tradicionais” e seus padrões de sociabilidade *a la* Tönnies. O vírus da gentrificação é tão contagioso como o SARS-CoV-2. Podemos dar-lhes mais tempo e sobrevida, desde que, por um lado, os governos ofereçam ajuda e apoio aos pequenos municípios;<sup>144</sup> e, por outro lado, iniciemos a reforma das grandes cidades e metrópoles, tornando-as mais abertas, amenas e habitáveis.

Tendência que, no limite, encerra algo de paradoxal quando o assunto são as novas pandemias. Afinal, o crescimento de cidades e de suas áreas de urbanização estendida, isto é, mais ocupação de territórios rurais antes caracterizados por menor quantidade de atividades humanas poderá concorrer para o aparecimento de surtos de doenças zoonóticas.

De qualquer modo, migrações mais intensas da cidade para o campo obrigarão a um esforço mais severo e minucioso de regulamentação dos usos dos espaços rurais. Esforço que não caberá apenas aos governos, estabelecendo, de cima para baixo, não raro de forma autoritária, conforme as propostas formuladas pela tecnoburocracia, o zoneamento ambiental dos territórios; ao contrário, será fundamental arrolar, desenvolver e fortalecer as respostas coletivas, e desde abaixo.

---

<sup>144</sup> No caso brasileiro, isso requererá, entre outras iniciativas, medidas que contrabalancem a tendência de declínio da pequena propriedade rural: mais recursos de crédito (ampliação do PRONAF), fortalecimento das compras locais do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), ampliação dos programas de distribuição de renda (Bolsa Família, aposentadoria rural, etc.), maior destinação de verbas ao transporte rural e urbano, fortalecimento das feiras, mais suporte para cooperativas e organizações de agricultores familiares, etc.

## O mundo pós-pandemia será diferente?

Até este ponto, traçamos comparações entre diferentes epidemias em diferentes épocas históricas, assinalamos certas dimensões presentes nesses fenômenos que são permanências bem observáveis: o medo do contágio, a fabricação de bodes expiatórios, o negacionismo da ameaça, as reações lentas e atabalhoadas das autoridades, os comportamentos altruístas e egoístas no seio das populações afetadas, as esperanças quase sempre vãs de que o campo fornecerá refúgio, o modo sempre desigual pelo qual as epidemias afetam os distintos grupos sociais, etc. Tudo isso está relacionado com o jogo sutil das durações na história, com a perspectiva que busca discernir, na longa duração, os elementos que atravessam milênios ou séculos sem sofrer alterações de monta. Os fatores estruturais que escapam ao grandiloquente, que parecem residuais, vestígios que facilitam escutar e compreender as vozes do passado, pensar a historicidade a partir das relações de fundo estabelecidas entre as sociedades e seus ambientes e pelos grupos sociais entre si.

A importância das “continuidades” é inegável: elas facilitam nosso acesso aos fazeres cotidianos dos povos. Mas não são o quanto basta. Há também que se perguntar pelas ruas da história onde caminham as mudanças, onde circulam as pedras miúdas do “novo”: as inflexões de rumos e as novidades. Devemos nos perguntar: ao simplesmente acontecer, o que as epidemias fazem com a vida que as sociedades levam? Elas têm o condão de alterar drasticamente o futuro? Mais especificamente: o coronavírus acelerará a crise do capitalismo ou, ao contrário, será usado para reforçar sua conformação atual e promover uma restrição autoritária? Voltaremos à “normalidade” ou, após a Covid-19, surgirá um “novo normal”?

Eis a questão incontornável da mudança social. Ela é pedra de toque do ofício do historiador, entidade das “encantarias historiográficas”, arredia, cheia de segredos, que se parece com as “Pedrinhas de Aruanda”: das pedras da aldeia “uma é maior, outra é menor: a miudinha é a que nos alumeia”.<sup>145</sup>

---

<sup>145</sup> Referência metafórica, é claro, ao Caboclo da Pedra Preta, que guiava o babalorixá Joãozinho da Gomeia, e cujo canto mais famoso é justamente “Pedrinhas de Aruanda”. A crer em Eric Hobsbawm e outros, os historiadores não deveriam jogar búzios para sondar o futuro.

Esta questão da Covid-19 como impulso para grandes mudanças sociais surgiu nas reflexões de Slavoj Žižek, recebendo resposta negativa, uma vez que o filósofo identificava a prevalência das preocupações imediatistas entre pessoas e governos, dizendo não enxergar qualquer plano de saída de longo prazo: “o único debate é como relaxar gradualmente as medidas de quarentena”. Conforme suas palavras:

Quando o número de mortos e infectados aumenta, nossa mídia especula a que distância estamos do pico, já chegamos lá ou será em uma ou duas semanas? Todos nós aguardamos ansiosamente o pico das epidemias, como se esse pico fosse seguido por um retorno gradual à normalidade, mas a crise simplesmente continua. Talvez devêssemos reunir coragem e aceitar que permaneceremos em um mundo viral ameaçado por epidemias e distúrbios ambientais. Talvez, mesmo que a vacina seja descoberta, continuemos vivendo sob a ameaça de outra epidemia ou catástrofe ecológica.<sup>146</sup>

Ainda que seja verdadeira a preocupação obsessiva com o fim do confinamento, devemos ressaltar que isso não elimina o problema da mudança social, até porque ela frequentemente ocorre à revelia das intenções das pessoas, dos grupos sociais e dos governos. Muitas vezes, a mudança social é imperceptível para a maioria dos atores que a vivenciam – nem toda mudança é revolucionária.

Em posição oposta à de Slavoj Žižek, a escritora e diretora da revista *Olympio: Literatura e Arte*, Maria Esther Maciel, num relato sobre a quarentena publicado na edição n. 163 da *Revista Piauí* (abril de 2020), escreveu: “(...) depois que a pandemia acabar (acredito que vai, apesar da sensação de fim de mundo), tudo o que for será outra coisa. (...) E fico me perguntando se ainda é possível acreditar na reinvenção da humanidade”.

Quem parece ter mais razão, Žižek ou Maciel? A pandemia não será ponto de virada ou ainda nos resta uma chance? Ou será que o jogo já está jogado e perdido, de maneira que devemos ficar com os versos de Carlos Drummond de Andrade, aqueles do poema “O Sobrevivente”: “Inabitável, o mundo é cada vez mais habitado./ E se os olhos reaprendessem a chorar seria um segundo dilúvio”? Está tudo perdido para nós?

---

<sup>146</sup> Ver texto intitulado “O futuro seguirá um roteiro já imaginado por Hollywood”, publicado em 22 abr. 2020, no *site Carta Maior*.

Se nem a geografia, que tantos quiseram ver como destino, decidiu nosso futuro, não será uma pandemia que, sozinha e incisiva, moldará o porvir. Mas certamente poderá influenciá-lo de múltiplas maneiras. É o que vamos discutir nas páginas seguintes.

### **Pandemia e mudança social**

A investigação sobre a mudança social é talvez o terreno no qual os historiadores mais podem contribuir com a sociologia, no sentido de aduzir elementos para a formulação de modelos teóricos mais abrangentes, aplicáveis a diferentes épocas e distintos perfis de sociedades. Como se sabe, as teorias sociológicas são muito vinculadas às sociedades industriais, mais especificamente ao capitalismo: nasceram para explicar as chamadas “sociedades modernas”, de modo que as outras sociedades – muito mais numerosas na história – surgem como contraface daquela que originariamente interessou aos primeiros sociólogos.

Mas o que é exatamente a mudança social? De imediato, é bom frisar que, apesar de mais de 150 anos de pesquisa, a mudança social continua sendo um dos maiores mistérios sociológicos (SZTOMPKA, 1998). Fiquemos com a definição mais estrita proposta por M. Ginsberg (1958): “uma mudança na estrutura social, por exemplo na dimensão de uma dada sociedade, na composição ou no equilíbrio das partes que a compõem, ou no tipo da sua organização”. A mudança social é uma transformação observável ao longo do tempo do padrão de funcionamento da organização social (nas interações entre os indivíduos, nas instituições, nos costumes, etc.). Trata-se de uma alteração não recorrente de um determinado contexto social. Há os que pensam as mudanças sociais como cíclicas: os gregos e romanos antigos, pensadores do Renascimento – como Maquiavel (1469-1527) –, Toynbee (1889-1975), Spengler (1880-1936) e Sorokin (1889-1968), que falavam de “flutuações” sociais e culturais. Há os que, ao contrário, pensam que as mudanças sociais são lineares, caso das filosofias da história judaico-cristãs e do marxismo, nos quais é possível falar de “progresso”. Existem os que enfatizam fatores internos de mudança social, cuja linguagem utiliza termos como “crescimento”, “evolução”, “decadência”, “declínio” ou

“doença”. Outros enfatizam fatores externos de mudança social, usando conceitos como “difusão”, “empréstimo” e “imitação”, como é o caso dos adeptos do *difusionismo*.<sup>147</sup>

*Grosso modo*, na teoria sociológica há dois modelos principais da mudança social: o da “modernização” ou da “evolução social”, e o do “conflito”. O primeiro está relacionado a Herbert Spencer (1820-1903); o segundo teve em Marx seu maior expoente oitocentista. O modelo da “modernização” considera a mudança social como gradual e cumulativa, causada por fatores essencialmente endógenos às sociedades (crescimento demográfico, divisão do trabalho, urbanização, racionalização, secularização, etc.). A mudança social implica em “diferenciação estrutural”, isto é, passagem do simples, não especializado e informal para o complexo, especializado e formal. Veja-se, por exemplo, a passagem da “solidariedade mecânica” para a “solidariedade orgânica”, em Émile Durkheim; em Max Weber (1864-1920), a tendência gradual e irreversível para formas mais racionais, complexas e impessoais de organização social, de que são expressão o capitalismo e a burocracia. Nessa tradição também se situa Talcott Parsons (1902-1979), com seu livro *Societies: Evolutionary and Comparative Perspectives* (1966), cuja teoria da modernização postulava cinco tipos de sociedade: “primitiva”, “primitiva avançada”, “arcaica”, “intermédia avançada” e “moderna”.

Este modelo recebe muitas críticas dos historiadores. Uma delas diz respeito ao fato de que se presume haver um único sentido da mudança: do mais simples para o mais complexo, do mais rígido para o mais flexível, do mais autárquico para maior interdependência. Ora, da Europa Ocidental sob o domínio da Roma de Augusto para a dos “reinos bárbaros” ocorreu maior complexificação, flexibilização ou integração? O que se viu foi “regressão para a descentralização”, conforme a expressão de S. N. Eisenstadt (1973). Da Espanha da Reconquista para a Espanha dos Habsburgo, a rigidez social aumentou, os patrimônios e privilégios da nobreza expandiram-se, a burguesia fracassou e a concepção corporativa da sociedade fincou pé. Ou seja, em termos da teoria da modernização, a Espanha ficou menos “moderna”. Entre os séculos XVI e XVIII, enquanto a Europa Ocidental experimentou a ascensão das cidades, do comércio e da burguesia, a Europa Oriental viveu o contrário, afundando na “segunda servidão”.

---

<sup>147</sup> Vale assinalar que Thorstein Veblen, no estudo *Imperial Germany and the Industrial Revolution* (1915), tratou de investigar as diferenças na receptividade à inovação. Considerou haver, no caso dos alemães, dos escandinavos e dos japoneses, elevada “propensão ao empréstimo”.

Outra crítica se refere à explicação da mudança social implícita no modelo de Spencer. Ela seria o resultado do acúmulo suave e contínuo de pequenas alterações internas à sociedade, cabendo a fatores externos apenas estimular “adaptações”. A mudança social é, nessa perspectiva, desenvolvimento em potência. Todavia, os historiadores podem listar série imensa de mudanças que não correspondem a esse modelo internalista. As guerras e as conquistas, por exemplo, são fatores externos de mudança social. A conquista pelos espanhóis do México e do Peru, no século XVI, modificou substancialmente o mundo de astecas e incas. A conquista britânica da Índia, que se estendeu de meados do século XVIII a meados do século seguinte, também representa mudança social imposta do exterior. Conforme Charles Tilly, citado em capítulo anterior, o nascimento do moderno sistema interestatal foi marcado por múltiplas pressões externas aos Estados Nacionais em formação e por desenvolvimentos paralelos entre eles, por assim dizer “imitações” decorrentes da competição. As grandes epidemias também são apontadas como fator de mudança social originado externamente, como no caso da Peste Negra: ao provocar grave escassez de mão de obra na Europa medieval, ela teria conduzido a mudanças de longo prazo na estrutura social.

Uma terceira crítica dos historiadores ao modelo da “modernização” incide sobre a ideia de que haveria um único percurso de mudança para todas as sociedades, praticamente automático. No entanto, há mais do que uma via para a modernização. Citemos aqui o debate em torno do crescimento econômico. Para W. W. Rostow (1916-2003), há caminho único para o desenvolvimento econômico que todas as sociedades devem percorrer, desde a “sociedade tradicional”, passando pelo *take-off* (“decolagem”) até a “era do consumo de massa”, o caminho da Europa Ocidental e dos Estados Unidos (ROSTOW, 1971). Mas a abordagem de Alexander Gerschenkron (1904-1978), centrada na história econômica, demoliu a visão etapista de Rostow. Mostrou que, nos países de industrialização tardia, como Alemanha e Rússia, a trajetória foi muito diferente da inglesa e dos norte-americanos. Os retardatários não puderam seguir o caminho dos pioneiros porque saíram atrás, tiveram pressa para alcançar os mais avançados e tempo para analisar os exemplos deles e, assim, elaborar estratégias próprias de industrialização (GERSCHENKRON, 1966). Ou seja, mesmo mudanças na mesma direção geral – a industrialização – não costumam seguir necessariamente o mesmo percurso.

O modelo do conflito, cujo expoente é Karl Marx, propõe que a mudança social decorre das contradições internas das sociedades – os conflitos de classe – que levam a crises – revoluções sociais, eventos magnificados de mudança descontínua. Marx também pensou numa sequência de formas de sociedades – tribal, escravista, feudal, capitalista, comunista.<sup>148</sup> Explicou a mudança social, como Spencer, em termos fundamentalmente endógenos: o avanço da divisão social do trabalho, as tensões e os conflitos entre as camadas sociais na dinâmica interna do modo de produção. O modelo marxista possibilita pensar mudanças em direções diferentes, ao considerar que a trajetória (especialmente da economia) numa região pode acarretar alterações em sentido contrário em outra região. Marx oferece uma explicação mais global, acentuando as ligações entre as mudanças sociais em sociedades diferentes, por meio de elementos como a divisão do trabalho e a acumulação de capital.

O modelo de Marx debruçou-se mais intensamente sobre os mecanismos da mudança social, particularmente ao tratar da transição do feudalismo para o capitalismo e ao discutir a trajetória instável desse último, sob os conflitos incessantes entre a burguesia e o proletariado. Neste modelo, as estruturas sociais não mudam automaticamente, por simples acúmulo de desenvolvimentos. A mudança envolve fundamentalmente acontecimentos políticos, nomeadamente as revoluções, encarados em termos dialéticos.

No entanto, há problemas importantes que o modelo do conflito enfrenta de modo insatisfatório. O mais importante é o fato de que ele não explica suficientemente a natureza do conflito social nas sociedades pré-capitalistas. Aliás, elas, especialmente a sociedade feudal, aparecem como meros opostos da sociedade capitalista, como categorias residuais, espelhos nos quais podem ser vistas (em germe) algumas características da sociedade moderna. A consciência de classe como motor das mudanças sociais no capitalismo faz todo sentido; contudo, outras formas de solidariedade social existiam nas sociedades pré-industriais, para as quais os marxistas dedicaram atenção somente a partir da década de 1970. Outro problema é o peso modesto atribuído pelo modelo de Marx aos fatores demográficos como elemento importante da mudança social antes do século XVIII. O mesmo pode ser

---

<sup>148</sup> Na verdade, Marx considerava essa sucessão válida para a história da Europa. Ele não esperava que essa mesma trajetória fosse seguida pela Rússia ou a Índia. No caso indiano, ele dizia que a “missão” dos britânicos ali era destruir a organização tradicional e tornar possível a mudança. Com relação à China, Marx como sociedade desprovida de mecanismos internos de mudança. Também no caso chinês, a mudança teria que vir de fora. Em tese, isso abre espaço para grande variedade de possíveis vias rumo à modernização. Ver, a propósito, a obra clássica de Barrington Moore (1975).

dito em relação às dimensões culturais (costumes, maneira de viver, mentalidade de um povo) na explicação da trajetória da sociedade. Esta, aliás, é a lição geral a tirar do livro de Emmanuel Le Roy Ladurie (1997) sobre o Languedoc.

Os historiadores, tão ciosos da diversidade das sociedades, sentem-se insatisfeitos com os modelos de mudança social. Julgam simplificadoras as teorias dos sociólogos, daí porque Ronald Dore afirmou: “não se podem fazer omeletes sociológicas sem se partirem alguns ovos históricos”. Nesse sentido, como escreveu Peter Burke (1990, p. 91-102), os historiadores exigem que qualquer modelo de mudança social contemple: a) os movimentos cíclicos e os movimentos em linha reta, a especificação das “situações nas quais têm lugar respectivamente mudanças lineares e mudanças cíclicas”, estas últimas provavelmente mais comuns nas sociedades pré-industriais; b) a incorporação nas causas das mudanças sociais dos movimentos de população, distinguindo as situações em que a demografia foi o fator dominante; c) a consideração do “ajustamento” e da “aculturação”, isto é, do contato entre culturas no caso em que uma sociedade é dominante e outra dominada, analisando-se o “que torna algumas sociedades relativamente abertas (ou vulneráveis) a influências externas enquanto outras estão preparadas para lhes resistir”, e; d) tratar melhor o jogo “entre fatos e pessoas, por um lado, e tendências a longo prazo, por outro”, o que significa responder à pergunta: “em que circunstâncias e de que maneiras são as estruturas sociais vulneráveis ao impacto dos acontecimentos?”

Adicionalmente, no debate sobre as mudanças sociais, os historiadores são obrigados a considerar as suas *escalas temporais*. Isto porque os processos de mudança têm durações e velocidades diferentes. A mudança é de curta, média ou longa duração? Tem caráter reversível ou irreversível? E quanto ao ritmo, são mudanças lentas, caracterizadas por poucos eventos de impacto relativamente distanciados em linha temporal, ou pela introdução de paulatinas alterações sucessivas na vida e cursos de ação? Ou são mudanças rápidas, identificadas por aceleradas sucessões de alterações importantes? Conforme Norbert Elias (1897-1990), ainda que a direção e a duração das mudanças possam ser similares, frequentemente os marcos de referência delas são distintos nas diferentes sociedades (ELIAS, 1984). Ocorre, ainda, que as mudanças sociais tendem a variar muito em razão das *escalas espaciais*, em termos da sua distribuição no espaço. Há lugares nos quais a mudança prospera mais, enquanto em outros ela encontra mais resistência. Isso depende não apenas

das características das populações que habitam determinado território, mas também do tipo de integração espacial que há entre este território e outras regiões, envolvendo deslocamentos populacionais e interações materiais e simbólicas.

Vale acrescentar que, se experiências anteriores podem servir de guia, as mudanças sociais de maior envergadura resultam do complexo, e muitas vezes surpreendente, entrelaçamento dos desdobramentos de eventos e mobilizações de curto prazo, e das evoluções e desafios institucionais de prazo mais longo que alteram variáveis culturais e político-ideológicas. Reencontramos, dessa forma, a questão da historicidade.

Nossa posição se alinha com aqueles que não enxergam na pandemia de Covid-19 a condição de disparar rápidas e intensas mudanças no modo de vida que caracteriza o “capitalismo de cassino”. Ou, dito de outra maneira, que a Covid-19 não é capaz de provocar o desaparecimento repentino de muitas dimensões da vida social que temos hoje. Como na maioria das pestes do passado, a Covid-19 não produzirá grandes inflexões, mudanças ou rupturas na trajetória das sociedades e do sistema mundial. Seus efeitos, especialmente nos curto e médio prazos, serão mais sentidos no nível microssocial. Ela certamente provocará mudanças na rotina das pessoas e, é claro, avanços médicos ou sanitários. No entanto, não levará diretamente a grande ruptura histórica nem a alterações de monta na rota expansiva do sistema mundial.

A amplitude dos efeitos da atual pandemia não passará perto das consequências da Peste Negra. Esta, como se sabe, ao matar pelo menos um terço da população europeia no século XIV, alterou a balança de poder entre a nobreza e os servos. As obrigações feudais pagas aos proprietários de terra desmoronaram ante a escassez de trabalhadores; os salários subiram e se monetizaram, enquanto o valor das terras caiu. A demanda por bens de consumo cresceu, favorecendo o comércio e as cidades, especialmente a burguesia que pôde investir em tecnologias poupadoras de mão de obra. A enorme mortandade também contribuiu para encorajar a expansão ultramarina europeia. Com tantas mortes em casa, na terra firme, por que não se arriscar nas longas viagens marítimas? A disposição de mais homens de se engajarem nas tripulações de caravelas estimulou o colonialismo europeu. Este efeito renovador da Peste Negra durou até o século XVII.

A Covid-19 não provocará perdas tão drásticas de mão de obra, de maneira que não terá capacidade de alterar substancialmente a relação de forças entre capital e trabalho. O

capital, por sua vez, dispõe hoje de meios ainda mais eficientes de substituir parte expressiva dos trabalhadores: a robótica e a inteligência artificial. É mais provável que, passadas as turbulências da crise pandêmica, as empresas e as elites endinheiradas recuperem suas habituais preocupações centradas na acumulação financeira. Acrescentando uma novidade aqui e ali, para atender demandas específicas de certos nichos de mercado.

No terreno das relações trabalhistas, a Covid-19 exacerbou tendências negativas presentes mundo afora. Laura Carvalho (2020, p. 65-66) pôs o dedo na ferida:

A pandemia acelerou as transformações tecnológicas e digitais que fragilizam as relações trabalhistas. O trabalho remoto e o trabalho por aplicativo explodiram em meio às medidas quarentenárias, correndo o risco de exacerbar tendências anteriores de uberização e pejetização, por exemplo. (...) a automação de tarefas por meio de robôs deve ser acelerada em diversos setores em meio aos riscos de contágio, levando à perda de empregos.

Neste sentido, uma parte do mundo que conhecíamos está morrendo. Ganhará maior impulso a tendência do teletrabalho. Junto com a automatização e a inteligência artificial, é possível que o teletrabalho elimine faixas inteiras de emprego para a classe média e para filhos da pequena burguesia. A tendência tecnológica coloca mais pressão sobre empregos dessas camadas sociais, pois devem aumentar as exigências de qualificação para bons postos de trabalho. Por outro lado, cada vez haverá mais empregos precários e mal pagos. Isso terá efeito ruim sobre a distribuição social da riqueza.

O comércio eletrônico e o *delivery* causarão estragos no comércio de rua e lojas de departamento, afetando negativamente até mesmo os *shopping centers*, as catedrais do consumo no século XX. Em muitos países, ecologias inteiras de pequenos restaurantes, bares, mercados, lojas e livrarias foram subitamente fechadas. O mercado de alimentos, o varejo em geral e o entretenimento *online* cresceram, e o dinheiro físico praticamente desapareceu. As empresas ligadas aos serviços de comércio eletrônico – com a Amazon à frente, eBay, Argos – e os grandes supermercados ganharão mais fôlego. No que se refere ao dinheiro eletrônico, Visa e Mastercard são os atores mais beneficiados, mas Apple Pay, PayPal e Amazon Pay (novamente) já vêm registrando aumentos nos volumes de transação.

É possível que não se dissipe o medo da população de novos vírus trazerem novas infecções – ou que leve bastante tempo para isso ocorrer. Nesse caso, as atitudes das pessoas

impedirão o retorno de costumes anteriores: apertos de mãos, beijos no rosto e abraços em encontros sociais. O uso de máscaras poderá se tornar rotineiro, como já se verifica no Japão e na Coreia do Sul. Conversar mantendo distância segura poderá se tornar o “novo normal”. Poderá haver a intensificação de hábitos de higiene, gerando maior demanda por dispositivos de desinfecção. As pessoas poderão se acostumar com maior distanciamento social, particularmente nas grandes metrópoles. Talvez haja mudanças na etiqueta social, certamente com graus distintos em diferentes sociedades. Difícil imaginar os brasileiros, sobretudo no interior, comportando-se por longo tempo com distanciamento e comedimento nos contatos com parentes e amigos, pautados por regras estritas ditadas pela epidemiologia.

As escolas e universidades, as artes, os museus, os eventos esportivos e de entretenimento enfrentarão, por conseguinte, reviravoltas importantes caso o modelo presencial se torne, de fato, obsoleto por causa da pandemia. Ensino a distância, telemedicina e plataformas eletrônicas de lazer avançarão ainda mais no pós-pandemia. Bom para a Netflix, Amazon Prime (outra vez) e Disney. Bom também para Google (proprietário do YouTube), Facebook (dono do Instagram) e Twitter, que seguirão dominando o tráfego *online*. Ruim para o turismo como praticado antes da crise pandêmica. Provavelmente haverá redução dos fluxos de longa distância e das viagens de negócios, substituídas pelas videoconferências. Multidões de turistas amontoadas em Paris, Veneza ou nas praias brasileiras poderão se tornar imagens do passado.

E como parte destas cadeias globais vinculadas à digitalização da economia, as empresas de entrega serão ainda mais beneficiadas: UPS, FedEx, Amazon Logistics (mais uma vez). Ainda que seus modelos de negócios sejam diferentes, as suas plataformas continuarão dominando os movimentos de produtos de todos os tipos.

Embora a pandemia tenha imposto aos governos pacotes bilionários para salvaguardar parte dos rendimentos dos trabalhadores, socorros emergenciais mais ou menos generosos, não há razão para imaginar que alcançamos, finalmente, ponto de virada no debate sobre as desigualdades sociais e sua relação com as instabilidades econômicas. Ainda que mais gente discuta, hoje, temas como renda básica universal e maior tributação do patrimônio e altas rendas, bem como o que fazer diante dos oligopólios mundiais, o que se vê é o avanço da concentração da riqueza, em continuidade ao que ocorria antes do choque sanitário. A

respeito, Kenneth Rogoff, professor de Harvard e ex-economista-chefe do FMI, foi categórico:

Antes da pandemia, todas as semanas era publicado um ensaio alertando sobre como o poder dos monopólios nos Estados Unidos tinha alcançado níveis extraordinários, e o pouco que o Governo fazia para evitar isso. Agora que a pandemia está tirando do jogo os pequenos e médios jogadores, a concentração de poder é pior.<sup>149</sup>

Até agora, claramente a pandemia não se mostrou capaz de promover ruptura na marcha do capitalismo neoliberal. Ela não é o evento da hipótese Jencks-Piketty: só grandes rupturas exógenas reconfiguram fortemente a desigualdade. Ideia similar aparece no trabalho do historiador da Universidade de Stanford, Walther Scheidel, que, aliás, também prevê o aumento da desigualdade no futuro próximo.

Para Scheidel (2020), a desigualdade somente foi revertida profundamente graças à ação de processos violentos, comandados por “quatro cavaleiros niveladores”: epidemias, revoluções, grandes guerras e colapsos dos Estados. Numa entrevista, o historiador austríaco sintetizou seu argumento:

O longo prazo mostra dois mais efetivos: o colapso de Estados e doenças epidêmicas severas. Se riqueza e privilégio estavam relacionadas ao poder de um Estado comandado pelos ricos, destruí-lo significa empobrecê-los e assim reduzir a desigualdade. É algo que pode ser observado por milhares de anos nos Estados pré-modernos que entraram em colapso, como o Império Romano. Nas doenças, a lógica vem de um certo equilíbrio entre terra e trabalho. Se você tem uma epidemia que mata um terço das pessoas, isso reduz a força de trabalho e aumenta o valor desses trabalhadores na forma de salários, enquanto desvaloriza terra e outros ativos fixos. Enquanto isso dura, torna os ricos menos ricos e os pobres menos pobres. É algo que não aconteceu muitas vezes, mas há exemplos como a Peste Negra e as doenças nas Américas depois de Cristóvão Colombo. Esses mecanismos foram substituídos no século XX. O primeiro é uma forma específica de guerra, industrial e de larga escala, como foram as duas guerras mundiais. E o outro são reformas transformadoras, geralmente comunistas. As guerras exigem que os governos intervenham de forma agressiva no setor privado e façam todo tipo de medidas redistributivas, além de destruir e desvalorizar o capital. O efeito é deixar os ricos menos ricos enquanto os pouco qualificados ganham em termos reais. No caso das revoluções comunistas, é autoexplicativo: se você está expropriando os ricos e impondo uma economia planejada com preços e salários definidos pelo governo, a

---

<sup>149</sup> Ver matéria de Miguel Ángel García Veja, “FAANG: a sigla mais cara da história”, publicada no *El País*, em 25 jul. 2020.

desigualdade vira uma mera função da política do Estado, que decide o quanto de desigualdade vai tolerar.<sup>150</sup>

Referindo-se às duas guerras mundiais, Scheidel considera que os seus efeitos foram mais duradouros na redução de desigualdades, acrescentando a questão da natureza das alterações nas relações sociais e na política: “*Booms* econômicos muitas vezes aumentam a desigualdade, mas esse não foi o caso [nos anos 1950-1970] por causa do que havia acontecido durante a guerra. As políticas moldaram a distribuição dos ganhos, através, por exemplo, das altas taxas de impostos, e garantiram o florescimento da classe média”. Mas, quanto às recessões econômicas tão frequentes no século XX, Scheidel mostra-se cético em relação a sua capacidade de gerar impactos positivos duradouros na redução de desigualdades. Suas palavras a respeito foram:

Não há regra. A pesquisa que analisou mais de 100 grandes crises ao longo do século XX não viu nenhum efeito consistente, mas é mais comum que ele não seja bom sobre a desigualdade. Uma exceção é a Grande Depressão americana, que foi muito severa. Mas por causa dela e do que foi feito para resolvê-la, como o *New Deal*, a desigualdade caiu um pouco nos anos 30. Depois da crise de 2008 nos países ocidentais, os mais ricos ficaram menos ricos do que antes por alguns anos, mas se recuperaram rápido, enquanto as outras pessoas ficaram presas com suas hipotecas. Os efeitos tendem a ser de pouca duração.

Ainda conforme Scheidel, a Covid-19 não produzirá mudanças dramáticas no nível das desigualdades mundo afora, por que

Essa pandemia vem sendo razoavelmente bem administrada, com os bancos centrais intervindo para manter as economias à tona e políticas de curto prazo para impedir que a pobreza exceda um certo limite. São ações que tendem a preservar a ordem estabelecida. A crise teria que sair totalmente do controle, com o mundo entrando em algum tipo de depressão que nos levasse a uma situação parecida com a dos anos 1930. Ou se o vírus não pudesse ser controlado no futuro nem por uma vacina.<sup>151</sup>

Sem embargo, alguma coisa vai mudar na margem. Mas não estamos seguros de que a Covid-19 alterará dramaticamente o mundo. Talvez as pessoas fiquem mais casmurras e

<sup>150</sup> Entrevista publicada no site Exame.com em 01 mai. 2020. <https://exame.com/economia/doenca-guerra-e-revolucao-os-exterminadores-de-desigualdade/>.

<sup>151</sup> Entrevista concedida a Fernando Canzian, publicada na *Folha de São Paulo* em 18 mai. 2020. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/05/covid-19-aumentara-desigualdade-em-hora-muito-infeliz-para-brasil-diz-historiador.shtml>.

cautelosas diante das outras no pós-pandemia. Porém, vale lembrar, depois de períodos de recolhimento e morte a história está repleta de espasmos de explosão de vida. Depois da Peste Negra, veio o Renascimento. Após a Revolução Francesa, a vida noturna expandiu-se prodigiosamente em Paris e a moda tornou-se extravagante e internacionalmente famosa.

No Rio de Janeiro de 1919, mal saído do morticínio causado pela Gripe Espanhola, o Carnaval triunfou extraordinariamente, conforme os relatos jornalísticos. O *Correio da Manhã*, no domingo de Momo, 02 de março, informou: “é o carnaval que desponta trazendo ao mundo tristonho a névoa alegre de um sonho, doces prazeres sem conta”. O *Paiz*, na segunda-feira, rejubilou-se: “Não. O carnaval não morreu, ao contrário, vingou-se, gloriosamente, das restrições que no ano passado lhe impôs a guerra, e prestou-nos, a todos, o ótimo serviço de fazer escurecer a visita macabra da ‘espanhola’”. No dia seguinte, o jornal *A Gazeta de Notícias* publicou a manchete “O carnaval passava numa apoteose”, informando que, naquele ano, “em todos os bairros, nos subúrbios, os festejos tiveram desusada animação e parece que a tendência agora é fazer o carnaval em cada bairro”.<sup>152</sup> Cenas similares são exibidas agora pelos noticiários das tevês em diferentes cidades do planeta, seguindo imediatamente o relaxamento de *lockdowns*.

Há quem nutre a expectativa de que a Covid-19 termine gerando redes maiores de solidariedade social, mais atenção para o valor de sistemas públicos de saúde, saneamento e transporte urbano, incremento de iniciativas destinadas a melhorar a situação de populações mais vulneráveis a riscos sanitários, aperfeiçoamento dos sistemas governamentais de resposta a emergências e desastres. Há quem veja na pandemia atual a pá de cal no neoliberalismo, a derrota definitiva das políticas de austeridade e “estado mínimo”, afinal teria ficado demonstrado que apenas o Estado é capaz de articular os recursos necessários ao enfrentamento de crises sanitárias deste tipo e suas consequências socioeconômicas. Quanto desse otimismo é *wishfull thinking*, ilusão ou autoengano? Na crise do *subprime* de 2008-2009, cantilena que apregoava mudanças humanitárias no capitalismo, alimentada pela vigorosa intervenção dos governos e bancos centrais, desvaneceu rapidamente tão logo ficou patente que o dinheiro do socorro havia sido capturado pelas grandes corporações e pelo 1% dos mais ricos, bem como que as intenções de regulamentar os mercados desregulamentados não saíra do plano dos discursos. Em toda parte, não é o que já está se repetindo agora?

---

<sup>152</sup> Agradecemos ao colega Alan Faber do Nascimento por nos indicar este ponto, bem como as fontes citadas.

Mesmo os defensores de um “estado mínimo” sustentam neste momento a necessidade de ações anticíclicas, mas isso não quer dizer que haja consenso a) sobre as origens da crise econômica agravada pela crise sanitária, e b) as direções de política econômica que deverão ser seguidas depois de mitigada a crise atual. A plutocracia e seus economistas acólitos já começaram a subir o tom dos alertas sobre a explosão das dívidas públicas, o agravamento da situação fiscal dos Estados, as inconsistências fiscais e monetárias que surgirão por causa das políticas para lidar com a pandemia. A lenga-lenga sobre privatizações continua, o culto ao deus mercado também. A insistência na redução de impostos para empresários, na flexibilização radical da legislação trabalhista, na independência do banco central e na abertura comercial indiscriminada segue estridente. Muito pouco foi feito realmente contra o crescimento das desigualdades ou para aumentar a taxa sobre as grandes fortunas. E não há ninguém parecido com Franklin Delano Roosevelt liderando um país importante hoje, capaz de dizer, como ele disse em 1935, que chegou “o momento de cumprir uma corajosa e nova missão social, subordinando os lucros e a riqueza ao bem geral”. O dogmatismo fiscalista segue vigoroso em tantos países, casos do Brasil, Estados Unidos e Reino Unido.

A plutocracia e as grandes corporações são ardilosas. Seus porta-vozes costumam até mesmo flertar com o cinismo. É bom ter cautela e ceticismo diante de editoriais como aquele do *Financial Times*, no qual se lia, no início de março:

Reformas radicais, que revertam a direção política predominante das últimas quatro décadas, terão que ser colocadas sobre a mesa. Os governos terão que aceitar um papel mais ativo na economia. Eles devem ver os serviços públicos como investimentos, e não como obrigações, e procurar maneiras de tornar os mercados de trabalho menos inseguros. A redistribuição estará de volta à agenda; os privilégios dos idosos e ricos em questão. Políticas, até recentemente, consideradas excêntricas, como renda básica e impostos sobre a riqueza, terão que estar na agenda.

Como dizemos no interior das Minas Gerais, “esmola demais o santo desconfia”. Ficar com as barbas de molho, dando crédito à observação de Laura Carvalho (2020, p. 122): “O que os mais otimistas podem não ter enxergado é que o mundo do pós-pandemia começou a ser construído durante a própria pandemia, e não foi nada bonito de ver”.

A surpreendente pregação reformista do *Financial Times* é uma possibilidade bem mais plausível nos países pequenos de renda elevada e homogêneos (na Escandinávia, por

exemplo) do que nos “países-baleia” (Estados Unidos, África do Sul, Brasil, China, Índia, Rússia) ou nos países pobres.

Ainda no plano econômico, há boas razões para apostar que a Covid-19 desacelere o processo de globalização tal como ocorrido nas últimas três décadas. O próprio avanço da epidemia já está provocando disputa sem quartel entre as nações (pelos equipamentos médicos, vacinas, informações, socorros financeiros, etc.), acirrando tensões e ressentimentos. A saída da pandemia tende a ser pouco articulada internacionalmente, dominada pelo “egoísmo nacional” e não pela solidariedade. É a indicação dos fatos. Na verdade, antes mesmo da pandemia, havido voltado a velha “geopolítica das nações”, baseada no nacionalismo econômico e sustentada no poderio militar. Os grandes “objetivos humanitários” (democracia, liberdade, direitos humanos) já tinham sido postos de lado na agenda internacional. Os Estados Unidos, criadores da “ordem liberal e humanitária”, abandonaram-na progressivamente, de Bill Clinton a Donald Trump (FIORI, 2019).

Assim, as críticas à globalização vinham se avolumando, desferidas por ambientalistas, sindicalistas e líderes “populistas”. A Covid-19 escancarou ainda mais a vulnerabilidade de populações inteiras diante das complexas cadeias de suprimentos internacionais, de maneira que a pandemia deve colocar mais lenha na fogueira de países trocando suas convicções liberais e humanitárias pela defesa pura e simples do “interesse nacional”.

Neste sentido, fazendo eco ao economista Dani Rodrik, é mais realista pensar que a Covid-19 é apenas mais um elemento a promover a “morte lenta do neoliberalismo”, em cenário de manutenção das polarizações sociais, políticas e ideológicas.<sup>153</sup> Há acirrada disputa pela construção do futuro, em mar revolto de tendências e propostas contraditórias, especialmente no que se refere ao papel e às atribuições do estado na sociedade e na economia.

Do nosso ponto de vista, portanto, a atual pandemia funcionará como fator acelerador de mudanças sociais que já estavam em curso. Ela não iniciará uma bifurcação radical do mundo social, não fará a nossa vida sofrer uma cambalhota. E ainda cabe perguntar: as transformações apontadas anteriormente, caso ocorram, serão reversíveis ou irreversíveis?

---

<sup>153</sup> RODRIK, Dani. Will Covid-19 Remake the World? Project Syndicate. 2020. <http://www.project-syndicate.org/commentary/will-covid19-remake-the-world-by-dani-rodrik-2020-04>.

A resposta depende, como observou Norbert Elias (1984), do papel do tempo como instrumento central para a coordenação social. Quanto mais tempo convivemos com determinado fenômeno ou evento traumático, mais experiências coletivas sincronizadas acumulamos, o que poderá, no futuro, nos favorecer quando enfrentarmos algo parecido. Quanto mais próximos no tempo estivermos do choque, mais vívida estará nossa memória dele e dos mecanismos para lidar com seu gerenciamento. Mais vívido será o potencial de mobilização e articulação coletiva. No sentido oposto, a passagem do tempo costuma produzir o arrefecimento tanto da memória como da coordenação social relativas ao choque. A história das sociedades capitalistas no pós-guerra fornece numerosos exemplos da validade e das implicações desse argumento de Elias.

Então, haverá maior chance de mudanças sociais mais duradouras, e mesmo profundas, no caso de pessoas, empresas, organizações sociais e governos realmente entenderem que a pandemia ocorre no meio de outra crise, a das mudanças climáticas; portanto, que algo muito pior poderá sobrevir. Neste caso, as enormes mobilizações de pessoas e recursos que se empregaram contra a Covid-19 ficarão frescas na memória social por mais tempo, e servirão para mostrar que o mundo poderá ser remodelado, se assim desejarmos. Isso fornecerá motivos para otimismo em relação à nossa capacidade coletiva de reprojeter a vida social e a economia, a produção de energia, transporte, sistemas alimentares e muito mais – o novo *Green Deal* (“acordo verde”) de que tanto falam os progressistas da política, sociedade civil e intelectualidade. Neste ponto, por sinal, o trabalho dos historiadores é inestimável: não deixar caírem no esquecimento as agruras que experimentamos antes e durante a pandemia de Covid-19.

Ao fim e ao cabo, o futuro pós-coronavírus depende da política. Dependerá de nossa mobilização e agenda política concretizar a esperança contida na frase da *Autobiografia* de Bertrand Russel (1872-1970): “A melhor parte da história humana não reside no passado, mas no futuro”. Por si só, a pandemia não conduzirá a humanidade a um novo patamar civilizatório com a universalização da ética cosmopolita criada pela Europa iluminista.

### **Pandemia, vigilância e recuo das liberdades**

Os países mais bem-sucedidos no controle da pandemia de Covid-19 empregaram rígidas medidas de quarentena e “distanciamento social”, testagem em massa e rastreamento

(*contact tracing*). Casos de Vietnã, Nova Zelândia e Coréia do Sul. Na China, tão logo identificado o foco em Wuhan, regiões inteiras foram postas em isolamento e suas populações confinadas em casa. Tanto na China como na Coréia, ferramentas tecnológicas serviram para impor as medidas de bloqueio sanitário, especialmente no que se refere aos movimentos das pessoas, dos infectados e dos indivíduos que tiveram contato com eles. Os *smartphones* funcionaram para emitir alertas, difundir mensagens das autoridades, mapear os que se mantiveram em casa e identificar os cidadãos que burlavam a quarentena.

As medidas decretadas pelos governos nacionais e subnacionais despertaram muitas críticas, no sentido de que seriam tendencialmente autoritárias e até mesmo anacrônicas, além de não terem sido discutidas em fóruns mais amplos. Elas teriam reforçado um poder tecnocrático – dos especialistas em saúde – e teriam ferido direitos básicos associados à convivência democrática. Uma voz destacada bradando contra essa situação foi a do filósofo italiano Giorgi Agamben.

Em entrevista publicada no *site* da editora Quodlibet, em 22 de abril de 2020, Agamben colocou em xeque os dados sobre a Covid-19 na Itália, especialmente os números relativos à sua letalidade.<sup>154</sup> As palavras de Agamben, claramente minimizadoras da crise pandêmica, foram as seguintes:

21.000 mortes por Covid-19 parecem e são certamente uma imagem impressionante. Mas se você os colocar em relação aos dados estatísticos anuais, as coisas, como é certo, assumem um aspecto diferente. (...) Em março de 2019, as mortes por doenças respiratórias foram 15.189 e no ano anterior foram 16.220. A propósito, note-se que são mais do que o número correspondente de mortes por Covid (12.352) relatadas em março de 2020.

E, em seguida, o filósofo italiano concluiu:

(...) devemos nos perguntar se ela pode justificar medidas para limitar a liberdade que nunca foi tomada na história de nosso país, mesmo durante as duas guerras mundiais. Surge a dúvida legítima de que, espalhando pânico e isolando as pessoas em suas casas, queríamos jogar sobre a população as sérias responsabilidades dos governos, que primeiro desmantelaram o serviço nacional de saúde e depois, na Lombardia, cometeram uma série de erros não menos graves no enfrentamento da epidemia.

---

<sup>154</sup> Disponível em <https://jornalggn.com.br/noticia/novas-reflexoes-por-giorgio-agamben/>.

Agamben, após endossar a opinião de quem – citando especificamente o virologista francês Didier Raoult – considera as medidas de isolamento “uma superstição medieval”, avançou seu argumento: a pandemia trouxe água para o moinho do autoritarismo político. O filósofo italiano reclamou que o bloqueio é um estado de exceção, com um aumento dos poderes executivos e uma revogação parcial do estado de direito. E ainda mais, lançou anátema contra a ciência, os médicos e os epidemiologistas, dizendo:

Escrevi em outro lugar que a ciência se tornou a religião do nosso tempo. A analogia com a religião deve ser tomada literalmente: os teólogos declararam que não podiam definir claramente o que Deus é, mas em seu nome eles ditavam regras de conduta para os homens e não hesitavam em queimar hereges; os virologistas admitem que não sabem exatamente o que é um vírus, mas em seu nome afirmam decidir como os seres humanos devem viver.

Para quem pratica o ofício do historiador, a posição de Giorgio Agamben causa espécie por muitas razões. A primeira delas, talvez a mais importante, é o flagrante desrespeito do filósofo pela diversidade das respostas sociais ou nacionais à pandemia de Covid-19. Se a China e o Vietnã, cujo *déficit* democrático está fora de dúvida, aumentaram a vigilância sobre a população durante a crise lançando mão das tecnologias eletrônicas e impuseram com mão de ferro a quarentena, o mesmo poderia ser dito da Nova Zelândia? Ou da Suíça, Finlândia e Noruega? Nesses últimos países, os direitos humanos e as liberdades ficaram mais ameaçados do que estavam antes do choque? Suas populações aderiram, consciente e livremente, às medidas propostas pelos governos ou foram obrigadas a isso pela repressão estatal? Viktor Orbán, o primeiro-ministro ultradireitista húngaro, que determinou medidas quarentenárias, aproveitou a calamidade para aprofundar seu projeto autoritário, fazendo o Congresso aprovar a possibilidade de governar por decretos, punir quem na avaliação do governo difundir informações que ponham em causa a saúde da população, e cancelou eleições. Mas Jair Bolsonaro e Donald Trump, além de se oporem às medidas de “distanciamento social”, tiveram suas popularidades consideravelmente enfraquecidas durante a crise pandêmica.

A pergunta, portanto, é: diante de tantas variações dos contextos sociais, quais as motivações e implicações da adoção de uma solução geral (“distanciamento social”)? Parece-nos que Agamben caiu na armadilha de seus próprios conceitos que, nesse caso, descolaram-

se demais da experiência concreta (sempre tão múltipla e rica) para substituí-la por princípios abstratos.

A segunda razão para criticar a posição do filósofo italiano é a superficialidade com que trata a história das quarentenas: essas “superstições medievais”. As medidas quarentenárias remontam à Antiguidade. Foram praticadas por governos de tipos muito diferentes, com recursos de poder também muito diversos. Nos tempos modernos, as quarentenas jamais se impuseram sem controvérsias e resistências, devendo ser analisadas como parte do jogo mais amplo de forças políticas presentes em cada conjuntura. Tomemos um só exemplo: a cidade do Rio de Janeiro, assolada por epidemias, em meados do século XIX.

Em relação ao combate de doenças como a febre amarela, a cólera, a varíola e o sarampo, digladiaram-se pelo menos três correntes: a dos liberais conservadores, a dos socialistas românticos e a dos adeptos da polícia sanitária. Os liberais eram contrários às quarentenas e restrições de movimentos de cargas e pessoas, além de ver negativamente o gasto público com lazaretos (hospitais de isolamento) e socorro médico ao povo. Como Bernardo Pereira de Vasconcelos criticaram, inclusive, o poder dos médicos na ocasião das crises sanitárias. Os socialistas românticos, por sua vez, pregavam que a “verdadeira higiene” somente seria alcançada por meio de intervenções capazes de promover a transformação social, a reestruturação total das cidades em “plano de conjunto”. Conforme se lê nas páginas do jornal *O Socialista da Província do Rio de Janeiro*, combater as epidemias exigia abolir a escravidão, favorecer a homeopatia, melhorar as habitações populares, sanear as cidades, difundir hábitos higienistas (banhos, ar puro, ventilação adequada).<sup>155</sup> Os socialistas se opuseram ao uso de violência contra os indivíduos no controle das epidemias e alegaram que era dever do Estado socorrer o “homem laborioso” (FERREIRA JR; FRIDMAN, 2020).

A corrente liderada pelo segundo Barão do Lavradio, José Pereira Rego, vitoriosa à época, advogava que as epidemias no Rio de Janeiro se deviam não só aos miasmas e às más condições sanitárias, mas também e principalmente à fraqueza da ação das autoridades, “desmoralizadas” para fazer cumprir a lei e regras sanitárias, bem como para pôr rédea à proliferação de “imundícias” e o abuso dos cortiços. Além de responsabilizar os pobres pelas

---

<sup>155</sup> O jornal foi fundado em 1845 pelo médico francês Benoit Mure. Entre os socialistas cariocas, além de Murer, destacavam-se Manuel Gaspar de Siqueira, João Vicente Martins e Edmond Tiberghien. Outros jornais de linha similar foram *A Nova Minerva* e *A Abelha*.

calamidades, Rego culpava a frouxidão da fiscalização das posturas de higiene, recomendando atuações rigorosas e violentas contra os infratores sanitários. A higiene pública, nessa perspectiva, era caso de polícia, de ordem pública, de estrito controle dos pobres.

Agamben deve ser advertido de que todas essas posições guardam paralelo com as dificuldades atuais de lidar com a Covid-19. E que o jogo político ainda está sendo jogado, embora haja hoje, no Ocidente, tendências direitistas em posição de força interessadas numa biopolítica autoritária. As quarentenas, aliás, antecedem a era do poder disciplinar de que falava Michel Foucault (1926-1984), de maneira que é anacronismo associá-las pura e simplesmente a intenções de instalar regimes dessa natureza.

O filósofo Michel Foucault, debruçando-se sobre as relações entre conhecimento e poder, estudou detalhadamente os instrumentos de vigilância e punição na sociedade moderna. Notou que a união de discursos médicos, judiciários e policiais deixava evidentes determinados interesses que permeavam as sociedades disciplinares. Nelas, ao poder não bastava conseguir a obediência das pessoas. Era preciso mais: moldar profundamente os próprios indivíduos, suas mentes e seus corpos, submetê-los a uma miríade de normas e discipliná-los. Insidiosamente, a “normalidade” toma o lugar da moralidade. Para Foucault, o poder disciplinar não se interessa pela expulsão do “recalcitrante”; visa, ao contrário, sua “inclusão” nas extensas, capilares e diversas redes de dominação que conformam as sociedades. Virada essa que é, para ele, o grande fenômeno do século XVIII. A quarentena, portanto, desde essa época, juntou-se a outras práticas governamentais que ensejavam o controle da cidade e dos corpos: “a peste traz consigo também o sonho político de um poder exaustivo, de um poder sem obstáculos, de um poder inteiramente transparente a seu objeto, de um poder que se exerce plenamente” (FOUCAULT, 2001, p.59).

Nesse sentido, desde que a tomemos como sinal de continuidade e reforço de tendência que vinha de antes da tragédia viral, podemos concordar com a afirmação do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han:

Com a pandemia estamos caminhando para um regime de vigilância biopolítica. Não apenas nossas comunicações, mas até mesmo nosso corpo, nosso estado de saúde se tornam objetos de vigilância digital. De acordo com [a escritora e ativista social canadense] Naomi Klein, o choque é um momento favorável para a instalação de um novo sistema de regras. O choque pandêmico fará com que a biopolítica digital se

instale em todo o mundo, que com seu sistema de controle e vigilância tomará conta de nossos corpos, dando origem a uma sociedade disciplinar biopolítica na qual nosso estado de saúde também será constantemente monitorado.<sup>156</sup>

Mesmo assim, há de se nuançar a questão, pois, como observou Byung-Chul Han, “os países asiáticos, que acreditam pouco no liberalismo, têm sido bastante rápidos em assumir o controle da pandemia, especialmente nas áreas de monitoramento digital e biopolítico, o que é inimaginável para o Ocidente”. De novo, eis as singularidades das sociedades que os historiadores tanto se esforçam para abordar.

Não obstante, é razoável esperar que o mundo pós-pandemia multiplique as normas e os controles sobre a circulação de mercadorias e pessoas com o objetivo de conter patógenos. Certamente aumentarão os entraves burocráticos nas alfândegas, aeroportos, portos e postos de fronteira. A fiscalização de alimentos e remédios também crescerá. Infelizmente, também é provável ocorrer expansão de preconceitos em relação a estrangeiros, principalmente os originários das áreas do planeta onde há mais chance de surgirem novos patógenos (sudeste asiático, África central e ocidental, floresta amazônica, etc.). A Covid-19, nesse aspecto, reforçará tendências há tempos presentes no mundo.

No que se refere ao incremento da vigilância digital sobre os cidadãos dentro dos países, ainda é cedo para avaliar a contribuição da pandemia. Tudo dependerá da trajetória futura da política. É verdade que os autocratas se alimentam de medo, e que há muitos deles bastante ativos nos dias correntes. Eles adorariam declarar estado de emergência e torná-lo normal, implantando um regime de vigilância digital biopolítica. Provavelmente existe muita gente vivendo a histeria da sobrevivência que aceite esse sacrifício – a limitação dos direitos fundamentais – sem questionamento. Mas o nosso tempo é um ambiente de grande confusão, no qual estão embaralhados projetos e narrativas diversos. Cada um tenta reconfigurar o futuro a seu modo. Essa multiplicidade na confusão significa, com o perdão da banalidade, que há distintas oportunidades de pensamento e de ação, que certas revoltas conservadoras até agora bem-sucedidas não estão sozinhas na cena, que o porvir continua em aberto. Dito de forma límpida, os resultados políticos regressivos dos últimos anos na Europa e nas Américas não indicam tendência irresistível da história.

---

<sup>156</sup> Entrevista à Agência EFE do filósofo e teórico social sul-coreano Byung-Chul Han, 12 mai. 2020.

Não há razão, portanto, para subscrever, neste momento, a opinião de Byung-Chul Han: “O Ocidente será forçado a abandonar seus princípios liberais; e então existe a ameaça de uma sociedade de quarentena biopolítica no Ocidente, na qual nossa liberdade seria permanentemente limitada”.

Mais uma vez vale recordar que a indeterminação é marca dos processos de mudança social. Sempre que falamos disso, é bom ter em mente que um paradoxo acompanha esse processo: os agentes sociais perseguem cotidianamente certezas capazes de guiarem suas interações, porém, essa busca de certezas gera incertezas coletivas.

### **Pandemia e geopolítica mundial**

Cabe também refletir um pouco sobre os possíveis impactos da Covid-19 na ordem mundial. A pandemia teria o condão de iniciar uma era distinta na dinâmica do sistema interestatal? Ela marcaria o fim da hegemonia estadunidense e a ascensão definitiva da China, o deslanchar do “século chinês” ou asiático? Não faltam pensadores que respondem afirmativamente a estas perguntas. Veja-se, por exemplo, a opinião do coreano Byung-Chul Han, na entrevista anteriormente mencionada:

A Covid-19 provavelmente não é um bom presságio para a Europa e os Estados Unidos. O vírus é um teste para o sistema. A Europa e os Estados Unidos estão tropeçando. Diante da pandemia, eles estão perdendo o brilho. O vírus não está impedindo o avanço da China. A China vai vender seu status de vigilância autocrática como modelo de sucesso contra a pandemia. Ela exibirá a superioridade de seu sistema ainda mais orgulhosamente em todo o mundo. A Covid-19 vai deslocar o poder global para a Ásia. Visto sob esta luz, o vírus marca uma mudança de era.

Convém ir devagar com o andor, pois o santo é de barro. Quando o assunto é a geopolítica contemporânea, temos que realçar duas dimensões relevantes, distintas entre si, embora com algum grau de articulação. Há a dimensão das disputas entre países ou blocos de países, na qual se destacam, hoje, as contendidas entre a China e os Estados Unidos. Há também as disputas envolvendo as ações e os interesses das grandes corporações (especialmente as *big techs* Amazon, Apple, Facebook e Google), de um lado, e dos poderes nacionais, por outro.

Nas últimas décadas, em um mundo no qual prevalece a mobilidade de capitais, as grandes corporações com enorme poder de mercado se pautam pela busca do adensamento

das cadeias globais de produção, pela ampliação do comércio intrafirmas e por estratégias de *global sourcing*, destacando-se a deslocalização da capacidade produtiva e dos investimentos e a captura de resultados nos paraísos fiscais. As pouquíssimas multinacionais que dominam a economia mundial respondem muito mais a seus acionistas (instituições financeiras e fundos de investimentos) do que aos governos (ou eleitores) de seus países de origem.

O choque pandêmico funcionou a favor da maior concentração dos negócios, beneficiando particularmente as empresas gigantes do varejo, das novas mídias e da biotecnologia. Ela acelerou processos já em curso, incrementando o poder das megacorporações que prejudicam a concorrência, os consumidores e, em última instância, os próprios países. De modo que, no pós-pandemia, serão aprofundados os debates na Europa e nos Estados Unidos sobre os monopólios e oligopólios globais, certamente conduzindo a alguma mudança na regulação de suas atividades.

No Congresso norte-americano, por exemplo, executivos de Amazon, Apple, Facebook, Google e Microsoft têm sido convocados para prestar contas sobre concentração de poder econômico. Nessas audiências, as *big techs* estão ouvindo discursos como do deputado democrata David Cicilline, membro do subcomitê antitruste do Comitê Judiciário da Câmara, que alfinetou: “Muitas práticas utilizadas por essas empresas têm efeitos econômicos prejudiciais. Elas desencorajam o empreendedorismo, destroem empregos, aumentam os custos e degradam a qualidade. Simplificando: elas têm muito poder”.<sup>157</sup> Na Europa, tribunais da União Europeia decidiram por sanções contra algumas dessas megacorporações, com base no mesmo argumento. A guerra pelas vacinas ainda em desenvolvimento, por outro lado, escancarou a dependência dos países diante de empresas que não são mais nacionais, que respondem simplesmente às exigências de seus balanços trimestrais (lucro e valorização das suas ações) e de suas estratégias globais.

Nesse sentido, a pandemia, juntando-se aos conflitos entre China e Estados Unidos, deverá estimular recuos das redes globais de suprimentos. No curto e médio prazo, assistiremos movimentos de fechamento de diversas economias. Estados Unidos, países membros da União Europeia e Japão falam abertamente em “repatriar” as manufaturas, isto é, trazer de volta as fábricas para seus territórios nacionais por meio de bilionários fundos de

---

<sup>157</sup> Ver matéria do Jornal GGN, de 30 jul. 2020. <https://jornalggn.com.br/coluna-economica/coluna-economica-as-discussoes-sobre-o-monopolios-das-bigtechs/>.

repatriamento. A Europa passou a defender a diversificação das cadeias de suprimento por razões de “autonomia estratégica”. Tudo indica que muitos governos recorrerão a um conjunto de ferramentas para recuperar capacidade produtiva de insumos e equipamentos, inclusive os médicos. Nesse arsenal de iniciativas, destacam-se: a) mapeamento das cadeias de suprimentos, estoques e produtos finais; b) uso de subsídios e incentivos fiscais a empresas privadas que produzem internamente em locais menos competitivos; c) destinação de verbas públicas para pesquisa e desenvolvimento; d) realização de investimentos públicos em educação e treinamento; e) manejo das políticas de compras governamentais para incentivar a produção local e; f) a produção direta por empresas estatais. Um pé já está pressionando o freio da globalização neoliberal, não para brecá-la completamente, mas para diminuir sua velocidade e mesmo reduzir a abrangência do seu escopo.

A pandemia, ao deixar bem visível as fragilidades das longas cadeias globais de suprimentos, que podem ser desmontadas por desastres naturais, crises econômicas ou conflitos entre superpotências, acionou a luz vermelha nos painéis de “segurança nacional” mundo afora. Nas entranhas dos grandes *players* internacionais, o *deep state* – o segmento da burocracia com enorme controle sobre a máquina pública e as agências e forças vinculadas à “segurança nacional” – volta sua atenção para novas leis antitruste e a reciclagem de fornecedores. Ora, isso quer dizer mais nacionalismo e, no plano ideológico, o abandono da ideia de que a concentração econômica é intrinsecamente boa. Nos anos 1980, a escola de Chicago defendeu as vantagens para o consumidor advindas dos ganhos de escala das grandes corporações. Depois, levantou-se a hipótese de que a rápida capacidade de mobilização de capitais e de inovações tecnológicas impediria a acomodação das empresas líderes de mercado.

Mas a realidade contradisse a teoria. Nesse caso, porém, não se deve botar a culpa em Milton Friedman, pois este sempre defendeu arduamente a competição. De todo modo, chega a ser irônico ver o Google ser acusado, pelo congressista republicano Ken Buck, de ajudar a China porque deixara licitação, em 2018, para fornecimento de serviços em nuvem ao Pentágono, alegando discordar do uso da inteligência artificial para o desenvolvimento de armas. Não há dúvida de que o mundo anda bem confuso e perigoso.

Há, portanto, uma disputa entre o grande capital que detém o controle monopólico das inovações e dos lucros extraordinários e os Estados nacionais, disputa essa que o choque

sanitário corrente apenas agrava e torna mais visível. Mas existem também as disputas interestatais no âmbito do sistema mundial que a pandemia alimenta com um pouco mais de trágico combustível. É nessa dimensão que se fala da mudança de hegemonia global de que a própria Covid-19 seria sinal marcante: a ascensão da China e o declínio dos Estados Unidos, o ponto de virada para o século da dominação asiática.

Vale lembrar, inicialmente, que não é de hoje que se discute a suposta “crise da hegemonia americana”. Na década de 1970, já se falava do declínio do poder mundial dos Estados Unidos. O país havia sido derrotado no Vietnã, na Nicarágua da Revolução Sandinista, no Irã da Revolução Islâmica, o padrão dólar ruíra, o preço do petróleo subira extraordinariamente, o crescimento econômico ocidental desacelerara bruscamente, os russos invadiram o Afeganistão... Contudo, nos anos 1990, os Estados Unidos se apresentavam como a única superpotência mundial no contexto da derrocada da União Soviética e da queda do Muro de Berlim. Falou-se, então, no “fim da história”, isto é, na vitória definitiva do padrão estadunidense de civilização capitalista. Os apologistas dos Estados Unidos e os americanófilos, porém, logo esbarraram nas turbulências do terrorismo, nos resultados ambíguos das campanhas militares no Afeganistão e Iraque, na vertiginosa ascensão chinesa e na crise financeira de 2008.

Novamente, muitos predisseram a queda da hegemonia americana. Eric Hobsbawm, por exemplo, afirmou: o “projeto americano está falindo”. E sentenciou: “a superioridade dos Estados Unidos é um fenômeno temporário”.<sup>158</sup> O economista italiano Giovanni Arrighi (1937-2009), por sua vez, expressou a opinião de que a “hegemonia americana vive crise terminal após o fracasso do projeto neoconservador no Iraque”, acrescentando que, com George W. Bush, “os Estados Unidos deixaram de ser um Estado hegemônico que criava ordem para se tornarem uma força do caos e da desordem”.<sup>159</sup> O sociólogo Immanuel Wallerstein (1930-2019) foi ainda mais incisivo: não somente a hegemonia americana estaria ferida de morte, mas o próprio sistema mundial moderno, surgido na Europa depois do século XVI, acabaria durante a primeira metade do século XXI.<sup>160</sup>

Afinal de contas, o que é o sistema mundial moderno hegemônico pelos Estados Unidos que estaria hoje recebendo sua pá de cal jogada pela Covid-19? E o novo *hegemon*

---

<sup>158</sup> Entrevista veiculada na *Folha de São Paulo*, 30 set. 2007.

<sup>159</sup> Entrevista veiculada na *Folha de São Paulo*, 2 set. 2007.

<sup>160</sup> Entrevista veiculada em *O Globo*, 18 ago. 2007.

capaz de garantir o bom funcionamento e a governança global será a China, o revigorado “Império do Meio”?

Em poucas palavras, o sistema mundial moderno é o sistema específico de poder que nasceu associado ao capitalismo, com base no sistema interestatal europeu surgido no século XV-XVI. Um pequeno conjunto de Estados nacionais que se impôs dentro e fora da Europa constituiu o núcleo original das grandes potências do sistema. Nos cinco séculos seguintes, o sistema interestatal capitalista expandiu-se continuamente, incorporando sucessivamente novos Estados e economias nacionais, em dinâmica permanente de competição e hierarquização. Ao núcleo original se juntaram países diretamente integrados – os de “desenvolvimento a convite” –, com acesso privilegiado aos mercados e capitais das grandes potências e subordinados a suas estratégias militares e de política externa. Países como Canadá, Austrália, Nova Zelândia na virada do século XIX para o XX; depois da Segunda Guerra Mundial, Alemanha, Japão e Coreia do Sul. Também surgiram no sistema mundial países que questionaram a hierarquia, alcançaram desenvolvimento acelerado e desafiaram o *status quo* internacional com sucesso: caso dos Estados Unidos, na primeira metade do século XX, e da China, no alvorecer do século XXI. A maioria dos demais países constituiu a larga *periferia* política e econômica do sistema, fornecedores de *commodities* e bens industriais específicos, alguns deles com fortes ciclos de crescimento industrial (como Brasil e México), mas todos sem disposição ou capacidade para desafiar a ordem estabelecida (FIORI, 2007).

Seja no pequeno grupo das potências “ganhadoras”, seja na multidão de países em posição subalterna, predomina a dinâmica competitiva que produz efeitos contínuos de crise e hierarquização, geradores de tabuleiros geopolíticos complexos. No *centro* do sistema, destacam-se os Estados que, mais do que afluentes, desenvolveram seus sistemas de defesa e se preocuparam com a conquista e o controle de tecnologias sensíveis. O sistema mundial moderno é, portanto, arena de luta contínua entre Estados, economias nacionais e capitais privados pela conquista de posições e de monopólios. É intrinsecamente desigual, competitivo, expansivo, instável. Instabilidade que decorre, sobretudo, das crises econômicas que marcam a história da internacionalização capitalista e das guerras que caracterizam a história geopolítica das nações desde a Paz de Vestfália, em 1648.

O sistema mundial moderno é por assim dizer exclusivista: no seu núcleo, não há lugar para todos. Ao contrário, somente uns poucos países são “ganhadores”, e apenas outros

poucos podem modificar sua posição relativa dentro do sistema, dependendo do seu território, dos seus recursos, do tamanho do seu mercado interno e da sua coesão social. E da existência de elite política capaz de promover projeto nacional de desenvolvimento com mobilidade social generalizada e de questionar a ordem internacional.

No desenvolvimento do sistema interestatal capitalista, não se pode esquecer que poder e finanças sempre estiveram de mãos dadas. O poder dos bancos e dos mercados financeiros foi parte ativa e decisiva na construção e reprodução do poder global. Nessa dimensão, apenas duas moedas nacionais alcançaram a condição de referência mundial para as transações de todo tipo: a libra (a partir de 1870) e o dólar (depois da Segunda Guerra Mundial). As praças financeiras de Londres e de Nova Iorque lideraram, inquestionavelmente, os processos de liberalização e globalização financeira. E seguem liderando, com suas moedas e bancos nacionais, o poder de circulação e arbitragem supranacional. Por isso, conforme Fiori (2014, p. 118-119),

enquanto se mantiver a centralidade internacional da moeda norte-americana e dos mercados financeiros dos Estados Unidos e da Inglaterra, as finanças dos dois países seguirão operando como instrumentos fundamentais de reprodução e expansão do poder global e da hegemonia econômica das duas potências anglo-saxônicas.

Poder militar, poder financeiro e poder tecnológico são os elementos cruciais da competição no sistema mundial moderno. Cada potência que lidera ou tenta liderar a ordem internacional, além de acumular poder e riqueza, tem que estar preparada para a guerra. Como bem observou Fiori (2014, p. 115), “o que ordena e estabiliza as relações hierárquicas internas do sistema mundial, paradoxalmente, é a existência de eixos de conflito crônicos, junto com a permanente possibilidade de uma nova guerra entre as grandes potências”. Na geopolítica contemporânea, todos competem com todos, e as alianças mudam em função dos objetivos estratégicos dos países.

A novidade chinesa se impôs, de fato, a partir dos anos 1990. A China está decidida a reconquistar posição internacional autônoma e preeminente, a retomar seu antigo lugar de “Império do Meio”, como núcleo de vasto e rico mundo sinocêntrico. Resumimos essa história de mais de 5.000 anos, de modo a sublinhar os desafios que ela põe ao sistema interestatal capitalista. E para deixar bem claro: a China é um Estado-civilização, com forte homogeneidade linguística e cultural, há bastante tempo centralizado e burocrático, ancorado

na filosofia moral de Confúcio (551-479 a. C.) na qual tem primazia a concepção da virtude e do compromisso ético dos governantes com o interesse universal do povo e da civilização chinesa. É sociedade cujo poder imperial é indivisível, que não preza a participação do povo no governo e possui visão elitista do Estado e dos seus governantes, o que significa que não possui sociedade civil nem conhece o princípio da soberania popular. Por isso mesmo, a China é bastante diferente dos Estados nacionais originários da Europa, constituindo, de fato, alternativa ao modelo ocidental. Seu atual líder Hu Jintao, em discurso no décimo quinto aniversário do Congresso Nacional do Povo, anunciou que a China não copiaria as instituições políticas ocidentais, pois seria como tomar uma “rota cega”.

Os primeiros momentos da centralização do poder territorial chinês remontam há pelo menos 2.300 anos.<sup>161</sup> Período fundamental nessa longa trajetória foi o dos “reinos combatentes”, entre 481 e 221 a. C. Tempo de guerras e conquistas, que terminou com a vitória de dois reinos situados no nordeste da China atual. O Estado Qin venceu a guerra e realizou a primeira unificação; o Estado Han, que o sucedeu a partir de 206 a. C. levou mais adiante o processo, erigindo um império que durou quatrocentos anos, cuja influência estendeu-se à Coreia, à Mongólia, à Ásia Central e ao Vietnã. O império Han criou a rota da seda e lançou as bases do sistema hierárquico-tributário de relacionamento com os povos vizinhos.<sup>162</sup> Este período é conhecido como o “período dourado” da história chinesa.

No século XIV, a dinastia Ming (1368-1644) reorganizou o Estado chinês, consolidou um mandarinato meritocrático e homogêneo empregado na gestão do território – uma burocracia confuciana que operou séculos afora em nome dos valores tradicionais de moderação, benevolência e equilíbrio –, reconquistou a Mongólia, a Coreia e o Vietnã, dominou Camboja, Japão, Java, Brunei, Sião e Srivijaya, alimentando o expansionismo por meio da diplomacia, da guerra e do brilho da civilização confuciana. Foi durante a dinastia Ming que ocorreram as famosas expedições navais do almirante Cheng Ho, mas o império chinês priorizou as conquistas terrestres: a China conquistou em três séculos espaços duas vezes maiores que os obtidos pelos impérios marítimos europeus nos séculos XVI e XVII. A expansão do “Império do Meio” prosseguiu na dinastia Qing (1644-1912), principalmente

---

<sup>161</sup> As brevíssimas anotações sobre a história chinesa aqui expostas foram baseadas em Fairbank & Goldman (2008).

<sup>162</sup> O relacionamento da China com povos vizinhos trocava o reconhecimento da superioridade da civilização chinesa e a cobrança de tributos pela aceitação da autonomia dos vizinhos. Este sistema, que vigorou até meados do século XIX, conformou um mundo sinocêntrico imenso.

durante o reinado do imperador Chien-lung (1735-1799): a China duplicou seu território e submeteu o Tibete, Taiwan e todo o oeste do atual território chinês até o Turquestão.

Então sobreveio o “século de humilhação” imposto à China pela “barbárie europeia”, entre 1842 e 1945. As duas guerras do ópio (1839-1842 e 1856-1860) submeteram o império ao domínio das potências europeias, fragmentaram a soberania de Pequim e mergulharam as longevas estruturas governamentais na corrupção e no descrédito. Terminada a Segunda Guerra Mundial, no entanto, Mao Tsé-tung (1893-1976) e o Partido Comunista Chinês recentralizaram o poder interno, prolongando e radicalizando a tradição milenar da “dinastia mandarim”. A China comunista, que tem a forma de “república popular”, é, na verdade, continuação dos preceitos morais confucianos do período imperial. Com Deng Xiaoping (1904-1997), em 1978, a China adotou o capitalismo como instrumento de acumulação de poder, realizando espetacular arrancada econômica. A política macroeconômica, industrial e comercial chinesa foi posta a serviço da estratégia nacional e social do Estado, cuja primeira prioridade sempre foi a construção do Estado e a defesa da unidade territorial de sua sociedade e civilização. Gostemos ou não, na China o capitalismo é uma ferramenta do Estado e está a serviço do desenvolvimento do país e de sua política de defesa.

Na leitura por meio das categorias ocidentais, a recente modernização da China assentou-se em estratégias mais próximas do mercantilismo de William Petty (1623-1687) do que da economia política de Adam Smith ou de Karl Marx; observou mais de perto as orientações do nacionalismo econômico de Friedrich List (1789-1846) do que do liberalismo heterodoxo de John Maynard Keynes.<sup>163</sup> Os chineses mantiveram e mantêm cuidadosamente intacto seu sistema de comando centralizado, realizaram inovações institucionais adaptadas às suas peculiaridades e história, empregaram empresas estatais lideradas pelo Estado planejador e empresas rurais de propriedade coletiva para catapultar a produção, diversificaram a indústria, deixaram sua moeda (o iuane) inconvertível e desvalorizada para aumentar a competitividade das exportações, combinaram flexivelmente mecanismos do

---

<sup>163</sup> Petty dava importância fundamental ao Estado e às guerras para o desenvolvimento econômico dos países. A primeira obrigação do Estado seria a defesa da sociedade e do território, e para isso seria preciso obter os recursos por meio da tributação. Mas, segundo Petty, o aumento da tributação dependeria do aumento da produtividade e do “excedente econômico” nacional. Ver PETTY, William. *Tratado dos impostos e contribuições*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. List contestava os princípios da teoria das vantagens comparativas, defendendo que as nações atrasadas deveriam se aparelhar para entrar no livre comércio, adquirir “força de produção”, o que exigiria uso adequado do protecionismo para defender as “indústrias nascentes” da concorrência estrangeira. Além da “força produtiva” interna, os governos deveriam se ocupar com infraestrutura, legislação, controle de rotas comerciais e visão geopolítica. Ver LIST, Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

planejamento e do mercado, promoveram exportações e controlaram importações, estimularam o investimento estrangeiro nas “zonas econômicas especiais (ZEE)” de forma a absorver e controlar o ingresso de capitais. Conforme Carlos A. Medeiros (2000, p. 401), a via chinesa de desenvolvimento, centrada na estratégia “um país, dois sistemas”, foi construída desde os anos 1980 da seguinte forma:

A política econômica (...) induziu simultaneamente ao desenvolvimento do mercado interno e à promoção de exportações. É possível falar na existência de dois regimes. O regime de promoção de exportações foi estabelecido com as ZEE, que se espalharam ao longo das zonas costeiras. (...) As empresas vinculadas às ZEE possuem liberdade cambial e beneficiam-se de isenções de impostos. A política chinesa, com este regime, é atrair investimentos e divisas. (...) As empresas que não se encontram sob o regime das ZEE, subordinam-se à política chinesa de comércio exterior, fortemente protecionista e dirigida simultaneamente para as exportações e para o desenvolvimento do mercado interno. Todo o comércio exterior é centralizado em tradings estatais, que exercem o monopólio cambial e tomam a iniciativa das exportações, promovendo a produção das EVM (empresas coletivas de vilas e municípios). (...) Na China claramente segmentaram-se os dois regimes (proteção do mercado interno e promoção de exportações) e liberalizou-se o acesso aos investimentos externos antes da liberalização das importações.

No plano internacional, a rápida e exitosa modernização chinesa, que transformou o país na “fábrica do mundo”, resultou na impressionante expansão das parcerias entre as economias e empresas chinesas e estadunidenses, além, obviamente, do ganho chinês de vastas zonas de influência no centro e sudeste asiáticos. Nas últimas décadas, americanos, europeus e japoneses correram para a “Chinásia”, onde depositaram investimentos e realizaram produção manufatureira a baixos preços; de volta, as exportações chinesas sustentaram o consumo das famílias americanas cada vez mais endividadas, submetidas à estagnação ou queda dos rendimentos. Os chineses também fizeram imensas compras de títulos da dívida americana (acumulação de reservas) e “investimentos de portfólio”, de maneira que financiaram os *déficits* na balança comercial dos Estados Unidos. De quebra, o modelo sino-americano ainda garantiu inflação e taxas de juros baixos. No jogo da grande finança com a grande empresa, China e Estados Unidos ficaram economicamente atados (BELLUZZO e GALÍPOLO, 2017, cap. II).

Ora, essa dinâmica do sistema interestatal capitalista dos dias de hoje sequer será arranhada pelos efeitos da Covid-19. Os Estados Unidos defenderão com unhas e dentes sua

posição de poder global, contando com seu imenso poderio bélico, sua ainda ampla liderança tecnológica e sua moeda de referência internacional. A China, que já se tornou o principal centro da acumulação capitalista, deixando para trás a “cópia tecnológica” porque avança a passos largos na pesquisa e inovação, e possui hoje o segundo maior orçamento militar do mundo e forças armadas que se modernizam, também seguirá no rumo da consolidação de sua posição de superpotência. A pandemia é somente ingrediente a mais – e passageiro – das tensões entre China e Estados Unidos, somando-se às disputas pelo controle da Ásia e do Pacífico, por tecnologias sensíveis (5G, plataformas de internet, energias limpas, biotecnologias, corrida aeroespacial) e pelo acesso privilegiado aos recursos da África e América Latina.<sup>164</sup>

Esta disputa não se resolverá tão cedo, nem tem que necessariamente terminar com a vitória de um ou de outro. É pouco provável que ela desemboque em guerra aberta entre as duas potências, porque os líderes chineses (de Deng Xiaoping, passando por Jiang Zemin até Hu Jintao) insistem na “ascensão pacífica” do país, isto é, “que a China se converterá em uma potência mundial sem causar distúrbio na comunidade internacional” (FAIRBANK e GOLDMAN, 2008, p. 420). E também porque os chineses reconhecem que a participação crescente do país no comércio e em organismos internacionais impossibilita um retorno ao isolamento e à beligerância dos anos de Mao. *Last but no least*, a relação econômica entre China e Estados Unidos é como ligação de irmãos siameses. A notável abertura chinesa a investimentos estrangeiros, incluindo destacadamente os norte-americanos, certamente funciona como fator moderador das suas ambições estratégicas, sem falar da antigüíssima tradição de expandir sua influência por meio da diplomacia, que opera no sentido de construir “círculos concêntricos” nos quais haja o reconhecimento da China como uma “civilização superior”.<sup>165</sup>

A doutrina estadunidense de contenção do “dragão chinês” provavelmente reforçará e expandirá a economia de guerra do país, acelerando sua integração com a Rússia e a Ásia Central. O que o futuro anuncia, se José Luís Fiori (2014, p. 201) estiver com a razão, é um

---

<sup>164</sup> Na lista de contenciosos sino-americanos, há que se incluir questões como o *status* de Taiwan, as violações de direitos humanos, os direitos de propriedade intelectual e as armas nucleares da Coreia do Norte (FAIRBANK e GOLDMAN, 2008, p. 420-423).

<sup>165</sup> O que não significa que a China abdicou inteiramente da violência na formação do “império do meio”. Basta lembrar as conquistas do Tibete, Taiwan e de Xinjiang em guerras sangrentas e que foram transformadas em colônias numa posição inferior dentro do império. O que se repetiu no Tibete, na década de 1950.

sistema mundial que “envolverá, daqui para frente, uma espécie de guerra de posições permanente entre grandes países continentais, como é o caso pioneiro dos Estados Unidos, e agora também de China, Rússia, Índia e Brasil”. Mais precisamente, uma geopolítica multicêntrica, na qual sobressaem dois grandes “impérios do meio” (o estadunidense e o chinês), com algumas réplicas inferiores (por exemplo, o Brasil na América do Sul, a Alemanha na Europa Central, a África do Sul na zona subsaariana).

Uma nova “guerra fria” entre China e Estados Unidos talvez redesenhe a ordem internacional na direção justamente do tradicional sistema hierárquico-tributário do mundo sinocêntrico. Todavia, o que isso tem a ver com a Covid-19? Muito pouco, com certeza.

Tal como se apresentou ao mundo em 2020, o coronavírus não tem poder suficiente para alterar as peças e a dinâmica do xadrez geopolítico que é, diga-se de passagem, mais assemelhado ao jogo chinês de *weiqi*, cuja regra básica não é o xeque-mate, mas o cerco contínuo e a coexistência combativa com os adversários.

Enfim, apesar de sua dramaticidade, a atual pandemia parece não ter força para alterar profundamente o modo de funcionamento de nossa sociedade. A versão hodierna do capitalismo continuará confinando o horizonte de mudanças. Talvez fiquem mais audíveis as refutações keynesianas das políticas de austeridade tão propaladas pelo “mercado” e candidamente adotadas pelos governos. Talvez mais países aceitem medidas para reverter o desencanto das ruas – e mesmo a onda de raiva contra o *status quo* na economia. É menos provável que muitos países avancem na direção de impulsionar educação e saúde, adotar programas de renda básica e impostos sobre a riqueza, implantar políticas ativas de mercado de trabalho, regulamentar e fiscalizar mais estritamente a produção de alimentos. A maioria certamente procurará “empurrar” o sistema de volta à “estabilidade”. Portanto, o mais provável é que, por assim dizer, chovam no molhado as numerosas advertências de que devemos reexaminar todas as nossas condições de vida, e que as pessoas assintam com a cabeça e pensem em outras coisas.

Tomando de empréstimo a fala do narrador do romance de Ruth Guimarães, *Água funda*, no que se refere às grandes mudanças sociais e geopolíticas e à dinâmica do “capitalismo de plataforma”, os efeitos da Covid-19 passarão “como canoa em água funda. Passa. A água bole um pouco. E depois não fica mais nada”. E esta conclusão não é sinal de otimismo; é pessimismo desencantado.

## Epílogo

Em 1967, escrevendo sobre a memória dos acontecimentos relativos à Gripe Espanhola no Rio de Janeiro, Nelson Rodrigues, com seu habitual exagero e tom cáustico, pôs no papel as seguintes palavras: “De repente, passou a gripe. (...) Ninguém pensava nos mortos (...). A peste deixara nos sobreviventes não o medo, não o espanto, não o ressentimento, mas o puro tédio da morte”. Hoje, o ressentimento não terá qualquer utilidade. De quem ou do quê ficaremos ressentidos? Da natureza ou do vírus, não faz sentido. Da irrupção do acaso ou do imprevisto na história, não pode ser. Só se for dos erros dos governos na resposta à pandemia, e dos problemas de fundo que respondem pelas condições propícias à emergência cada vez mais frequente de doenças zoonóticas. No entanto, o ressentimento pode conduzir à passividade, além de não ser bom conselheiro.

O medo e o espanto, estes sim, devemos guardar. Eles ferem nossa arrogância de espécie dominante no planeta. Lembram-nos de que há variáveis que não controlamos e podem nos ajudar a mudar nosso rumo, desde que sejam encarados como meios de mobilizar as pessoas, as comunidades e as sociedades para pensar a pandemia de Covid-19. Pensá-la como fenômeno sociobiológico, em perspectiva ecológica e histórica; pensá-la como fator de mudança social, mesmo que não seja o gatilho de uma revolução; pensá-la como narrativa, ou melhor, conjunto de narrativas que põe a nu nossas disputas de valores civilizacionais. Pensar sobre o que vamos fazer com nosso medo e nosso espanto, na direção sugerida por Donald Worster (2020, cap. 1, p. 1-2):

Há muito barulho quando os humanos começam a entrar em pânico e gritar por vingança. Estamos com disposição para lutar, e a luta mais uma vez é contra a natureza. O mundo não humano está sendo responsabilizado não apenas pela atual onda de doenças, mas também pela perturbação do comércio, indústria, transporte, empregos, moedas, preços de ações, educação, conferências sobre clima e biodiversidade, imigrações e hospitais. Eventualmente, depois que as primeiras ondas de pânico começarem a diminuir, podemos estar prontos para pensar por que essa epidemia ocorreu.

Devemos nos envergonhar de nossos líderes, que meteram os pés pelas mãos no enfrentamento da Covid-19, especialmente daqueles que propugnaram a supremacia dos interesses econômicos sobre as medidas de saúde pública e a proteção da vida. Devemos repelir a enxurrada de notícias falsas e teorias errôneas a respeito do vírus e da doença nas plataformas digitais. Rejeitar as tentativas mesquinhas e oportunistas de politização da pandemia. Esconjurar os negacionismos: da doença, da mudança climática, da razão e da democracia.

Pensar a história como realidade ou processo aberto, não-linear, fruto de múltiplas e complexas causalidades. Movimento, mudança, mas sem direção ou sentido pré-fixados por Deus, pela razão ou por um metafísico “espírito do tempo”. Cada época ou conjuntura é única, os seus desdobramentos sendo raramente predeterminados e sempre sujeitos a imprevisibilidades. Na história, jamais há algo pré-ordenado em relação ao que aconteceu. Em qualquer conjuntura anterior, vários resultados diferentes eram possíveis. Não será diferente agora. Tudo depende das configurações precisas e cambiantes de forças humanas e ambientais. Mudanças nos “sistemas socioecológicos” desafiam explicações simplistas, reducionistas, do tipo “causa e efeito”. E a contingência é parte essencial da história, ela importa, tem seu papel. Logo, não há como descartar as imbricações fortuitas de processos humanos e naturais.

Aceitemos de uma vez por todas: “a história é uma sucessão de apocalipses”, como propõe John Gray.<sup>166</sup> A história não é um processo gradual de acúmulos no qual os significados e os valores se organizam uns em relação aos outros, se conservam e se incrementam, como se fosse um galpão logístico da Fedex. A história não corre sobre trilhos nem existe um “trem da história” que possamos pegar ou perder. Ao contrário, a história é repleta de interrupções nas quais frequentemente se perde o que se havia ganhado antes. Apocalipses gerados por guerras, fomes, epidemias, revoltas, desastres naturais. E há também as rupturas revolucionárias que provocam o desaparecimento repentino de um modo de vida. Entre os apocalipses e as revoluções, espraiam-se períodos de melhorias graduais – a história repousa, por assim dizer, de suas desabaladas “correrias” por duas ou três gerações. São esses interlúdios de avanços materiais e culturais que os otimistas chamam de “tempos de progresso”. No Ocidente, essa é a experiência histórica recorrente.

---

<sup>166</sup> John Gray, “Outro apocalipse?”, *El País Brasil*, 24 mai. 2020.

Talvez por isso o poeta Carlos Drummond de Andrade escreveu que “toda história é remorso”. Porque o passado traz avalanche de quedas, de escolhas ruins, de recuos desastrosos, de multidões derrotadas, de projetos malogrados, de rebeliões sufocadas. A atual pandemia mostrou que, em tantos aspectos, não evoluímos muito em relação à pandemia de 1918.

Será a Covid-19, como querem alguns, o marco inicial do século XXI histórico? O fim de uma era e o começo de outra? Difícil acreditar que, após a pandemia, o mundo que conhecemos ficará reduzido a um quadro na parede, igual a Itabira de Carlos Drummond de Andrade. Que terá desaparecido para sempre. Depois do confinamento, vamos acordar no mesmo mundo de antes, só que um pouco pior. Michel Houellebecq, controverso escritor francês, tem razão: o vírus “banal” provocará tão somente mudanças em certas atitudes e determinados hábitos das pessoas e, por outro lado, aprofundará tendências que já estavam presentes. A nossa vida de relações despreocupadas entre pessoas, que já estava ameaçada, rapidamente se desvanecerá na memória. Haverá mais precarização do trabalho, mais automatização na produção e nos serviços, mais concentração dos negócios em corporações imensas, mais desigualdade, mais nacionalismo. É o que se vê nos desdobramentos ainda iniciais desta crise global.

Temos de estar mais preparados para lidar com o acaso, com a contingência. Quem sabe ouvir Herman Melville, no romance *Moby Dick*, na passagem em que ele fala mais ou menos assim: “Tudo bem, os acontecimentos são fruto da necessidade, do livre-arbítrio – mas o golpe final cabe ao acaso”. Não somos supernaturais, somos animais humanos. Jamais haverá tecnologia capaz de nos garantir o completo controle da ecosfera ou, mais amplamente, do universo. Nunca houve e nem haverá sociedade humana livre da incerteza e do risco, desligada das dinâmicas naturais, independente dos elementos bióticos e abióticos que formam o planeta. Não podemos nos livrar, pela magia ou por meio da tecnologia, do surpreendente, do inesperado, do insuspeitado no plano social, na natureza ou no âmbito das relações sociedade-natureza. Nossos anseios de máximo controle e de inteira previsibilidade são vãos.

De maneira que é ilusão acreditar que a Covid-19 é um “acidente” na nossa história, cuja dramaticidade se deveu a equívocos de planejamento e de gestão por parte de governos. Manter a discussão sobre as novas pandemias dentro do círculo estrito da “segunda

natureza” construída pelos humanos será erro imperdoável, ainda mais diante dos caminhos que o conhecimento tem trilhado nas últimas décadas. Por mais avançada que esteja nossa tecnologia, ela não muda o fato de que o mundo natural é muito grande e complexo, possui dinâmicas próprias e autônomas em relação à nossa vontade, e não se submete completamente ao nosso controle. Por isso mesmo, mais inteligente é conviver e cooperar com a natureza, ao invés de seguir enfrentando-a. A melhor maneira de mudar nossa atitude é ter cada vez mais gente que observe a natureza por mais tempo, o que significa reerguer e difundir uma longa tradição de naturalismo “amador”. Afinal, se Deus criou tantas e diversas criaturas não humanas, deve ter por elas uma afeição extraordinária. Devemos respeitá-las, portanto, deixando-lhes espaços e recursos para viverem.

Seria esta uma visão fatalista e pessimista, de vez que doenças emergentes são tidas como inevitáveis? Não exatamente, porque há um papel para a agência humana: lidar denodadamente com os determinantes sociais das doenças e cuidar da saúde do planeta. Empreender a reconstrução das sociedades e de suas relações com a natureza. Enfrentar a tragédia civilizatória do presente: a tolice mecânica, a precarização do trabalho, a redução de direitos, a desigualdade galopante, urbes intermináveis e cinzentas diluindo a diferenciação entre campo e cidade, construções faraônicas expulsando as paisagens exteriores, guerras se multiplicando nas periferias do mundo, degradação ambiental sem freios, estados capturados por oligarquias de bilionários.

Melhor não fazermos como o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, que, às voltas com enchentes e deslizamentos que mataram dezenas de pessoas na capital mineira no verão de 2020, defendeu-se dizendo que “a água vem do céu, não vem de incompetência administrativa”; e mais, que “em desastres, não há responsabilidades”. Ora, hoje sabemos que, no que se refere ao objeto deste livro, não existem saúde e doenças desconectadas das condições ambientais locais, regionais, nacionais e globais. Que a responsabilidade de minimizar o risco de emergência de doenças zoonóticas é nossa, de ninguém mais. Como afirmou Jacques Le Goff, “a nossa sociedade tem, de qualquer modo e sempre, um difícil caminho a percorrer face às doenças”.

Nem mesmo se abdicássemos inteiramente de nossa *potência expansiva* – nosso desejo de ir a cada canto do planeta e de moldar, em alguma medida, os ambientes encontrados em função de nossas necessidades e preferências culturais –, escaparíamos da possibilidade de

que, em dado momento, novo patógeno nos encontrasse. Nessa seara, como em outras esferas da vida social, há difícil e instável equilíbrio entre nossa segurança e nossa liberdade. Podemos ter as duas em grau máximo, simultaneamente? Somente Deus pode, somente Ele escapa a esse *trade off*. Para nós, qualquer atividade ou relação com a natureza tem riscos embutidos. E isso nos leva a tomar decisões concretas em função de quanto risco estamos dispostos a assumir.

O Anjo da Morte nos visitará muitas outras vezes com suas costumeiras imprevisibilidade e impaciência. Por isso, será de bom alvitre tratar de identificar o que realmente é importante para nós.

A Covid-19 mais uma vez bateu na tecla de que as circunstâncias sociais e as narrativas exercem papel decisivo no curso das epidemias. Reiterou que o ódio e as desigualdades influenciam a saúde e afetam a trajetória das doenças no espaço e no tempo. Desvelou a impossibilidade de haver “corpo fechado”, até porque o sistema imunológico dos indivíduos é muito sensível aos estresses socioeconômicos e culturais que atravessam as sociedades.

A Covid-19 também nos fez o favor de mostrar que a incerteza e o risco são assuntos a respeito dos quais não podemos parar de pensar; que as pandemias devem ser abordadas em sua complexidade; e que a quarentena por ela imposta a tantos países engasgou o moto contínuo do capitalismo, a exigir sempre mais velocidade, eficiência e lucro. Por isso mesmo, na linha proposta pelo filósofo Peter Pál Pelbart, tornou-se um *acontecimento* – um fenômeno de vidência coletiva, que faz enxergar o que antes parecia opaco ou impossível. É um começo, uma esperançosa chance de inflexão. O interesse que cercou a doença conduz ao debate, que conduz à consciência, que conduz à preocupação, que conduz, por fim, à ação. Oxalá, Santo Expedito.

Todavia, o ineditismo deste desvelamento de nossa situação – eis o empurrãozinho do coronavírus – não implica, por si só, que virão alternativas melhores para refundar nosso mundo. Tudo depende da política, como argutamente assinalou Roberto Andrés:

O nível de organização social necessário para que um evento destituente produza mudanças instituintes não é pequeno. E há o risco de que aqueles que buscam a retomada acelerada do modelo anterior aproveitem a desestabilização para atingir seus objetivos pela via do autoritarismo, da violência e da xenofobia, num momento em que a recessão econômica acentua a pobreza e a desigualdade.<sup>167</sup>

---

<sup>167</sup> Ver artigo de Roberto Andrés, “A dupla exclusão”, publicado na *Revista Piauí*, edição 165, junho de 2020.

Quando, nos anos 1960, Angela Davis foi presa em Los Angeles, a cantora Aretha Franklin se ofereceu para pagar a fiança. Na ocasião, pronunciou frase que se tornou legendária: “Sei que você tem que perturbar a paz quando não há paz para você”. É isso que precisamos fazer hoje: perturbar a “normalidade” do mundo que, não bastasse ser desigual e injusto, não se cansa de gerar ameaças à saúde da humanidade e do planeta. Criticar e reconstruir em novas bases a ordem ambiental, econômica, social e internacional.

Se quisermos no futuro ter mais e melhores meios para enfrentar a emergência de novas doenças infecciosas, devemos agir coletivamente. E devemos nos preocupar com a versão que contaremos da história da pandemia. Ela pode ajudar a mudar as coisas.

Vamos em frente, amparados nos versos de Carlos Drummond de Andrade: “Não chora as ruínas da esperança./ Com elas faz uma esperança nova”. A política sempre dá a última palavra.

## Referências bibliográficas

- ADAM, Philippe; HERZLICH, Claudine. *Sociologia da doença e da Medicina*. Trad. Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- AGUIAR, Diana; TURA, Letícia (Orgs.). *A cadeia industrial da carne*. Rio de Janeiro: Fase, 2016. Disponível em <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro-Cadeia-Industrial-da-carne.pdf>.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. *Ruris, Revista do Centro de Estudos Rurais IFCH-Unicamp*, Campinas, v. 1, n. 2, p. 157-186, 2007.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- BEHNKE, R. H.; SCOONES, I. Rethinking range ecology: implications for rangeland management in Africa. In: BEHNKE, R. H.; SCOONES, I.; KERVEN, C. (Orgs.). *Rangeland Ecology at Disequilibrium: New Models of Natural Variability and Pastoral Adaptation in African Savannas*. Londres: Overseas Development Institute, 1993. p. 1-30.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. São Paulo: Contracorrente, 2017.
- BÉNIAC, Françoise. O mundo da lepra. In: *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1991. p. 127-145.
- BERCÉ, Yves-Marie. Os soldados de Napoleão vencidos pelo tifo. In: *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1991. p. 161-174.
- BERTOLLI FILHO, Claudio. A gripe espanhola em São Paulo: epidemia e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza, a medicina enferma*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. Trad. Júlia Mainardi. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: *História e Ciências Sociais*. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986. p. 7-39.
- BRITO, Cristina. Quando não há longe nem distância. Há o contágio. *Notícias Solcha*, 2020. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/announcement/view/26>.
- BURKE, Peter. *Sociologia e História*. 2. ed. Lisboa: Edições Afrontamento, 1990.
- CARNEIRO, Maria José. *Ruralidades Contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2012.

- CASTRO, Guillermo. Notas sobre historia ambiental y desarrollo sostenible. *Peripecias*, n. 71, 2007.
- CARVALHO, Laura. *Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado*. São Paulo: Todavia, 2020.
- CECHIN, Andrei. *A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen*. São Paulo: Editora Senac; Edusp, 2010.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARLOT, Monica. O *spleen* dos exilados franceses. In: CHARLOT, Monica; MARX, Roland (Orgs.). *Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. (Col. Memória das cidades)
- COHEN, Jeremy. *The Friars and the Jews*. The evolution of medieval anti-judaism. Ithaca: Cornell University, 1982.
- CONRAD, Peter; SCHNEIDER, Joseph W. *Deviance and Medicalization. From Badness to Sickness*. Columbus: Merrill Publishing Company, 1985.
- CONWAY, Gordon. *Produção de alimentos no século XXI: biotecnologia e meio ambiente*. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- CORVISIER, André. *História Moderna*. Trad. Rolando Roque da Silva e Carmen Olívia de Castro Amaral. 3. ed. São Paulo: Difel, 1983.
- CRISTOVÃO, Artur; PEREIRO, Xerardo. Turismo rural em tempos de novas ruralidades. In: CITURDES – Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, 8, 2012, Chaves. *Atas*, Chaves: UTAD; CETRAD, 2012, p. 2-3. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/pasosrep7.pdf>.
- CROSBY, Alfred W. *The Columbian Exchange: Biological and Cultural consequences of 1492*. 30<sup>th</sup> Anniversary Edition. Westport: Praeger Publishers, 2003.
- DALY, Herman. Crescimento sustentável? Não, obrigado. *Ambiente & Sociedade*, v. 7, n. 2, p. 197-201, jul./dez. 2004.
- DAVIS, Mike. O coronavírus e a luta de classes: o monstro bate à nossa porta. Blog da Boitempo, 2020.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DAVIS, Mike. *O monstro bate à nossa porta: a ameaça global da gripe aviária*. São Paulo: Record, 2006.
- DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DEFOE, Daniel. *Um diário do ano da peste*. Trad. Eduardo San Martin. São Paulo: Artes e Ofícios, 2002.
- DELAPORTE, François. *Disease and Civilization: The Cholera in Paris, 1832*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1986.
- DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente: 1300-1800. Uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- DIAMOND, J. The mysterious origin of AIDS, *Natural History*, 101(9), p. 25-29, 1992.
- DUARTE, Regina Horta. *História e natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos*. Trad. Eugênio Michel da Silva e Maria Regina Lucena Borges-Osório. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- EGAS, Bernardo. Coronavírus: Qual a relação do ambiente com a pandemia? *Ecodebate: Cidadania & Meio Ambiente*, ISSN 2446-9394, 25/03/2020. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2020/03/25/coronavirus-qual-a-relacao-do-meio-ambiente-com-a-pandemia-artigo-de-bernardo-egas/>.
- EISENSTADT, Shmuel N. *Tradition, Change and Modernity*. New York: Wiley, 1973.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.
- FERREIRA JR, Carlos Henrique Carvalho; FRIDMAN, Fania. Epidemias e ordem pública: a cidade do Rio de Janeiro no século XIX. In: ALMICO, Rita de Cássia da Silva; GOODWIN JR., James William; SARAIVA, Luiz Fernando (Orgs.). *Na saúde e na doença: história, crises e epidemias. Reflexões da História Econômica na época da Covid-19*. São Paulo: Hucitec Editora, 2020. p. 137-147.
- FIALHO, Marco Antônio Verardi. Agricultura familiar, produção orgânica e “novos rurais”: um estudo de caso no sul do Brasil. In: MOREIRA, Roberto José (org.). *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: D&A Editor, 2005. p.109-126.
- FIGUEIREDO, Juliana Oliveira et al. Gastos público e privado com saúde no Brasil e países selecionados. *Saúde debate*, v. 42, n. 2, p. 37-47, out. 2018.
- FIORI, José Luís. Babel Syndrome and the New Security Doctrine of the United States. *Journal of Humanitarian Affairs*, v. 1, n. 1, p. 42-5, 2019.
- FIORI, José Luís. O poder e a finança internacional. In: *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FIORI, José Luís. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Trad. Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FOSTER, John Bellamy. *The Vulnerable Planet: A Short Economic History of the Environment*. New York: Monthly Review Press, 1999.
- FOUCAULT, Michel. Aula de 15 de janeiro de 1975. In: FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 39-68.
- FREIDSON, Eliot. *Profession of Medicine*. New York: Harper and Row, 1970.
- GERSCHENKRON, Alexander. *Economic Backwardness in Historical Perspective*. London: Pall Mall, 1966.
- GINSBERG, M. Social change. *British Journal of Sociology*, v. 9, p. 205-228, 1958.
- GIOVANELLA, Lígia; STEGMÜLLER, Klaus. Crise financeira europeia e sistemas de saúde: universalidade ameaçada? Tendências das reformas de saúde na Alemanha, Reino Unido e Espanha. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 11, p. 1-19, nov. 2014.

- GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- GONDIM, Fátima; LETTIERI, Marcelo. Tributação e desigualdade. In: BAVA, Silvio Caccia (Org.). *Thomas Piketty e o segredo dos ricos*. São Paulo: Veneta/Le Monde Diplomatique Brasil, 2014. p. 62-72.
- GOULD, Stephen Jay. É preciso Arte para Negociar com a Terra. *O Estado de São Paulo*, Caderno Especial, 06/06/1993.
- GOULART, Adriana da Costa. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 1, p. 101-142, 2005.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.
- GRMEK, Mirko. O enigma do aparecimento da Aids. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 24, p. 229-239, 1995.
- GUANZIROLI, Carlos E. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- GUERRAND, Roger-Henri. Guerra à tuberculose! In: *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1991. p. 187-201.
- GURGEL, Cristina. *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto, 2010.
- HARPER, Kyle. *The Fate of Rome: Climate, Disease & the End of an Empire*. Cambridge, Mass.: Princeton University Press, 2017.
- HARVEY, David. Política anticapitalista na época do Covid-19. *Revista IHU On-Line*, 26 mar. 2020. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597468-a-politica-anticapitalista-na-epoca-da-covid-19-artigo-de-david-harvey>.
- HUGHES, Everett C. *Men and their Work*. Greenwood Press, 1981.
- HUNT, Terry L.; LIPO, Carl P. Late colonization of Easter Island. *Science*, n. 311, p. 1603-1606, 2006.
- JACKSON, Tim. *Prosperidade sem crescimento – Vida boa em um planeta finito*. São Paulo: Planeta Sustentável/Abril, 2013.
- KEMPF, Hervé *Comment les riches détruisent la planète*. Paris: Seuil, 2007.
- KISHTAINY, Niall. *Uma breve história da Economia*. Trad. Janaína Marcoantônio. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. *Alimentando o mundo: o surgimento da moderna economia agrícola no Brasil*. Trad. Laura Teixeira Motta. Rio de Janeiro: FGV Editora; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2020.
- KODAMA, Kaori. Geografia da cólera: a Corte e seus arredores durante a epidemia de 1855. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, julho 2011. Disponível em [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299346108\\_ARQUIVO\\_Geografiadacolera.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299346108_ARQUIVO_Geografiadacolera.pdf).

- KOLATA, Gina. *Gripe: a história da pandemia de 1918*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Os camponeses do Languedoc*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). *A agricultura familiar – Comparação internacional – Do mito à realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). *A agricultura familiar – Uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- LANNING, Edward P. *Peru before the Incas*. New Jersey: Prentice-Hall, 1967.
- LEAL, Duarte Machado Sobral. *O povoamento neo-rural em Portugal Continental: riscos e oportunidade para o planeamento do espaço rural*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo e Ordenamento do Território) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014. [https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395146462953/Dissertacao\\_final.pdf](https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395146462953/Dissertacao_final.pdf).
- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LE GOFF, Jacques. Uma história dramática. In: *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1991. p. 7-8.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A lição de sabedoria das vacas loucas. *Estudos Avançados*, São Paulo, 23 (67), p. 211-216, 2009.
- LUDWIG, D.; HILBORN, R.; WALTERS, C. Uncertainty, resource exploitation and conservation: lessons from history. *Science*, 260, p. 17-36, 1993.
- MARTÍ, Jose. Nuestra America. El Partido Liberal, México, 30 de enero de 1891. *Obras Completas*, v. VI. La Habana: Editorial de Ciências Sociais, 1975.
- MARTINS, Marcos Lobato. História regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 135-152.
- MARTINS, Marcos Lobato. *História e Meio Ambiente*. São Paulo: Annablume, 2007.
- MARX, Karl. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*. México: Siglo XXI Editores, 2007. v. I
- McNEILL, John R. Ecologia, epidemias e impérios: mudanças no ambiente e geopolítica da América Tropical, 1600-1825. In: *Seminário Internacional História e Meio Ambiente. O impacto da expansão europeia*. Centro de Estudos de História do Atlântico. Funchal, Madeira, 1999. p. 301-311.
- McNEILL, William H. *Plagues and peoples*. Garden City, NY: Anchor Press/Doubleday, 1977.
- MEDEIROS, Carlos A. China: entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, José Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 379-411.
- MOKYR, J. Editor's Introductio: The New Economic History and the Industrial Revolution. In: MOKYR, J. (Ed.). *The British Industrial Revolution. An Economic Perspective*. Boulder, USA/ Oxford, UK: West View Press, 1993.
- MOORE, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1975.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

- MOYA, Jose Luis Betran. *Historia de las epidemias en España y sus colonias (1348-1919)*. Madri: La Esfera de los Libros, 2009.
- NASCIMENTO, Alan Faber do. *A ilusão urbanística: o papel do Estado na expropriação das populações caçaras*. São Paulo: Annablume, 2016.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVA, Matheus Alves Duarte da. “Não é meu intuito estabelecer polêmica”: a chegada da peste ao Brasil, análise de uma controvérsia, 1899. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, supl., p.1271-1285, nov. 2013.
- NAVARRO, Zander; CAMPOS, Silvia Kanadami. *A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível*. Brasília: CGEE, 2013.
- NOFFS, P. S. *A disputa pela hegemonia do espaço na baía dos Castelhanos*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.
- PARSONS, Talcott. *Societies: Evolutionary and Comparative Perspectives*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1966.
- PARSONS, Talcott. Illness and the Role of the Physician. In: KLUCKHOHN, C.; MURRAY, H. A. *Personality in Nature, Society and Culture*. New York: A. A. Knopf, 1948.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- PENTEADO, Hugo. *Ecoeconomia: uma nova abordagem*. São Paulo: Lazuli Editora, 2003.
- PEREIRO, Xerardo. Abordagens exploratórias do turismo rural de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal). In: *Análise Social*, n. 226, 2018. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n226a03.pdf>.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. São Paulo: Intrínseca, 2014.
- PINTO, João Paulo Castro. *Os “neo-rurais” na região do “Douro Verde”: impacto social, econômico e cultural*. Dissertação (Mestrado em Humanidades) – Universidade do Porto, Porto, 2015. [https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=37574](https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=37574).
- PINTO, Yuri Augusto Russo Gonçalves. *Neorrurais no Espinhaço meridional e a ressignificação da paisagem cultural*. Mestrado (em Estudos Rurais) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019.
- PORTER, Roy. *Disease, Medicine and Society in England, 1550-1860*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- QUAINI, Massimo. *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... inventário da saúde pública*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.
- ROMANO, Ruggiero. *Os mecanismos da conquista colonial*. Trad. Marilda Pedreira. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

- ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não comunista)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- SANTOS, Luiz Antônio de Castro. Um século de cólera: itinerário do medo. *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*, v. 4, n. 1, p. 79-110, 1994.
- SANTOS, Mônica et al. Borreliose de Lyme. *Anais Brasileiros de Dermatologia*, Rio de Janeiro, v. 85, n. 6, p. 930-938, nov./dez. 2010.
- SASSEN, Saskia. *Expulsions*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2014.
- SENNETT, Richard. *Construir e habitar: ética para uma cidade aberta*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- SCHEIDEL, Walther. *Violência e a história da desigualdade – Da Idade da Pedra ao século 21*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- SCHNEIDER, Sérgio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SHAH, Sonia. *Pandemic: Tracking Contagions, from Cholera to Ebola and Beyond*. New York: Sarah Chrichton Books, 2016.
- SHEFFI, Yossi. *The Power of Resilience: How the Best Companies Manage the Unexpected*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2015.
- SILVA, L. *Patrimônio, Ruralidade e Turismo*. In: CITURDES – Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, 8, 2012, Chaves. *Atas*, Chaves: UTAD; CETRAD, 2012. <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/pasosrep7.pdf>.
- SOLNIT, Rebecca. *A Paradise Built in Hell: The Extraordinary Communities That Arise in Disaster*. New York: Penguin Books, 2009.
- SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. Epidemia de meningite da Ditadura Militar. In: ALMICO, Rita de Cássia da Silva; GOODWIN JR., James William; SARAIVA, Luiz Fernando (Orgs.). *Na saúde e na doença: história, crises e epidemias. Reflexões da História Econômica na época da Covid-19*. São Paulo: Hucitec Editora, 2020. p. 265-275.
- SZTOMPKA, P. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus, 990-1992*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1996.
- UJVARI, Stefan Cunha. *A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos*. São Paulo: Contexto, 2009.
- VEBLÉN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Economistas)
- VENTURA, D.; PEREZ, F. A. Crise e reforma da organização mundial da saúde. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 92, p. 45-77, ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000200003>.
- WALLACE, Rob. *Big Farms Make Big Flu: Dispatches on Infectious Disease, Agribusiness and the Nature of Science*. New York: Monthly Review Press, 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

WEIBLEN, Rudi. Vírus emergentes em suínos: como surgem e possível importância?, *Acta Scientiae Veterinariae*, Porto Alegre, 37 (Supl 1), p. 91-96, 2009.

WHITE, Richard. “Você é um ambientalista ou trabalha para se sustentar?”: trabalho e natureza. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 472-491, jul./dez. 2013.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. Trad. Paulo Henrique de Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WORSTER, Donald. “Another Silent Spring”. Environment & Society Portal, *Virtual Exhibitions* 2020, no. 1 (22 April 2020). Rachel Carson Center for Environment and Society. doi.org/10.5282/rcc/9028.

WORSTER, Donald. Pensando como um rio. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). *A natureza dos rios: história, memória e territórios*. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

WORSTER, Donald. John Muir e a paixão pela natureza. *Esboços*, Florianópolis, v. 12, n. 13, p. 84-96, 2005.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 53-63.

## Sobre o autor

Marcos Lobato Martins é doutor em História Econômica pela USP, professor-adjunto da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), onde leciona no curso de História e no Mestrado em Estudos Rurais (PPGER). Pelo PPGER publicou *A economia da sempre-viva: o extrativismo em São João da Chapada (MG), 1930-1970*, no ano de 2019. Também é autor de *A formação regional do Mucuri: o homem, o rio e a mata no nordeste de Minas Gerais*, publicado pela Annablume, em 2018, e de *Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX)*, publicado pela Fino Traço, em 2014, entre outros livros.